



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNO CEZAR BIO AUGUSTO

“VAIDADE E INTERESSE EM SERVIR”: AS DISPUTAS PELO PODER NO
COTIDIANO DE MATO GROSSO (1751–1803)

CURITIBA

2025

BRUNO CEZAR BIO AUGUSTO

“VAIDADE E INTERESSE EM SERVIR”: AS DISPUTAS PELO PODER NO
COTIDIANO DE MATO GROSSO (1751–1803)

Tese de Doutorado como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor em História,
Programa de Pós-Graduação em História,
Departamento de História/Setor de Ciências
Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros
Lima.

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Augusto, Bruno Cezar Bio

"Vaidade e interesse em servir": as disputas pelo poder no cotidiano de Mato Grosso (1751–1803). / Bruno Cezar Bio Augusto. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima.

1. Brasil – História – Capitâneas hereditárias, 1534-1762.
2. Mato Grosso - História. 3. Poder (Ciências sociais). I. Lima, Carlos A. M. (Alberto Medeiros), 1965-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de BRUNO CEZAR BIO AUGUSTO, intitulada: "Verdade e Interesse de servir": as disputas pelo poder no cotidiano de Mato Grosso (1761-1803), sob orientação do Prof. Dr. CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 07 de Abril de 2025.

Assinatura Eletrônica
08/04/2025 12:07:43.0
CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
08/04/2025 18:14:39.0
BEATRIZ CATÃO CRUZ SANTOS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica
08/04/2025 08:12:13.0
SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES
Avaliador Externo (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
08/04/2025 08:16:48.0
HECTOR ROLANDO GUERRA HERNANDEZ
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
08/04/2025 19:32:04.0
WALLAS JEFFERSON DE LIMA
Avaliador Externo (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ)

À minha mãe, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

É sempre difícil agradecer e não verter lágrimas em direção ao papel, especialmente neste trabalho, que acompanhou uma travessia conturbada. Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal do Paraná, ainda em março de 2020, não sabíamos, naquele tempo, que o mundo seria modificado. Muitas máscaras, desinfetantes, distância de 1,5 metro entre as pessoas e sorrisos cibernéticos viraram regra por alguns anos. Um vírus, uma pequena criatura que não pode ser vista a olho nu, fez com que, em magnitude global, destroçassem milhões de famílias e deixassem aeroportos interditados e países encerrados entre suas fronteiras.

Aliado a isso, esta tese viu uma onda negacionista que contagiava, algumas vezes até mais rápido que o próprio protozoário, os celulares, computadores, televisores e rádios da população. Com discursos falsos e alicerçados por um governo negligente e indolente, do “cercadinho midiático” em Brasília, propagava-se o ódio e a intolerância. Mas, nesse cenário de caos, aconteceu o reverso. Conseguimos vencer parte das intempéries e a vacina veio para salvar e atestar que a ciência, quando utilizada corretamente, faz a vida florescer mais bela e longa.

Contudo, ficaram as sequelas. E é em virtude dessas chagas que dedico esta pequena investigação que se inicia: a todos que perderam alguém desde 2020. Entrego, então, ao meu irmão Ademir Natal Tozzo Júnior, o Júnior (*in memoriam*), que partiu cedo, ainda em meados de 2020, e não conseguiu aguardar a vacina. Sempre foi rápido em suas decisões. Outra parte de meu sangue, minha mãe Aparecida de Lourdes Bio (*in memoriam*), consagrou as páginas deste trabalho e me incentivava, constantemente, a continuar escrevendo, lendo e relendo. Muitas vezes, tenho certeza, ela guardou as suas dores, em silêncio, para não atrapalhar a redação desta tese.

Faz uma década e meia que, junto de meu pai, minha mãe me disse, talvez percebendo o meu temor em deixar a comodidade do lar, a seguinte frase: “Vá, filho, que o mundo é teu”. E foi assim desde então. Com telefonemas trocados e visitas rápidas, meus pais acompanharam de longe as minhas constantes mudanças residenciais. Porém, nunca deixando de me abençoar com um “Fique com Deus”; uma expressão que provoca ceticismo ao historiador, inclusive ao que vos escreve, mas, quando saída da boca de uma mãe ou de um pai, faz com que a gente se desarme por completo de teorias e metodologias científicas e responda com um sonoro “Amém”, fazendo a benção se completar.

Idas e vindas da vida que encontrei José Pace, meu companheiro e esteio, que me ensina, diariamente e com seu jeito tranquilo e pensativo, a ser uma pessoa mais centrada e focada. Obrigado, Zé, por todas as vezes que você me falou “Estou aqui, vai dar tudo certo”. Outrossim, agradeço ao meu terapeuta, Rafael Campos Dored, psicólogo e filho da UFPR, cujos ouvidos atentos escutam, semanalmente, as minhas confissões de um doutorando em crise. A vida é assim, uma mistura de espiritualidade, família e tratamento profissional, por isso, sem sombra de dúvidas, façam terapia.

Confesso que sou uma pessoa que não tem um grande círculo de amigos, mas é inegavelmente importante dizer que, durante a minha trajetória, muitas pessoas contribuíram diretamente ou indiretamente para este resultado. Não vou nomeá-las para não correr o risco de subtrair alguém. Por fim, agradeço ao meu orientador pelos apontamentos, direção e, acima de tudo, paciência. Obrigado, Carlos Alberto Medeiros Lima, por continuar comigo durante esses anos turbulentos em nossas vidas.

*“I know nothing stays the same
But if you're willing to play the game
It's coming around again
So don't mind if I fall apart
There's more room in a broken heart”
(Carly Simon, 1987)*

RESUMO

O presente trabalho explora a complexa sociedade da América portuguesa, com foco especial na capitania de Mato Grosso durante o século XVIII. A pesquisa aborda as dinâmicas de poder e as tensões entre a Coroa, a elite local e os grupos marginalizados, como africanos, indígenas e seus descendentes. Neste trabalho, é detalhada a ascensão social de indivíduos através da prestação de serviço à Coroa, muitas vezes impulsionada por “ vaidade e interesse em servir”, e como esses potentados manipulavam as instituições para benefício próprio. O texto também examina a resistência cultural e social dos grupos oprimidos, que, apesar das coibições, encontraram maneiras de subverter a ordem colonial e assegurar vitórias, como a obtenção de terras ou a manutenção de práticas culturais. A narrativa é permeada por descrições vívidas do cotidiano na fronteira, os desafios de infraestrutura e as relações econômicas que moldaram a região, como a mineração e a agropecuária, e também como o sertão, muitas vezes visto de forma negativa, era um espaço de dubiedade e oportunidade.

Palavras-chave: Resistência. Promoção Social. Economia agropastoril. Institucionalização.

ABSTRACT

This doctoral thesis explores the complex society of Portuguese America, with a special focus on the captaincy of Mato Grosso during the 18th century. The research addresses the power dynamics and tensions between the Crown, the local elite, and marginalized groups, such as Africans, indigenous people, and their descendants. This paper details the social ascension of individuals through service to the Crown, often driven by “vanity and self-interest,” and how these potentates manipulated institutions for their own benefit. The text also examines the cultural and social resistance of oppressed groups who, despite restrictions, found ways to subvert the colonial order and secure victories, such as obtaining land or maintaining cultural practices. The narrative is permeated by vivid descriptions of everyday life on the frontier, the infrastructure challenges and economic relations that shaped the region, such as mining and agriculture, and also how the sertão, often viewed negatively, was a space of ambiguity and opportunity.

Keywords: Resistance. Social Promotion. Agropastoral economy. Institutionalization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. UMA CAPITANIA <i>QUASE</i> EMPAREDADA PELO SERTÃO COLONIAL	33
1.1 AS PRIMEIRAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS DOS CAPITÃES-GERAIS DE MATO GROSSO E O EPISÓDIO DE ESTELIONATO PRATICADO PELAS AUTORIDADES CUIABANAS	36
1.2 CORPORATIVISMO E PATRIMONIALISMO NA FORMAÇÃO HIERÁRQUICA MATO-GROSSENSE.....	43
1.3 RESISTÊNCIA INDÍGENA E ORGANIZAÇÃO MILITAR MATO-GROSSENSE.....	57
2. TRAJETÓRIAS DE PESSOAS QUE MORARAM NA CAPITANIA DE MATO GROSSO E SE ENVOLVERAM COM O PATRIMONIALISMO E CORPORATIVISMO SERTANEJOS	82
2.1 A VAIDADE E INTERESSE EM SERVIR: A TRAJETÓRIA DO JUIZ ORDINÁRIO ANTÔNIO PINHO DE AZEVEDO.....	83
2.1.1 A CONTRAVERSÃO DE ROLIM DE MOURA A RESPEITO DE ANTÔNIO PINHO DE AZEVEDO.....	103
2.2 A VAIDADE E INTERESSE EM SERVIR: A TRAJETÓRIA DO JUIZ DE FORA TEOTÔNIO DE GUSMÃO E O SEU ENVOLVIMENTO COM O GOVERNO AZAMBUJA.....	109
2.3 A VAIDADE E INTERESSE EM SERVIR: A TRAJETÓRIA DO OUVIDOR-GERAL JOÃO ANTÔNIO VAZ MORILLAS E A SUA AMBIÇÃO EM BUSCA DO CONTROLE DA COMARCA CUIABANA.....	123
2.3.1 A BUSCA PELA AUTORIDADE: AS DISPUTAS ENTRE OUVIDORIA, CONSELHO MUNICIPAL E CAPITÃO-GENERAL	125
2.3.2 O MINISTRO DEPOSTO E A ACUSAÇÃO DE CONTRABANDO DE PEDRAS PRECIOSAS	136
3. A ELITE MATO-GROSSENSE E SUA POLÍTICA COIBITIVA.....	145
3.1 ANÁLISE DA POPULAÇÃO MATO-GROSSENSE: DEMOGRAFIA, ESCRAVIDÃO, GÊNERO E ÓBITOS.....	145
3.2 O SURGIMENTO DE UMA ELITE LOCAL E SUA APROPRIAÇÃO PATRIMONIALISTA E CORPORATIVISTA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	155
3.2.1 O CONSELHO MUNICIPAL DE VILA BELA E A SUA TENTATIVA EM INTERDITAR OS <i>ELEMENTOS-PROBLEMAS</i> DE SEU DISTRITO	158
3.2.2 O CONSELHO MUNICIPAL DE VILA DO CUIABÁ E A SUA TENTATIVA EM INTERDITAR OS <i>ELEMENTOS-PROBLEMAS</i> DE SEU DISTRITO.....	168
4. AFRICANOS, INDÍGENAS E SEUS DESCENDENTES EM MATO-GROSSO AGINDO EM CONTRAFORÇA ÀS COIBIÇÕES MUNICIPAIS	174
4.1 A INSERÇÃO DO AFRICANO NA CAPITANIA DE MATO GROSSO.....	174
4.2 A CONVIVÊNCIA ENTRE AFRICANOS, SEUS DESCENDENTES E OS POTENTADOS MATO-GROSSENSES	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
FONTES.....	209
BIBLIOGRAFIA.....	214

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é compreender as disputas cotidianas que ocorreram na capitania de Mato Grosso durante o século XVIII. A oeste, esse lugar era um espaço de fronteira com a América espanhola, e a leste, norte e sul, foram áreas retratadas na documentação do período como *sertão colonial*. No que se refere a essa documentação e categoria de análise, diferentes tipologias possibilitarão analisar o projeto colonizador metropolitano em território americano e a sua política, que integrava grupos regionais em cargos institucionais da capitania.

Por meio de interações cotidianas, esses sujeitos interligados a Portugal se uniam para a proteção territorial, incentivo econômico regional (agropastoril e mineração) e coibição de pessoas compreendidas por seus contemporâneos como *elemento-perturbador* da ordem pública, entre elas, escravizados, libertos, indígenas e/ou livres pobres. À época, esses arranjos sociais estiveram afastados do centro do poder e se aproximavam daquilo que a historiografia brasileira entenderia como *desclassificados*, ou seja, pessoas que são documentadas pelas autoridades como *não classificadas* ou *sem classificação* a partir de um arranjo social que depositava na centralidade do poder a padronização do que seria ou não aceitável socialmente – a razão comportamental, a origem familiar, a coloração da pele, o desempenho profissional etc. É exatamente em virtude da existência dessa força de exclusão que esta investigação se torna pertinente e permite com que o investigador compreenda um mundo no qual africanos, indígenas e seus descendentes sentiram (e ainda sentem) a pressão de um poderio que os arrastava para as margens da sociedade.

Porém, uma força que os atraía à subserviência central, mas que não fez com que deixassem de resistir a essa atração, tornando-se a contraforça da dominação. Emanada desses desclassificados, que por meio de estratégias e astúcias resistiram à exploração de seus corpos e mantiveram um modo de vida que lembrava elementos africanos e ameríndios, foram responsáveis pela incidência de um contrapoder às elites, que, por seu turno, acionavam as instituições como mecanismo de coibições e patrimonialismo.

Palco de cenas cotidianas, a América portuguesa daquela época era vivida como um reflexo imperfeito da Europa e por isso se distanciaria daquilo que seria civilizado entre seus contemporâneos. Uma compreensão que, na sua essência, era dúbia. Distante dos polos irradiadores de poderes metropolitanos, aos olhos de Lisboa, viver na América poderia significar o acesso ao atraso e à barbárie. Porém, ao mesmo tempo que essa atmosfera era avessa ao frescor europeu, proporcionava mecanismos de ascensão social e resistência, seja para

ascenderem em cargos e utilizarem o aparelhamento patrimonialista e corporativista do Antigo Regime, ou seja para resistirem à pecha da escravidão.

Em um primeiro momento, pode até parecer que nossa proposta encontrará um universo de homens e mulheres em dois grandes grupos intocáveis entre si: a elite e os desclassificados. Não é verdade. A análise documental, aliada à bibliografia, possibilitará que encontremos um cotidiano de interações entre pessoas que buscavam melhores posições sociais para si e para a sua família. É justamente pensando nisso que, primeiramente, faz-se necessário compreendermos o ambiente no qual essas disputas ocorriam.

Uma discussão que concebia centro e sua periferia não esteve reservado apenas às relações entre metrópole e colônia. Na própria América portuguesa, a irradiação do poder se bipartia entre civilizado/incivilizado, desenvolvimento/subdesenvolvimento e riqueza/pobreza. Era um contexto no qual Portugal depositava a imagem da perfeição e a colônia era o seu reflexo imperfeito, e, além disso, em solo americano, um segundo espelho se formava no litoral, deixando o interior americano como imperfeito e com sentido antagônico à civilidade do período.

Descrito como *sertão*, essas regiões interioranas aparecem com sua fauna, flora e comunidades nativas essencialmente, para a visão da época, como distantes do progresso. Uma concepção da colônia que foi empregada na literatura do século XIX e que se apropriou da documentação Setecentista para manter a ideia de um ambiente de opostos: de um lado, a violência, de outro, a diplomacia; em uma ponta, o emulador dos grandes núcleos urbanos, em outra, a camaradagem dos vilarejos; em um vértice, a riqueza, em outro, a pobreza; em uma extremidade, o estilo de vida dos cidadãos, em outra, a simplicidade sertaneja.

Foi no século Oitocentista que se elaborou a forja de um *sertão-paráiso* relacionando ao “vasto espaço” de “elementos básicos do prado, com algumas árvores, uma fonte ou ribeiro, o canto dos pássaros, a profusão das flores, a brisa ou o vento”. Idílica, essa representação não contemplava um conflito entre “Deus e os homens”, pois a relva, ao final de tudo, era um refúgio para aqueles que buscavam:

A paz, a vida familiar calma, tranquila, observante de um estatuto familiar e social estável e incontestado [...]. Nessa época, os amores eram ingênuos, tanto na sua versão platônica, como na sua versão fatal. Igualmente serenos e puros eram os divertimentos populares das argolinhas, das prendas, das folias do divino, dos festejos de S. João, das cavalhadas e vaquejadas¹.

¹ CRISTOVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito (a divina comédia do sertão). *Revista USP*, São Paulo, n. 20, p. 43-53, 1994, p. 46.

Nessa mesma intensidade se formou o panorama de *inferno sertanejo*, demonstrando relações humanas que estiveram influenciadas pelas características geográficas e climáticas da região, com seus elementos próprios e que deixaram uma “desordem e violência de seus habitantes” em um “sertão-inferno” que seria “o espaço percorrido permanentemente pelos viandantes, cangaceiros, volantes, beatos atendo ódios e semeando discórdia”. São figuras que aparecem pejorativamente aos nossos olhos na medida em que são descritas como “bandidos” avessos à ordem, maléficos, os “autênticos condenados”, os “anti-heróis por excelência”, “excluídos da justiça” e “lançados para a margem do convívio social, [...] sem esperança de perdão ou salvação”, que, por não terem acesso ao que se considerava digno, deambularam “pelo destempero da natureza atrasada por um sol de fogo e pelas chamas dos incêndios”².

Havia um meio-termo nessa literatura. Criou-se uma versão amenizada do paraíso e inferno. Era o *sertão-purgatório* e sua “imensidão dos gerais onde se realizava uma travessia de purificação na busca de uma sabedoria” que aliava à “uma ausência de coações psicológicas” daqueles que viviam nesse “deserto árido e frequentado mais pelos animais selvagens que pelos homens”. Um povoado que congregava “espíritos, demônios e assombrações”, “expiação de crimes e pecados”. Ao mesmo tempo, exercia uma “meditação sobre o sentido da vida e do sobrenatural”, e, por essa razão, atuava na manutenção da “conversão de suas vidas” em um cenário que entusiasmava a “condição humana surpreendida nas suas sortidas voltas, compromissos e interrogações da perigosa aventura de viver”³. Habitantes com suas especificidades que:

Na diversidade da formação étnico-cultural e configuração ambiental, os sertões de Mato Grosso pouco se identificam com os da Bahia e do Nordeste, além do significado de território interior e alguns aspectos físicos. Do mesmo modo, no sertão de Canudos, conjunto geofísico homogêneo, identificado com as caatingas do semiárido de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí e Goiás, encontravam-se relevo, solo, vegetação, diferentes dos existentes no Alto Sertão da Bahia, que se assemelha ao vizinho norte de Minas Gerais⁴.

Um ambiente fortemente influenciado pelos seus moradores, que, na situação mato-grossense, enriqueceram de acordo com suas possibilidades e se envolveram em uma economia que proporcionou com que ocupassem posições políticas-administrativas. Ao contrário da nossa análise atual, no século XIX e ao longo do XX o vestígio desse povo foi usado como

² CRISTOVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito (a divina comédia do sertão). *Revista USP*, São Paulo, n. 20, p. 43-53, 1994, p. 47.

³ *Ibid.*, p. 51, 52.

⁴ NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. *Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista*, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003, p. 154.

consolidação de um espaço sertanejo na “literatura, na música, no cinema e em outras expressões artísticas” que posicionava o litoral, ou melhor, as grandes cidades, como responsáveis pela construção do padrão socialmente aceito:

Desde os primórdios coloniais empregavam-se para denominar interior, como se vê nos textos uniformes das cartas de doação das capitanias hereditárias, quando D. João III doou “dez léguas de terra ao longo da costa”, da respectiva fração territorial e administrativa, a cada capitão donatário, facultando-lhes avançar pelo sertão, tanto quando pudesse entrar⁵.

Forjava-se, dessa forma, uma dicotomia que utilizava os documentos Setecentistas e cunhava um sentido de litoral como centro da vida e regulador do cotidiano. Não em vão, ao menos até a fundação da cidade de Brasília, já no século XX, as principais instituições políticas-administrativas se alicerçaram em áreas costeiras. Um processo que, paulatinamente, fez com que as pessoas litorâneas adentrassem às terras do interior da América portuguesa, para nosso passado colonial, e se estabelecessem em lugares que até então pertenceriam à margem da sociedade, ou seja, indígenas, negros fugidos, cafuzos, mulatos e mamelucos. E aquilo que seria incivilizado por estarem distantes do centro, tornar-se-ia um elemento-problema para os projetos de conquista e apropriação do poder:

Para o habitante da cidade, o sertão aparece como espaço desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis. Para o bandeirante, era o perigoso, mas fonte de riquezas. Para os governantes lusos das capitanias, era o exílio temporário. Para os expulsos da sociedade colonial, significava a liberdade e esperança de uma vida melhor⁶.

Tal perspectiva foi acionada pelo jornalista Euclides da Cunha, por exemplo, que escreve *Os sertões*⁷ e narra a Guerra de Canudos, no interior da Bahia, ocorrida entre os anos de 1896 e 1897. Nascido em Cantagalo na década de 1860, trabalhou no jornal *A Província de São Paulo*, que viria a ser conhecido como *O Estado de S. Paulo*. Escalado pela redação para cobrir midiaticamente o conflito, sua reportagem lhe renderia, em 1902, a publicação da obra.

Na primeira parte de seu estudo, analisa o modo de vida sertanejo, chamando-o de “aborígene” e aplicando a ele uma concepção evolutiva que concebia a sociedade do interior do Nordeste desprovida de avanços e com grande precariedade, mas, ainda em sua ótica, esses

⁵ NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003, p. 154.

⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciência, Saúde**, Manguinhos, v. 5, p. 195-215, 1998, p. 197.

⁷ CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Montecristo, 2012.

homens interioranos, cada um ao seu modo, conquistaram fama entre seus pares e se tornaram “sertanistas gananciosos e bravos”, com sua fortuna na silvicultura e economia aluvial.

Por isso que, de forma precursora, ainda no início do século passado esse autor já encontrava indícios de uma “elite sertaneja” e a sua astúcia para governar em benefício próprio. Entretanto, para o autor, essa gente oportunizava uma linhagem geracional que, biologicamente, estaria adaptado ao meio árido e não podendo se inserir no modo de vida litorâneo, ou seja, na centralidade do poder. Duas direções que apontam, de maneira genérica, tanto às raízes africanas como europeias:

O africano aqui transplantado trouxe, certo, os atributos preponderantes do homo *afer*, filho das paragens adustas e bárbaras, onde a seleção natural, mais que em quaisquer outras, se faz pelo exercício intensivo da ferocidade e da força [...] quanto ao fato aristocrático de nossa gente, o português, que nos liga à vibrátil estrutura intelectual celta, está, por sua vez, malgrado o complicado caldeamento de onde emerge⁸.

Defendia, portanto, a seleção natural como processo responsável pela resistência dos mais fortes, e, quando vencedores, sua função era organizar os vencidos. Por essa razão encontrou em Mato Grosso uma população às avessas do desenvolvimento, mas não deixou de apontar para a sua fauna e flora, chamando-as de exuberantes. Um elemento que para ele era mais vantajoso que os espaços urbanos:

A natureza em Mato Grosso balançado aos exageros de Buckle⁹, é excepcional e nitidamente destacada. Nenhuma se assemelha. Toda imponência selvagem, toda a exuberância inconceptível, unidas à brutalidade máxima dos elementos, que o preeminente pensador, em precipitada generalização, ideou no Brasil [...] a sua feição aparente é a de benignidade extrema. A terra afeiçoada à vida; a natureza fecunda erguida na apoteose triunfal dos dias deslumbrantes e calmos¹⁰.

Outro exemplo foi elencar a realidade paulista como resultado dos “verdadeiros filhos do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e regiões Sul”. Ao longo da história, a genética mestiça de São Paulo fez com que dominassem territórios mais a oeste e fundassem a capitania de Mato Grosso, descrevendo esse período como o apogeu da expansão de São Paulo:

Erigiu-se como um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, com a feição perfeita de um dominador da terra, emancipando-se, insurreto, da tutela longínqua, e afastando-se do mar e dos galeões da metrópole, investindo com os sertões desconhecidos, delineando a epopeia inédita das “bandeiras”¹¹.

⁸ CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Montecristo, 2012, p. 55.

⁹ Henry Thomas Buckle, historiador britânico que influenciou os intelectuais brasileiro do final do século XIX.

¹⁰ *Ibid.*, p. 60.

¹¹ *Ibid.*, p. 65.

Um protagonismo da capitania que não veio apenas em razão da genética de seu povos, mas também impulsionado pela geografia das redes fluviais, com o Tietê fluindo em direção ao interior e possibilitando a navegação menos complicada que a dos rios São Francisco, Paraíba e Amazonas. São fatores que tornaram “os homens do Sul o encontro aos dos homens do Norte”, depositando sobre os primeiros a “feição de unificador étnico”¹².

Esse nascido em Cantagalo não foi o único de seu tempo a utilizar a perspectiva que direcionava o litoral como polo de poder. Na terceira quartela da centúria Oitocentista, Alfredo d’Estragnolle Taunay escreveu um romance ambientado no sudeste do atual estado de Mato Grosso do Sul. Diferentemente das análises euclidianas, viria a relatar um “sertão bruto” construído por uma ótica romântica e bucólica. Ao descrever campos naturais pela “matiz das cores” e pelo capim crescido e ressecado por causa do ardor do sol, fez surgir um sentido de transformação dos vicejantes tapetes de relva de uma realidade que “transbordava a vida” na época das chuvas e fazia “romper as flores do campo”¹³.

Porém, ao mesmo tempo que o gramado elidia beleza, ele também aterrorizava os forasteiros que para lá tiveram destino. O seu “vazio” deixava os ouvidos dos peregrinos atentos a “qualquer ruído que causa[sse] sobressaltos; ora o grito aflito do zabelê nas matas, ora as plangentes notas do bacurau a cruzar os ares”. Uma população local até então amedrontada, mas que, com o passar do tempo, tornar-se-iam “exploradores dos desertos”, que “não tem, em geral, família” e por isso praticavam exercícios de “devassar terras, pisar campos onde ninguém pusera pé e vadear rios desconhecidos”. Fase impetuosa da vida que se reproduzia entre os mais jovens, com forças vitais suficientes para perambularem pelos trajetos, mas, ao envelhecerem, fixavam-se em um quinhão e, em maior ou menor grau, urbanizavam esses espaços:

Quanto o sertanejo vai ficando velho, quando sente os membros cansados e entorpecidos, os olhos já enevoados pela idade, os braços frouxos para manejar a machadinha que lhe dá o substancial palmito ou o saboroso mel de abelhas, procura então quem o queira para esposo, alguma viúva ou parenta chegada¹⁴.

É exatamente esse o contexto de Cirino, uma das personagens do romance escrito pelo conde. Ao se desgarrar de seu local de origem, província de São Paulo, em meados do século XIX, aproximou-se de Mato Grosso e se apaixonou por uma moçoilo de nome Inocência. Uma menina criada na mata e com hábitos avessos ao urbano, e que morava com seu pai, Pereira,

¹² CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Montecristo, 2012, p. 66.

¹³ TAUNAY, Alfredo. **Inocência**. São Paulo: Record, 2017, p. 9.

¹⁴ *Ibid.*, p. 15.

onde hoje é o município de Inocência, no Mato Grosso do Sul, nomeado em homenagem ao romance.

Como outras histórias da vida, o encontro entre Cirino e Pereira foi ao acaso. Cruzaram em uma estrada de chão aos arredores de Sant’Anna do Paranaíba, atual cidade de Paranaíba, às margens de um rio homônimo. O boticário viajava sozinho com sua *mesinha* e buscava pessoas adoentadas que pudessem pagar pelo tratamento. Ao puxar conversa com o pai da menina, trotaram os dois homens lado a lado. Oportunizando um coleguismo.

Havia anos que Pereira morava naquele lugar. Seu nascimento, contudo, era em Minas Gerais, mais especificamente nas “gerais”. Veio a informar que era um “geralista, como por cá se diz. Nasci no Paraibuna”. O boticário, ao escutá-lo, considerou que seu comparte fosse mineiro e exclamou “ah, o senhor é de Minas!”. Foi repreendido. Respondeu o homem, em tom de desdém, que “não é Minas, o sertanejo corrige, é Gerais”, e reitera: “gerais, se me faz o favor”¹⁵.

Por seu turno, o colega Cirino também era homem do sertão: um “caipira de São Paulo”. Nascido em Vila de Casa Branca, atual município de Casa Branca, no interior do estado de São Paulo, mudou-se ainda jovem para Ouro Preto e, diplomando-se farmacêutico, iniciou sua carreira. Ao ficar sabendo que seu companheiro paulista estava solitário, Pereira o alertou:

Que sirva de lição e tome tento com *a gente do sertão*, não com esses que moram nas suas casas, sossegados e amigos de servir, mas com viajantes, homens de tropas e carreiros. Isso sim, é uma súcia de jogadores, que andam armados de baralhos e vísporas e, por dá cá aquela palha, empurram uma faca na barriga de um cristão e os descarregam uma garrucha na cabeça de um companheiro, como se fosse em melancia podre¹⁶.

É no decorrer da leitura do romance que perceberemos que, em determinado momento, Cirino seria vítima cambaleante de uma bala no peito disparada por uma dessas vísporas. Aliás, viria a se o próprio Pereira que elaboraria um plano para atravessar com chumbo o coração do boticário. Ao perceber que o homem estivera apaixonado por sua rebenta Inocência, uma menina que, para o infortúnio do bacharel, já era comprometida com outro sertanejo, o Manecão, esse pai e seu genro vingariam a traição.

¹⁵ Geraizeiros são as populações que habitam, ainda hoje, o norte do estado de Minas Gerais. Se autodefinem em contraposição a outros povos próximos (catingueiros, vazanteiros e veredeiros). Apesar de se situarem em regiões geográficas próximas, vivem em biomas distintos e suas práticas são próprias. Reconhecidos como geraizeiros, geralistas ou chapadeiros, culturalmente são alinhados às características do Cerrado, que é a área onde habitam, sobrevivendo da criação de animais, plantações e extrativismo. Cf.: BRASIL. **Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2016.

¹⁶ TAUNAY, Alfredo. **Inocência**. São Paulo: Record, 2017, p. 27, grifo nosso.

O leitor entenderá que a paixão proibida não foi intencional. Ao ser chamado para cuidar de Inocência, que sofria de sezões já algum tempo, foi arrebatado pelos olhos delicados da menina. Mantendo-se profissional, indicou uma *mesinha* de ingestão de chá de folha de laranjeira bem quente, sulfato de quinina diluído em café forte e a proibiu de comer carne fresca, ervas, ovos ou farinha de milho, ao menos pelo período de um mês, alimentando-se exclusivamente de carne de sol e arroz.

Engana-se quem supõe que o seu amor não seria correspondido pela moça doente, que mesmo em ardor febril em seu leito, não deixara de observar a beleza de seu cuidador, que, ao tocá-la com suas mãos grossas e quentes, fazia-a estremecer de desejos secretos e silenciados. Uma libido emudecida que durou dias e apenas compactuando com olhares trocados e carícias veladas.

Já que sua mão estava juramentada e em fidelidade a Manecão, a única opção disponível foi que o casal, sorrateiramente, buscasse aprovação do padrinho de Inocência, um senhor que morava algumas dezenas de léguas dali. A resposta seria importante para a menina, pois, como compadre de seu pai, o idoso era respeitado, e qualquer decisão sua seria ouvida por Pereira. Nessa expectativa, Cirino rapidamente foi à propriedade do homem. Agarrando-se na esperança, arriou seu cavalo e o lançou nas matas do Cerrado, transpondo o Rio Paranaíba, limite geográfico entre Mato Grosso e Minas Gerais, e cavalcando por onde hoje é o Triângulo Mineiro, em viagem até São Francisco do Salles, ao lado do Rio Grande e divisa com o atual noroeste paulista.

Foi após longas horas de conversa com o velho que Cirino conseguiu arrancar-lhe a promessa de uma reflexão sobre o assunto. O moço seria informado no prazo de dois dias acerca da decisão do padrinho, desde que o visitante aguardasse em São Francisco¹⁷. Dois dias se passaram e o boticário continuava esperançoso e contando as últimas horas no cronômetro. Uma ansiedade que, do outro lado da história, ao tomar conhecimento da partida de seu inimigo para Minas Gerais, Manecão foi ao seu encontro. No final da tarde do segundo dia, quando a resposta ainda não tinha chegado, ao olhar para o pôr do sol, Cirino viu a figura furiosa de um homem que, com desafronta nos olhos, aproximava-se dele. Explicou que estava ali para honrar a sua noiva e para isso seria necessário matar o paulista. Sacando um revólver ao mesmo tempo que proferia essas palavras, atirou à queima roupa contra o peito daquele que aguardava o consentimento do padrinho de Inocência. Após ser ferido, escorregou de seu cavalo e caiu como

¹⁷ TAUNAY, Alfredo. **Inocência**. São Paulo: Record, 2017, p. 195.

um saco de ossos no chão. O autor do disparo, covardemente, apertou suas esporas contra o couro do corcel e saiu feito um corisco¹⁸.

Com algumas horas de atraso, o padrinho da menina veio em direção à intrujice. Percebendo que havia um moço caído ali, aproximou-se e encontrou o farmacêutico entorpecido em sangue, sem vida. Tristemente, o velho retirou seu chapéu da cabeça em respeito ao moribundo e suspirou pesadamente, pois era tarde para responder ao jovem acerca da sua decisão. Cabisbaixo, concluiu que o rapaz ensanguentado nunca ouviria de seus lábios que aceitava o rompimento do noivado em prol de um novo namoro¹⁹.

Com intenções distintas, diferentemente de *Os sertões*²⁰, a obra *Inocência* não se preocupou em explicar cientificamente a vida do sertanejo. Se Euclides da Cunha discorreu acerca da genética da população, Taunay delineou atitudes e subjetividades desse povo, e por meio do envolvimento sentimental e ficcional, possibilitou a existência de um sogro e um noivo que defenderam sua masculinidade quando uma menina e um jovem, motivados pela paixão sertaneja, esgarçaram à ordem daquela sociedade.

Tanto o primeiro quanto o segundo autor mantiveram, contudo, identificações em ambas as obras no quesito da vida rural e comportamento dos habitantes desgarrados da centralidade. Ao apresentarem uma realidade dificultosa de ser vivida, esboçaram um comportamento avesso do cidadão. Contudo, esse palco interpretado como barbárie não foi o única a aparecer nos relatos coloniais e em sua interpretação ao longo dos anos. Também compreendidas como *jardim das hespérides*, essas regiões periféricas mesclavam a misticidade com a racionalidade e posicionavam os observadores desse jardim, ou seja, os homens que registravam a colônia, em aclamação à vida interiorana. Um conjunto de natureza que imbricava elementos geofísicos e espirituais. Foi o caso de Minas Gerais, que em seu início era ocupada por paulistas e aparece na documentação como um local no qual homens precisaram vencer as muralhas da Serra do Mar e da Mantiqueira para encontrarem suas hespérides:

Por muito tempo as cadeias montanhosas das Minas aterrorizariam os entrantes, invocando concepções milenares que associavam o relevo vertical à morada de seres fantásticos, benfazejos ou malignos. Do Olimpo dos gregos ao Jardim das Hespérides [*sic*], ou aos Alpes que, na Roma Antiga, delimitavam uma vasta fronteira entre *civilização e barbárie*²¹.

¹⁸ TAUNAY, Alfredo. **Inocência**. São Paulo: Record, 2017., p. 195.

¹⁹ *Ibid.*, p. 215.

²⁰ CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Montecristo, 2012.

²¹ SOUZA, Laura de Mello e. **O jardim das hespérides**: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 46.

Uma busca por flores de um jardim que continha elementos levados por imigrantes do Velho Mundo e que se responsabilizaram em cunhar uma ideia geográfica e climática que determinassem o comportamento humano. Algo que, no entanto, já estava sendo utilizado pelos europeus para organizar a sua própria sociedade. Em meio ao período Renascentista, Bodin considerou, no século XVI, que uma monarquia moderna dificilmente reinaria em locais longínquos da Coroa, e afirmou que, em distância retilínea, quanto mais afastado do centro do poder maior seria a dessemelhança com o polo irradiador. Uma diferença que permitiria com que se criassem especificidades difíceis de serem reguladas pelo centro: “assim como vemos em todas as espécies a diversidade das regiões, também pode[ria] se dizer que há quase tanta variedade natural dos homens quanto o número de países”²².

Sua lógica tinha como referência a natureza, que posicionava, por exemplo, dois lugares com o mesmo clima, mas em latitude e longitude diferentes, apresentando humores de sua população díspares um do outro. Nessa sua coerência, afirmou que algumas regiões necessitariam de um maior controle do monarca, sendo que a intensidade para isso era dividida pela Linha do Equador, com regiões mais sediciosas próximas a esse traçado e, por outro lado, os reinos no Velho Mundo, distantes dessa divisória equatorial, passivos nos seus comportamentos, uma qualidade que seria resultado das suas *zonas mais temperadas*. O reverso, assim, ou seja, o espelho com reflexo borrado, estaria nas regiões equatoriais, mais *ardentes* e propícias às revoltas²³.

Análise social de seu tempo, o que nos impressionou é o sentido precursor do naturalismo científico de Bodin, que, em plena retomada renascentista à filosofia antiga, já se curvava à evolução natural para explicar o globo terrestre por meio das características físico-químicas. Um discurso que, até certa medida, atravessou o Atlântico e chegou à América. Dicotomizando conceitos entre civilidade e barbárie. E foi ao acionar essa bivalência que memorialistas despejaram rios de tintas no papel para descreverem uma sociedade tropical que tinha um comportamento abrasado pelo clima: com a água correndo desenfreadamente nos vértices dos morros, em época de chuva torrencial; ou com o frio que impossibilitava o trabalho na mineração. Fenômenos ambientados por uma vegetação que ditava as regras da vida humana:

Sertão trabalhoso e invasivo, que atrapalhava a cada passo a caminhada, oferecendo a vegetação densa como anteparo natural à ação das faces e facões que tentavam abrir picadas, crescendo por sobre a cultura de milho, impedindo de lançar espigas,

²² BODIN, Jean. **Os seis livros da República**: livro quinto. São Paulo: Ícone, 2012, p. 11.

²³ *Ibid.*, p. 12.

frustrando a rama de algodão, impondo a mamona, aceitando, quando muito, a mandioca²⁴.

Esse é o sentido que orientou a tessitura dos arquivos oficiais, com sua produção posicionada por uma visão de mundo que enquadrava a natureza de acordo com sua biogeocenose. Não em vão, quando se expandiram as terras ao oeste, as autoridades acionaram tais ideias para descreverem aquilo que seria o perigo diante de seus olhos: o indígena e a floresta, em um primeiro momento; e escravizados fugidos e pessoas desclassificadas, em segundo momento. Sinônimos de incivilizados, esses grupos descritos pelas autoridades fizeram com que os homens do poder riscassem, freneticamente, o papel em busca do controle de seus corpos e de suas práticas sociais.

Uma discussão que englobava aspecto geográfico e que nos fez lembrar a figura masculina nordestina. Uma localidade que não é a mato-grossense, mas que sua avaliação fornece indícios para compreendermos a documentação de Matto Grosso, pois, de maneira similar em ambas as áreas, o interior integrava uma visão eugenista que construía tipos regionais, como estudados por Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Silvo Romero e Oliveira Viana²⁵, que defendiam uma cientificidade na qual, insistentemente, “procurava definir o que seria a ‘raça regional’, o seu tipo e suas características somáticas e psicológicas”. Foi ao observar regiões de acordo com suas condições físico-climáticas, psicológicas e sociais que fizeram com que surgissem uma hierarquia racial regida pela permanência de grupos dominadores:

Literatura regionalista do final do século XIX, que participou ativamente não só da construção das identidades provinciais, mas da construção de tipos regionais, que serão incorporados ao nordestino, também estava vazada em modelos científicos naturalistas quando não românticos²⁶.

Um discurso que elencava o comportamento de acordo com a fauna e flora ambiental e responsável pela psique da conduta viril, com homens se comportando como animais na medida em que sua “virilidade seria necessária a essa região que fora, até então, dominada pelo litoral”. Uma ordenação que considerava a cor da pele, o formato do crânio e a estatura elementos que

²⁴ SOUZA, Laura de Mello e. **O jardim das hespérides**: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 12.

²⁵ Cf.: RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Salvador: P55, 2013; ROMERO, Silvo. **A América latina**. Hungerford: League Press, 2022; VIANA, Oliveira. **Populações meridionais no Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

²⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013, p. 46.

subsidiavam e legitimavam os “comportamentos psicológicos que podiam classificar em esquizotímicos, ciclotímicos e normotímicos”, e reiterava a população do interior, independentemente da sua região, como posição de não civilizada²⁷.

Tal aspecto foi encontrado por nós quando, em certa altura de *Inocência*, o pai da menina alertara o farmacêutico a respeito dos perigos de se viajar sozinho. Um alertador que em sua primeira oportunidade agiu de forma desviada para a época ao defender aquilo que seria a sua honra e demonstrando, na medida do desfecho do romance, que as faculdades mentais dos homens poderiam ser corrompidas e se aproximarem da natureza animal.

Contudo, são percepções que não ficaram apenas nos romances Oitocentistas ou nos arquivos Setecentistas. Atravessaram o tempo e ainda hoje se reproduz no senso comum ao propagar uma ideia de um interior abusivo que “povoa o imaginário nacional quando se trata de falar do nordestino”²⁸, no caso da pesquisa de Albuquerque Júnior, e de Mato Grosso, para nós. Locais nacionalmente definidos como uma sociedade “rústica”, em contraponto ao litoral, e ausente de civilização, também em contraponto ao litoral:

A violência, a luta, o derramamento de sangue teriam sido a tônica deste processo de colonização e de constituição do homem nordestino. O nordeste fora, no passado, uma terra para quem não tinha medo de morrer, nem remorso de matar [...] o nordestino, portanto, fruto de uma história e uma sociedade violenta, teria como uma de suas mais destacadas características subjetivas a valentia, a coragem pessoal, o destemor diante das mais difíceis situações²⁹.

Diante disso, posicionaremos nossa lupa para compreendermos os processos da Coroa responsáveis por construir no além-mar estruturas “civilizadas” que, à grosso modo, se arquitetavam nas igrejas e instituições político-administrativas ao atuarem como disciplinadores de suas localidades. Um contexto que recorda a ideia de um *homem moderno* que estava servido de um ambiente selvagem e que, para utilizá-lo aos seus interesses, precisaria dominar essa natureza e subjugar grupos sociais considerados inferiores na medida em que agastavam, geograficamente, o Velho Mundo e conotavam comportamento animalesco em outros continentes³⁰.

Era por essa razão que a função dos conquistadores, na sua própria visão, seria ordenar as sociedades do Novo Mundo, e que receberiam, em um primeiro momento, o discurso

²⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013, p. 157.

²⁸ *Ibid.*, p. 161.

²⁹ *Ibid.*, p. 175-176.

³⁰ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudança de atitudes em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, p. 61.

teológico, no qual todo animal deveria servir ao propósito humano; e, em um segundo período, a apelação científica para a necessidade de harmonizar uma natureza que estaria desarmoniosa e que, em virtude disso, precisaria da interferência humana (europeia) para deixá-la dócil. Um arquétipo de docilidade que caracterizaria o padrão europeu como distante da bestialidade do ultramar.

Sentidos teológicos e científicos de ocupação territorial e moralidade também aliados à classe econômica, que, mediante concentração de riquezas, poderiam aproximar ou afastar as pessoas da bestialidade. Em Portugal, isso se conectava, para seus contemporâneos, com a exploração econômica da América e a expansão da Igreja, e fazendo com que coexistissem ambientes, ao lembrarmos de Bodin, propensos as revoltas e selvageria. Sintonias constantemente encontradas na documentação e que atrelavam a realidade da sociedade americana fragilizada na medida em que se aproximava do modo de vida ameríndio e africano. Contra isso, e em defesa de uma civilidade nos trópicos, os homens do poder tornaram esses grupos problemáticos no sentido progressista da evolução social.

São sujeitos ou grupos que estiveram desclassificados porque, entre outros aspectos, viviam distantes dos centros do poder e/ou não comungavam de uma concentração de riqueza. Se para os autores progressistas Oitocentistas essa camada da população fez parte de uma sociedade avessa ao litoral e desprovida de elementos dominantes, para nós, é exatamente em virtude disso a possibilidade de resistirem às forças metropolitanas e regionais ao criarem campo magnético próprio que, se não eliminava, ao menos diminuía a influência dos homens do poder:

A ideia de região não se restringe aos limites administrativos – capitania, províncias, estado – nem se apoia ao fato de um grupo de indivíduos coabitar o mesmo território. Esses fatores não formam, necessariamente, redes de relações sociais, nem consciência de pertencimento [...] a história agrária assenta-se em determinado espaço, constituindo na sua relação entre os homens, no que diz respeito à terra, desde a sua apropriação ao seu uso: relações jurídicas, na definição da propriedade e da posse³¹.

Um local de investigação que, portanto, torna-se uma *região fluída*, ou seja, “que integrava lugares vividos com um mínimo de coerência e de especificidades, e que fazem deles um conjunto que continha sua própria estrutura”. Parte de um processo que distingue seus moradores dos *estranhos*: um grupo de pessoas que não compactua de uma mesma identidade

³¹ NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários**: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850). 2003. 423 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 47.

de pertencimento, como os magistrados reinóis, por exemplo, que serão analisados posteriormente.

Ao mesmo tempo, houve na capitania uma *região enraizada*, quando homens e mulheres, sem se ausentarem do local de origem, conviveram com seus descendentes e reproduziram um modo de vida herdado de seus ancestrais³² e que proporcionaram uma promoção em suas trajetórias. Fincar suas raízes, entretanto, não significa deixar de espalhar suas ramas pelo solo. Funcionais, algumas áreas rameariam suas folhas até se tornarem o centro do controle regional, como foi o caso de Vila do Cuiabá e Vila Bela, dois núcleos fortes o suficiente para manterem o seu entorno subjogado ao poder das redes criadas por homens endinheirados que, ao fazerem uso dos cargos públicos, ascenderem e aumentariam o seu poder corporativista e patrimonialista.

Era algo que Hespanha apontou existir no império português quando o reino, intencionado em controlar suas terras ultramarinas por meio sua política, aliou-se com a Igreja. Uma união que, contudo, não foi suficiente para dominar a extensão territorial, e por isso precisou fazer uso dos potentados, ascendendo-os e os tornando influentes, para manter as áreas coloniais sob a égide da Coroa. Uma aliança com a elite local que, em troca de benefícios, permutava:

Assim, em regimento sucessivos dados aos governadores do Brasil, sempre se declarou que eles poderiam decidir os casos não previstos nos seus regimentos, após conferenciarem com o bispo, o chanceler da Relação da Bahia e o provedor da Fazenda Real, numa curiosa combinação que torna manifesta as “razões do Estado” – religião, justiça e fazenda³³.

Uma barganha que fez com que os poderosos locais se sentissem parte da monarquia e se mantivessem unidos aos propósitos da Coroa (quando convenientes). Portugal, por sua vez, alocava cargos administrativos para agradar os donos do poder e convergi-los ao projeto civilizador dos trópicos. Um modelo de colonização que, entre outros objetivos, tinha a necessidade de coibir pessoas que se aproximavam do sentido de bestialidade para a época.

Era uma agregação do poderio regional que não ocorreu somente na América Lusitânia. Nas Ilhas da Madeira, por exemplo, que tinha um mercado fornecedor de madeira para a exportação, extração de planta, árvores que forneciam corantes, como o sangue-de-drago, e uma

³² FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: livraria Almedina, 1980, p. 186.

³³ HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Mari Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 165-188, p. 176.

produção açucareira, tornar-se-ia seus colonos enriquecidos, envolvidos nas decisões políticas e monitores da população. A mesma coisa ocorreu nos Açores, que exportavam sal, grãos, madeira e criavam gado e ovinos para o abastecimento interno, atividades que resultaram na emergência de grupos regional responsáveis pela ordem e busca pela civilidade³⁴.

Na medida em que as áreas ocupadas pelos portugueses se integravam ao projeto colonizador, descentalizavam-se e faziam com que a Coroa³⁵ adotasse a promoção da burguesia como tática para se manter no controle. Surgindo uma dinâmica “constituída pelas conexões e interações de diferentes formas sociais” com grupos em ascensão, dinamismo e influenciados pelo sistema escravista, que possibilitava com que diferentes pontos ultramarinos dependessem cada vez menos de Portugal³⁶.

Parte desse engrandecimento regional esteve em Mato Grosso e por isso mesmo inseriu a capitania na política metropolitano de proteção da fronteira territorial. Principalmente quando a Coroa precisou da elite pantaneira para fornecer homens armados e subsídios financeiros para manter o seu projeto bélico. Uma dependência mútua que, como veremos ao longo deste texto, esteve quase sempre abalada e instável, pois, cada vez mais influentes, os homens do poder regional passariam a agir em causa própria e em contraforça à vontade régia, esgarçando os níveis sociais e fazendo com que a sua “ vaidade e interesse em servir”, como dito pelo ouvidor-geral Morillas, fossem colocados acima da Coroa. O próprio modelo administrativo português colaboraria para o surgimento desses potentados autônomos. Com um caráter corporativista e patrimonialista, ao inserir as principais pessoas de uma região na política e na administração, Lisboa as dotava de poderes de decisão, principalmente a partir do século XVIII, quando, no caso brasileiro, o território se alargou e os múltiplos polos econômicos impossibilitaram a efetivação de uma centralidade da Metrópole.

Uma situação que já vinha ocorrendo no reino de maneira mais ou menos igual desde séculos antes, quando o germen da autonomia frente ao poder monárquico foi plantado ainda na centúria XI, no reinado de Afonso Henriques, que passou a permitir com que famílias regionais prestassem serviços para a Coroa e se dispersassem em micropoderes que:

[...] a conquista e o alargamento do território que gerou constituiu a base real, física e tangível sobre o poder da Coroa. O rei, como o senhor do reino, dispunha, como instrumento de poder, da terra, num tempo em que as rendas eram predominantemente

³⁴ RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **História do Atlântico português**. São Paulo: Unesp, 2021, p. 89, 110.

³⁵ VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime Português (1788-1822)**. São Paulo: FGV, 2016, p. 13.

³⁶ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos trópicos e na trama das redes. *In*: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 13-40, p. 13.

derivada do solo. [...] a Coroa conseguiu formar, desde os primeiros golpes da conquista, imenso patrimônio rural³⁷.

Centúrias pretéritas à ocupação da América por Portugal da qual o monarca, já senhor das terras (e das principais rendas agrícolas), fez com que essas famílias administrassem propriedades em uma espécie de *permuta*, sendo que o rei seria “o centro supremo das decisões”, com funções de *dominare a regnare*, e que cederia aos mais próximos o engrandecimento econômica e político³⁸, tornando-os aristocráticos.

Contudo, no século XV, já com o advento das navegações, as famílias aristocráticas que utilizavam as terras da Coroa para retirarem sua fortuna mediante cobrança de impostos, passaram a encontrar grupos de homens que se enriqueceram não apenas com a exploração agrícola, mas também por meio do comércio transatlântico, engrandecendo-se e concentrando capital financeiro. Forçosamente, essa aristocracia precisou cada vez mais ceder espaço político à essa elite comercial, pois o monarca, reconhecendo a importância desse grupo capitalizado para manter a balança comercial internacional favorável, passou a oferecer-lhes cargos de juízes, fiscais e almoxarifes.

Uma prestação de serviços a Coroa que os aproximava paulatinamente dos cedros régios e retirava a aristocratas do controle das instituições administrativas, políticas e fiscais. Ao rei português, diante do crescimento do mercado internacional e da concorrência de produtos coloniais produzidos por outras monarquias europeias, era mais interessante continuar próximo dessa classe que controlava as linhas de créditos, transportes marítimos e terrestres, investimentos mercadológico. Um grupo de interesseiros e investidores que, ao se engrandecerem, exigiriam do rei cada vez mais a sua autonomia político-administrativa:

À medida que estendia a atribuição jurisdicional, os reis conquistavam súditos, os quais, por um movimento convergente, procuravam fugir às prerrogativas da nobreza e do clero. Lavradores, artesãos e mercadores despontavam como aliados da Coroa, reforçados com a solidariedade da organização municipal, os concelhos³⁹.

Salvaguardando exceções, grosso modo, na América portuguesa, as principais pessoas espalhadas pelos quatro cantos do território, acionaram essa realidade acima para ascenderem socialmente e redesenharem um modelo verticalizado e hierárquico no controle da economia e da política:

³⁷ FAORO, Raymondo. **Os donos do poder**: formação do patronado político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 18.

³⁸ *Ibid.*, p. 19.

³⁹ *Ibid.*, p. 21.

Administração pública colonial, que pode ser traçado, na ordem descendente: o rei, o governador-geral (vice-rei), os capitães (capitanias) e as autoridades municipais. *A simplicidade da linha engana e dissimula a complexa, confusa e tumultuária realidade.* Sufoca o rei o seu gabinete de muitos auxiliares, casas, conselhos e mesas. O governador-geral [...] está flanqueado do ouvidor-geral e do provedor, [...] os capitães-gerais e governadores e os capitães-mores se embaraçam de uma pequena Corte, os municípios, com seus vereadores e juizes, perdem-se no exercício de atribuições mal delimitadas⁴⁰.

Participativos e atuantes nas decisões regionais, essa “pequena Corte embaraçada” corriqueiramente resolviam seus problemas em benefício próprio. E entre as suas resoluções estivera a manutenção da ordem pública ao deliberarem, por meio de conselhos, coibições que buscavam dominar as margens, ou seja, pessoas que se distanciavam desse poder de decisão:

Subordinada inicialmente às obsessões místicas, eclipsada a seguir pelos contornos trágicos da luta do homem com o meio natural, a epopeia que domesticou e definiu o território da capitania se tornou predominante por volta do terceiro quartel do século XVIII. Aos poucos os nomes aprisionaram o que parecia indomável. Ao fixar peculiaridades físicas e acidentes geográficos, o homem procurava se resguardar dos perigos, cristalizando-os⁴¹.

Esse é o contexto deste estudo. Um período mato-grossense que se tentou contornar as dificuldades de comunicação entre centro e periferia ao mesmo tempo que *civilizaria* a barbárie, na ótica do Setecentos, um dos primeiros passos dessa ordenação da natureza por seus contemporâneos foi a adoção de nomes religiosos (Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade) e nomes seculares, em referência ao reino, (Forte Príncipe da Beira e Presídio de Coimbra). Informações que fizeram com que surgisse uma mentalidade coletiva, ao menos para os donos do poder, de pertencimento ao centro, regulando a vida dos moradores e se unindo por meio da barganha à relação entre centro e periferia:

[...] estando devidamente hierarquizada, constituindo-se em resultados das fricções derivadas das relações estabelecidas entre poderes concorrentes. O rei era a cabeça do corpo social, articulando as partes como um todo, e, assim, não se confundia com a sociedade [...] viabilizando a constituição das hierarquias sociais informadas pelas lógicas de prestígio e de etiqueta, bem como por outras práticas sociais⁴².

Retalhos de um tecido social complexo e difícil de ser analisado atualmente pelo esquema clássico que sobreponha o rei ao topo de uma pirâmide, o clero mais abaixo e, por fim,

⁴⁰ FAORO, Raymondo. **Os donos do poder**: formação do patronado político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 204, grifo nosso.

⁴¹ SOUZA, Laura de Mello e. **O jardim das hespérides**: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 68.

⁴² *Ibid.*, p. 14.

o povo. Uma organograma que fez com que historiadores tradicionais posicionassem a sociedade em um dos três Estados (clero, nobreza e povo) e cristalizasse-a em estamentos, dificultando, assim, que a pesquisa histórica evidenciassem a existência de uma ascensão social da mesma forma que observada por Russel-Wood a respeito da emergência de subgrupos sociais⁴³.

Em favor a desconstrução desse modelo triangular, compactuamos com o britânico Lawrence Stones e adotamos um desenho paralelo. Preocupado com o período elizabetano, esse estudioso formulou dois arquétipos de análise: o primeiro, chamado de *United Nations*, em referência ao prédio-sede da ONU, e o segundo de São Geminiano, uma cidade na Itália⁴⁴. Em relação ao passado inglês, ele considerou que 95% de seus habitantes estariam na base predial, alta e larga, e, à medida que ascendiam para as melhores posições, afastavam-se do térreo e se destacavam dos demais. Entretanto, havia um limite, que era o último andar, reservado para apenas 5% da população, composto pelas famílias mais próximas da monarquia e aristocráticas desde a Idade Média. Outro exemplo e de maneira similar a isso, na cidade de San Gimignano, na Itália, construída a partir de torrefações de diferentes tamanhos em demonstração de riqueza de suas famílias, Stone reservou as mais altas casas, assim como o arquétipo da *United Nations*, a apenas 5% da população⁴⁵.

Ao investigar os engenhos baianos e sua rede de poder inserida na economia açucareira, Schwartz utilizou o método de torrefação para compreender a mobilidade social da elite. Um grupo que “ascendia em uma dessas torres, mas, ao alcançar determinada altura, haveria sempre uma forte tendência a conciliar sua posição com a hierarquia mais geral”⁴⁶, ocorrendo um *limite* sempre que alcançasse um ponto máximo.

Uma promoção social que, de certo modo, chegou aos mato-grossenses, fazendo com que existisse um agente limitador que impediria alcançarem níveis mais altos e os forçariam a criar uma *contraforça* para esgarçarem essas interdições. Uma contravenção que ficou ainda mais nítida após o ano de 1748, quando se estabeleceu a capitania de Mato Grosso, com Portugal enviando seu primeiro capitão-general, e que foi recebido com desconfiança pela população, acostumada a ser o único poder desde a década de 1710 ao estabelecer povoado onde viria a ser a Vila do Cuiabá.

⁴³ RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **História do Atlântico português**. São Paulo: Unesp, 2021, p. 120.

⁴⁴ STONE, Lawrence. Social Mobility in England, 1500-1700. **Past and Present Annual Conference**, n. 3, 1965, p. 18.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 20.

⁴⁶ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 211, 220.

Desde então, somente entre os anos de 1725 e 1726 que os cuiabanos receberiam um outro brilho sem ser o seu próprio. Enviado pela Coroa, o capitão-general de São Paulo, Rodrigo Cezar de Menezes, foi até a região para tornar aquela área cuiabana oficialmente parte do império português, organizando-a com uma câmara municipal, mas mantendo-a sob a égide dos próprios potentados, que atuaram como principais chefes por 30 anos. Uma situação que foi modificada em 1748, quando a capitania se separou de São Paulo e recebeu o seu primeiro capitão-general, um poder que até então estivera muitas léguas distantes, na sede de São Paulo, mas que a partir daquele momento, seria, hierarquicamente, superior ao dos potentados.

Na sua gerência, uma de suas primeiras medidas do capitão-general de Mato Grosso foi erigir um novo espaço para ser a vila-sede e retirar das mãos dos cuiabanos o controle da capitania. Mais ao norte e na hidrografia do Rio Guaporé, chamando-a de Vila Bela. Diferentemente da câmara municipal cuiabana, que congregava sertanejos endinheiras, no seu início, essa vila-capital tivera seu corpo administrativo composto por pessoas apenas alinhadas ao comando do governador e aos projetos políticos da Coroa, ausentando-se, portanto, da influência dos potentados regionais corporativistas e patrimonialistas. Uma realidade que, como perceberemos a partir da documentação, foi se modificando ao longo dos governados de Rolim de Moura (1751-1765), João Pedro Câmara (1765-1769), Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772), Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772-1789), João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1790-1796) e Caetano Pinto Montenegro (1796-1803).

Uma transformação mediante resistências, astúcias, estratégias e espertezas que emergirão de uma documentação deslindada não em busca da origem de um fenômeno histórico, mas as suas assimetrias e dissimetrias políticas, culturais e sociais que, muitas vezes, aparecem sedimentadas na produção arquivística e compactadas pelo olhar do poder, que também foi, durante muito tempo o responsável pelos registros do passado.

Diante dessa rocha dura, para descompactar a sua sedimentação será necessário descarmos os principais problemas encontrados pelos mato-grossenses e ir ao fundo de seus *arques*. Indagando quais elementos básicos da sociedade sertaneja foram acionados por seus moradores ao se apropriarem, cotidianamente, do projeto político da metrópole e ajustá-lo de acordo com os seus interesses individuais ou coletivos. Um análise documental que:

Não procura reconstituir o que não pôde ser pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiam o discurso; [...] não se propõe a recolher esse núcleo fugido onde autor e obra trocam de identidade, onde o pensamento permanece ainda o mais de si na forma não alterada

do mesmo, [...] em outras palavras, não tenta repetir o que foi dito, reencontrando-o em sua própria identidade⁴⁷.

Quanto ao título deste estudo, a própria documentação contribuiu para a sua escolha. A descompactação sedimentária dos arquivos fez surgir diante de nós um ouvidor-geral que, ao se referir aos homens da elite mato-grossense, dotou-os de “ vaidade e interesse em servir”. Sua afirmação, contudo, subsumia dois temores. O primeiro, o pavor de autoridades portuguesas frente às autonomias dos potentados, que, um tanto quanto vaidosos, perigosamente extrapolavam os limites hierárquicos e esgarçavam o tecido social para ascenderem. O segundo, o pânico desses alpinistas, poderosos do sertão ou não, frente aos desclassificados mato-grossenses, que, também vaidosos extrapolariam os limites hierárquicos e esgarçariam de igual maneira o tecido social. Portanto, para nós, a intenção, por fim, é apontar e analisar os riscos de se ascender no sertão de Mato Grosso mediante forças que, primeiro, limitaram a elevação ao resguardarem as melhores posições às casas nobiliárquicas do reino e empregarem como obstáculo a origem do nascimento, da ascendência e da concentração de riqueza. Elementos que, como veremos adiante, estarão atrelados ao cativo e em discurso utilizado pelos homens do poder para estabelecerem limites na promoção social.

O próprio título deste estudo recorre à dubiedade na utilização dos mecanismos de acesso ao poder. Escrito por um ouvidor-geral a respeito dos homens mato-grossenses, chamando-os de “ vaidosos” e em sentido de uma “ vaidade” que substanciava o pecado. Sendo que, de acordo com Antônio Vieira em seu *Sermão da Sexagésima*, as “ vaidades do mundo” seriam o resultado do processo de enriquecimento individual, que causava aos reis a renúncia “ dos cetros e coroas” e aos vassallos o deambulo em “ desertos e covas”. O reverso disso, porém, estaria nas escolhas tomadas por João Batista, que agiu com “ desvaidade” [sic]:

Pregava composição e modéstia, e condenava a soberba e a vaidade das falas, e o exemplo clamava: *Ecce homo*: eis aqui está o homem vestido de pele de camelo, com as cerdas e cílios à raiz da carne. As palavras de Batista pregavam desapegos e retiros do mundo, e fugir das ocasiões e dos homens, e o exemplo clamava: *Ecce homo*: eis aqui o homem que deixou as Cortes e as cidades, e vive num deserto e numa cova⁴⁸.

Um discurso que se conectava às aflições do medo de ir para o inferno e, por isso mesmo, intencionava tornar o vaidoso pecaminoso e distinto daquele que “ deveria possuir uma vida virtuosa e piedosa, preparando-se para a morte e se livrando do pecado”, como escrito por Vieira a respeito da pregação de Tomás de Aquino, ainda entre os anos de 1225 e 1274, ao

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987, p. 160.

⁴⁸ VIEIRA, Padre Antônio. *Sermão da Sexagésima*. Lisboa: [s. n.], 1655, p. 801.

elencar os sete pecados principais: vaidade, avareza, inveja, ira, luxúria, gula e preguiça. Sendo que a vaidade, para ele, era a que tinha a maior negatividade, responsável por “encher as almas humanas de falsidade na adivinhação que se distanciaria da divindade e se uniria a cooperação da malícia”.

É por tudo isso que, no primeiro capítulo, discutiremos o período de desmembramento e a política dos capitães-gerais no incentivo à produção agropastoril e proteção territorial contra a usurpação espanhola e resistência indígena. Aliás, quanto aos ameríndios, observaremos constantes reclamações dos moradores para o “descaso” das autoridades municipais e metropolitanas em resolverem problemas de quartelados, que, sem subsídios para alimentação ou armas, descreviam-se como alvos frágeis da resistência dos povos originários.

Frágeis ou não, parte da reclamação dos destacados fazia referência ao ambiente patrimonialista e corporativista da prestação de serviço em benefício próprio. Por isso o segundo capítulo demonstrará a existência de uma disparidade entre a intenção colonizadora de Lisboa e a realidade vivida pelos vilabelenses e cuiabanos. Enquanto a Coroa se preocupava em expandir e manter o território mediante diplomacia com a Espanha, os potentados locais, encerrados nos cargos dos conselhos municipais, promoviam a sua própria ascensão social. É o que veremos em três trajetórias. A primeira, de um nascido na capitania e que, mesmo sem se ausentar do seu local de origem, dedicou parte de sua vida à prestação de serviço à Coroa. A segunda, também nascido na América portuguesa, foi ao reino estudar na universidade de Coimbra e regressou ao seu continente de origem como juiz de fora. A última, um reinol que encontrou na América oportunidade para solavancar a sua carreira.

São três sujeitos em cargos institucionais que utilizaram os níveis hierárquicos para benefícios próprios. Uma situação que não fica nitidamente explicitada ao analisarmos as ações das pequenas pessoas, que por não pertencerem à elite, ausentam-se de conteúdo arquivístico em uma primeira leitura. Isso não impediu, contudo, que encontrássemos suas ascensões, mesmo que mais modesta ao compará-las com a elite. No terceiro e quarto capítulos desta investigação, portanto, por meio da legislação municipal e imperial, perceberemos que os homens do poder, ao dificultarem ao máximo que africanos, indígenas e seus descendentes conseguissem promoção social, não obtiveram sucesso em muitas de suas coibições.

1. UMA CAPITANIA *QUASE* EMPAREDADA PELO SERTÃO COLONIAL

Seguem-se elementos de uma visão geral da sociedade mato-grossense do final do século XVIII, organizados em função da leitura de algumas fontes primárias impressas e que permitem uma primeira entrada no contexto, abordando inicialmente questões que serão estudadas ao longo desta tese. Especial atenção é dada ao uso de algumas categorias pelos contemporâneos daquele período e, mesmo que estudá-las não seja uma finalidade em si, esses elementos constituem indícios de práticas cotidianas e resistências, sendo esses alguns dos nossos objetos de estudo, além de enfatizarmos uma ideia de sertão como muralha, que emparedava, em seu início, grupos de pessoas que reforçaram os mecanismos patrimonialistas e corporativistas do Antigo Regime; a percepção de que o funcionamento do mercado elevava o papel do capital mercantil regional de igual maneira à lógica do Antigo Regime; e, por último, a noção de que a instabilidade e a inclusão subordinada se cruzam insistentemente nesse ambiente de disputas.

O advérbio de intensidade “quase”, utilizado no título deste capítulo, diz respeito ao processo de ocupação mato-grossense. Um lugar que se distanciava centenas de léguas do litoral, e que estava ainda mais longe do reino, mas que não se manteve, contudo, totalmente apartado do restante da América portuguesa. Por meio de projetos colonizadores, coordenados pelas autoridades regionais e metropolitanas, fomentou-se a imigração interna, o mercado local e a economia agropastoril, o que contribuindo para conectar essa periferia ao centro do poder.

Em seu início, caminhos que foram abertos na década de 1710 direcionaram os moradores para o sul da colônia. Um pouco depois, na década de 1730, conectaram-se a leste da América mediante caminho terrestre que levava a Goiás, Minas Gerais, Salvador e Rio de Janeiro. Já mais adiante no tempo, no final da década de 1740 e principalmente a partir de 1752, o norte da colônia passou a ser conectado, com Belém e São Luís nas rotas do Rio Guaporé. Além disso, internacionalmente, Mato Grosso tinha a característica limítrofe com a América espanhola, interligando-se às províncias de Chiquitos e Mochos.

Foram, portanto, redes integradas que não deixaram a localidade completamente emparedada e desprovida de conexões. A própria documentação demonstra um cotidiano permeado de espaços abertos que congregavam distintas funções na vida dos mato-grossenses. Nos Anais da Câmara de Vila do Cuiabá, por exemplo, há informações registradas entre os anos de 1710 e 1830 que foram elaboradas a partir de uma exigência metropolitana da Real Provisão de 20 de julho de 1792, na qual a rainha D. Maria estabeleceu que o vereador mais velho de cada câmara seria o responsável pelo compilado memorialista. Ao ocupar esse cargo, Joaquim

da Costa Sequeira foi nomeado pelo ouvidor Diogo de Toledo Lara Ordenhas para a incumbência de relatar os fatos cuiabanos, principalmente com o auxílio de anotações deixadas por Barbosa de Sé, um renomado advogado local que antes de falecer direcionou sua biblioteca e seus diários ao conselho.

Além disso, documentos que demonstram a utilização desses espaços também aparecem nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em edições dos anos de 1850, 1865 e 1869, que contextualizavam a capitania naquilo que Bentivoglio, no tempo atual, afirmou ser um período de promoção de uma elite intelectual Oitocentista que utilizou os dados Setecentistas como subsídios para a proteção do território oeste em pleno período da guerra com o Paraguai⁴⁹.

Uma avolumado arquivístico empregado pelos historiadores que buscam encontrar as mais diferentes interpretações acerca do pretérito. Ao utilizar texto de Francisco de Souza Coutinho, por exemplo, que foi escrito no século XVIII, Divino Marcos Sena refletiu as relações sociais de moradores que habitaram Serra Acima no ano de 1809 e Freguesia de Brotas, em 1838. Para ele, homens e mulheres, livres ou cativos, integraram o mundo do trabalho ao serem utilizados para a prestação de serviço nas fazendas de gado, no caso da etnia bororo, ou na orientação das rotas fluviais, para o grupo munduruku, ambos acionados para assessorarem a colonização⁵⁰.

A mesma fonte foi útil para Mauro Cezar Coelho e Rafael Santos ao fornecer auxílio para ressignificarem o Diretório dos Índios e demonstrarem que, na época de sua elaboração, a principal finalidade almejada pela metrópole era ser “um conjunto de críticas e juízos construídos pelos agentes administrativos coloniais, avaliando as relações e o trato entre indígenas e colonos na vigência desse instrumento legislativo”. Na prática, contudo, esse documento atestou um verdadeiro abismo entre o desejo de Portugal e os colonos na América, que, por interesses particulares no uso da mão de obra nativa, mantiveram-se predispostos a utilizar a força ameríndia no trabalho rural⁵¹.

É nessa seara que Garcia e Mendes estudaram os cronistas e engenheiros Ricardo Serra, Francisco José de Lacerda e Almeida, Joaquim José Ferreira e Antônio Silva Pontes Leme, e

⁴⁹ BENTIVOGLIO, Júlio. A história no Brasil Imperial: a produção historiográfica na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). **Questões & Debates**, Curitiba, v. 63, n. 2, p. 287-315, 2015, p. 289.

⁵⁰ SENA, Divino Marcos de. **Livres e pobres no centro da América do Sul**: estudo sobre os camaradas (1808-1850). Dourados: UFGD, 2013, p. 102.

⁵¹ COELHO, Mauro Cezar; SANTOS, Rafael Rogério Nascimento do. “Monstruoso systema [...] intrusa e abusiva jurisdição”: o Diretório dos Índios no discurso dos agentes administrativos coloniais (1777-1798). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 100-130, jan./jun. 2013, p. 102.

perceberam que a compreensão territorial na época desses homens fez parte de uma referência política que tinha como principal finalidade defender a manutenção da área portuguesa no século XVIII. Na centúria posterior, ou seja, nos anos Oitocentistas, foram revisitados pelos intelectuais interessados em comprovar que a área, agora em disputa na Guerra do Paraguai (1864-1870), estivera nas mãos do Brasil desde o período da ocupação portuguesa⁵².

De igual maneira, Nauk Maria de Jesus trabalhou com algumas memórias de homens que foram considerados intelectuais para o seu tempo. Formado em advocacia, por exemplo, José Barbosa de Sá forneceu subsídios para investigações mato-grossenses surgidas, sobretudo, nos fins da década de 1990, quando muitas tipologias documentais passaram a contribuir para a historiografia sobre a capitania de Mato Grosso⁵³.

Inseridos no circuito de ocupação populacional que remonta à economia aurífera mato-grossense, escravizados, roceiros e povos originários são retratados, em uma história vista por baixo e sob a ótica de Maria Celma Borges, como produtores de alimentos responsáveis por abastecerem a capitania. Por meio de relatos monceiros, documentos avulsos e processos-crimes, a autora avançou nas impressões de viagens de intelectuais, como Francisco José de Lacerda Almeida, e percebeu que a presença ameríndia, ao mesmo tempo que significava para o observador português e colono uma dificuldade na manutenção de entrepostos comerciais, também contribuiu para a amenização da fome dos mato-grossenses devido às suas roças e metodologia de plantio. Aprendendo, assim, com as experiências dos povos originários a melhor maneira para sobreviverem àqueles espaços a oeste⁵⁴.

São documentos, portanto, que proporcionam ao investigador um sem-número de argumentos relacionados às temáticas do passado e, em especial, às problemáticas levantadas pela historiografia mato-grossense. Amplos registros do passado que possibilitam ao historiador compreender, a contrapelo, a atuação de pessoas, ricas ou pobres, na sociedade pantaneira até os dias de hoje, já que a finalidade de uma pesquisa histórica é proporcionar uma consciência histórica⁵⁵ do passado, presente e futuro, e que oriente as pessoas a situarem no tempo.

⁵² GARCIA, Domingos Sávio da Cunha; MENDES, Luís César Castrillon. Do restrito ao irrestrito: o diário de reconhecimento do Rio Paraguai por Ricardo de Almeida Serra na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). **Memória Americana: Cuadernos de Ethnohistoria**, Argentina, v. 25, n. 2, 2017, p. 135-147, p. 140.

⁵³ JESUS, Nauk Maria de. A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. **Território & Fronteiras**, Cuiabá, v. 5, n. 2, p. 93-113, jul./dez. 2012, p. 95.

⁵⁴ BORGES, Maria Celma. Escravos, roceiros e povos originários em Sant'Ana de Paranaíba: terra e liberdade nos campos do sul de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 45-67, jul./dez. 2012.

⁵⁵ RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 163-209, 2009.

1.1 AS PRIMEIRAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS DOS CAPITÃES-GERAIS DE MATO GROSSO E O EPISÓDIO DE ESTELIONATO PRATICADO PELAS AUTORIDADES CUIABANAS

No ano de 1765, o governador João Pedro Câmara navegou do Pará à capital Vila Bela, em Mato Grosso, para iniciar seu governo. Como era um período de confronto entre colonos, indígenas e espanhóis, precisou pedir “socorro à capitania de Goiás” para o fornecimento de homens. Constatando que o número das tropas mato-grossenses era insuficiente para o amparo bélico, resolveu recorrer aos escravizados da capitania, e enviou um pedido a José Paes Falcão, morador de Vila do Cuiabá e influente, para que disponibilizasse “bons homens” e destacá-los ao Presídio de Coimbra, às margens do Rio Paraguai⁵⁶.

Sua solicitação foi atendida e Falcão preparou “40 homens, entre os quais se compreendiam 24 pretos”. Todos armados. Foi, também, “fornecido de tudo o necessário para a larga campanha” e os direcionou a Vila Bela em 15 de abril para que ficassem à disposição do governador. Falcão, como poderoso local, deixou claro que não estava de acordo com os custos que essa movimentação causaria em seu bolso, “orçando a despesa em muito perto de seis mil oitavas de ouro”. Além disso, o inquietava a manutenção das famílias desses homens, porque tivera a “obrigação de sustentá-las e vesti-las todo o tempo que os seus maridos se achassem ausentes e no serviço de Sua Majestade”⁵⁷.

Uma responsabilidade que, ao que parece, era um dilema enfrentado não apenas por esse homem em específico. Outros moradores donos de escravizados dispuseram, em igual medida, de seus cativos. Não sem antes se manifestarem contra essa ordem. Acionando a câmara local, discutiram as possíveis perdas de escravizados em batalhas e, a partir da convocação do povo, deliberaram a “necessidade que se achava o general com o inimigo posto de frente”. Debatendo a respeito disso, no final, manteve-se o único recurso: continuar ofertando “um tal número de soldados, fardados e armados de espingardas, facão e patrona”, e remetê-los por ordem do conselho. Os potentados regionais, na verdade, cobriam a ineficiência numérica de soldados profissionais e o descaso metropolitano para a ofertar de novos soldados⁵⁸.

No ano de 1771, esse assunto causou “maior incômodo e mais avultadas despesas”, além de “lágrimas de mulheres pelos maridos, das mães pelos filhos e das irmãs pelos irmãos”.

⁵⁶ ANNAES do Senado da Câmara do Cuyabá, 1719-1830. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 92.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 93.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 93.

Lamentava-se os muitos recrutamentos e o descontentamento pelas “ordens sobre ordens do general”, que sempre mandava que “os chefes dos corpos auxiliares e ordenanças, sem perda de tempo, e quanto antes”, expedissem “gente e mais gente para socorrer a fronteira”, considerada sitiada pelos inimigos⁵⁹.

Foi nessa toada que mais uma vez José Paes e seu filho, José Paes Falcão, disponibilizaram seus homens e às suas custas também os fadaram e criaram uma companhia de cavalos, “chamada de usores, de que é capitão”⁶⁰. Era um envolvimento da sua família que não ocorreu despreziosamente. Mesmo demonstrando algum desconforto na obrigação de retirar a sua mão de obra compulsória e empregá-la na beligerância, os combates muitas vezes ocasionam prêmios aos seus vencedores, que podem ser um patrimônio, um cargo, um título ou até mesmo uma facilidade na extração aluvial. Essa atividade, aliás, era muito apreciada pela família, que se enriqueceu e aumentou seu cabedal, sua escravatura e sua influência regional ao ponto de estreitarem laços com os capitães-generais e requererem seus *prêmios dos campeões*⁶¹.

Se a família de José Paes Falcão estivera a maior parte do tempo envolvida de bom grado no recrutamento, muitos outras resistiram. Individualmente ou com apoio de familiares, homens atilaram planos para escaparem da obrigação do serviço militar, sendo soldados profissionais ou não. Foi o que aconteceu com Miguel de Queiróz Telles e Menezes, soldado que fugiu de seus companheiros e se embrenhou na mata. Procurado pelo Mestre de Campo Francisco Lopes de Araújo e “por alguns capitães do mato”, foi achado “pousado na entrada que vai para o Arraial dos Araés”. Acossado, entrou em confronto com seus superiores “ao modo com que costumam barroar os quilombos de negros fugidos, que é disparando as armas de fogo carregadas com pólvora, munição grossa e perdigotos”⁶². Uma coerção de dissidentes que, para findar seus tormentos, muitas vezes resultava em abatimento de vidas de homens livres que preferiam morrer da mesma forma que Miguel, ao escolher se esconder no sertão: com chumbo e pólvora no coração⁶³.

Em posse de 4 de outubro de 1772, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres foi recebido em Vila Bela pela “câmara, nobreza e povo na igreja matriz”, e com o reverendo

⁵⁹ ANNAES do Senado da Câmara do Cuyabá, 1719-1830. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 98.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 98.

⁶¹ ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília, DF: UNB, 1967, p. 318.

⁶² ANNAES, *op. cit.*, p. 101.

⁶³ É o sertão visto como o reverso da civilização. Aquilo que Fabiano em *Vidas secas* abandonaria quando chegasse ao desconhecido: “[...] iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. [...] andava para o sul, metido naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo difíceis e necessárias lições [...] chegariam a uma terra desconhecida e civilizada”. Cf.: RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 206.

pároco fazendo a benção de sua administração e cantando o *Te Deum Laudamos*⁶⁴. Uma bendita recepção necessária para aquele nobre português, que viera a partir do Porto do Rio de Janeiro, precisava depois de presenciar um fato relatado por ele como “um horroroso caso de morte”.

Era o assassinato “cruelmente dado” ao tenente dos auxiliares da Vila do Cuiabá, Manoel José Pinto, em seu engenho às margens do rio cuiabano. Um tiro de arma desferido por seu próprio escravizado e que provocou “lágrimas, confusões e susto na mulher e filhos do desgraçado defunto”. Aos responsáveis pela sua morte, “se retiraram furtivamente em uma canoa”, levando consigo “e à força, mais outros escravos da casa, mantimentos necessários”, passando-se todos “à Castela”⁶⁵.

Com fronteiras abertas, ao mesmo tempo que a “vastidão do sertão” apontada por Taunay na introdução de nossa pesquisa poderia sacudir os homens ao ponto de preferirem morrer sob a espingarda de seus companheiros, como foi o caso do soldado desertor elucidado anteriormente, também poderia denotar proteção a quem buscasse refúgio na sua taciturnidade. Foi por isso que, ao desferir contra o senhor, o escravizado fugiu em direção ao que era *desconhecido*, um lugar que poderia significar um promissor destino, principalmente aos que subvertessem a regra moral da época. Foi contra esse movimento de se refugiar nos espaços abertos que as autoridades decidiram construir fortalezas e presídios, instalações que além de proteção, também serviram como ponto de espia na movimentação de espanhóis, dos próprios colonos portugueses e de seus cativos.

O mesmo capitão-general que assistira à morte de um senhor de escravizado veio a produzir, logo nos primeiros anos de seu mandato, uma política para a proteção oeste, em especial o Rio Paraguai. Determinou, no ano de 1775, a criação de uma paragem em um lugar chamado Fecho dos Morros (atualmente próximo ao município de Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul), que seria chefiado por Mathias Ribeiro da Costa, responsável pelo ajudante Francisco Rodrigues Tavares e pelo auxiliar Miguel José Rodrigues⁶⁶.

Constantes relatos de fuga de escravizados fizeram com que Pereira e Cáceres determinasse a necessidade de “assegurar a nossa antiga navegação do Rio Paraguai” e para que em nenhum tempo possa passar vassalos de *outro monarca*, referindo-se ao rei espanhol,

⁶⁴ ANNAES do Senado da Câmara do Cuyabá, 1719-1830. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 101.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 101.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 106.

Carlos IV, e evitando que “invadissem estes domínios meridionais” na medida em que não prosseguissem “por este rio, nem pelos mais que nele desembocam subindo até suas fontes”⁶⁷.

O governador se preocupava com dois tipos de inimigos. Lembremo-nos, em primeiro lugar, dos valores civilizatórios da época e que apresentavam sentido de selvageria às sociedades com hábitos não europeus. Foi ao assimilar isso que Luís de Albuquerque se referiu às tropas do rei Carlos IV como *civilizadas*. Vizinha à Coroa portuguesa, a Espanha aproximava-se daquilo que era concebido civilizatório e f seus soldados orbitavam próximos aos portugueses. Por outro lado, também coibidos por essas fortalezas estiveram a população africana, indígena e seus descendentes, já distantes do padrão civilizacional. Sem origem europeia, esses grupos pejorativamente aparecem como bandoleiros, e por isso o projeto de Pereira e Cáceres tinha nas fortalezas uma dupla função: impedir o ataque espanhol e a dominação de uma outros civilização, e prevenir os assaltos indígenas, fugas de cativos e dispersão daquilo que seria violento⁶⁸.

Algo nesse sentido foi examinado por Russel-Wood ao empregar que o sertão, na época colonial, asseverava como um conceito que tinha um padrão “essencialmente eurocêntrico”, antagônico à Europa e com coerências inversas às europeias. Afastados do centro do poder, sociedades do interior da América, por exemplo, integravam ao grupo de *incivilizados*, que, em sua essência, para os homens do poder, a “ortodoxia da civilização acabava onde o sertão começava”. Um limite que se abria em discursos violentamente proferidos contra as pessoas compreendidas como elementos-problema e, por esse motivo, fazendo com que autoridades, tal como o capitão-general, referisse aos espanhóis como “civilizados” e aos povos originários como “incivilizados”:

Concebido pelos administradores coloniais, missionários católicos, e colonos que se orgulhavam de ser os representantes da civilização assim entendida pelos portugueses. Os brancos não se limitavam a viajar até o sertão: penetravam nele ou faziam entradas. Essas penetrações estavam associadas à conquista ou supressão⁶⁹.

Para a América hispânica, limítrofe a Mato Grosso, Schwartz e Lockhart afirmam que era uma área pertencente à Espanha e que atravessou diferentes momentos históricos que contribuiriam para findar naquilo que chamaram de “período colonial maduro”. Quando as hierarquias sociais estiveram compostas por grupos nascidos na colônia e não apenas por

⁶⁷ ANNAES do Senado da Câmara do Cuyabá, 1719-1830. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 106, grifo nosso.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 106.

⁶⁹ RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **História do Atlântico português**. São Paulo: Unesp, 2021, p. 280.

espanhóis e seu momento “amadurecido” estava nos níveis que se articulavam de acordo com a origem das pessoas, desde que fossem resguardadas as altas promoções às casas fidalgas:

A economia europeia local e inter-regional cresceu, ficou mais diversificada e racialmente fechada em si mesma (sem perder, de forma alguma, sua orientação básica para a exportação de prata). Esta foi a época da maturação da *hacienda*, uma forma de propriedade mais hispanizada e mais baseada na agricultura e na terra do que as *encomiendas*⁷⁰.

Sociedade amadurada aos olhos desses pesquisadores, leis e instituições buscavam resolver problemas específicos da América na área econômica, política ou social. Área jurídica útil para a demanda de grupos específicos, como os que viveram em Querétaro e Iucatã, que em seu início eram sociedades aluviais, mas foi desenvolvido um comércio responsável pela ascensão de *crioulos*:

À medida que proliferavam pessoas e as ramificações das instituições governamentais, o mesmo acontecia com as normas que criavam e recebiam. Leis, decretos e ordens específicas com muito da força da geral, vinham todo ano da Espanha para os funcionários... [...] mas parte dela era obedecida, parte rejeitada ou suspensa, e parte ignorada⁷¹.

No tocante a isso, Raminelli considerou que no Novo Mundo os “plebeus foram alçados ao segundo estado por meio do decreto do rei e não pela herança do título”. Referia-se à aplicação do agraciamento. Tanto na América espanhola quanto na portuguesa, essa ascensão mediante decretados para titulação foi um dispositivo utilizado pela Coroa como ferramenta para manter os potentados sob a influência do régia e tornando a população americana composta por *nobres vitalícios*, ou seja, com seus títulos válidos individualmente até a morte do titulado. No Velho Mundo, ao contrário disso, além da titulação ser vitalícia, seu enobrecimento era *perpétuo* e repassado por meio da linhagem, um processo que fortificava as pessoas nos níveis mais altos da sociedade. Em ambas as colônias, portuguesa e espanhola, ao mesmo tempo que o agraciamento servia como aparelho para o controle metropolitano, também possibilitava de igual maneira (ou ainda mais) o engrandecimento político de grupos regionais titulados, mesmo sem ser perpétuos. Isso quer dizer que ao ascenderem, passaram a cercear a vida cotidiana e vez ou outra agiam em favor da metrópole:

⁷⁰ SCHWARTZ, Stuart; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 155.

⁷¹ *Ibid.*, p. 156.

A ascensão ao cume da pirâmide social era impulsionada por dois fatores primordiais. Inicialmente era imprescindível o controle de grande fortuna que catalisava o poder e o prestígio no âmbito local. Em seguida estava a capacidade de contribuir com as causas levadas pelos soberanos. Os serviços prestados à monarquia podiam, então, alavancar rapidamente a honra de indivíduos que recebiam como recompensa régia os títulos de nobreza⁷².

Porém, assim como apontamos para a realidade colonial portuguesa, na hispânica havia um teto promocional. Cargos mais elevados se reservavam à nobreza perpétua e com patrimônio herdado ainda na época medieval e tradicionalmente alinhada ao monarca. Isso não impediu, entretanto, que muitas outras pessoas trilhassem acesso à elevação em ambas as Américas, como foi o caso da família de Falcão, em Mato Grosso, que ao demonstrarmos sua oferta de cativos, explicitava a estratégia de ganho na influência local:

As milícias negras e nativas formaram-se, em geral, a partir de ameaças externas, invasões piratas ou rebeliões e instabilidade interna. Em tempo de paz, a incorporação de não europeus nas forças defensivas era motivada por planos administrativos que constataavam a insuficiência militar em determinada localidade e a necessidade de sua complementação⁷³.

Foi exatamente isso que fez com que João de Albuquerque, ao ser nomeado em 1789 como capitão-general, passasse a se preocupar com a fronteira sul e enviasse tropas para o Presídio de Coimbra. Para isso, expediu ordem para que Vila Bela, no dia 12 de novembro desse mesmo ano, organizasse “onze militares pagos da Companhia de Dragões” e mais “40 novos auxiliares e 60 pedestres”, além de “300 homens, em cujo número entraram uma boa guarnição de auxiliares [...] para a defesa do perídio e povoação de Albuquerque”⁷⁴.

Se a vida desses mato-grossenses estivera marcada constantemente pelo alistamento militar, os conselheiros municipais, além de organizarem esses recrutados, também enfrentavam suas próprias disputas. Não foram, porém, alterações iguais as destacadas nas franjas da capitania, em constante atrito entre civilizados e incivilizados. No campo político municipal, o duelo arrostado era pelo controle das instituições e sempre disputadas por pessoas que estiveram – ou não – no mesmo nível hierárquico e nas mesmas torres de São Geminiano.

Foi o que ocorreu com João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres quando, afora seus pedidos de alistamentos, também enviara nesse período a notícia nada auspiciosa para que os vereadores de Vila do Cuiabá, recém-empossados nos cargos e representados por Joaquim

⁷² RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo**: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: FVG, 2015, p. 38-39.

⁷³ *Ibid.*, p. 178.

⁷⁴ ANNAES do Senado da Câmara do Cuyabá, 1719-1830. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 138.

da Costa Sequeira, que era o vereador mais velho e juiz ordinário da câmara, sustassem o processo de elegibilidade.

Contestado pelo capitão-general, que recebera denúncia da prática de falsificação de assinaturas nas atas do conselho, o responsável por chegar com a carta do capitão-general foi o Mestre de Campo Antônio José Pinto de Figueiredo, que entregou o documento para os camarários. Segue a transcrição do arquivo:

[Soube] que a notícia havia chegado por diferentes vias, que nessa Vila [do Cuiabá] se haviam *maquinado* e feito criminosas a algumas pessoas por *testemunhas peitadas*, que se *haviã invertidos uns assinados feitos com engano*, afirmando-se aos assinantes que eram para um fim e depois o aplicaram para outro. E que haviam feito subornos. Determino que cada um dos oficiais presentes passem uma atestação jurada sobre os fatos referidos, *sem comunicar a outrem*, e que fechada o seu nome por sobre escrito, entregue ao Mestre de Campo para arremeter no dia seguinte pela mesma hora para a capital [Vila Bela] pelos soldados⁷⁵.

Ao terminar sua leitura, o Mestre de Campo ficou com a sensação de dever cumprido, porque “estava acabada aquela ação”. Restava-o aguardar a resposta dos indiciados. Ao perceberem o teor, pronunciaram-se por intermédio de Sequeira, “então vereador mais velho e capitão do Regimento Auxiliar”, e, “dando um passo para adiante”, disse “como o general desejava certeza daquelas fatos, em seu poder estava uma terceira via de representação da posse”, por isso “manda[ria] buscá-la para enviá-la”⁷⁶.

Enérgico, ele mesmo foi à sua casa atrás da comprovação. Acompanhado dos capitães Joaquim Lopes Poupino e João de Godoy Moreira, vasculharam o ambiente e encontraram a ata e voltaram ao encontro do Mestre de Campo, dizendo que aquela era a via de representação e até mesmo Antônio José, o próprio Mestre de Campo, havia assinado.

Se realmente as assinaturas estivessem legítimas, por qual motivo o governador desconfiou desse estelionato? A resposta para tal pergunta foi encontrada por nós. Ao ajustarmos a lupa, vislumbramos antigas intrigas entre esse mesmo mestre e os atuais vereadores. Segundo alegação de terceiros, eles eram amigos do juiz de fora e que, por sua vez, era inimigo de Antônio José. Este, além do transportar a carta, teria sido o responsável por acusar a vereança de falsidade ideológica, que, ao assumirem o câmara, estiveram alinhados aos julgados do juiz de fora, algo que, nas palavras de Sequeira, “causou maledicência e fez crer que aquela representação foi dirigida falsamente à Sua Majestade”. Esses camarários, insatisfeitos, escreveram naquele mesmo dia do recebimento da correspondência acusante, uma

⁷⁵ ANNAES do Senado da Câmara do Cuyabá, 1719-1830. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 142, grifo nosso.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 143.

carta-resposta endereçada ao capitão-general em que pediam “satisfação daquela injúria que lhes havia sido feita e as pessoas que maquinaram isso”⁷⁷.

Ambiente sertanejo que tinha sua vereança, juizados, militares e governadores disputando entre si o acesso/controlado da região, essa organização que algumas vezes se dividia, grosso modo, em dois mundos que orbitavam em um mesmo espaço: a Coroa, representada pelo capitão-general; e a elite regional, nas mãos dos homens dos conselhos municipais e que, por seu turno, agiam como contraforça à metrópole e em benefício próprio, como no caso das possíveis assinaturas falsas.

Pelo que foi observado até aqui, a maior parte dos projetos dos capitães-generais consideraram a proteção das terras como prioridade na administração mato-grossense e enfrentaram inimigos “civilizados”, que eram os espanhóis, e “incivilizados”, grupos de africanos, indígenas e seus descendentes. Por outro lado, essa documentação também demonstra que enquanto os empossados como capitão-general utilizavam a tinta de suas penas para melhorarem o quadro militar, a elite local administrava em outra intenção: aumentar sua influência política regional. Não que isso significasse, contudo, que os potentados estivessem tranquilos em relação aos espanhóis e à usurpação de suas terras. Mas o peso era diferente. Em um ambiente que tinha uma política fortemente patrimonialista e corporativista, perder ou não léguas da capitania não seria para os donos do poder um assunto mais importante que a elaboração de estratégias para a sua própria promoção social.

1.2 CORPORATIVISMO E PATRIMONIALISMO NA FORMAÇÃO HIERÁRQUICA MATO-GROSSENSE

O vocabulário relacionado à organização política utilizado pelos colonos combinava a ótica sertaneja e o jargão das sociedades corporativas sujeitas à monarquia. Para a altura de 1796, por exemplo, Sequeira se referia a “republicanos, nobreza e povo” no que se notava localizar em Cuiabá um sentimento aristocrático que se distinguia, ainda, de um *povo* definido, aparentemente, por subtração, carência de prestígio ou oposição à *nobreza* local. Parecia definir uma categoria recém-chegada ao mundo do prestígio, utilizando-a ao lado da categoria *republicanos*, tal como o sentido na antiguidade romana e retomada pelos renascentistas, para

⁷⁷ ANNAES do Senado da Câmara do Cuyabá, 1719-1830. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 143, 144.

se referirem às pessoas que atuavam nos conselhos municipais. Uma carga que, à sua maneira, enobrecia os sertanejos⁷⁸.

Esse acionamento indica que instituições como os conselhos municipais não estiveram abordadas por seus contemporâneos apenas como uma representação política, mas, antes disso utilizadas como mecanismos corporativos para, primeiro de tudo, aumentarem a própria influência regional. Essa noção aparece em 1800, com as autoridades intencionadas em extrair diamantes do Coxipó e propositadas em “fazer socavar e repartir ao povo” ao nomear “mineiros que se julgarem aptos e necessários para a socavação [*sic*] do Coxipó”⁷⁹. É verdade que *repartir* poderia aludir à institucionalidade da aquisição de datas minerais, mas é notável a proximidade entre o *povo* e a ideia de *repartir*, sendo que para o primeiro, o poco, cabia a organização e execução de um pessoal apto e necessário.

Era ao lado desse corporativismo que a hierarquia estava vista como legítima, e, em 1788, ao deixar Cuiabá, Lacerda e Almeida exprimiu um jargão profundamente hierárquico aos homens livres que o acompanhavam na embarcação, chamando-os de “28 homens valorosos e destemidos, mas desconfiados, e *incivis por educação e ofício*”⁸⁰. Afirmava um tom hierárquico que combinava atitude de subordinação e de aproximação: eram úteis (valorosos e destemidos), mas reprováveis (*incivis*), e ambos, ao se unirem, definiriam a *inclusão subordinada* e denunciariam a presença de uma pilotagem hierárquica que deixa entrever o organicismo nas instituições⁸¹. Um jargão que também tinha a ver com um fenômeno relacionado às áreas de fronteira das Américas, como a de Mato Grosso, que Lockhart e Schwartz chamaram de fronteiras com grande população de indígenas sedentários e semissedentários:

Na franja semissedentária, as instituições de quase todos os tipos, especialmente a administração Real e a hierarquia do clero secular, eram débeis, com poucos participantes ingressos e influentes que nas regiões centrais [...]. Na fronteira, a tendência era parcialmente a inversa. O gasto com homens e dinheiro era, desde sempre, reduzido; mas, em termos relativos, *o papel das instituições (missões, guarnições com soldados pagos) tinha um peso desconhecido em outros lugares*, já que já que apenas havia pouca coisa que poderia atrair o migrante ibérico, pois a população civil era extremamente escassa e humilde, e, às vezes, inexistentes⁸².

⁷⁸ SEQUEIRA, Joaquim da Costa. Compêndio histórico-chronológico das notícias do Cuyabá, repartição da capitania do Mato Grosso, desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico**, Rio de Janeiro, série 2, tomo 6, p. 5-124, 1850, p. 34.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 41.

⁸⁰ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. **Diários de viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 65, grifo nosso.

⁸¹ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Artífices do Rio de Janeiro, 1790-1808**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008; LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Associativismo escravo e irmandades no Brasil**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

⁸² LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart. **América Latina en la Edad Moderna**. Madri: Akal, 1992, tradução nossa, grifo nosso.

No caso brasileiro, as discussões acerca da implantação da lógica administrativas do Antigo Regime nos trópicos têm em vista a presença de oligarquias mercantis promovidas e influentes, especialmente, a partir do século XVIII. No Mato Grosso, apesar da rusticidade, ou exatamente em virtude dela, o capital mercantil sertanejo se manifestava em discursos que legitimavam a sobreposição das condições de um mercado que ocorria instavelmente e com monopólios especulativos. Essa característica resultava na aristocratização do mercado e na prestação de serviço à Coroa na medida em que negociantes diversificavam suas atividades e se tornavam rentistas, senhores de terras e de escravizados. Um exemplo vem de Lacerda e Almeida, que, em 1788, referia-se ao otimismo, resultado da mineração e discutindo sobre uberdade:

[...] o que faz a riqueza do país, e que serve de grilhões aos homens, são as boas minas de ouro que tem, e de súdito quilate: e se não fosse o avultado preço do aço, ferro e escravos, dos quais morre uma grande parte pela malignidade do clima, seriam os mineiros mais ricos, e a Fazenda Real teria maiores rendimentos, pois na verdade são as minas mais rendosas que presentemente temos, e o único lucro que de semelhante terra pode tirar por se não poderem transportar os seus efeitos para os portos de mar: este o motivo porque os lavrados se contentam com a cultura do que somente pode ter consumo na terra, atendendo muito à qualidade e quantidade dos efeitos que para esse fim deve semear⁸³.

Colocava acento da preponderância do capital mercantil para explicar a timidez da mineração, e sua avaliação de uberdade e otimismo se reproduzia em relação a Cuiabá. Aparentemente, era diferenciada em Vila Bela, no Guaporé, mas que, na realidade, e como veremos mais adiante, ambas se alicerçavam economicamente na atividade agropastoril, e não na mineração. No entanto, para Lacerda e Almeida, Vila Bela, “muito povoada, o clima saudável, os víveres mais baratos, e em maior abundância: as fazendas de gado, que principiavam nas vizinhanças do Paraguai e eram muitas, e a criação do gado se multiplicava incrivelmente porque as cavas de ano e meio já tinham filho nascido”. O rio, situado a meia-légua da vila, fornecia “uma grande quantidade de peixe bom e barato, e de que se fazia considerável salga para os que moravam longe do rio, e para suprir a falta, que dele havia nos dois meses de maior enchente, que era pela Quaresma”. Preferiu, entretanto, destacar os minérios, com “as minas de ouro em nada inferiores às de Mato Grosso (Vila do Cuiabá), e o

⁸³ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. **Diários de viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 63-64.

Rio Coxipó, que tinha a sua foz uma légua abaixo da vila, tinha diamantes miúdos, que por ordem expressa são tiravam”⁸⁴.

Quanto ao comércio, rústico e sertanejo, era capaz de evidenciar dominância mercantil. A respeito disso, um trecho sobre a fazenda de Camapuã aborda questões importantes. Lacerda e Almeida descreveu, quando no final da década de 1780, um pouso estruturado como uma, aparentemente, lucrativa fazenda. Destinada a dar suporte aos viajantes, também foi tratada como “povoações fundadas no centro deste sertão somente com o fim de ter carros prontos para a varação das canos e cargas de um rio para outro”⁸⁵.

Surgida em 1720, abastecia com seus produtos os povoados próximos e, entre a variedade de ofertas, Lacerda e Almeida se referiu à carne e a produtos agrícolas como legumes, cana-de-açúcar. Essa fazenda possuía “sócios” que faziam “bons negócios” ao venderem os gêneros para as pessoas que por ali passavam em direção a São Paulo ou Vila do Cuiabá. Porém, seus investidores temiam a resistência indígena e a instabilidade nas negociações em decorrência de a área ser “infestada pelo gentio caiapó”, que resistiam aos colonizadores⁸⁶.

Foi nesse contexto que o Mestre de Campo Joaquim José Ferreira, logo depois de ser destacado ao Presídio de Coimbra, recebeu o relato dos constantes ataques dos povos originários ao lugar camapuense. Enquanto esse soldado esteve no cargo, entre os anos de 1790 e 1792, expediu 21 documentos, sendo que um pouco mais da metade dizia respeito a Camapuã e, desse total, outra metade fazia referência exclusivamente à resistência ameríndia.

Assunto corriqueiro, além de atacarem o entreposto, a própria fortificação era alvo de seus assaltos. Em 1790, quando Joaquim havia recém assumido a chefia e tivera a colaboração de soldados de esquadra, soldados comuns e 45 pedestres, foi informado que os povos originários da região estavam armados com *chifarotes* doados pelos espanhóis. Ataques com armas que um escravizado de Manoel Peixoto, morador de Camapuã, denunciou aos soldados quando foi ao presídio a pedido de seu dono para conseguir pólvora, balas e armas a serem usadas nesse enfrentamento⁸⁷.

Essa revelação indica, primeiramente, a escassez de armas em Camapuã, o que facilitaria a vitória dos Caiapó e a derrota dos colonos; em segundo, uma resistência que estremecia os portugueses na medida em que, taticamente, os ameríndios invadiam e se

⁸⁴ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. **Diários de viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944., p. 64-65.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 79.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 80.

⁸⁷ CARTA do sargento-mor e comandante-mor Joaquim José Ferreira... Vila do Cuiabá, 30 de abril de 1792. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-CA-0151, f. 2.

apossavam das roças e dos produtos a serem comercializados. Inclusive, em um dos confiscos mediados por Joaquim José, ficou claro que o esvaziamento dos armazéns de Camapuã refletia na saúde dos soldados e desfalcava, ainda mais, os seus homens, com os adoentados vindo a falecer por falta de assistência medicamentosa.

Aliás, em março de 1791, esse sargento-mor enviou a Vila do Cuiabá um dragão cego e um pedestre *descadeirado* para que fossem cuidados pelo cirurgião Xavier, pois naquele presídio a alternativa de tratamento era insuficiente. Nessa mesma diligência havia ido um outro soldado, que sofria de *virilha rendida* e não encontrou procedimento terapêutico naquelas margens do Rio Paraguai. Esfacelados, como se observa, a falta de acesso à saúde deixava aqueles homens frágeis e débeis frente aos indígenas⁸⁸.

Por outro lado, por meio de redes comerciais e entrepostos como Camapuã, materiais cirúrgicos, remédios e outros produtos chegavam aos desgarrados que viviam nas franjas da capitania. Isso ficou pertinente em um texto escrito por Francisco de Souza Coutinho, irmão de Rodrigo de Sousa Coutinho, então governador do Pará. Narrando sua navegação de Belém a Mato Grosso por meio de canoas com remeiros indígenas que eram, teoricamente, jornaleiros, afirmou que o percurso precisava de maiores investimentos, pois “tais viagens e tais empresas só podiam realizar ou por negociantes de cabedal grosso e de crédito, ou, por muito, quando se incorpora ao menos na passagem das cachoeiras”. Uma presença mercantil que, para ele, influenciaria os preços dos sortimentos, referindo-se aos “súbitos preços dos gêneros de Mato Grosso” e à “carestia dos gêneros de primeira necessidade”. Fatores que poderiam, segundo seu pensamento, atrasar a extração do ouro na medida em que não subsidiariam as necessidades nutricionais dos trabalhadores. Contra isso, defendeu que as despesas dessa reformulação dos caminhos deveriam ser financiadas pela Coroa, pois isso reduziria os “preços dos fretes” para “qualquer comerciante”⁸⁹.

Mas não era o que acontecia na realidade. Em 1797, Souza Coutinho se referiu aos preços de escravizados que entravam na capitania pelo trânsito Pará–Mato Grosso, sendo comprados por “130 \$ até 150 \$”⁹⁰. Um valor astronômico para a época e cerca do dobro do que se pagava no Rio de Janeiro⁹¹. Importância financeira que atesta, realmente, o caráter de centralidade da dominação mercantil sertaneja e pantaneira que tornava Mato Grosso um

⁸⁸ CARTA do sargento-mor e comandante Joaquim José Ferreira... Vila do Cuiabá, 10 de março de 1791. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-CA-0126, f. 3.

⁸⁹ COUTINHO, Francisco de Souza. Informação sobre o modo porque se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do Estado [1797]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 28, p. 38-69, 1865, p. 46.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 47.

⁹¹ FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

destino enriquecedor para a comercialização de cativos. É exatamente em virtude disso que iremos, mais adiante, analisar o fomento das rotas do tráfico, internas e externas, como uma das principais bandeiras governativas dos capitães-generais ao assumirem seus cargos.

Essa dominação tinha uma dimensão adicional nesses monopólios comerciais e, em trecho de Lacerda e Almeida, é abordada a ligação entre comércio e violência como parte do aspecto da vida sertaneja. Provavelmente esse engenheiro estava norteado pela ideia, já debatida, que concebia a civilização do litoral e/ou Europa e a selvageria do interior. Mesmo assim, é inegável a existência de um comércio que andava ao lado da atividade armada, já que a resistência indígena, a revolta cativa e os espanhóis eram contratempos encontrados nessas rotas internas. Uma expedição, por exemplo, quando chegou, em outubro de 1781, ao *Salto do Teotônio*⁹², deparou-se com:

[...] os comerciantes de Mato Grosso com 13 canoas traziam 6 meses de viagem. Eles tinham sido atacados pelo gentio 5 vezes, e de uma feriram algumas pessoas e mataram a um índio remeio de uma montaria, na boca do Jamari (2ª cachoeira). Os comerciantes fizeram-lhes uma emboscada, em que mataram quatro, e a um principal, que se supôs ser isso pela distinção das penas com que vinha adornado, como também o seu arco e flecha⁹³.

Tal episódio é útil para compreendermos a posição dos classificados como negociantes-comerciantes que estiveram propensos a se tornarem senhores de terras e de homens, bem como a circunstância de que a atividade de extração não eliminou efeitos de uma indução na formação de unidades produtivas agropastoris em novas regiões abertas e, com isso, alavancar o poder social. Um enlace que adicionava outra característica: eles eram, constantemente, recrutados como soldados. Ao se referir às dificuldades de enfrentamento das cachoeiras, que exigiam “demora de meses” para sua navegação, Coutinho afirmava, em 1797, ser necessário um assentamento ali de um “corpo de gente” composto por pessoas já habituadas, como eram “as de Mato Grosso”. Para o abastecimento desse possível grupo de soldados/moradores, escreveu sobre o perfil de agricultores e esperava que fossem “homens capazes de trabalho, que conhecessem as vantagens que podiam tirar dos estabelecimentos que formassem” e que soubessem “procurar recursos e se preservar da intempérie do clima e das estações, que do vício

⁹² Nome em homenagem a um dos homens que vamos ter sua trajetória estudada no capítulo seguinte. Era Teutônio de Gusmão, um juiz de fora que foi indicado por Antônio Rolim de Moura para acompanhá-lo na fundação de Vila Bela e prestar seus serviços à Coroa.

⁹³ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. **Diários de viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 23.

da administração, sem recorrerem às fugas e deserções, a que os índios única e indistintamente recorriam”⁹⁴.

Seguiu com elementos que seriam necessários, sendo, “preferencialmente”, “homens brancos e escravos, [...] os únicos lavradores atendíveis neste país”, já que com os indígenas, para ele, só se poderia contar caso se tratasse dos que “estes se agregarem, [...] os que por bom partidos e tratamentos” se conservassem. Ou seja, “se fossem misturados com aqueles, como nas mais povoações e nos mais distritos deste país tem sucedido”. Do contrário, “tudo o mais seria violento, e o que assentasse sobre violência não poderia continuar, nem prosperar”. Uma visão enérgica dos futuros agricultores que condizia com um impulso ilustrado e com o projeto de incorporação de indígenas à sociedade por intermédio da agregação aliada ao trabalho compulsório africano⁹⁵.

Ao formular projetos de colonização da região das cachoeiras a fim de liberar a navegação entre Mato Grosso e Pará, Coutinho expôs sua visão negativa a respeito dos possíveis colonos e moradores. Elaborando um plano, marcou uma espécie de trabalho compulsório que não seria apenas dos escravizados, mas também indígenas e de brancos pobres. O problema para o capitão-general, no entanto, era a preguiça dessa gente, que na sua visão, se tornava “o poderoso inimigo destes habitantes e a mais poderosa causa entre muitas outras no seu atraso”⁹⁶.

Para ele, a saída seria o endividamento dessas pessoas, que garantiria a não usurpação de seus postos de trabalho. Como estratégia, criaria as condições para constituir no local, mediante Fazenda Real, uma rede credora, pois, “de outra forma não farão mais que vegetar inutilmente”⁹⁷. Deixava claro o papel demiúrgico organizado ao redor dos mecanismos financeiros e creditícios no período colonial, em que a dívida era poder político – ideia defendida nesta tese e que iremos debatê-la com mais cuidado no próximo capítulo.

O documento citado contém outro elemento na definição dessa dívida: uma percepção negativa do homem comum e que se unia ao *projeto civilizador* de uma sociedade que o praticava por mecanismos mercantis e de acordo com suas necessidades mercadológicas. Serra escreveu sobre os descobertos do “famigerado João de Sousa”, na segunda metade dos anos de

⁹⁴ COUTINHO, Francisco de Souza. Informação sobre o modo porque se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do Estado [1797]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 28, p. 38-69, 1865, p. 56-57.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 57.

⁹⁶ Em sentido semelhante, Marcelino Rodrigues escrevera, em 1776, a Luís de Albuquerque sobre a força militar de que dispunha no Forte de Coimbra, enumerando dragões, pedestres, auxiliares, caçadores e a companhia da ordenança. Por fim, concluiu que “de todos esses, só os pagos são capazes de aparecer, que os mais não podem ser mais inúteis”. Cf.: COUTINHO, *op. cit.*, p. 88.

⁹⁷ COUTINHO, *op. cit.*, p. 66.

1740. O autor fornece relances sobre a relação entre poder pessoal e colonização, e sobre o lugar do comércio no bandeirismo. Sousa navegou os rios Sumidouro, Arino e Tapajós examinando *auríferos lugares*, mas uma proibição régia de se extrair riquezas daquela área, ocasionou em sua “prisão e castigo”⁹⁸. Não obstante, as “apertadas ordens” não o dissuadiram e, dias depois, “se aprontou logo para vir clandestinamente conduzir e dispor canoas de comércio nestes lugares”. Esbarrou-se, contudo, com enviados oficiais que percorriam o trajeto pelo Rio Guaporé até Belém. Apesar de estar clandestino, diferentemente da situação anterior, trocou informações com as autoridades sobre o ambiente e conseguiu passar ileso, demonstrando a existência de algo próximo ao corporativismo mercante.

Aquilo que se fazia referência em sua explicação, com tom de lugar inóspito de uma área já ocupada em termos coloniais, recebeu alerta dos oficiais que conversavam com João de Sousa. Atendendo pelos nomes de João Leme do Prado e Francisco Xavier de Abreu, esse grupo reunido naquelas águas, em consenso, concordaram com “o alto preço porque se vendiam os gêneros de sua carregação nas minas e arraial de S. Francisco Xavier da Chaga, então olhado como a capital das minas de Mato Grosso”, que era um lugar “adjacente ao Guaporé e do muito ouro que nelas corria”. Em decisão autônoma, resolveram, então, aproveitar da oportunidade e “vender a sua carregação ao dito arraial, uma atividade que aparece em termo decisivo na documentação, em canoas de negócio”⁹⁹ e apropriação de um mercado especulativo.

Precursores, esses homens inauguraram uma rota comercial que iria ser utilizada em demasia somente após a instalação de Vila Bela, no governo de Rolim de Moura, mas desde já, como apontado, aparece um vocábulo de negociantes que buscavam brechas para adentrarem os sertões e asseverarem a sua dominância mercantil, reconhecida, especialmente e principalmente, por se tratar de áreas de mineração como verdadeiros pesadelos logísticos para as autoridades¹⁰⁰, como se observará ao longo de todo este estudo.

Grandes espaços abertos de Mato Grosso que foram tratados pelos seus contemporâneos como, em um primeiro momento, uma muralha, mas possível de ser transpassada. Inclusive se a sua ruptura significasse uma vida diferente da que se vivia nos distritos vilabelense e cuiabano. Na condução de um prisioneiro de Nova Coimbra para a missão de Santana da Chapada, por exemplo, após a passagem por Albuquerque, um soldado dragão manteve o homem seguro com ferros em face do sertão. Mas, bobamente, tirou-lhe os grilhões em uma povoação ou sítio e o

⁹⁸ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Navegação do Rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, escrita em 1779, sendo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 9, p. 1-16, 1869, p. 11, 12.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 11, 12.

¹⁰⁰ MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

deixou apenas com uma corrente no pescoço. É claro que o prisioneiro escapou e o narrador reprovou o soldado ao responder que só poderia ter tirado os ferros “nos termos do favor do sertão, onde era mesmo impossível a fuga por falta de todo o socorro humano”¹⁰¹.

Dubiamente, o sentido de abertura do sertão, além de significar libertação, muitas vezes tinha a tarefa de amarrar os colonos uns aos outros, como relatou Coutinho, em 1797, ao afirmar que a área poderia funcionar como muralha em relação aos escravizados, “ainda querendo fugir, os continha o medo do gentio e país que desconheciam”¹⁰². É uma meia-verdade. Como já defendido por nós, os locais que poderiam significar aprisionamento, na mesma intensidade denotariam liberdades, principalmente para aqueles que, por algum motivo, subvertiam a ordem pública. São locais, portanto, que fazem prevalecer classificações de libertação, aprisionamento e/ou violência. Serqueira apontava para uma conturbada política ao administrarem esses sentidos antagônicos das terras em expansão. Com anotação relativa a 1796, depositava a instabilidade social às classes de “intrigantes, flagelados da humanidade, inimigos do sossego público e *aduladores*”¹⁰³, pessoas que, para ele, esgarçavam o tecido social não só com seus comportamento na vida cotidiana, mas pelas formas espúrias de inserção nas instituições, referindo-se aos promovidos nas torres de São Gimignano.

Além de aparecerem como *aduladores*, encontraram-se *vaidosos*, como relatado pelo ouvidor-geral Morillas e em título deste trabalho. Todas são definições que exacerbam um poder dedicado aos reinóis, com ligação próxima à Coroa, mas que também atuaram na capitania como homens que concentraram o capital mercantil regional e influência. Em 1796, uma rede de delações foi derrotada após ter enviado denúncias falsas ao governo da capitania, e uma das condenações foi expulsar de Mato Grosso um dos réus, em essência, ao “exílio”:

[...] presos dois representantes [tratava-se dos que apresentaram representações falsas em outubro de 1746], Santo e Sete Diabos, por efeito de uma portaria de S. Exa, pela qual também é determinado que fosse, como foi, avisado Joaquim Geraldo Tavares para despejar a capitania até maio do ano futuro, por assessor de intrigas, e de fato se foi embora para a Bahia¹⁰⁴.

¹⁰¹ SEQUEIRA, Joaquim da Costa. Compêndio histórico-chronológico das notícias do Cuyabá, repartição da capitania do Mato Grosso, desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico**, Rio de Janeiro, série 2, tomo 6, p. 5-124, 1850, p. 16.

¹⁰² COUTINHO, Francisco de Souza. Informação sobre o modo porque se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do Estado [1797]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 28, p. 38-69, 1865, p. 49.

¹⁰³ SEQUEIRA, *op. cit.*, p. 35, grifo nosso.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 38.

Interessante como a concepção de banimento acompanha a mesma subjetividade do sertão. Sem ser benquisto na capitania pantaneira, o destino de Joaquim foi a sua proscrição para a Bahia, um local que, em tese, alicerçou uma política e economia mais forte que a mato-grossense, tornando-se o centro administrativo colonial desde os primórdios, sendo, inclusive, nessa mesma época, o único tribunal da América portuguesa. Fato que, por si só, demonstra a sua importância continental.

O texto de Coutinho tem um tom ilustrado e moderno na medida em que emprega um sentido de progresso econômico na sua escrita. Percebemos um linguajar que aponta para oposição entre sociedade e Estado, entre público e privado: “a falta de subdivisão de trabalhos é a que motiva o maior obstáculo a este comércio” e os “estabelecimentos que ela exige são superiores aos recursos dos particulares”. Uma ilustração que tinha seus termos empregados e voltados a endereçar um Estado e uma sociedade aplicada aos “povoadores”¹⁰⁵ como se eles fossem os responsáveis pelo ganho econômico e independentemente de a Coroa investir ou não na fomentação de atividades agropastoris e comerciais.

Quanto à navegação fluvial do Pará para Mato Grosso e ainda em tom ilustrado, escreveu que nada estimularia melhorias nos perigos encontrados pelo caminho, na despesa e nem “na extraordinária mortandade dos índios”. Queixava-se, na realidade, da “conservação dos índios que era considerado por pouca coisa” e que mobilizava o projeto ilustrado de colonização. Seus planos consistiam em fazer com que a Fazenda Real enviasse colonos, custeando inicialmente com o erário e estipulando o prazo de cinco anos para a quitação dessa dívida por parte dos moradores, “a qual cada casal, seus escravos de um e outro sexo, as ferramentas que precisarem e os gêneros para seu sustento e de sua família no primeiro ano”. Porém, desde que “não exceda os termos e limites razoáveis, tudo a escolha e convenção de preços dos mesmos colonos”¹⁰⁶. Compreendido como instrumento essencial para a ocupação, era necessário o endividamento dos habitantes e até mesmo proibi-los de negociarem seus cativos para amortização da dívida, já que essa liquidação seria em detrimento à perda da mão de obra compulsória.

Terminava o autor por limitar a possibilidade de acesso aos incentivos, consistindo-o aos “primeiros doze que se oferecerem, sendo casados, mostrando que eram lavradores e não tinham crimes”. Era isso, no seu ângulo, que atrairia incentivos no primeiro ano, além de uma

¹⁰⁵ COUTINHO, Francisco de Souza. Informação sobre o modo porque se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do Estado [1797]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 28, p. 38-69, 1865, p. 42.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 42.

passagem gratuita para o destino e a moratória daqueles que estivessem endividados antes mesmo da viagem.

Até mesmo os ameríndios e seus descendentes integraram parte desse projeto, aceitavam na “liberdade d’ajustarem e conservarem em seu serviço os casais de índios que voluntariamente quisessem acompanhar”. Como já demonstrado anteriormente, por fazer parte de um contexto com poucos soldados profissionais, o recrutamento era necessário e constante em Mato Grosso. Para aqueles que encabeçassem a ocupação territorial nos termos projetados por Coutinho, havia uma chance de se esquivarem dessa obrigação, ou seja, uma “isenção de recrutas para seus filhos, a do serviço mesmo que auxiliar, exceto em defesa do próprio distrito”¹⁰⁷.

Já foi mencionada a ligação feita por Souza Coutinho entre comércio e poder. Em 1797, explicitava outros contornos disso e deixava claro que a despersonalização, a princípio esperada das trocas mercantis, era medida substituída por violentas personalidades que envolviam os comerciantes ao poder regional. Usou, então, o discurso de que era preciso “reconhecer quando são violentos os meios de que depende este comércio e a sua conseqüentemente precária existência”, e indicava que, baseado na promoção individual, suas relações eram instáveis, oscilantes e, acrescenta-se aqui, especulativas¹⁰⁸.

Ausência, portanto, de encaixes nos níveis hierárquicos e que significava que cada autoridade se remetia independentemente ao rei (no caso sertanejo, ao governador). Apontava, por seu turno, a uma forma de organização administrativa inclinada à proliferação do personalismo, ao patrimonialismo e à referência direta ao Estado. Uma centralização burocrática que não era, entretanto, a mesma do sentido weberiano¹⁰⁹, e sim com especificidade pantaneira:

For such a system to work, every official, every individual, and every institution had to be in direct touch with the king, for if a hierarchy of communication existed, individuals would work to please the next echelon, not the king. Thus, in the Spanish system, the basic premise of preference within the empire specified that all patronage and preferment came from the king as a reward for service in this interest¹¹⁰.

¹⁰⁷ COUTINHO, Francisco de Souza. Informação sobre o modo porque se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do Estado [1797]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 28, p. 38-69, 1865, p. 64-65.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 51.

¹⁰⁹ Uma burocracia guiada por normas que tinham atribuições bem definidas e criteriosas para escolher seus funcionários de acordo com suas competências técnicas e qualificações. Cf.: WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: UnB, 2000. v. 1.

¹¹⁰ LOMBARDI, John. **Venezeula**. Oxford: UP, 1982.

Observamos nos relatos de Sequeira que as iniciativas de ocupação estiveram organizadas por intermédio de práticas patrimoniais, e a todo momento se fazia referência à violência indígena, vista como gratuita pelos colonos e, para nós, como resistência aos projetos de colonização. Em 1781, em plena Viradeira, indígenas avançaram sobre os sentinelas, matando-os e fugindo com as armas dos falecidos. A tropa que restou ficara em situação “pior do que foi para o sertão”:

Por ordem do nosso Exmo general, saiu neste ano outra bandeira contra o gentio bárbaro, à custa da Real Fazenda, em canoas pelo Rio Cuiabá abaixo, e depois de se haverem aprisionado duzentos e tantos índios bororós, não chegaram a ver à esta vila por que, vindo no sertão com marcha a nossa gente com os índios presos, fizeram algo para comer, e porque havia suas grutas silvestres foram se espalhando os nossos soldados, sem se lembrarem de que vinham acompanhados de inimigos¹¹¹.

Por conta dessas características da população mato-grossense – que era pequena, mas com grande proporção de escravizados, como será visto adiante, e sempre cerceada por indígenas, com os quais o relacionamento era extremamente difícil –, não nos surpreende que aparecessem relatos como o de 1800, ano que um “preto que fora aprisionado no engenho do Rio da Casca e um índio de nação Xavante”, ambos na cadeia, “asseveraram” haver, no “sertão Norte”, “um grande quilombo de pretos fugidos”. Como uma das iniciativas do governo era a contenção da fuga, o general expediu bandeira guiada pelo preto e pelo ameríndio, comandada por José Luiz Monteiro. A fim de prender os fugitivos e remetê-los à vila, tudo acabaria, todavia, em noção de guerra justa em relação a indígenas e em morte. O comandante Monteiro “não achou o quilombo dos pretos por terem sido todos assassinados pelo gentio Xavante”, a quem ele conquistou e conduziu à vila; e por vários Pacairys, que S. Exa “fez repartir pelo povo e como estranharam o alimento, morreram quase todos”¹¹².

Ambiente com forte patrimonialismo e violência nas relações sociais, não espanta que aparecessem em demasia os *escravizados de peleja*¹¹³. Ao referir a João de Sousa, que abriu o comércio de gêneros do Pará para Mato Grosso nos anos de 1740, ainda antes da fundação de Vila Bela, aventurou-se pelos sertões e se tornou um “célebre sertanista”, “com a sua fazenda e

¹¹¹ SEQUEIRA, Joaquim da Costa. Compêndio histórico-chronológico das notícias do Cuyabá, repartição da capitania do Mato Grosso, desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico**, Rio de Janeiro, série 2, tomo 6, p. 5-124, 1850, p. 12.

¹¹² *Ibid.*, p. 42.

¹¹³ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Escravos de peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850). **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 18, p. 131-152, 2002.

escravos próprios”¹¹⁴, um contexto que também apareceu em Lacerda e Almeida, tendo como referência os anos de 1780, ao escrever que os caiapó:

Insultando no Coxim a uns comerciantes que navegavam para Cuiabá, o administrador da fazenda, para os intimidar, mandou um destacamento composto de alguns mulatos libertos e de outros escravos da fazenda, homens, na verdade, capazes de se lhe confiar qualquer empresa em que se deva ter valor intrepidez¹¹⁵.

Grupo que chegou a “fazer boa presa de rapazes e mulheres de toda idade”, e, além da antiga valoração dos escravizados de peleja, notamos o envolvimento de libertos na preação indígena, o que constituía uma inclusão subordinada. Inclusive sendo utilizada pelo conde de Azambuja ao afirmar, no início dos anos de 1760, de que “nos servíamos dos mesmos escravos para rondas e patrulhas”, e demonstrar que cativos eram integrados à parte do sistema de proteção regional. Ambiente fronteiriço, parecer ter feito as autoridades se lembrarem até mesmo dos jesuítas, que àquela altura já estavam expulsos dos domínios portugueses. Após a fundação de uma igreja, houve o traslado do Santíssimo, carregado pelo vigário e ladeado pelas imagens de Santana, Santo Inácio de Loiola e São Francisco e, no meio disso, não nos surpreende ter havido o cargo de “Dr. juiz de fora conservador da missão”, usando, como descrito, a expressão *missão* para um cargo secular e que era eleito e nomeado¹¹⁶.

Aparecia vez ou outra na documentação a ideia de uma missão pilotada por leigos ou por pessoas que, mesmo de atuação religiosa, agissem em nome do Estado. Em 1797, Souza Coutinho fez referência retrospectivamente a uma “útil ideia do juiz de fora de Vila Bela, irmão do conselheiro Alexandre de Gusmão” (era Teotônio de Gusmão), que foi dar “princípio e fundar nas cachoeiras uma povoação de índios, a qual se extinguiu após a morte do juiz de fora”, e continuou descrevendo que “[...] se fundou nas cachoeiras da nação mura, que habita ainda aquelas mesmas terras, vagando como costumam os mais gentios, ora pelo interior e terras altas, ora pelas margens dos rios, seguindo a diferença das estações e as guerras que têm entre si”¹¹⁷.

¹¹⁴ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Navegação do Rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, escrita em 1779, sendo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 9, p. 1-16, 1869, p. 122.

¹¹⁵ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. **Diários de viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 81.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 8, 12.

¹¹⁷ COUTINHO, Francisco de Souza. Informação sobre o modo porque se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do Estado [1797]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 28, p. 38-69, 1865, p. 56.

Lugar geográfico intentado naquilo que “deveria ser uma aldeia de índios como qualquer outra deste país”, mas que se tornou assunto do qual Coutinho anotou, provavelmente sob a vigência do Diretório dos Índios, que “os diretores reduziram os índios” e os consideraram “como servos ou escravos, e a povoação como curras d’eles”. Aludindo à resistência que, para sua ótica, não respeitava “à vontade, o interesse e a propriedade e vida”, mesmo se esforçando para torná-los súditos (ou algo próximo disso). A única opção seria, portanto, seguir as leis e “haver um diretor que não abusasse de suas disposições e da confiança”, o que implicaria, assim, “considerar que são brancos os moradores d’ela” (das etnias). Uma significativa interpretação da autoridade que equivaleria a “considerá-los brancos” e apontando, com isso, para diferenças étnicas e justaposição social direcionadas pela mestiçagem¹¹⁸.

De tudo que observamos até aqui, a utilização do comércio como fonte de enriquecimento e ganho de poder se tornou o principal dispositivo acionado pelos potentados para se integrarem ao sistema patrimonialista e corporativista do Antigo Regime. Um grupo que esteve interessado em ascender via sistema corporativo, mas que encontrou indígenas, africanos e seus descendentes como elementos que dificultavam a promoção individual, as redes de negócios e a proteção do território.

Uma descrição que foi encontrada em um documento do Mestre de Campo Joaquim José Ferreira, que no ano de 1791 assinava como sargento-mor do Presídio de Coimbra e requeria do governador alguns dragões, soldados e mais doze pedestres para que fossem enviados às missões espanholas próximas ao Povoado de Albuquerque. Aproveitando-se desse momento, também viera a solicitar tropas auxiliares, argumentando se preparar para o contra-ataque de uma provável invasão espanhola na área¹¹⁹.

Em observação, esse nervosismo constante fez com que não apenas Joaquim José se atentasse à possibilidade da perda do controle de sua região, mas também seu antecessor, sargento-mor Marcelino Roiz, sentiria a mesma pressão. Um homem que, enquanto esteve nesse cargo, presenciaria a etnia guaicuru invadir sua fortaleza e sacudir a sua alma e a de seus soldados. Um turbilhão de combates ocorridos em uma noite de verão e marcados pelos cantos das corujas.

¹¹⁸ COUTINHO, Francisco de Souza. Informação sobre o modo porque se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do Estado [1797]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 28, p. 38-69, 1865, p. 55.

¹¹⁹ CARTA do sargento-mor e comandante Joaquim José Ferreira... Vila do Cuiabá, 10 de março de 1791. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-CA-0126, f. 2.

1.3 RESISTÊNCIA INDÍGENA E ORGANIZAÇÃO MILITAR MATO-GROSSENSE

Como observado, a situação bélica da capitania foi uma das prioridades dos capitães-generais ao assumirem seus governos. Para incentivar o envolvimento de civis nesse processo, ofertavam-lhes patentes e propagavam um discurso a respeito dos riscos de usurpação territorial e resistência ameríndia. Em 1801 foram dadas “ordens” para que “os poucos roceiros d’este distrito” e lavradores fornecessem aos Armazéns Reais alimentos em contribuição para o abastecimento das tropas. Organizando a oferta agrícola, reservava obrigatoriamente uma parcela aos soldados, sendo a mesma coisa para as “lojas de negociantes da terra”, que deveriam vender à câmara seus gêneros por menor preço, mais acessível, sendo que, em contrapartida, receberiam “com palavras à vista”¹²⁰.

Representante direto da Coroa nesse sistema político, sertanejo, patrimonialista e corporativista, a comunicação ocorria quase exclusivamente entre capitão-general e conselheiros municipais. Em 1778, por exemplo, ao receber uma ordem do governo mato-grossense, a Câmara de Vila do Cuiabá se reuniu para escolher os responsáveis pela fundação de um novo povoado no Rio Paraguai:

[...] marchou o capitão-mor João Leone do Prado, natural da Vila de Itú, da capitania de São Paulo, com sua família e outros muitos casais a fundar uma povoação à custa da Real Fazenda, no lugar e morro das Pitas, sítio à margem do Rio Paraguai, pela parte do poente, que se apelida de povoação de Albuquerque [...] depois de haver o dito capitão-mor explorado por ordem do mesmo general os rios Mateteú, chamados hoje de Mondego e Paraguai¹²¹.

A fundação ocorreu “à custa da Fazenda Real”, e o tom com que é narrada por Sequeira aponta, entretanto, apelação a subsídios particulares, ou seja, dos potentados, pois a câmara estaria desprovida financeiramente. Era uma deficiência monetária que fragilizava ainda mais a proteção, que além da falta de profissionais, não possibilitava a contratação de pessoal especializado, como os ferreiros. Sem conseguir controlar essas localidades situadas distantes de Vila Bela e Vila do Cuiabá e ainda mais longe do litoral e da Europa, Portugal (ou o capitão-general) corriqueiramente relatavam um corporativismo entre os habitantes desses espaços e que era acionado inclusive para proteger pessoas procuradas pela justiça. No ano de 1784, houve uma tentativa de assassinato na missão de Santana da Chapada, quando mandante e

¹²⁰ SEQUEIRA, Joaquim da Costa. Compêndio histórico-chronológico das notícias do Cuyabá, repartição da capitania do Mato Grosso, desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico**, Rio de Janeiro, série 2, tomo 6, p. 5-124, 1850, p. 45-46.

¹²¹ *Ibid.*, p. 7.

executor se refugiaram no presídio de Nova Coimbra, e o ouvidor precisou expedir “canoa ligeira com quatro pedestres e ordens ao comandante do presídio”¹²².

Preocupados, o governo e os homens fortificados buscavam resolverem esses problemas. Em 1797, o governador recebeu ordens de Portugal para fortificar a região limítrofe entre Mato Grosso e América espanhola, e “logo o general ordenou recrutas um avultado número de dragões e pedestres que marcharem [...]”¹²³. Chama-nos a atenção a indefinição da quantidade de soldados e a expressão *recrutar* para fazer referência ao fato de incumbir dragões e pedestres em uma tarefa que já era própria deles. Tropas de linha já eram, pelo menos teoricamente, recrutadas, e o manejo dessa expressão faz pensar que os profissionais, de alguma forma, tinham de ser convencidos para atuarem.

Esse recurso de recrutamento utilizado ao redor da fronteira entre impérios é muito significativo quanto às observações dos mecanismos de poder pessoal. Contava-se demais com a vontade individual dos sertanejos, inclusive ocasionando inversões de comando. Foram movimentados ao Forte de Coimbra, em setembro e dezembro de 1797, 40 auxiliares e 50 “soldados comandados pelo alferes de ordenança”¹²⁴. É estranho, então, ler sobre ordenanças comandando os soldados, pessoas que, provavelmente, ocupavam a primeira linha do fronte. Razão pela qual nos faz supor que, possivelmente, esse alferes era, engrandecido na sua posição bélica, seria homem reconhecido localmente e influente na política, chegando ao ponto de ser incumbido até mesmo do comando de soldados profissionais que, em tese, estariam mais bem preparados que o próprio alferes.

É em virtude dessa lógica de interação de pessoal influente nas armas que o contexto militar mato-grossense se tornou um caminho também patrimonialista e corporativo. Escreveu Miguel José Rodrigues, em outubro de 1776, como capitão da Companhia das Ordenanças e comandante da capitania da expedição de exploração da área, que, partindo do presídio de Nova Coimbra em empreitada, aliou-se ao comando do cabo de esquadra de dragões e de um soldados de dragões “do batalhão de espia”. Um arranjo que é revelador.

Para começar, Nova Coimbra era habitada tanto por tropa paga quanto por moradores que se reuniam sob as funções de auxiliares e até de ordenanças. Tinha nome de forte, mas era também povoado e aludia à tradição de uso de *soldados-povoadores* ou *povoadores-soldados*. Em segundo, algumas posições poderiam estar trocadas em relação à hierarquia. Um oficial de

¹²² SEQUEIRA, Joaquim da Costa. Compêndio histórico-chronológico das notícias do Cuyabá, repartição da capitania do Mato Grosso, desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico**, Rio de Janeiro, série 2, tomo 6, p. 5-124, 1850., p. 15.

¹²³ *Ibid.*, p. 38.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 38-39.

ordenança comandava todos daquele lugar, enquanto os soldados menos graduados, embora em tropa de linha, comandassem embarcações menos centrais. Em terceiro, é de se notar uma certa inversão na posição das patentes, pois a navegação, maior responsabilidade, era comandada por capitão de ordenanças (menos qualificado) e a embarcação (menos responsabilidade) por soldado profissional (mais qualificado).

Nesse mesmo ano, estariam no Forte de Coimbra “13 dragões e o seu cabo, quatro pedestres e o seu sargento, quatro auxiliares, um com nome de sargento e outro de cabo, cinco caçadores e um sargento e a companhia de ordenança, que ao seu total presentemente era de cinquenta e sete praças”¹²⁵. Com predominância numérica de tropas irregulares e de ordenanças, ambas receberiam ordens de oficiais não muito graduados, ou seja, dragões, pedestres e milícias de auxiliares.

Ao longo deste estudo, veem-se por toda parte referências a dragões e pedestres como oficiais menores. Apesar disso, não podemos definir que o militarismo na capitania era a principal influência para os potentados daquela sociedade, que contava, inclusive, com outras torres igualmente dispostas para a promoção social, como veremos mais adiante. Entretanto, essa preponderância numérica de ordenanças indicia, por seu lado, uma *militarização da vida dos paisanos locais* e refletia, do mesmo modo, no fato de que tropas pagas aparecem comandadas por cabos e sargentos assentados em uma consagração de posições mediante distribuições de patentes a quem não possuía, formalmente, tanto poder assim. Um esquema, portanto, que contribuiria ainda mais para o desejo de ascensão social e o entrelaçamento de um grupo político e economicamente ativo.

Já foi mencionada a experiência dos soldados-povoadores. A julgar pelo que afirmava Lacerda e Almeida em 1786, a vida desses homens não era fácil. Constituídos de “miseráveis, que passam a vida cheios de fome e nudez”, restavam-lhes os abusos dos superiores, que, caso não gostassem de seus subalternos, castigava-os com “palmatoadas, correntes e rodas de pau”. Muito longe de se tratar de uma fronteira tuneriana¹²⁶, indutora de um maior igualitarismo cívico e menor desigualdade social, a fronteira do sertão se iniciava como muralha e, assim, reforçava formas de hierarquização das pessoas e a busca pelo controle.

¹²⁵ COUTINHO, Francisco de Souza. Informação sobre o modo porque se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do Estado [1797]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 28, p. 38-69, 1865, p. 88.

¹²⁶ A referência aqui é ao historiador Frederick Jackson Turner e seu estudo a respeito da fronteira expansiva norte-americana no século XIX. Cf.: TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in American History: the Original Classic**. Los Angeles: Western Classic, 2023.

No tocante ao “novo Presídio de Coimbra”, neste assunto, Lacerda e Almeida chegou a se referir à existência de um travejamento agrário orientado pelo sentido da *civilidade*: foi ali bem recebido pelo comandante e pelos “desgraçados soldados”, mas, igualmente, “muito mal hospedado por ser tão estéril e áspero aquele pequeno monte, que só produz pimenta, e os morcegos são tantos, que não deixam criar uma só galinha e já chegaram a extinguir cabras, matando a mais de 60”¹²⁷. Nesse placar, em 1797 foram movimentados alguns soldados para a fortificação. Por ordem da metrópole, eles combateriam o “gentio cayapó, que não cessa de fazer hostilidade”, como na ocasião em que mataram “escrava preta e dois filhos pequenos”, no “sítio do vereador Manoel de Albuquerque Frago”, além de sete escravizados em outro sítio, na “paragem chamada Quilombo”¹²⁸.

Eram grupos resistentes que não atacaram apenas de maneira independente. Em 1801, na guerra entre portugueses e espanhóis, os paiaguás foram encontrados em embarcações junto aos espanhóis enquanto os guaicurús foram os responsáveis por manter os portugueses informados a respeito dos castelhanos. Isso conduz naquilo que diversos estudos afirmaram a respeito de alianças entre grupos indígenas e que os conectavam com objetivos e dinâmicas entre si e para com os colonizadores¹²⁹.

Ao se referir ao Rio Sepotuba, e especialmente ao Jurubaúba, Serra anotou que havia alguns empreendimentos abandonados no Jurubaúba e que “não havia muitos anos uma fazenda de gados e trabalho de minas com suficiente jornal”. Para ele, àquela altura, tudo se desarticulou na área a partir de um projeto político que transferiu dali a rota comercial: “tanto por se mudar a estrada geral de Cuiabá para Vila Bela, que passava por aquele lugar”; um realinhamento logístico por causa dos “gentios, que por serem aqueles jornais diminutos em comparação das outras minas”¹³⁰.

Algo semelhante ocorreu em minas de Santa Isabel, às margens do Rio Arinos. Fez-se *partilha* dela em 1749, “a quem concorreu bastante povo; mas a valente e temível nação apiassá, que habita aqueles terrenos” e a “carestia de mantimentos e gêneros precisos para a dispendiosa

¹²⁷ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. **Diários de viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 17.

¹²⁸ SEQUEIRA, Joaquim da Costa. Compêndio histórico-chronológico das notícias do Cuyabá, repartição da capitania do Mato Grosso, desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico**, Rio de Janeiro, série 2, tomo 6, p. 5-124, 1850, p. 369.

¹²⁹ Cf.: RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, século XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: FGV, 2015; MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

¹³⁰ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Navegação do Rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, escrita em 1779, sendo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 9, p. 1-16, 1869, p. 9.

extração do ouro, as poucas forças de Cuiabá conduziram a seu abandono”¹³¹. Um relato que advém do deslocamento súbito de populações coloniais, problemas de abastecimento e sensação de precariedade militar e administrativa. Chama-nos a atenção a avaliação de que a movimentação indígena desarticulou o empreendimento. Talvez esse seja o ponto mais importante neste momento. É chamativo o estilo sóbrio do soldado para narrar os acontecimentos, o que leva até mesmo a um tom elogioso, também feito por soldados, em relação aos indígenas. Manifestava negatividade aos apiassá, chamando-os de *terríveis*, mas deixava transparecer uma aproximação de comunicação entre soldados ao qualificá-los como *valentes*.

Ambiguidade semelhante apareceu em Lacerda e Almeida quando usou termos que misturavam o desprezo e o temor. Atento ao que considerava qualidade nos grupos indígenas, referiu-se no documento, pelo menos aos caiapó, termo que não prometia muita admiração. No entanto, tratou-os como *nação robusta* ao descrever seu armamento, um grupo “tão numeroso que por si só faz um grande império, pois principiando ao norte de Cuiabá, chega a Camapuã, ao norte de S. Paulo, ao norte e leste da Vila Boa de Goiás”¹³².

Também em 1788, embora reconhecesse os “grandes estragos em vidas e fazendas” realizados pelos indígenas, não pôde deixar de usar, na mesma frase, expressões como *valorosos e indômitos* para se referir a eles¹³³. Nesses termos, o que se verifica é o medo misturado ao menosprezo e que não produziram um vocabulário totalmente excludente, mas uma conexão na relação cotidiana. Por mais temidas que fossem as atitudes indígenas, as formas de classificá-las não findavam em um binarismo e trata-se, para o pesquisador atual, de um *racismo inclusivo*, que já era utilizado para com os escravizados e provocava uma dupla subordinação¹³⁴.

O vocabulário dirigido a indígenas incorporava um aspecto relacionado à transitoriedade das classificações, mas também de sobriedade. A gravidade do discurso do soldado, além do reconhecimento do terreno comum dos homens daquele espaço, poderia fazer com que reconhecessem virtudes bélicas no modo com que as etnias ameríndias enfrentavam as tropas portuguesas. Percorrendo o Rio Tapajós, na altura do Rio Vermelho, Serra anotou que:

¹³¹ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Navegação do Rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, escrita em 1779, sendo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 9, p. 1-16, 1869, p. 9.

¹³² LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. **Diários de viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 66.

¹³³ *Ibid.*, p. 72.

¹³⁴ LIMA, Carlos Alberto. Avanços, arbitrariedade e variabilidade da classificação como mestiços de escravos nascidos no Brasil (séculos XVIII e XIX). **Anais de História do Além-Mar**, Lisboa, n. 16, p. 339-365, 2015, p. 341.

[...] a nação Mondruci, uma das mais valorosas e atrevidas de todo o sertão do Amazonas, porém hoje já amiga dos portugueses, vindos alguns voluntariamente estabelecer-se entre nós pelos anos de 1795, em consequência da expedição que contra eles mandou o atual governador do Pará¹³⁵.

Foi assim que, em 1777, também Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres escreveu a Martinho de Melo e Castro sobre os guaicuru. Tendo em vista projetos de ocupação das margens do Rio Paraguai, para ele, os guaicuru, ou cavaleiros, viveriam nas bordas desse rio “em grandíssimo número” e em um local com possível “comunicação”. Isso queria dizer que aquele rio poderia levar a algum lugar importante para o contexto da capitania e para os planos de colonização, o que resultaria, assim, em “um princípio de comércio que, sendo possível se aperfeiçoar, bem se vê que poderia [...] vir a ser ainda da maior utilidade ao fim principalmente de conservar e mesmo estender os adjacentes territórios que pertencem ao real domínio português”. É notável antigas estratégias coloniais de aproximação com indígenas para formar *muralhas do sertão*. Aqui, essa expressão não é a mesma que aquela do *quase emparedamento*, escrita no título deste capítulo, e que se refere aos processos responsáveis com que Mato Grosso deixasse de ser isolado e passasse a ser conectado à outras partes do império. Do contrário, estar entre muralhas não significaria viver em isolamento. bastava abrir os portões ou abaixar a ponte que logo os emuralhados contemplariam o ambiente externo. Portanto, emuralhar-se tinha denotava proteção, facultativa, aos ataques exteriores, como os de indígenas, e o asseguramento dos interesses coloniais¹³⁶.

Um importante dado na relação indígena na América portuguesa setecentista ganha luz com uma referência breve de Miguel José Rodrigues, capitão da companhia de ordenanças e comandante da capitania de expedição de exploração do Rio Paraguai. A partir do presídio de Nova Coimbra, em outubro de 1776, escreveu sobre o encontro de seu grupo com “bastante índios de cavalo”, e indicava indígenas com bens provenientes de intercâmbio atlânticos: os cavalos vacuns. Chama nossa atenção o uso da expressão *capitão*. Histórias de aldeamentos sempre fazem referência à distribuição entre os aldeados de cargos análogos ou que se confundissem com o das ordenanças e tropas auxiliares, um mecanismo de envolvimento na governança local que, na verdade, funcionava como configuração de controle por parte dos

¹³⁵ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Navegação do Rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, escrita em 1779, sendo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 9, p. 1-16, 1869, p. 5.

¹³⁶ COUTINHO, Francisco de Souza. Informação sobre o modo porque se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do Estado [1797]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 28, p. 38-69, 1865, p. 73-74.

colonos¹³⁷ e, nesse caso, como não se tratava de um aldeamento, nem nada parecido com isso, a função de comando na organização nativa era traduzida com essa expressão de *capitão*.

São registrados casos de indígenas aliados aos portugueses, mas que também podem aparecer como *desalinhados* às intenções dos colonos. Lacerda e Almeida indicava, em 1781, a presença de ex-aldeados no Salto do Jirau, à “distância de meia-légua pelo mato à dentro”. Lugar que habitavam “os índios pamas e que já estiveram *aldeados*”, e que, havendo canoa na cachoeira, ajudavam a varar e levar os “refrescos de sua lavoura, que consta de bananas, mandioca, batatas, carás etc.”. Referindo-se, portanto, a cultivos exógenos¹³⁸.

Elemento parecido se manifestava quando europeus ou colonos se defrontavam com vestígios de uma agricultura feita autonomamente por indígenas que não eram mais aldeados. Em 1786, saindo de Vila Bela rumo aos rios Jauru e Paraguai, e já tendo atingido um pouso junto a este último, Lacerda e Almeida localizou, a 200 metros adiante dele, “dois paióis de milho branco, bananas e aipins, tudo plantado pelo gentio”¹³⁹. A capitania parece acrescentar alguma coisa à tipologia de atitudes em relação a indígenas inscritos na política indigenista. Com grande interesse na classificação proposta por Beatriz Perrone Moisés, que enfatizava a oscilação entre “índios livres: aldeados e aliados” e “índios escravos, os inimigos e os cativos dos índios”¹⁴⁰, percebemos que as autoridades apostavam em uma outra categoria: indígenas afastados de esquemas de controle missionário lusos ou espanhóis, e que permaneciam, de alguma forma, disponíveis para praticarem táticas e estratégias portuguesas e coloniais para esvaziarem povoações inimigas ou dispersarem ex-aldeados que ainda retivessem avanços civilizacionais para a época, mesmo sem serem novamente aldeados.

O governo de D. Antônio Rolim de Moura costumava comemorar a formação de grupos de ex-aldeados. Em ofício de maio de 1764 a Francisco Xavier Mendonça Furtado, o conde de Azambuja fez referência à perda de aldeias jesuíticas na parte espanhola, e que, em decorrência disso, “os índios que [...] compunham [a aldeia de São Miguel] estava todos na nossa parte muito por seu gosto, o que pra todo o tempo nos era de grande utilidade”. Acontecimento semelhante foi em 1797, quando Souza Coutinho escreveu que:

¹³⁷ MARCHIORO, Márcio. **Sobre os índios de pedra escorregadia**: matrimônio e família na aldeia de Itapecerica em comparação com as demais aldeias paulistas (1732-1830). 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

¹³⁸ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. **Diários de viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, grifo nosso.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 45.

¹⁴⁰ MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial: séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-132, p. 117.

Mato Grosso, ou Cuiabá, abunda, ao que dizem, de mestiços, mulatos e pretos forros, de que se compõem as companhias de pedestres, que fazem n'aquela capitania todo o serviço que nesta fazem os índios, e quando é preciso também o serviço militar, sendo para um e para outro, igualmente próprios pela qualidade do clima e robustez da sua constituição¹⁴¹.

Quanto à utilização dessas etnias, as crenças ilustradas do período aparecem na sequência de um trecho relacionado à Fazenda Real e que posicionava a Coroa como responsável por organizar e monitorar aqueles povos:

[...] faltam, pois, unicamente, os meios para pôr essa gente em ação, faltam as disposições competentes e nada se poderá executar e sem que a Fazenda Real concorra com as despesas necessárias, e sem que a Sua Majestade se digne estabelecer a regular o plano que se haja de seguir¹⁴².

Uma concepção de mestiçagem neste fragmento se refere aos setores intermediários como aptos e capazes de produtividade, sendo que a ideia de “robustez da constituição” dos intermediários, muitas vezes híbridos, também apontava para a referência à ideia de adaptação. Foi nessa toada que Souza Coutinho fez, em 1797, uma breve referência ao fato de que as expedições partidas do Pará para Mato Grosso operavam congregando trabalho indígena com “jornais ou salários”. Aponta também algumas trocas culturais atípicas ao se referir às dificuldades das jornadas mercantis partidas do Pará para Mato Grosso e indicar que um “comboio de canoas equipadas com eles [isto é, com indígenas], quando chega a Mato Grosso, apenas conserva um pequeno número de remeiros que precisa e tem sido desamparado d' eles por muitas vezes”¹⁴³.

Provavelmente, essa maneira indígena de se organizar influenciou escravizados africanos a se refugiarem entre os povos originários. Por isso, em dezembro de 1798, apreenderam-se em engenho pertencente a um sargento-mor “um índio de nação baciry e um preto, que havendo fugido d'estas Minas se refugiou em terras d'aqueles bárbaros”¹⁴⁴. Interessante essas mestiçagens e hibridismos mais simétricos que, de certa forma, podem estar implicados em referência de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e oportunizadas pelo fato de embarcações espanholas, ao fustigarem o Forte de Coimbra em 1801, ter como uma de suas

¹⁴¹ COUTINHO, Francisco de Souza. Informação sobre o modo porque se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do Estado [1797]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 28, p. 38-69, 1865, p. 58.

¹⁴² *Ibid.*, p. 58.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 48.

¹⁴⁴ SEQUEIRA, Joaquim da Costa. Compêndio histórico-chronológico das notícias do Cuyabá, repartição da capitania do Mato Grosso, desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico**, Rio de Janeiro, série 2, tomo 6, p. 5-124, 1850, p. 39-40.

primeiras providências “postar algumas canoas armadas no Escalvado, com o mesmo fim de evitar a fuga dos escravos hostilizados dos paiaguás”¹⁴⁵.

Na década de 1790, esse governador tentou criar um regimento especificamente formado por indígenas. Seus planos, contudo, caíram por terra. Alegou ter tido dificuldades de ensinar aos povos originários a função de soldados, e para ele, a única nação disposta a aprender eram os bororo, mas seu relacionamento estivera sempre conturbado com os portugueses, fato que tornava a aplicabilidade desse plano “impraticável”¹⁴⁶. Em carta escrita em 1796, Montenegro relatou as mazelas para se estabelecer corpos e instituições militares em Mato Grosso. Ao tomar posse, reformou a “legião de milícias” e cinco companhias de fuzileiros, uma companhia de granadeiros, uma de cavalaria e de pretos ou Henriques, sendo que de todos esses pelotões, apenas neste último era permitido o ingresso de pessoas não brancas¹⁴⁷.

Diante dessa oferta, as autoridades enviaram destacamento de pretos até o Forte Príncipe da Beira, distante 180 léguas de Vila Bela. Uma parcela de gente entendida pelos comandantes como ausente de classificação e, devido a isso, temida tanto pelas elites locais em ordenanças como por soldados profissionais. Por isso Montenegro informou existir empecilho para coordenar as tropas de pardos, pretos e mulatos, alegando aquilo que seria “insubordinação desse pessoal aos seus superiores” e afirmando que a comunicação com esse grupo era dificultosa por causa da “falta de disciplinas” e a “deficiência de armas de fogo” para suprir a proteção necessária. Aproveitou disso para solicitar à rainha “o mais rápido possível, que enviasse providências para os Armazéns Reais [de Mato Grosso] um bom provimento de armas” e o ajudasse com as despesas e transporte de milho, feijão, arroz, azeite e carne de porco. Produtos que abasteceriam os soldados fortificados. Em contrapartida, sem a ajuda da soberana, dificilmente seus nutrientes chegariam aos destacados, pois havia empecilho dos povos originários, desviando as canoas, ou o descaso da administração vilabelense e cuiabana, sem uma política suficientemente forte para mitigar a contraforça ameríndia. A respeito disso, o governador propôs que Mato Grosso deixasse de pagar subsídios para a reconstrução de Lisboa após o terremoto, incidente que ocorrera em 1755, mas que o seu fomento ainda perdurava nesse ano de 1799. Uma manutenção que, nas palavras de Caetano Pinto Montenegro, deixava os cofres de Mato Grosso ainda mais esvaziados¹⁴⁸.

¹⁴⁵ COUTINHO, Francisco de Souza. Informação sobre o modo porque se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do Estado [1797]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 28, p. 38-69, 1865, p. 90.

¹⁴⁶ CARTA do governador e capitão-general Caetano Montenegro... Vila Bela, 24 de outubro de 1799. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 37, doc. 1878, f. 3.

¹⁴⁷ *Ibid.*, f. 3.

¹⁴⁸ *Ibid.*, f. 4.

Já anos antes, o sargento-mor Marcelino Roiz Camponês alegou, em 21 de janeiro de 1776, dificuldades no relacionamento com as pessoas que viviam no Forte de Coimbra desde a sua inauguração, em 21 de janeiro de 1775. O seu maior impedimento, no entanto, era a estrutura física do local, que, por estar “situado diante do corre do rio [...], nas cheias pequenas alaga com altura grande mais de metade, e nas fortes se alaga quase todo”. Além do mais, a falta de profissionais também não o agradava: “falta de artífices na fortificação”. Referia-se à ausência de mão de obra especializada para a manutenção das estruturas, que eram “paupérrimas e à mercê das águas”. Relembrou ao governador que foi ele próprio quem ordenara que as tropas ficassem naquele lugar no ano de 1775, “mas que em quase nada a Coroa enviara de ajuda para a manutenção”. Sendo preciso:

Fazer-se uma grande despesa, [...] e que essa postura é insubstituível [*sic*] pela falta de ferramentas para a agricultura [...]. tudo é pedra com pouca terra que não admite planta alguma. De sorte, na baixa deste rio, tem melhor terra que deva produzir três quartos de milho e mais nada. O clima é caloroso de tal forma que quase se faz inabitável¹⁴⁹.

O sargento-mor driblava a falta de alimentos, principalmente de proteína, com a pesca e a caça. Era por meio da ingestão de “bons peixes” que esses homens se mantiveram alimentados, mesmo que “difícultosos de se pescar” devido à correnteza e ausência de anzóis adequados. Escreveu que “essa causa [a pesca] é a que sustenta esse presidio”, com sua alimentação complementada com “feijão temperado só com sal, por que de Cuiabá só se mandou sete arrobas de toucinho e três arrobas de carne podre”¹⁵⁰. Em outro estudo realizado, encontramos uma alimentação sertaneja e mato-grossense feita principalmente pela ingestão de pescados de água doce, e por meio da análise de uma lista de produtos que adentraram à capitania no ano de 1774, apontamos para grande quantidade de anzóis com numeração 12, 13 e 20, medidas que ainda hoje são usadas aos tipos de peixes do atual Centro-Oeste:

Foram encontrados em numeração que são utilizados para a pesca nos tempos atuais. Ideais para peixes de até três quilos, as físgas de número 8 e 14 são recomendadas para varas lisas e simples, na época produzida por bum bus e hoje em dia chamadas de *telescópicas*. A numeração 16 até 22 são para pescas de arremesso (varas de molinete, atualmente), que atendem bem aos peixes redondos, como curimbatás e pias, principalmente o piau-três-pintas¹⁵¹.

¹⁴⁹ CARTA do governador e capitão-general Caetano Montenegro... Vila Bela, 24 de outubro de 1799. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 37, doc. 1878, f. 1, grifo nosso.

¹⁵⁰ *Ibid.*, f. 2.

¹⁵¹ AUGUSTO, Bruno C. Bio. **Mulher colonial**: sesmaria, concessão de terras e o cotidiano feminino em Mato Grosso (1750-1822). Curitiba: Editorial Casa, 2022, p. 85.

Além dessa proteína aquífera, Marcelino escreveu que “muitos víveres silvestres” também contribuíram para a alimentação¹⁵², e isso lembra Antonio Candido, que, ao estudar um agrupamento de *caipiras* na região de Bofete, atual estado de São Paulo, conhecido no século XVIII e XIX como Rio Bonito, encontrou uma cultura entendida como *rústica* e que contribuiu para o surgimento de uma *identidade cabocla/caipira*. Com prática social que agregava o modo de vida indígena, africano e europeu, a sua reprodução possibilitou com que a caça, pesca e roças alimentassem a população¹⁵³.

A partir da cultura dos povos originários, por exemplo, os colonos encontraram um manejo do solo que não necessitava da aração e gradagem, como na Europa, e praticando o *plantio direto*, mantiveram os minerais no solo, sem necessidade de complementá-lo com nitrogênio, fósforo e potássio (NPK), como em método do Velho Mundo. E foi dessa maneira que se cultivou plantações de feijão, mandioca e milho, todos elementares para a alimentação dos caipiras/sertanejo, além de incrementada com o leite de vacas, criadas extensivamente, e com a frutose adicionada de jabuticabeiras, goiabeiras, pitangueiras e bananeiras¹⁵⁴.

Percebemos, senão totalmente, uma forte tendência que manteve os *parceiros do Rio Bonito* próximos aos aquartelados mato-grossenses. Com espaço geográfico e temporalidade distintas entre um estudo e outro, a situação do sargento-mor, contudo, ia para além dos seus relatos a respeito da alimentação. Descreveu a fome de seus companheiros como resultado da resistência ameríndia, que assolava as plantações. Ao navegar o Rio Paraguai, por exemplo, foi “encontrado repetidos pousos de gentios e rancharias”, sendo que, rapidamente, precisou a sua tropa se refugiar em área “pantanososa”, pois por todos os lados indígenas o amedrontavam:

Esses gentios infestavam os territórios de Cuiabá e se acham de nenhuma utilidade serve esta fortificação, assim como também o serve para os paiaguás, para que este e aqueles em pântanos se comuniquem uns com os outros até as vizinhança do Cuiabá [...] nações gentílicas em embarcações que oprimem as ricas povoações¹⁵⁵.

Defronte a essas resistências, colonos se esquivavam das tocaias, e o sargento-mor escreveu que seus homens tiveram duas principais necessidades: a armamentista e o acesso à saúde. Não elencou a fome como primeiro necessidade e isso nos faz crer que, na escala dos imperativos, a maior intempérie era conseguir materiais para contra-atacar a resistência

¹⁵² CARTA do governador e capitão-general Caetano Montenegro... Vila Bela, 24 de outubro de 1799. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 37, doc. 1878, f. 4.

¹⁵³ CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: o estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus maíos de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975, p. 48.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 56.

¹⁵⁵ CARTA do governador e capitão-general Caetano Montenegro..., *op. cit.*, f. 4.

ameríndia ou tratar as doenças. Aliás, para esse segundo injuntivo, em um lugar que até o século XIX estivera desprovido de hospitais, sendo a competência desses soldados-povoadores também a função de prestarem socorros médicos, Marcelino se preocupou com o único cirurgião do presídio, que estava “molesto em uma cama devido a uma fistula que brotou, de tal sorte, que as circunstâncias me asseguraram que pela notícia que tiveram adiantada, vem um sacerdote”¹⁵⁶.

Provavelmente o clérigo realizaria a extrema-unção do camarada fistulado e com seu sistema digestivo infeccionado, sendo que, ao chegar em visita clerical, a presença do padre naquele lugar não agradou o sargento. Em poucos dias adquiriu uma inimizade pelo homem que, vindo de Vila Bela, logo retornaria para o seu local de partida, e por isso Marcelino aproveitou a oportunidade para pedir que levasse algumas cartas à vila. O litúrgico, contudo, negou o pedido, e, consternado pela reprovação, o sargento, vaidoso, veio a retribuí-la com a desaprovação de “não responder em nada as perguntas do padre a respeito de servir no presídio como capelão”¹⁵⁷. Para o leitor, ambos envaidecidos, o sargento-mor por ver sua solicitação negada e o padre pela declinação de sua rogativa, esses dois homens, naquelas franjas da fronteira mato-grossense, tiveram seu ego sobrepostos a frente das primeiras necessidades: resistência indígena e alimentar, demonstrando que, acima de tudo, o ambiente era patrimonialista e corporativo, e poderia oportunizar ou não a promoção entre esses próprios colonos, como observado entre o homem de Deus e o chefe militar.

Nesse cenário de pessoa acamada com fistula, de sacerdote afrontoso e um sargento-mor vaidoso, outros indivíduos aparecem compactuando do mesmo cotidiano. Mesmo não ocupando assunto protagonista, escravizados, por exemplo, conviveram com esses homens de patentes. Mas sua presença, contudo, não agradava a Marcelino, que discordava quando as propostas das autoridades era para serem enviados cativos para a função de soldado, tal como foi subsidiado por Falcão no início deste capítulo:

Achasse nesse presídio os escravos apontados na relação dos militares além de outros pequenos que lhe não incluem, aqueles todos armados, e, conseqüentemente, prontos para toda a defesa. Seus donos, se lhe faz pesadas a sustentação deles, e por isso alguns os queriam arremeter para o Cuiabá.

Pelo visto, da mesma maneira que a família Falcão evidenciava nervosismo com o sustento dos cativos destacados, outros donos de escravizados manifestaram apreensões

¹⁵⁶ CARTA do governador e capitão-general Caetano Montenegro... Vila Bela, 24 de outubro de 1799. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 37, doc. 1878, f. 6.

¹⁵⁷ *Ibid.*, f. 6.

semelhantes. Em trecho indicado acima, esboça-se serem “pesadas a sustentação” dos escravizados – enviados, na verdade, para suprirem a ausência de soldados profissionais. Fato que para o sargento-mor não surtiria efeito positivo, pois, com insuficiência de homens e seus “pouquíssimos recursos”, sempre haveria um “amadorismo”, e isso o deixava enfurecido¹⁵⁸.

A convulsão para com a situação não era, todavia, apenas por causa de um cativo desempenhando serviço militar. Profissionais, na ótica de Marcelino, de igual maneira estiveram despreparados, e em janeiro de 1776, ao aportar do Forte de Coimbra uma companhia de soldados dragões e pedestres que viera do Pará no atendimento do socorro feito pelo capitão-general de Mato Grosso, o sargento-mor se assustou por estarem “tão mal armados” para enfrentarem o inimigo. Suplicou a Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres para que se fizesse “prover este presídio que se faz em muito precisas e necessárias” modificações¹⁵⁹, uma revolta que já vinha de um mês antes, quando, em março, escreveu a respeito dos seus subalternos ser “lamentável o estado em que vejo a companhia de que estou encarregado neste Presídio de Coimbra [...], me comove a suplicar a V. Exa o rendimento desta fortaleza na consideração [...] que tem completado um ano de serviços [...] após a fundação do presídio”¹⁶⁰.

Foi ao escrever que homens destacados no presídio não mereciam “a graça de capitão”, que o sargento-mor implicou a sua concepção a respeito desses soldados-povoadores e relatou serem “uns miseráveis companheiros, que com as carnes descobertas na última nudez e com repetidas fomes, nunca se animaram e repudiam todos os serviços por mais escabroso que seja”. Deixa claro, por fim, que seus subalternos desejavam patentes mesmo que não sustentassem as funções e atuações dessas disposições, e fazendo com que os “corpos fossem compostos pela última *escória das milícias*, forçosamente sacrificando os pagos auxiliares”¹⁶¹.

Pelo que se vê, nem mesmo a elite recrutada escapou de suas críticas. Deferindo descontentamento, disse que por se acharem em uma posição social superior “nas condutas do quartel, caem como decisão para os termos ordenanças, sendo uns velhos e outros aleijados, que por terem *privilégios* se ocultam às chamadas”. Para ele, inaceitável de ser praticado pelos homens que se propunham servir à Coroa em regiões militares, e depositando nessa sua visão a noção de vassalagem:

¹⁵⁸ CARTA do governador e capitão-general Caetano Montenegro... Vila Bela, 24 de outubro de 1799. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 37, doc. 1878, f. 6.

¹⁵⁹ CARTA do sargento-mor Marcelino ao governador Luís de Albuquerque... Vila Bela, 21 de abril de 1776. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0010, f. 1.

¹⁶⁰ ORDEM do sargento-mor Marcelino ao governador Luís de Albuquerque... Vila Bela, 31 de março de 1776. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0008, f. 1.

¹⁶¹ *Ibid.*, f. 1, grifo nosso.

E tem alguns fríbulos [*sic*] pretextos para escusarem, mas sim para livres das labutas que em semelhantes ocasião e ainda com outros privilégios de menor porte, não discorrem pelo mais oficial senão dificuldades, uns são casados, outros companheiros e outros detriora-se [*sic*] de sua fazenda¹⁶².

Despreparados e com egos avantajados, Marcelino precisava lidar com aquilo que chamou de “imolações e intrigas” entre ordenanças e auxiliares, pessoas responsáveis pela “ruína de todas as tropas do presídio” e que, além de amadores, confabulavam sentimentos de superioridade, desejando se manterem influentes na fortaleza. A contragosto, para atendê-los, precisou decidir que “nenhum capitão desse presídio é obrigado a ir à praça se não nos dias em que os matos forem aparados” e que “só irão de manhã”, sendo à tarde, horário do sol forte, “os oficiais subalternos e inferiores” responsabilizáveis pelo trabalho. Naquele cotidiano parecia que as ordenanças se incomodavam em precisarem desempenhar suas funções militares, criando maneiras de driblá-las e causando furor no sargento-mor.

Se para a elite vivendo nos confins havia a possibilidade de barganhar atividades militares, para aqueles com pouco ou nenhum privilégio, restava sua labuta que começava de manhã. Um soldado de baixa patente, ainda ao alvorecer, tocava o tambor em aviso aos ajudantes para o início da sua jornada, e os “soldados com os seus armamentos iam à revista”. Após isso, o próximo passo era a montagem da guarda:

As sete horas da manhã de hoje em diante se há de montar a dita guarda desta praça a qual se há de compor de 21 homens; a saber, um sargento, um cabo, um tambor e dezoito soldados. Se há de guarnecer a praça com os sentinelas, que são dois nas assertiva, na guarda e outro no portão interior¹⁶³.

Adjunto e ao mesmo tempo diferente das atividades das ordenanças, essas pequenas pessoas cumpririam as três horas da trindade (9:00 a.m., 12:00 p.m. e 06:00 p.m.) em seus postos e ficariam até o cair da noite, “lá pela meia noite [*sic*]”. Caso descumprissem esse cronograma, seriam “imperdoavelmente punidos”, porque a sua principal função estava em descobrir “algum tumulto”. Com o último raio de sol, fechavam-se o portão na última trindade, abrindo-o novamente apenas dia anterior, ao raiar do solar¹⁶⁴.

As determinações escritas por Marcelino não buscavam organizar apenas o dia a adia de seus homens. Intencionava de igual maneira, ser constante os subsídios oferecidos pelos conselheiros, por isso indicou que “de hoje em diante, a administração das obras deste presídio

¹⁶² ORDEM do sargento-mor Marcelino ao governador Luís de Albuquerque... Vila Bela, 31 de março de 1776. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0008, f. 2.

¹⁶³ *Ibid.*, f. 1.

¹⁶⁴ *Ibid.*, f. 3.

fique encarregada dos subsídios fornecidos pelo Armazém Real”. Homem esperto, certamente reconheceu que seu pedido não seria atendido, como muitos outros que fez, mas lançou mais uma tentativa ao apelar para o Erário Régio, que além de financiar os materiais, também deveria, à luz da visão do sargento, comprometer-se com o pagamento de profissionais de edificação e de soldados.

Em defesa dessa sua tratativa para o desempenho da política bélica, Marcelino assinalava que somente por meio do profissionalismo que a hierarquia entre seus subalternos seria respeitadas ao ponto de “nenhum oficial ou inferior e soldados daqui em diante obedecer a outras ordens senão aquela que foram dadas e distribuídas pelo ajudante da praça”. Indicando, assim, uma ausência de controle. E por essa razão estabeleceu essa ordem, pois “só assim os oficiais e soldados obedecerão aos comandantes” e praticariam “cuidar com zelo devido ao real serviço e honra das suas pessoas”¹⁶⁵.

Porém, ao continuar insatisfeito, no dia 20 de julho do mesmo ano de 1776 escreveu ao governador e relatou que estava “destituído” de homens competentes, pois naquele lugar existia “muita pouca gente de qualidade” e um grupo que “manobrava” o presídio com “mal sucesso” e ineficiência. Provavelmente essa afirmação era em resposta a algum questionamento acerca de sua gerência, pois disse que estava ali apenas para atender ordem de um governador que, nas suas palavras, nunca tinha se ausentado de Vila Bela para encontrar a “verdadeira realidade” dos soldados. E se a fortificação não “é tanto do agrado de V. Exa por ser o bem do real serviço”, acusou e ao mesmo tempo indicou que as autoridades providenciassem subsídios necessários para os aquartelados, aparelhando-os com homens técnicos, principalmente por “estarem toda a circunferência infestada de gentílicas nações”¹⁶⁶.

Aquartelados e aterrorizados, mais de um ano depois disso o círculo se fechou ainda mais. Em dezembro de 1777 Marcelino enviou um cabo de patrulha para o alto de um morro próximo e, avistando “um número de índios cavaleiros”, foi avisado que se formava, do lado de fora da guarnição, um motim. Imediatamente o sargento-mor convocou seus praças. Alguns instantes depois, no portão do presídio, apareceram indígenas recebidos pelo capitão Miguel¹⁶⁷.

Um desses ameríndios era conhecido das tropas, quando foi “celebrado na diligência que se fez o ano passado rio abaixo e servido de língua aos seus e aos nossos”, utilizando-o,

¹⁶⁵ ORDEM do sargento-mor Marcelino ao governador Luís de Albuquerque... Vila Bela, 31 de março de 1776. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0008., f. 3.

¹⁶⁶ CARTA do sargento-mor Marcelino ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 20 de julho de 1776. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0014, f. 1.

¹⁶⁷ CARTA do sargento-mor Marcelino ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 22 de janeiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0025, f. 1.

portanto, como intérprete entre colonos e povos originários. Logo ao chegar próximo aos guaicurus, Marcelino chamou pelo cacique que estava na mata, e a comitiva indígena, prostrada portão afora, avisou que desejava conversar no interior. Miguel foi levar essa informação até Marcelino, que concordou e assegurou aos povos originários “que poderiam chegar sem nenhum receio de que lhes fossem ofendidos”, dizendo que queria “selar com eles uma amizade segura e fixa”, e por isso fazia questão de encontrar com o cacique. Finalmente o homem apareceu “com os que o acompanhavam, que todos eram uns quarenta”:

Chegou o dito cacique, que também era o mesmo que falou com o capitão Miguel José na diligência rio abaixo, e depois de repetidos abraços e demonstrações de grandes alegrias, foi perguntado pelo sargento se eles tinham algum gado, carneiro e cavalgadura para negócio. Afirmaram que sim¹⁶⁸.

Era, portanto, um encontro de negócios que, se antes tinha sido uma ameaça, passou a ser tratado como comércio. Ao perguntar a respeito do gado, indiciava para nós que essa não seria a primeira vez que se desenrolou tal tipo de oferta de proteína bovina. Diante disso, solenes, os destacados ofereceram “farinha e um pote de água”, ao passo que os visitantes se refastelaram. O sargento-mor precisou se ausentar, mas antes orientou seus subalternos para que, ao partir da comitiva indígena, o “capitão Miguel distribuísse alguns barretes, facas, fumo, pratos de estanho, verônicas, azóis e um varal de peixes”. No final do dia, os ameríndios se despediram dos anfitriões, montaram em “seus cavalos, com suas lanças que lá tinham, e foram fazendo fogo”¹⁶⁹.

Algumas semanas depois esse grupo reapareceu. Ao subir o morro para olhar a área, novamente um soldado avistou, na selva, sinais de fumaça de ameríndios que se aproximavam “pela parte de cima, pela parte de baixo e pelo sertão”. O sertão, desse jeito, abria-se como uma porta para que o perigo acessasse os muros do bastião colonial. Fato que preocupou Marcelino e que o fez ordenar para que saíssem “dois batalhões armados em guerra, com bons soldados, dragões, alferes e cabo de esquadra”, e “fossem reconhecer a distância daqueles ditos fogos e ver se sobraram vestígios de quem eram”¹⁷⁰.

Passados três quartos de hora, observadores avisaram ao sargento-mor que a “multidão de índios cavaleiros” seguia em direção ao quartel. Às pressas, “mandou que logo tocassem a bateria, o qual se recolheu toda a praça em cada um de seus postos”. A apreensão não demorou

¹⁶⁸ CARTA do sargento-mor Marcelino ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 22 de janeiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0025., f. 1.

¹⁶⁹ *Ibid.*, f. 2.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 4.

muito, pois logo perceberam que eram os indígenas de outrora e retornando para negociações. Serenando a si e aos seus homens, aproximou-se do portão com “contentamento e amizade com que vinham fazer negócios”. Comitiva visitante composta por “índios e *muchachos* que traziam muitos gados, cavalos e carneiros”. Diante da Cocanha sertaneja, tal oferta de carne fez com que esses colonos, assolados, fraquejassem a proteção e abrissem seus braços:

Um mimo de um carneiro, com cuja demonstração me assegurou que o gentio vinha em paz [...] e pediu [o sargento-mor] ao capitão Miguel que pudesse falar a estes índios, pois era já conhecidos e que observasse como vinham e que soubesse deles o que queriam. E por ele mesmo remeti um prêmio¹⁷¹.

Mais uma vez o capitão serviu como mediador entre os destacados e os povos originários. Diferentemente de seu superior, que estava tranquilo, Miguel desconfiava que a grande quantidade de indígenas ao redor do presídio não seria um bom presságio. Solicitado pelo cacique, quatro nativos se aproximaram: um com o nome de Felipe, outro por Ignácio, um terceiro chamado Ramon e o quarto atendendo por Francisco. Afiançaram o desejo de passarem pelo portão e, ainda resabiado, o capitão ordenou aos seus soldados para que acompanhassem os convidados, antes, alertando-os para “terem toda a cautela e toda boa vigilância da guarda”¹⁷².

Um grupo composto por mulheres guaicurus foi integrado ao quarteto e penetrado na fortaleza. Foi oferecido sombra e, “perguntado se queriam farinha”, aceitaram e ficaram no interior até tarde da noite. Já fatigado pelo “muito barulho” de indígenas e soldados, o sargento-mor, imaginando que isso não seria um comportamento apropriado, ordenou para que seu ajudante “recolhesse os nossos”. Não sem má vontade, restava ao soldado “cumprir suas ordens” e solicitar para que a festa terminasse, avisando para que todos voltassem às suas obrigações. Sua iniciativa não surtiu efeito em meio à gritaria, então Marcelino, não contente em ver seus homens “andando entre eles [indígenas]”, chamou o capitão e pediu para que conversasse com os guaicurus e explicasse que já era “hora, e que com aquele toque recolhesse os nossos para ouvir a missa”¹⁷³.

Como da outra vez que se encontraram, o chefe ameríndio foi até Marcelino para um último brinde com “bebida e marmelada”. Dessa vez, foi presenteado pelo anfitrião com espelhos. O sargento-mor percebeu, contudo, que o seu convidado não gostou do regalo, e

¹⁷¹ CARTA do sargento-mor Marcelino ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 22 de janeiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0025, f. 4.

¹⁷² *Ibid.*, f. 4.

¹⁷³ *Ibid.*, f. 4.

questionou o descontentamento. Em resposta, o companheiro, aborrecido, precisava de “barretes”. Foi avisado, porém, que esse tipo de objeto não estava disponível. Mediante o retorno negativo, o cacique ficou irritado, esbravejou e foi para o ataque¹⁷⁴.

O sargento-mor correu para o canto do quartel e, avistando um “arranco de gentios com porretes indo em direção ao portão do presídio”, percebeu que eles iriam derrubar a barreira. Por causa da festança, seus soldados não a cerraram às seis horas da tarde, como de costume, e isso possibilitou com que os revoltosos transpassassem a abertura, e, em um impulso, mais “invasores, correndo da ponta do morro”, complementaram esse grupo de povos originários¹⁷⁵.

Ao final da noite se perderam muitos soldados, deixando uma quantia ainda mais insuficiente de mãos-armadas. Ao raiar do dia, o sargento-mor, que sobrevivera, acusou as festividades da noite anterior e culpou o capitão Miguel pela fraqueza da guarda. Uma vulnerabilidade que, para ele, possibilitou com que os inimigos adentrassem livremente:

Pois é certo que o gentio, enquanto observasse prevenção, não se resolveriam tentar tal desatino e se o fizesse, iria mais bem castigado e não pareceriam tantas vidas. Informaram-me que o ajudante mandara a guarda esconder as armas de fogo no mato, e não contente, as mandou cobrir com folhas e panos, tanto assim que estavam sem armas, e os outros vagando por entre os índios, uns fazendo negócios e outros conversando.

Pois é certo que o gentio, enquanto observasse prevenção, não se resolveriam tentar tal desatino e se o fizesse, iria mais bem castigado e não pareceriam tantas vidas. Informaram-me que o ajudante mandara a guarda esconder as armas de fogo no mato, e não contente, as mandou cobrir com folhas e panos, tanto assim que estavam sem armas, e os outros vagando por entre os índios, uns fazendo negócios e outros conversando¹⁷⁶.

Questionado acerca do pedido de cessar a festa, o ajudante afirmou ao seu superior que a ordem foi repassado aos companheiros. Mas, diante do imprevisto, não foi possível recuperarem as armas escondidas em tempo hábil para o confronto. Passado o distúrbio, não adiantava, portanto, Marcelino escrever que “o dito gentil é mais sagaz [*sic*] e astuto”, ou prometer que “daqui por diante os devemos considerar na aplicação das suas astuciosas alegorias para nos fazerem hostilidades”, na última noite, Inês estava morta¹⁷⁷, deixando o quartel desfalcado.

Restou a esses desgarrados o receio de os inimigos ainda “se lançarem dentro do aquartelamento” e em novo ataque. Uma possibilidade que para o próprio sargento

¹⁷⁴ CARTA do sargento-mor Marcelino ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 22 de janeiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0025., f. 5.

¹⁷⁵ *Ibid.*, f. 6.

¹⁷⁶ *Ibid.*, f. 7.

¹⁷⁷ Anedota à obra de Camões, *Os lusíadas*, que faz referência ao episódio que D. Afonso IV manda assassinar a amante de D. Pedro I, o Severo. Cf.: CAMÕES, Luís Vaz de. *Os lusíadas*. Londres: Colindale, 2019.

contravertido “não era muito dificultosa de ocorrer”¹⁷⁸ diante da fragilidade da proteção. Cabisbaixo, custava a acreditar que *incivilizados* invadiram seu local e, com sangue nos olhos, defendeu que a melhor solução contra isso seria voltar a praticar a “tradição dos sertanistas antigos”. Referindo-se, provavelmente, ao diretório indígena e suas diretrizes que controlavam e monitoravam o aprisionamento de ameríndios realizado pelos colonos:

Bem se justifica nesta falsidade a tradição dos sertanistas antigos que dizem que nem portugueses e nem espanhóis poderiam considerar a amizade com o gentio, por todos os seus contratos que acabam em funestos fins. [...] perdi tanta gente sem efeito marcial e pouca prevenção de um oficial de quem me fez a desordem [a respeito de Miguel e o ajudante]¹⁷⁹.

Nem parecia que era o mesmo sargento-mor que oferecera presentes aos guaicurús em troca de carne bovina. Indignado por ter sido enganado, escreveu que “semelhantes gentios só a *ferro e fogo* poderão ser domados e castigados da mesma forma que os *sertanistas antigos*, ainda com outras nações menos poderosas”¹⁸⁰. Relembrando com isso dos homens do sertão que, remetidos aquelas áreas nas décadas de 1710 e 1720, prearam muitos indígenas e os colocaram sobre o cativo.

Foi com vontade de vingança que escreveu que “não haveria de perdoar em qualquer encontro que com os nossos tiverem [novamente]”, e apelou para a ajuda do Estado, que, em situação delicada naquele rio, desejava que “ficará V. Exa no conhecimento de como eu fico enfraquecido e inável [*sic*] continuar as obras”. Dizia respeito à falta de artífices no presídio, que ficou ainda mais diminuída após o ataque, com seu único especialista vindo a óbito e “morrendo o ferreiro”. Cenário de caos que se estabelecia na vida desses tresmalhados, de mãos atadas, ficaram “sem cirurgião e remédios, [...] os que escaparam com vida, não há com que se curarem senão com sal e fumo, que nem uma gota de aguardente se achou no armazém” (para a desinfecção das férias, possivelmente). Persistia na falta de proteína, tão necessária para recompor a energia e que não oferecia nem mesmo uma canja aos enfermos, por não terem “galinhas” para ofertar¹⁸¹.

Em meio às lamúrias, aproveitou para reclamar de um carregamento que estivera a mais de três meses para chegar de Vila do Cuiabá e nunca aportava naquele porto. Suspeitava, por fim, de duas ocorrências: ou que não estivesse sido enviado, ou que ocorreu uma interceptação

¹⁷⁸ CARTA do sargento-mor Marcelino ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 22 de janeiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0025, f. 8.

¹⁷⁹ *Ibid.*, f. 8.

¹⁸⁰ *Ibid.*, f. 9, grifo nosso.

¹⁸¹ *Ibid.*, f. 9.

feita pelos gentios. Em tom de ultimato, emendou que o ataque sofrido não era novidade, pois “ia acontecendo, como falei a V. Exa, e vejo que os senhores de Cuiabá não premeditam a necessidade de atender as expedições”, lançando à câmara a falta de atendimento.

A sua manobra foi intimidar até mesmo o capitão-general, dizendo que dependia dele para o subsídio da fortaleza, mas que em nada estava atendido, não o interessando agir na defesa dos quartelados nem mesmo para auxiliá-los com o básico, fazendo com que faltasse até a farinha, que de forma quinzenal era oferecida “um quarto de ração a cada soldados”¹⁸².

E era exatamente nesse ponto que os povos originários tiravam sua vantagem. Conhecendo as verdadeiras plantas, os animais e a própria geografia do terreno, eles refugiavam e investiam contra os colonos e que, por seu turno, viviam despreparados, seja pela insuficiência proteica e calórica, ou por não reconhecerem o terreno. Astutos, diante do desconhecimento de seus rivais, os indígenas interceptavam roças e canoas de negócios, e dificultando o acesso dos soldados a comida. Foi para tentar contornar essa situação de cargas transviadas que, por exemplo, a Coroa incentivou os colonos, distantes das vilas, para que plantassem roçados ao redor das fortificações e assim não dependessem totalmente do provimento régio. Algo que, contudo, não garantia sucesso alimentício, pois os roçados se tornaram alvos da resistência nativa. No dia 21 de janeiro de 1778, quando um homem do Forte de Coimbra foi a um roçado para ver suas plantações, assustou-se com o que encontrou:

Foi em marcha o colono José Alves de Souza e sua mulher a uma rocinha que tem na parte do rio ao pé do morro, escoltado por soldados armados que lhe dei. Seriam nove horas quando se ouviram os chamados, e observando, vieram os brancos do rio com aflição. Mande logo pegarem em armas e ver o que era. Fiquei sabendo que era um grupo de gentio que tinha acometido a roça¹⁸³.

O desespero era ter se deparado com “uma multidão grande de cavaleiros [guaicurus]”, e por não poderem enfrentá-los, decidiram “se recolherem enquanto os índios encaminha para o sertão”. Nítida sensação de medo, os corpos militares, diante dos destroços agrícolas e de experiências frustradas, camuflar-se-iam a ter de enfrentar aqueles que, aos olhos do poder, eram os incivilizados, mas à nossa lupa, pessoas experientes e táticos. Um truncamento entre tropas e etnias indígenas que envolvia todos que habitavam a fortificação ou na sua redondeza, independentemente de serem pessoas cativos, livres ou libertos.

¹⁸² CARTA do sargento-mor Marcelino ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 22 de janeiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0025, f. 11.

¹⁸³ *Ibid.*, f. 12.

Quadro 1 – Relação de moradores do Presídio de Coimbra, 1778

Oficiais	Administradores	Pedestres	Escravizados
<ul style="list-style-type: none"> – Ajudante Roiz Tavares – Dragão Thomas de Aquino Bandeira – Dragão Raimundo Pereira 	<ul style="list-style-type: none"> – Alferes José Antunes Ferraz – Dragão Manoel José Roque 	<ul style="list-style-type: none"> – Salvador Correia – João Gomes Agostinho – Francisco Vianna Batista 	<ul style="list-style-type: none"> – Do capitão Miguel José: Romão, mulato; Nicolau, tambor – Do alferes José Antunes Ferraz: André e Francisco, barbeiro – Do alferes Salvados Roiz: Amaro – Do dragão José: José – Da Fazenda Real: Domingos, tambor – Do colono José de Souza: Domingos, Dionízio e Francisco
Soldados auxiliares	Caçador	Feridos	Soldados de ordenanças
<ul style="list-style-type: none"> – Manoel Victor de Franca – João Nunes – Victorino Pinheiro – Antônio Romão – Francisco Ferraz 	<ul style="list-style-type: none"> – Lopes 	<ul style="list-style-type: none"> – Dragão Luís da Fonseca – Auxiliar José da Silva – Caçadores João da Silva e José Roiz – Ordenanças Manoel Roiz – Escravizado: [ilegível] 	<ul style="list-style-type: none"> – Miguel Coelho – Fabiano Cardoso – [ilegível] da Costa – Manoel Barbosa – Joaquim Ribeiro – Theodózio Guedes – Francisco de Brito – Miguel Gonçalves – João dos Reis Agostinho – [ilegível] – [ilegível] – [ilegível] – [ilegível] – [ilegível] – [ilegível] – Vieira Soares – José da Silva – Ângelo José – José Pereira – Manoel Carneiro – Narcizo Lemes – Félix da Silva

Fonte: CARTA do sargento-mor Marcelino ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 22 de janeiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0025, f. 15.

O grupo de pessoas arrolado acima, no dia 9 de fevereiro do ano de 1778 esteve novamente amedrontado. Suspeitando de uma investida dos “inimigos silvestres”, Marcelino desconfiou que os guaicurus surpreenderiam sua equipe. Receando a repetição da invasão pretérita, prontificou-se, às pressas, a formar uma guarnição. Agrupamento que não surtiria efeito em caso de ataque, pois, como dito por ele, o número era insuficiente até mesmo para

“proteger os pontos arriscados” e “incapaz de poder castigar o inimigo ou afugentá-lo para longe”¹⁸⁴.

Ainda assim, precaveu-se. Relatos de soldados trilhadores alegaram existir um motim de indígenas se formando “no pé do morro”. Com pedras que foram “roladas”, indiciaram que os guaicurus se escondiam no topo da colina e provavelmente observando os portugueses. O sargento-mor escreveu:

Mandei um trilhador que achou trilha de gentio e cheiro festo de [ilegível] que eles usam, e se presumiu que se encaminhavam a lançar fogo ao mato, e por verem que foram sentidos da dita patrulha, se retiraram. [...] e no próximo dia, a meia noite [*sic*], tornaram a beirar outra patrulha que fica eminente a esta estava, porém como foram sentidos, se retiraram. [...] continuaram o seu desaforo no dia dois desse mês [fevereiro], que se repetiram as mesmas investidas de retirada¹⁸⁵.

Antes mesmo disso os homens estiveram apavorados. Seis dias anteriores, por volta das onze horas da noite e com a penumbra e o silêncio taciturnos, um tiro e um assovio foram escutados na escuridão, fazendo com que os soldados adviessem “todas as horas da noite sobre as armas”, em receio de uma possível emboscada. Para sua tranquilidade, não foi o que aconteceu.

Porém, ainda nesse mês de fevereiro, José Alves encontrou seu roçado destruído e decidiu averiguar a situação de uma outra plantação. Solicitou para que Marcelino enviasse uma guarda para acompanhá-lo e, ao chegar no local, encontrou milho quase no ponto de colheita. Ficou alegre em ver que mais algumas semanas os grãos alimentariam seus homens. Percebendo que alguns pés haviam sido arrancados, imaginou que os povos originários estariam também de olho na comida. Querendo encontrá-los, o roceiro seguiu o rastro das plantas caídas e chegou a um pouso, “percebendo que ali existia gentios com frequência”. Com “muitas camas” e indícios de fogueira ainda com o calor de suas brasas, deduziu que os ameríndios fugiram “pela manhã”¹⁸⁶.

Como o milho plantado estivera quase na sua maturação em fevereiro, José voltou em março para inspecioná-lo e colhê-lo. Entretanto, indígenas chegaram primeiro. Coletando as espigas plantadas pelos colonos, arrancaram até mesmo as raízes milharal. Provavelmente para não florescerem novamente. Uma atividade que o roceiro relatou ao sargento-mor: “mesmo que houvesse quem plantasse em boas terras, os gentios não deixam planta em pé em ramos verdes”.

¹⁸⁴ CARTA do sargento-mor Marcelino Roiz ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 9 de fevereiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0027, f. 1.

¹⁸⁵ *Ibid.*, f. 5.

¹⁸⁶ *Ibid.*, f. 6.

Para nós, isso está relacionado às estratégias de resistência nativas. Ao aproveitarem das plantações coloniais para retirarem a sua alimentação, como bônus, os povos originários mitigavam as lavouras, destruindo suas covas agriculturáveis e “arrancando”, como relatado, “todas as plantas”. Até mesmo suprimindo a infraestrutura, não deixando nem estacas utilizadas para proteção das hortaliças, “mesmo que elas fossem de madeira de jacarandás, fortes e robustas”:

Muitas vezes eu tenho já expressado que V. Exa aplique providência. Não posso dar na inutilidade do posto, muitas vezes eu tenho já expressado a V. Exa que é arriscado e indefensável a agoniação deste presídio, [...] que é de tal qualidade que queriam e estavam determinados a fazerem maior insulto e estrago no seu atentado, que o mesmo gentio bárbaro eu tenho dado muitas providências, mas está tudo muito arriscado com o inimigo¹⁸⁷.

Constatado ao longo da leitura da documentação a respeito do forte às margens do Rio Paraguai, é inegável a existência de uma resistência guaicuru frente ao processo colonial de ocupação e proteção da fronteira. Algo que não deixou Marcelino confortável. Em devotada descrição de seu cotidiano, em uma de suas cartas remetidas a Vila Bela, o chefe Marcelino, do Presídio de Coimbra, arrolou uma lista de materiais diversos necessários para o acolhimento dos feridos, enfermos e outras necessidades diárias.

Quadro 2 – Lista de matérias para o Presídio de Coimbra, 1778

Materiais
– Cromentina [<i>sic</i>] para remédios dos enfermos do hospital
– Óleo de Copaiba para os mesmos efeitos
– Espírito de ferrugem
– Pós restetivos [<i>sic</i>]
– Pós de Joanes
– Panela para a cozinha do hospital
– Potes com moringues
– Baetas
– Papel em branco, bastantes, ao menos uma resma ou duas
– Boletos para cartuxos [<i>sic</i>], bastantes
– Aguardente do reino para os curativos
– Alcânfora para os curativos
– Cinquenta ou sessenta tábuas de cedro para se fazer caixões para se recolher a farinha, porque em sacos ficam todos danificados por cupins
– Sal do reino, que o que veio mal deu para duas datas
– Aguardente de cana, que se gastam com os enfermos
– Duas cordas de seis braças cada uma, para as caixas de guerra
– Butiás para os remédios dos enfermos
– Bálsamos para remédios dos enfermos
– Seis cadeados grandes ingleses
– Azeite de mamona para as luzes

Fonte: CARTA do sargento-mor Marcelino Roiz ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 9 de fevereiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0027, f. 5.

¹⁸⁷ CARTA do sargento-mor Marcelino Roiz ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 9 de fevereiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0027, f. 2.

Observa-se que não relatou apenas coisas relacionadas à alimentação e cuidados com a saúde. Outros materiais, como resmas, tinham igual valor para subsidiar a demanda administrativa que, aos olhos daqueles aquartelados, seria o básico a ser fornecido pelos homens políticos. Um sentimento de inutilidade, aliás, que não foi vivido apenas pelo capitão Miguel ou o sargento-mor Marcelino. Na segunda metade do século XVIII, durante o governo de D. Antônio Noronha, Minas Gerais fez uso de seus civis para complementação da formação militar. Recrutando homens contra a investida paulista, as batalhas congregaram tanto profissionais como soldados amadores e, além do mais, precisaram combater a resistência indígena ou ora a sua aliança com emboabas e ora com os paulistas.

Uma documentação mineira que demonstra civis recrutados e despreparados tal como Mato Grosso, e constantes reclamações de chefes militares alegavam o amadorismo de suas tropas. O comandante do presídio de Vila de São José da Barra, por exemplo, evidenciou sua preocupação com os ataques ameríndios e nos fez lembrar de Marcelino:

Em carta de 16 do mês passado me representava V. Ma o insulto que no dia 13 do mesmo cometeu o gentio bárbaro na fazenda de Manoel Pinto Guimarães a quem tirou a vida, e me expõe V. M. também o justo receio a que vive de ser assaltado pelo mesmo gentio que continua a fazer hostilidade na vizinhança desse presídio, matando bois e cavalos sem haver quem lhe resista¹⁸⁸.

Com uma maior concentração demográfica, a realidade mineira não foi a mesma de Mato Grosso, que sofria até mesmo insuficiência de homens civis para a defesa territorial. Contudo, os empecilhos criados pelos indígenas, a resistência ameríndia e à comoção na escrita dos superiores militares tanto de uma quanto de outra capitania explicita as astúcias dos povos originários e o despreparo dos colonizadores:

Receio se funda nos excessos que aproximadamente praticaram os negros aquilombados nas margens do Rio Doce, os quais espalhando-se em bandos tem infestado as estradas próximas aos povoados, chegando a açoitar cruelmente alguns roceiros e as suas famílias nas casas das suas habitações¹⁸⁹.

De maneira próxima ao que aconteceu nas ordenações mato-grossenses, em Minas Gerais também houve homens com patentes que apontaram para o descaso de autoridades a

¹⁸⁸ CARTA de Antônio Noronha *apud* MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Desassossego das minas: a guerra e o sertão – A situação militar da capitania durante o governo de D. Antônio de Noronha, 1775-1779. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 31, p. 9-32, jul./dez. 2004, p. 11.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 11.

respeito do amadorismo de soldados e o atravessamento hierárquico no cumprimento das ordens:

Os movimentos em que vemos essa comarca e toda a capitania e o precipício a que ela arrebatamente [*sic*] caminha [...] seja, porém, desocupado ante V. Exa algum excesso do nosso zelo em benefício dos povos que nos estão incumbidos, aqueles mesmo que são o braço direito do Império pelos interesses que deles resultam ao Real Erário [...] tiram-se desta comarca a menos de um mês 80 homens, em que se consideram possibilidades para substituírem¹⁹⁰.

Não é preciso, portanto, uma leitura minuciosa dos documentos para que se encontre aspectos que aproximam, em maior ou menor grau, a capitania de Mato Grosso à outras realidades da América. Isso faz com que a investigação insira as terras pantaneiras naquilo que Gruzinski chamou de *mundialização*, que era um fenômeno que interconectava localidades por terra, mar ou rio, às redes globais. Situações específicas ou gerais responsáveis por agregarem poder na mão da população regional e fazer com que, de forma patrimonialista e corporativista, prestassem serviços à Coroa e requeressem, em troca, vantagens para si, sua família ou seu grupo.

Um movimento que para ser encontrado nos níveis das torrefações, faz-se necessário que ajustemos a nossa lupa. Ao buscarmos alguns nomes contemporâneos entre si e que fizeram parte da história mato-grossense, essa investigação deslindará um ambiente inúmeras vezes acionado por aqueles que desejavam promoção social ao ingressarem em alguma instância de poder: administrativo, fiscal e judiciário. No próximo capítulo vamos perceber que, provavelmente, Marcelino acertou ao escrever a respeito do descaso de autoridades cuiabanas e vilabelenses ao não atenderem os seus pedidos de socorro. Fechados em sua própria órbita, a proteção da fronteira para essas pessoas com cargos administrativos e jurídicos que gravitavam ao redor da câmara municipal não era prioridade, pois, acima de tudo, prevalecia entre esses sertanejos a “vontade e interesse em servir” em causa própria.

¹⁹⁰ CARTA de Antônio Noronha *apud* MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Desassossego das minas: a guerra e o sertão – A situação militar da capitania durante o governo de D. Antônio de Noronha, 1775-1779. *História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 31, p. 9-32, jul./dez. 2004, p. 14.

2. TRAJETÓRIAS DE PESSOAS QUE MORARAM NA CAPITANIA DE MATO GROSSO E SE ENVOLVERAM COM O PATRIMONIALISMO E CORPORATIVISMO SERTANEJOS

De maneira geral, os cargos administrativos mato-grossenses foram ocupados por dois tipos de pessoas: o primeiro, por homens sem acesso ao sistema de ensino colonial e metropolitano; e o segundo, por profissionais que se especializaram, utilizaram o sistema educacional português para se promoverem profissionalmente e se destacaram entre os demais. Contudo, ao mesmo tempo que essa especialização significava uma promoção, a sua ausência não fez com que as pessoas estagnassem em um único nível hierárquico ao longo de sua vida. Em ambiente corporativista e patrimonialista tal como havia em Mato Grosso, mais importante que a profissão ou o acesso educacional para conseguir ascender, a maior dependência estava no estabelecimento de *redes de relacionamentos* entre os diferentes níveis e torrefações. Pouco importava, como veremos adiante, se um ministro da justiça conhecia bem os artigos das Ordenações Filipinas, caso não os utilizassem a favor de seus próprios interesses ou de seus pares.

A qualificação, ou a sua falta, poderia até influenciar nas forças gravitacionais para se unirem ou desunirem entre si, seja por sua cor, sua origem ou seu patrimônio. Elementos que, inegavelmente, limitavam a elevação social. Contudo, acima disso, o estabelecimento de *levels* nas torrefações de São Geminiano, lembrando nosso modelo analítico, passava, principalmente, pela transversalidade da troca, da permuta, da trapaça, da pechincha e da negociação. É por isso que, permeado por esses fatores, o primeiro nome a ser analisado é um homem nascido na América, e que mesmo analfabeto, conseguiu se destacar entre seus parceiros e solicitar benesses para si e para seus filhos. O segundo sujeito a ser analisado, igualmente nascido na colônia e ao contrário do primeiro, formou-se em uma universidade do reino e regressou ao seu continente de origem de forma a, assim como o outro, sobressair-se entre os demais.

Se esses dois homens estiveram unidos pela sua origem, o mesmo não ocorreu com o terceiro. Nascido na metrópole e filho de uma família razoavelmente reconhecida, estudou na Universidade de Coimbra e recebeu um convite para trabalhar como ouvidor-geral na comarca cuiabana, uma posição institucional que estava acima do juiz ordinário e do juiz de fora. Almejando atuar como desembargo, cargo hierarquicamente acima da ouvidoria, a sua permanência na capitania seria passageira, pois serviria por seis anos como ministro nas terras pantaneiras e, após esse tempo, promover-se-ia ao Tribunal da Bahia.

São relações individuais e coletivas que fizeram parte da história do Brasil. A respeito do entrelaçamento corporativo e patrimonialista, entre os séculos XVIII e XIX, em São Paulo surgiram redes de poderes que foram responsáveis pela ascensão de pessoas/grupos que interdependiam entre si. Consideradas pela historiografia tradicional como “pioneiros”, as suas relações objetivaram, desde o início da expansão territorial, “centralizar e estabelecer diretrizes para a administração das terras de Portugal fora do continente europeu”¹⁹¹ e oportunizando a concentração de poderes políticos, administrativos e jurídicos sobre as suas mãos. De alguma forma isso se encaixa aos nomes que serão arrolados por nós. Contudo, não é uma história pioneira. Eles não foram precursores nas redes de relacionamentos e nem na economia do sertão, ao passo que encontrar essa originalidade pioneira não é o interesse de nossa pesquisa. E sim o estabelecimento, individualmente ou coletivo, de estratégias utilizadas para se sobressaíssem entre os demais e se estabelecerem, mesmo que provisoriamente, como poderes superiores e dominantes.

2.1 A VAIDADE E INTERESSE EM SERVIR: A TRAJETÓRIA DO JUIZ ORDINÁRIO ANTÔNIO PINHO DE AZEVEDO

Antônio Pinho de Azevedo era homem nascido em terras pantaneiras. Como filho do sertão, não entendia sobre artes, literatura e escrita. Isso, porém, não o impossibilitou de trilhar um caminho de reconhecimento. Se lhe faltavam as letras, sobravam-lhe os ânimos. Como veremos à frente, constantemente embrenhado na escuridão das matas alagadas e se esgueirando dos povos originários, aproveitou-se da política beligerante para construir uma carreira militar e ostentar patente. E não somente isso, foi peça fundamental para a justiça cuiabana ao ocupar em 1755, já na velhice, o cargo de juiz ordinário. Apropriando-se da malha jurídica para se “amarrar” a alguns homens importantes.

Sem exigir bacharelado, a atuação de um juiz ordinário influenciava na vida de grande parte dos moradores. Inicialmente, sua performance foi regida pelo Livro I, título 44, das Ordenações Manuelinas, sendo, posteriormente, sustentada no Livro I, título 65, das Ordenações Filipinas. Assegurando que nos conselhos municipais existissem:

Geralmente, dois juízes-ordinários [*sic*], mas houve câmaras em que atuou apenas um, ainda que raramente. Suas funções não eram apenas judiciais, mas administrativas. Na ausência de ouvidor ou juiz-de-fora [*sic*], o juiz-ordinário [*sic*] poderia exercer

¹⁹¹ GONÇALVES, Adelto. **Direito e justiça em terras d’El Rey na São Paulo colonial (1709-1822)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2015.

parte de suas funções. Mas a ela não era permitido a atuação em correições. Tinha atribuições de ministério público, como a de representar a câmara contra ações particulares que prejudicassem o interesse comum¹⁹².

Além dos forais, esses profissionais responderiam pela procedência de devassas dos vereadores, procuradores, juízes de órfãos e escrivães. Serviço asseverado pelas Ordenações Filipinas, título 65, parágrafo 61:

E tirarão inquirição sobre todos os outros oficiais e ministros de justiça, assim sendo vereadores, juízes de órfãos, escrivães, juízes de sisas, escrivães deles, procuradores, almoxarifes, recebedores, almotacéis, alcaides das sacas, juízes dos resíduos, onde os houver, se erram em seus ofícios¹⁹³.

Na sua prática, em localidades com mais de 200 casas, suas sentenças não poderiam ser contestadas com recurso (apelação ou agravo) em causas com valores de até mil réis. Em locais menores, o recurso não ocorreria em veredictos de até 600 réis em julgado. Por sua jurisprudência, até certo limite, ser incontestável, o nomeado ao cargo se tornava peça-chave nos assuntos regionais e era legalmente protegido:

Os juízes ordinários dos lugares que passarem de duzentos vizinhos, terão jurisdição sem apelação, nem agravo até a quantia de mil réis nos bens móveis. E sendo de duzentos ou dá para baixo, terão jurisdição nos móveis até seiscentos réis e em bem de raiz terão jurisdição uns e outros até quatrocentos réis sem apelação nem agravo¹⁹⁴.

Em aparecimentos públicos, esse togado tinha o direito a uma vara com as armas reais em uma das extremidades. Sua autonomia garantia a soltura de presos sob fiança e procedência de sequestro dos bens de condenados à pena de morte. Um inegável prestígio que tinha, contudo, um limite. Não era permitido que avançasse sobre o encargo do juiz de fora e do ouvidor-geral, sendo esses dois últimos uma justiça especializada no Direito português e alçada maior que a dos ordinários¹⁹⁵, como veremos mais adiante.

Antes de ser juiz, Antônio Pinho de Azevedo precisou escalonar a sua ascensão social ainda jovem, na década de 1730. Em 19 de abril de 1736, por exemplo, em idade viril, participou da abertura de um caminho por terra que conectaria Mato Grosso a Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Salvador. Um projeto formulado por uma Junta e que tinha como intuito aumentar a rede de conexão de Vila do Cuiabá a outros lugares e evitar a total dependência do transporte

¹⁹² GONÇALVES, Adeldo. **Direito e justiça em terras d'El Rey na São Paulo colonial (1709-1822)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2015, p. 63.

¹⁹³ ORDENAÇÕES Filipinas. Rio de Janeiro: Tipographia do Instituto Philomático, 1870, p. 143.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 135.

¹⁹⁵ GONÇALVES, *op. cit.*, p. 93.

fluvial, principal alvo de ataques da resistência paiaguás e guaicuru (como já apontado por nós no capítulo anterior). Presidida pelo ouvidor-geral João Gonçalves Pereira, que foi o magistrado que intercedeu Pinho à Coroa, essa Junta representou a vontade de grupos locais que, dependentes do transporte comercial de seus produtos agrícolas e beneficiados localmente, precisavam de uma alternativa para o escoamento de sua mercadoria:

Representado que sem embargo de que uma junta que se havia feito no princípio do mês de março de 1736, se havia assentado ser muito conveniente abrir caminho destas minas para as de Goiás, por não ter outra comunicação mais que as monções anuais a ser o dito caminho maior meio para a conservação [do comércio]¹⁹⁶.

Cansados dos ataques indígenas, elaboraram um trajeto que, por terra, levaria Cuiabá a outras regiões. Via de acesso intencionadas a se chegar “não somente no reino [talvez se referindo à ligação com os portos do litoral americano], mas em toda esta América”. E não descartavam a preocupação com o reforço bélico, defendendo que esse caminho auxiliaria a fronteira com soldados de outras capitanias, quando destacados em “terra que seria invadida pelos castelhanos em breve tempo”¹⁹⁷.

Projeto grandioso para a época, seus organizadores desejavam que fosse executado por pessoas experientes e capazes de “dar feito ao dito caminho com as cláusulas e condições assentadas [naquela reunião]”. Acima de tudo, o objetivo era facilitar o escoamento da mercadoria e evitar episódios como o que ocorrera no dia 10 de maio no Arraial do Velho, em distância de sete ou oito dias de viagem pelo Rio Cuiabá, quando “saíram dez ou doze canoas de gentios paiaguás” contra uma tropa que por lá navegava. Esses ameríndios sequestraram duas canoas, uma com carga de comida e outra de montaria, dois aditivos essenciais para a vida dos mato-grossenses, além de assassinares “onze pessoas, sendo três brancos e os mais mulatos e carijós”. Difíceis de serem capturados pelos colonos, pois se escondiam, tacitamente, nas matas, o caminho por terra seria “muito conveniente por não ser grande a distância, mas porque só com o dito caminho se evitará todos os referidos inconvenientes”¹⁹⁸.

Abriria brechas no emparedamento de Vila do Cuiabá e evitaria que seus habitantes ficassem “consternados” com a falta de comunicação com outros pontos geográficos, afinal, se superaria essa deficiência com o financiamento terrestre e organização da migração de pessoas, boiadas, cavalarias e escoamento do ouro. Esse último, a propósito, passaria a “correr

¹⁹⁶ CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira... Vila do Cuiabá, 7 de outubro de 1736. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 1, doc. 89, f. 2.

¹⁹⁷ *Ibid.*, f. 14.

¹⁹⁸ *Ibid.*, f. 16.

livremente para toda a parte até os portos do mar”. Evitando o seu extravio pela água, que nunca tinha sido, pela visão daqueles contemporâneos, um método adequado para levá-lo, porque, “além dos grandes riscos que há de cachoeiras, há gentios que tem investido contra nossas tropas” e que faziam com que se perdesse o metal nas profundezas das águas¹⁹⁹.

Em defesa da nova rota, o conselho municipal cuiabano escolheu seis homens responsáveis pela picada, e entre eles esteve Antônio Pinho de Azevedo. Um emprego que, nas palavras do ouvidor-geral João Gonçalves, fez do homem a *cabeça* do serviço, ou seja, tornando-o importante. Para isso, afirmou que precisou deixar “sua casa, a fábrica de engenho e o grande número de escravos que possuía” para se dedicar exclusivamente a “cruzar os sertões movidos pela vassalagem”²⁰⁰. Uma direção de “vassalagem” que demonstrava a ausência de uma vida particular ao colocar os assuntos monárquicos acima de tudo.

Disponibilizando mil cento e setenta oitavas de ouro, os conselheiros indicaram contratar seis camaradas “de suas pessoas” (entre eles, Antônio Pinho), “trinta bugres” da nação bororo, que serviriam de guias, e outros “brancos, bastardos ou mulatos” capazes de pegar em arma de fogo²⁰¹. Todos com “obrigação” de trabalhar nesse projeto:

Serão obrigados a abrir o dito caminho marcando e pondo sinais nas chapadas. Onde houve mato, abrirão picada capaz de passar um negro com carga e, ao chegar em Goiás, virão pela parte que forma mais conveniente para a brevidade, chegando a essas minas em três meses depois de sua partida²⁰².

Para os não cativos, a referência à *obrigatoriedade* designava um serviço oferecido a um *bem maior* e que era ofertar a prestação de serviço aos projetos coloniais, seja para a efetivação territorial, fortalecimento agropastoril ou aluvial. Um prestamento encontrado quando a câmara municipal declarou a sua verdadeira intenção: a nova rota possibilitaria contratos e tarifas importantes para a economia de Mato Grosso; e em alocação àquilo que Souza chamou de “artérias da civilização”, que eram ideias propaladas pelas autoridades que buscavam conter a resistência dos povos originários²⁰³.

Porém, nem sempre trajetos, fortalezas e entrepostos comerciais, mesmo que visto pelos políticos como importantes, agradavam a todos. Proprietários de terras não concordavam com

¹⁹⁹ CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira... Vila do Cuiabá, 7 de outubro de 1736. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 1, doc. 89, f. 16.

²⁰⁰ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 23.

²⁰¹ *Ibid.*, f. 16.

²⁰² *Ibid.*, f. 16.

²⁰³ SOUZA, Laura de Mello e. **O jardim das hespérides**: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

a abertura de caminhos próximos aos seus lotes pois o trânsito não seria apenas de mercadorias ou soldados. Aberto à toda população, por essas veias pulsariam pessoas reconhecidas na época como “desclassificada”, um perfil que desagradava os homens de negócios, como veremos no próximo capítulo.

São brechas nesse emparedamento que se tornaram principais mecanismos de escoamento dos produtos mato-grossenses, principalmente nos caminhos fluviais. Mesmo com os constantes ataques ameríndios, o frete pelas águas continuava o mais comum, pois não se precisava gastar com a alimentação de animais de carga e de seus condutores, e a rota mais rápida quando aproveitada suas correntezas. Percursos aperfeiçoados ao longo dos anos e que proporcionaram ligação aos portos de Belém e São Luís, por exemplo:

Uma franca utilização dessas águas era dificultada pelos já referidos obstáculos que possibilitavam o percurso e que, para serem vencidos, demandavam grandes esforços – tanto maiores e mais penosos, certamente, quanto mais pesados e volumosos os bens carregados. Desse modo, pode-se dizer que aquela superioridade era apenas parcial e que, portanto, o máximo aproveitamento das facilidades naturais consistiria, na verdade, na adoção não de uma via inteiramente fluvial, mas sim de uma via mista, fluvial-terrestre²⁰⁴.

Parte do processo de ocupação territorial, esses modais integram uma das quatro formas que os colonos encontraram para a efetivação do território. Na primeira, por exemplo, criaram-se rotas que facilitaram surgir, na medida do possível, circulação de civis, soldados e mercados. Na segunda, em decorrência da facilidade de acesso, esse aumento populacional incentivou as atividades agropastoris e o surgimento de entrepostos comerciais (como a Fazenda de Camapuã). Na próxima conjuntura, o mito do enriquecimento criou uma mentalidade coletiva do “eldorado” e influenciou a manutenção de uma migração interna e, conseqüentemente, de redes de abastecimentos dessa população. Na última, os três processos resultaram no surgimento de relações entre grupos/famílias que se responsabilizaram pela manutenção do poder e engrandeceram mediante sistema de potentados regionais²⁰⁵.

Foi esse o procedimento que Antônio Pinho de Azevedo, ainda na década de 1730, ao aproveitar e oportunizar a sua ascensão. Envolvendo-se em incursões pelo interior da América, resultou em sua inserção à Infantaria de Ordenança dos Mercadores e Forasteiros das Minas,

²⁰⁴ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Uma esquina nos confins do Brasil: o sul de Mato Grosso colonial e suas vias de comunicação (projeto e realidades). *Revista Fronteiras*, Dourados, v. 11, n. 19, p. 197-227, jan./jun. 2009, p. 201.

²⁰⁵ LIMA, André Nicácio. *Caminhos da integração, fronteira da política*: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso. 2010. 365 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 108.

como informado pelo Conde de Sarzedas, que na época era o capitão-general de São Paulo e responsável por Vila do Cuiabá²⁰⁶.

Vaidoso, dez anos após, essa posição não o apeteceu, e, por intermédio do ouvidor-geral João Gonçalves Pereira, pleiteou o recebimento de *Hábitos de Cristo* para si. Concorrendo também para posicionar sua prole nos níveis hierárquicos das torres de São Geminiano, indicando aos seus quatro filhos o mesmo agraciamento, além de desejar que eles trabalhassem como escrivão da ouvidoria, escrivão da câmara, escrivão dos órfãos e ausentes e tabelião. Enquanto isso, para suas rebentas, agenciou que cada uma recebesse 50 mil réis. Valor que seria utilizado como dote matrimonial.

Orgulhoso, se conseguisse que seus pedidos fossem aceitos, a família Pinho de Azevedo se posicionaria em um lugar destacado dentre os sertanejos. Astuto e sabendo de seus limites, não foi esse o argumento que o homem utilizou para justificar suas rogativas. Versando a respeito da abertura do caminho até Goiás, alegando ter encontrado dificuldades para abri-lo e o seu pioneirismo nessa função, encaminhou um documento escrito por Sarzedas e que indicava Azevedo como “melhor e mais antigo sertanista de todos” para entrar naquela *picada*²⁰⁷.

Pode até ser que esse homem caiu nas graças de Sarzedas, que o descreveu como um sertanista *à la* antiga. Nossa investigação aponta, por outro lado, para mais cinco nomes igualmente responsáveis pelo percurso. Ao se reunirem no dia 20 de junho de 1736 em um sítio no Arraial de São Gonçalo, no vale do Rio Cuiabá, nas primeiras horas do dia, o ouvidor-geral João Gonçalves Pereira passou “mostra à tropa”, e como estava “conforme compete”, permitiu que se iniciasse o trajeto. Retornaram em 29 de agosto de 1737 e o feito foi narrado pelo ministro da comarca, avalizando principalmente Pinho:

Quando chegou as ditas minas de Goiás, nelas achou ordem de S. Majestade para que o Exmo conde de Sarzedas, governador e capitão-general que então era da capitania, mandou-se abrir o dito caminho à custa da Real Fazenda. E como Antônio Pinho abriu sem que a real Real Fazenda fizesse alguma despesa, fica exposto parecer que se faz Antônio Pinho digno de que S. Majestade compadeça zelo da sua Real Grandeza ponha nele os olhos como costuma ao conselho como ele empregou no seu real serviço²⁰⁸.

Logo após a nova estrada, Azevedo requereu exclusividade desse percurso. Sua intenção era “introduzir nas mesmas minas de Cuiabá, pelo referido caminho, toda a cavalaria e gado que quisesse, por tempo de três anos”. Para a sua insatisfação, a tentativa de monopólio foi

²⁰⁶ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 25.

²⁰⁷ *Ibid.*, f. 4.

²⁰⁸ *Ibid.*, f. 5.

negada pela câmara, que “impugnou a execução”. Sem aceitar a contradição, buscou novamente no conde de Sarzedas uma aliança. Hierarquicamente acima dos conselheiros cuiabanos, sua permissão poderia fazer com que a decisão municipal fosse revogada. Conseguiu o consentimento do governador ao escrever que outras pessoas estivessem “inibidas para introduzir os ditos gado e cabalaria pelo referido tempo de três anos”:

Lhe faço com a obrigação de por o caminho destas minas para os de Cuiabá na última possessão, e com maior diretiva que permitir o terreno, nelas meter todo o gado e cavalgadura de que necessitar, e também a conduzir pelo mesmo caminho a sua custa os reais quintos das ditas minas do Cuiabá para estar tudo na forma do termo que assinou na secretaria deste governo²⁰⁹.

Porém, buscando quase sempre um equilíbrio na sua relação com as autoridades regionais, Sarzedas, ao expedir sua autorização, adendou que só poderia ser possível o exclusivismo se fossem cumprida duas condições: a primeira, que Antônio Pinho de Azevedo arcasse com os possíveis prejuízos; e a segunda, que fizesse seu uso mediante permissão da câmara, pois ficara sabendo que alguns camarários, descontentes com o pedido de exploração, não afiançaram esse contrato particular²¹⁰. Como se observa, ao final de tudo, o maior peso continuou depositado nos conselheiros ao respeitar o seu veredicto sobre o assunto.

Mas o particularismo da rota não foi a única oportunidade encontrado por Antônio Pinho de Azevedo para capitalizar sua vida financeira. Narrou, por meio do ouvidor-geral, que no mesmo ano de 1736 se envolveu com a descoberta de metais preciosos no Rio Paraguai ao “partir em diligência aos sertões para descobrir alguns locais até na cabeceira do Rio Paraguai e descobrindo ouro constante e alguns diamantes”. Também desejando exclusivismo das datas, na época, autoproclamou-se responsável pelo local e mandou “sob graves penas, retirar da dita paragem todos os morados que lá se achavam arranchados”²¹¹. Eram pessoas que, motivadas pelo “eldorado”, seguiram a notícia do ouro e diamante no Rio Paraguai sem saberem se realmente era verdade. Por *ouvir dizer*, empenharam-se na busca pelo enriquecimento, mas, como quase sempre, a realidade não fez jus aos balbucios e se depararam com a frustração e a rede de poder de Pinho²¹².

Era um a empreitada no Rio Paraguai que, na versão desse futuro juiz ordinário, começou um ano antes, ainda em 1735, quando “às suas custas” financiou mantimentos, armas

²⁰⁹ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 30.

²¹⁰ *Ibid.*, f. 30.

²¹¹ *Ibid.*, f. 11.

²¹² *Ibid.*, f. 11.

e ferramentas para lavrar os potenciais pontos aluviais. Porém, por ter viajado pelas águas na estação chuvosa e com muitas tempestades, precisou abandonar a missão “por causa das muitas águas que houve no dito tempo, enfermidades e mortes que experimento os seus cativos”²¹³.

Novamente em agenciamento, agora na estação da seca, em maio de 1736 procedeu com sucesso. Mas em versão enviada a Lisboa pelo ouvidor-geral, Azevedo ficara pouco tempo na mineração da cabeceira do Rio Paraguai, pois logo a notícia se espalhou e foi necessário que ele arrematasse “uma data de 30 braças em quadra para a Real Fazenda por mil oitavas de ouro” e financiasse um “laborino [*sic*] trabalho para desviar águas para poder lavrar o ouro”. Em contrapartida a esses investimentos, alegou que quase nada se extraiu de lá, precisando dividir a área com outras pessoas, uma decadência que ficou ainda mais agravada quando Rolim de Moura, informa o documento, proibiria que se pudesse retirar diamantes ou ouro daquele lugar, e essa era a “razão porque não teve o suplicante tempo para poder lavrar mais do que uma limitada parte do veio d’água da dita data”²¹⁴.

Acreditamos que são informações enviesadas. Consta que Antônio Pinho de Azevedo descobriu, em 1736, o ouro na cabeceira do rio e desde então empreendeu no lugar. Em sua versão, João Gonçalves Pereira alegou que pouco, ou quase nada, o homem extraiu daquele lugar e responsabilizou o conde de Azambuja, ou melhor, o seu decreto, pelo impedimento de continuar a minerar aquela área. No entanto, o capitão-general chegaria apenas na década de 1750 em Vila do Cuiabá, e na década de 1730 nem mesmo existia a capitania de Mato Grosso. Isso supõe que, no mínimo, durante 15 anos Azevedo utilizou da sua posição de destaque no local para beneficiar a si próprio, como ele mesmo informou ao dizer que se autoproclamou chefe do grupo. O momento de sua apropriação do espaço aluvial ocorrera quando esse requerente a benesse possuía razoável reconhecimento entre os cuiabanos, e ao se dedicar à atividade do garimpo, congregou em sua mão o controle da parte dianteiro do rio e veio a ser um potentado (ao menos até o confisco de seu trabalho).

Um fato que dificilmente ocorreria caso ele fosse à região cinco anos antes, momento em que ainda não havia escalado as torres da promoção social. A sua porta de entrada à elevação geminiana foi aberta, inicialmente, a partir de *levels* militares. Junto de outros homens, no ano de 1730, desceu o Rio Cuiabá no intuito de “desinfestar” o lugar, e encetou a sua prestação de serviço à Coroa ao utilizar o projeto colonizador da beligerância para solavancar a sua ascensão social.

²¹³ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 11.

²¹⁴ *Ibid.*, f. 6.

Reconhecendo a vantagem de utilizar a falta de mãos armadas profissionais a seu favor, aproveitou-se do recrutamento de civis para “espontaneamente, acompanhar uma armada com uma canoa de guerra aprestada à sua custa, de gente e munições necessárias”. Para isso, precisou o homem juntar suas economias, pois ficou sem receber, segundo relato do ministro relator da solicitação de graça, “nenhuma assistência da Real Fazenda”. Aplicando seu dinheiro em pólvora, “cobrada a um preço alto”; sua atividade, ao final da incursão, fez com que o capitão responsável pela armada afirmasse que Pinho “possuía grande valor e ânimo” na condução das canoas e na orientação de seus companheiros²¹⁵. No entanto, a aprovação não lhe rendeu uma gratificação e por isso voltou, em 1731, a servir uma outra armada. Dessa vez, um pouco mais admirado entre seus pares, dispondo-o mais próximo dos superiores da diligência e lhe rendendo “presteza”, como nas palavras do relator:

No ano de 1731, se mostra que mandando deitar bando para que todas as pessoas que quisessem acompanhar a esquadra que novamente se determinava contra o dito gentio, por continuar este nas mortes e latrocínio, preparava-se com canoa a sua custa e se oferecera livremente para seguir a dita esquadra com uma canoa guarnecida de seis soldados brancos fardados e mais apetrechos precisos, e duas canos mais com dez escravos para a condução dos mantimentos e equipagem²¹⁶.

Acompanhado do Mestre de Campo Manoel Rodrigues Carvalho, passaram “grandes tormentas e com risco de vida”, experimentando “muitas doenças”, que, ao contrário, não o abateram. Foram dois anos participando dessa segunda incursão na função de “cabo de esquadra”, e cumprida, segundo o mestre, satisfatoriamente “no dito emprego, com o mesmo valor e honra que em todas as ocasiões tinha mostrado”²¹⁷. Enquanto condutor, em uma das noites do ano de 1731, esses destacados às margens dos rios à procura dos povos originários e que tiveram o Mestre Manoel como superior e comandante de 20 canoas e uma barca, em “marcha e suportando grandes tormentas no Rio Paraguai”, defrontaram-se com o inimigo. Em número insuficiente de colonos e soldados, além de pequena quantidade de armas e munições, essa gente conduzida por Manoel decidiu fugir por alguns dias. Uma escapadela que “por sorte” fez com que os soldados e demais pessoas encontrassem um acampamento abandonado de guaicurus, ainda com todos os seus apetrechos necessários para o repouso das tropas. Diante da disponibilidade, rapidamente fizeram pouso e aproveitaram da infraestrutura ameríndia. Uma inegável apropriação das instalações dos povos originários que, mesmo documentados como

²¹⁵ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 9.

²¹⁶ *Ibid.*, f. 9.

²¹⁷ *Ibid.*, f. 20.

distantes do conceito da civilização e a partir da ótica de seus observadores, portugueses e demais colonos imersos na mata (ou no sertão), dificilmente rejeitariam utilizar os materiais dos povos indígenas como suporte, como o caso desses cuiabanos fujões, entre eles Antônio Pinho de Azevedo, que deliberaram descansarem nesse antigo pouso guaicurus²¹⁸.

Se naquela ocasião eles estavam protegidos da presença paiaguá, por terem se afastado das águas, o medo ainda prevalecia, já que restava a resistência guaicuru e que dominava o interior daquelas matas. Foi por isso que o mestre achou necessário que procurassem uma nova paragem, e alguns homens, talvez os mais destemidos ou obrigados a se prontificarem, saíram “em três canoas de guerra a buscarem outros sítios”. E entre esses esteve Antônio Pinho, que, algumas horas depois da partida, encontrou um bom lugar para se aquartelar e, após inspeção, todos voltaram aos destacamento para recolherem os homens e seguirem até o novo abrigo²¹⁹.

Como a resistência guaicuru era temida, no novo sítio, a primeira atitude dos soldados foi esconder em um paiol, rapidamente construído, os poucos alimentos e suas precárias armas. Uma amparo necessária naquele contexto conturbado e que assentava a alimentação e a defesa como os principais subsídios para os manterem vivos. Valorizando armamento e nutrição como elementos com maior importância até mesmo que o ouro ou diamantes, pois, naquele contexto, em caso de ataque ameríndio, em nada o brilho das pedras preciosas evitaria a morte da tropa.

Abrigados, contudo, continuaram em situação de perigo. Ainda estavam em área de resistência. Decidiram, portanto, mais uma vez debandar. O plano era voltar a Vila do Cuiabá, e Pinho, juntamente do mestre, saíram para buscar reforços cuiabanos enquanto o restante da comitiva se conservava escondida. Essa dupla escolheu um caminho sem ser o que estava bloqueado pelos paiaguás e se embrenharam cada vez mais na imensidão florestal. Como não queria enfrentá-los, escolheram as “terras alagadas”. Acreditamos se tratar da região que atualmente é o noroeste do Mato Grosso do Sul e sudoeste de Mato Grosso, onde está o bioma pantanal e em espaço que viria a ser construído, décadas depois, o Forte de Coimbra. Certamente esse trajeto exporia a dupla ao perigos de cobras, jacarés, onças e demais animais, mas, pelo já observado, enfrentar essa natureza era menos amedrontador que confrontar a força bélica indígena.

Entretanto, esfacelados, foi em vão os companheiros terem escolhido o pantanal como local de travessia, porque em uma noite e enquanto procuravam lugar para descanso, estatelaram-se com os guaicurus. Em seu relato, o ouvidor-geral documenta que o primeiro

²¹⁸ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 20.

²¹⁹ *Ibid.*, f. 21.

impulso da dupla foi atacar seus opositores. No entanto, por defasagem numérica, os dois homens acharam melhor se aquietaram. Era o medo. Pela manhã, quando os primeiros raios solares apareciam no horizonte, eles rodearam os indígenas que dormiam, e investiram contra esses dormidores, assinando-os ainda nos braços de Morfeu. Mas não mataram a todos e aprisionaram quatro pessoas úteis para guiar a dupla pela mata até a vila. Precisaram de alguns dias de caminhada e, graças à sabedoria geográfica ameríndia, finalizaram a sua jornada em Cuiabá. Após o sucesso no regresso, juntaram alguns homens e refizeram o percurso, resgatando os destacados embrenhados nos confins daquela terra²²⁰.

Esse episódio rendeu ao requerente considerável prestígio entre seus companheiros e foi descrito como “destemido” pelo Mestre de Campo. Recebendo a patente de “capitão de infantaria” em recompensa ao trabalho “exercido tem feito muito bem a sua obrigação”, o sucesso de seu retorno à vila após o cerco ameríndio fez com que Azevedo fosse valorizado entre seus pares. Já para nós, com o olhar atual, fica pertinente a apropriação da sabedoria indígena para que os colonos vencessem as intempéries. Ademais, esse serviço prestado contribuiu para que Pinho fosse convocado, alguns anos depois, como um dos chefes da abertura do caminho até Goiás.

Estreando seu acesso aos níveis hierárquicos, foi a partir do ano de 1731 que o requerente a benesse abriu espaço entre os homens do poder e congregou em suas mãos uma influência econômica. Investindo em imóveis, foi apontado pelo relator como responsável por diminuir o êxodo da região de Mato Grosso²²¹ de pessoas. Acenava-se ao mito do eldorado, fator que estabelecia pessoas em locais até então não ocupados e afastados das vilas, e, com o tempo, esses moradores se frustravam, endividando-se e se empobrecendo ainda mais. Foi contra isso que, na ótica do ouvidor-geral, agiu Antônio Pinho ao comprar as casas desses desfalcados, provavelmente por um preço irrisório, melhorá-las e alugá-las àqueles que desejassem permanecer por ali.

Uma ação que aparece narrada como “bondade” para com os mais paupérrimos. A isso se acrescentou que, algumas vezes, quando os moradores não tinham condições financeiras para alugarem, o requerente “deixava a pessoa morar sem aluguel, edificando em muitas casas, a sua custa, só a fim de que não despovoassem as ditas minas, em cujas casas ainda hoje vivem”, evitando, de acordo com essa versão, a situação em que “vivia desanimado o dito povo”²²².

²²⁰ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 22.

²²¹ *Ibid.*, f. 10.

²²² *Ibid.*, f. 10.

Empreendedor na economia local, instalou um “grandioso engenho, com duas casas de sobrado, cuja obra era a primeira e única naquelas minas”²²³. Sua afirmativa evidencia um sentido de pioneirismo, escrevendo “primeira e única” e remetendo a um exclusivismo que fazia com que os moradores utilizassem, sem escolhas, seus empreendimentos e ficando dependentes de Pinho. O ministro da comarca, então, ao descrever seu envolvimento com a economia local, subsumia a possível inserção dos moradores em uma rede de dívidas controlada pelo requerente. No setor residencial, por exemplo, ao comprar casas por um preço reduzido, melhorá-las e alugá-las a seus antigos proprietários, retiraria seu lucro na especulação imobiliária, inserindo até mesmo aqueles impossibilitados de pagarem o aluguel, que, em troca de moradia, prestariam serviços e ficariam presos ao sistema de submissão disfarçado de benevolência.

Era um processo que ocorria comumente em toda a América. Em Curitiba, por exemplo, cadernetas de crédito e promissórias, que funcionavam como substituto à moeda física, foram amplamente utilizadas como intenção de pagamento futuro, ou seja, um tipo de comprometimento com a amortização do saldo devedor. Entretanto, a disponibilidade dessa linha de crédito dependia da confiabilidade daquele que recorria a esse método. Nessa localidade, entre os anos de 1731 e 1752, de 1.248 ações jurídicas ocorridas nesse período, 85% delas diziam respeito à demanda creditícia que foi levada a juízo por causa de sua inadimplência.

Era um processo de endividamento curitibano que iniciava no porto carioca, sob a guarda dos homens de grosso trato, responsáveis por repassarem a mercadoria transatlântica a negociantes menores, que a distribuía, mediante crédito, aos varejistas. Nessa cadeia de mercado, estes últimos, por seu turno, responderiam pela oferta ao consumidor final, determinando a precificação e garantido que seu faturamento cobriria os custos de toda essa teia logística²²⁴. E com escassez de moeda, eram as cartas de crédito que atravessavam essa cadeia e uniam os interesses de vendedores e compradores preocupados, cada um na sua posição, em receber o valor da mercadoria e assegurar o pagamento de sua dívida.

Caso algum fator provocasse ruídos nessa comunicação de negócio, desencadearia uma avalanche de inadimplências e a não amortização do produto. Quando isso ocorria, um dos caminhos para solicitação do pagamento era por meio jurídico. Os juízes ordinários, tal como

²²³ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 10.

²²⁴ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; BORGES, Joacir Navarro. Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: relações de crédito no Brasil Colonial: Curitiba na primeira metade do século XVIII. **Revista de História**, Curitiba, v. 162, p. 105-109, 2010, p. 106.

Antônio Pinho de Azevedo, responsabilizavam-se por esses julgados e, primeiramente, exigiam o “reconhecimento do sinal” antes de dar início ao protesto das *ações d’alma*:

O reconhecimento do sinal acontecia quando o credor comparecia perante o juiz-ordinário [*sic*] e requeria a presença do devedor para que reconhecesse o seu sinal ou assinatura em um crédito por escrito, legitimando a dívida perante a justiça. As ações d’alma se davam quando o credor requeria, nas audiências, que o devedor jurasse por sua alma se devia ou não uma determinada quantia.

Por não ser detalhado o preenchimento dessas promissórias, esses juízes encontravam dificuldades para fazer valer a cobrança. Simplificada do ponto de vista técnico e ocorrendo em um período no qual a comprovação de renda, declaração fiscal, contrato de trabalho e comprovante de residência não era mais importante que a honra do pagador e a sua promessa de quitação, dotava-se à rede creditícia uma subjetividade e fazia com que “não fosse necessariamente financeira, mas acima de tudo, social”. Por essa razão, a “presteza e a gratidão entre as partes” ao assinarem as cartas, assegurava-as a obrigatoriedade de cumprirem com o acordo estabelecido nas Ordenações Filipinas:

Se essa parte citada no juramento dos Evangelhos negar o que lhe o autor demanda, absolva-a logo o juiz desta demanda, e condene o autor nas custas, que lhe por esta citação fez citar. E se o citado não quiser jurar e recusar o juramento, e o autor jurar, que o réu lhe é obrigado naquilo que lhe demanda, o juiz condene o réu por sentença em que o autor jurar que o réu lhe é obrigado a pagar, pois o réu, em cujo juramento o autor deixava, não quis jurar²²⁵.

Atualmente, esse formato parece frágil, mas na sua época, quando a honra e o juramento eram suficientes para o cumprimento e aliados à moralidade e aos valores religiosos, juntos, asseguravam o cumprimento de ambas as partes. E *jurar pela alma* era o método jurídica de fazer com que os devedores, em tese, não jurassem em falso. Independentemente do poder aquisitivo, cor ou gênero, esse processo poderia ser vivenciado por qualquer pessoa. Porém, o sucesso estaria na possibilidade de barganha defronte ao juiz, se os réus contassem com um maior aporte financeiro e influência regional, a renegociação de sua dívida ocorria mais tranquilamente. Mas se os réus contassem com pouco ou nenhum patrimônio e não tivessem influência nas autoridades, era quase impossível vencer a contestação, e restava a eles se arrastar por longos períodos litigiosos e se submeterem à prestação de serviço (pois só tinham a mão de obra como oferta) em troca do seu inadimplemento.

²²⁵ ORDENAÇÕES Filipinas. Rio de Janeiro: Tipographia do Instituto Philomático, 1870, p. 63.

Era a situação de muitos libertos que adentraram na rede de dívidas logo após a sua alforria. Sem condições de se sustentarem, recorriam aos prestamistas para financiarem suas moradias, alimentação e vestuário. Por causa da aproximação com o cativo, esse grupo recém-libertos não encontrava possibilidade salarial para concluir as suas pendências monetárias e interferia até mesmo no acesso ao crédito legalizado na praça, caso solicitassem emprestado para quitar o comodato antigo.

Como a promissória levava em consideração a confiança, para sujeitos que viveram a escravização de perto, sua oferta não existia ou, quando muito, era diminuta. Por outro lado, necessitando sobreviverem, esses ex-cativos recorriam à agiotagem, que era uma forma interpessoal e ilegal para se aplicar dinheiro a juros exorbitantes:

Uma das mais difundidas para a aquisição de bens, fosse de consumo ou não, era o crédito. Sua utilização tornava possível a circulação de mercadores sem a quitação imediata nas transações comerciais [...] as restrições ao acesso da moeda em circulação podem estar associadas à ausência de instituições bancárias, mas também guarda relações com a sazonalidade das atividades locais²²⁶.

Quando a linha de crédito era concedida de maneira legítima, o descumprimento do contrato poderia acionar a justiça de pequenas causas. Um caminho jurídico que nem sempre foi percorrido. Com emolumentos altos e pagos pela parte que perdesse o processo, muitos preferiam executar a cobrança de forma não oficial, mesmo se tivesse um contrato lícito, utilizando-se de coerções e ameaças. Método muito difundido, inclusive, entre aqueles que praticavam o empréstimo ilegal, ou seja, a agiotagem. Por isso Antônio Pinho procurou investir na área imobiliária e inserir as pessoas nesse sistema, mesmo se fosse arriscado, pois os sujeitos coloniais, em constante migração, não garantia o pagamento do aluguel e nem mesmo a permanência do locatário no endereço informado. Um risco que, em contrapartida, tornava-se vantajoso ao se cobrar tarifas astronômicas nessa transação:

Ao adquirir um imóvel na sociedade mineira colonial, ganhava-se uma conotação social e econômica. No primeiro caso, poderia indicar uma forma de ascender socialmente, na medida em que possuir bens e ostentá-los era um valor inerente aos traços culturais e ideológicos da sociedade mineira setecentista. A conotação econômica também se dava pelo viés da ostentação, por ter acesso a uma propriedade, indicava, acima de tudo, a possibilidade de dispor de valores, ainda que fossem utilizados em função de novos investimentos²²⁷.

²²⁶ DIÓRIO, Renata Romualdo. **As marcas da liberdade**: trajetórias sociais dos libertos em Mariana na segunda metade do século XVIII. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 93.

²²⁷ *Ibid.*, p. 106.

Mesmo com mais dificuldades que a população branca e livre, alguns sujeitos conquistaram patrimônio mesmo com seu passado no cativo. Em testamentos deixados por libertos na cidade de Mariana durante o século XVIII, por exemplo, 39 ex cativos faleceram possuindo uma casa, 11 contando com duas residências e 3 com mais de duas propriedades, e demonstrando, portanto, a possibilidade de capitalização. Contudo, muitos patrimônios foram utilizados para quitar pendências financeiras deixadas por esses defuntos enquanto vivos e em favor de uma *economia moral* que, ao mesmo tempo que proporcionava condições para aquisição da casa própria, endividava as pessoas, em especial os libertos²²⁸. Em Vila Rica, também na capitania de Minas Gerais, entre a primeira e a segunda metade do século XVIII a sociedade vivia com um alto risco de calote. A diminuição aluvial e a falta de alimentos fizeram com que os produtos tivessem seus valores inflacionados e fossem ofertados com uma precificação maior que a normal e a juros altíssimos:

Expansão do sistema de crédito [...] como resultado da carência e inconstância do ouro em pó como moeda. A instabilidade social, nesse quadro, acentuava-se ao mesmo tempo em que avançava uma conflituosa situação de interdependência; todos tinha, o que pagar e receber. A tendência para a acumulação de riqueza só vinha a gerar mais tensão em um contexto desigual e contraditório²²⁹.

Capitalização financeira inserida em uma economia oportunista, na mesma medida que viabiliza homens de cabedais a “amarrarem” as pessoas entre si e sob a sua influência, provocava uma pobreza generalizada e a concentração de renda nas mãos de poucos. Um sistema creditício que mantinha o controle política e mercadológico sob responsabilidade de homens iguais Antônio Pinho, que se aproveitavam da dependência de terceiros para ascenderem a níveis mais superiores nas torres de São Geminiano e perpetuarem a sua imagem, “validada e com referência a imperativos morais (as obrigações que o Estado, os proprietários de terra ou os negociantes deveriam cumprir)”²³⁰, para se manterem no topo.

Foi em favor dessa economia moral que o ouvidor-geral e relatador da vida de Pinho considerou importante expor a situação fiscal do requerente. Anexou uma certidão de quitação de fisco feita pelo escrivão da Intendência e Provedoria da Fazenda Real, Antônio Luís da Rocha, e que declarava que o peticionário estava “em dia com a sua capitação” ocorrida entre

²²⁸ DIÓRIO, Renata Romualdo. **As marcas da liberdade**: trajetórias sociais dos libertos em Mariana na segunda metade do século XVIII. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 109.

²²⁹ SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto**: Estado e sociedade nas minas Setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

²³⁰ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudo sobre a cultura tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 210.

anos de 1726 e 1747, e que totalizava 3.465 e $\frac{1}{2}$ oitavas de ouro para a Real Fazenda²³¹. Esse era o auge da vida financeira desse homem e a capitação, cobrada periodicamente ou em momentos específicos, que constantemente descontentava a elite local, que dizia estar injustiçada, permitiu com que Antônio se enriquecesse.

Caso à parte, na maioria das vezes essa taxa não recebeu aderência dos potentados e foi assunto delicado à Coroa. Em 24 de março de 1734 e em Minas Gerais, por exemplo, uma junta formada pelas vilas, em reunião, debateu a respeito da tarifa. Ao perceber que não seria vantajosa, optou por não a aplicar e essa decisão foi enviada à Lisboa. Esquivar-se, porém, não seria fácil. Se por um lado a metrópole concedia autonomia regional para que potentados arbitrassem em decisões próprias, o método da capitação não estivera disponível para declinação. Impositivo, em 1º de julho de 1735 foi imposto aos mineiros o pagamento quatro oitavas e $\frac{3}{4}$ de ouro por cada escravizado e para “as lojas de grande porte, 24 oitavas, as medíocres, 16 e as inferiores 8 oitavas”. Atravessada, essa medida piamente não convenceu a população:

Talvez a capitania tenha sido o mais odiado de quantos procedimentos foram tentados como forma de obter o tributo do quinto para o rei, com as câmaras fazendo representações e procurando mostrar quão maléfico era aos povos. Aliás, ficara consignado que os povos estariam livres de requerer a alteração do método agora aprovado. E o método vai tornar-se odioso ao vulgo²³².

Para o seu controle fiscal na América, fez surgir o cargo de intendente. Um funcionário letrado, nomeado pelo monarca, de confiança da Coroa e “pessoa de respeito e zelo”, nas palavras de José Teixeira do Amaral, em 1782, e que seria auxiliado pelo escrivão, ajudante, tesoureiro, meirinho e soldados dragões. Juntos, esses funcionários coordenariam a capitação e fariam valer a vontade da metrópole. Era uma prática idealizada por Alexandre de Gusmão, membro da família do juiz de fora que será estudado por nós posteriormente, que, enquanto diplomata, estadista e braço direito do rei português D. João V, defendeu que “qualquer dos meios que se escolham, abolindo a capitação, além de diminuir de um jeito a quinta parte dos cabedais das minas, se hão de seguir tais inconvenientes, que brevemente se mostrarão a necessidade de a tornar a estabelecer”²³³.

²³¹ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 40.

²³² MAGALHÃES, Joaquim Romero. A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação – 1741-1751. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 118-132, 2009, p. 121.

²³³ *Ibid.*, p. 129.

Durante anos foi uma queda de braço entre metrópole e potentados, e Gusmão saiu vencido e as elites locais conseguiram pôr fim à essa cobrança. Ao ver sua ideia política-fiscal descartada, o seu idealizador apontou para os principais grupos contrários à manutenção dessa taxa, e escreveu que “os eclesiásticos, os homens da governança, os poderosos, os mercadores e os comboeiros [...] abriram o caminho para se isentarem do pagamento”²³⁴. Acenava principalmente à elite regional, chamando-a de “os poderosos” e que, constantemente às avessas da aplicabilidade do recolhimento, causavam, na sua visão, a diminuição do lucro na mineração, comércio, lavoura e traslado das mercadorias.

Olhando apenas para os bolsos do monarca, Gusmão não havia percebido ainda o poder concentrado na elite colonial. Em 1749, por exemplo, chegaria à mesa do desembargador Tomé Gomes Moreira uma representação da Câmara de Vila Rica e que registrava a “opressão universal dos moradores pelo sistema de capitação”, e unindo o descontentamento da população com a solicitação da substituição por “meios mais toleráveis”²³⁵.

Informava que a atual cobrança causava muitas perdas financeiras àqueles que trabalhavam na mineração e que, sem lucratividade, deixavam de instalar engenhos para beneficiar matéria-prima da lavoura, e isso fazia com que diminuíssem as áreas das plantações e proporcionasse uma ociosidade logística. Um efeito até mesmo observado na aquisição de novos escravizados, que pela falta de dinheiro dos senhorios, deixavam de serem adquiridos da mesma intensidade que antes²³⁶.

O assunto a respeito da capitação era algo que unia enriquecidos e empobrecidos, pois seus impactos foram sentidos em ambos os bolsos. Mas para a população com menor poder aquisitivo, ela foi ainda mais agressiva, pois sem rendimentos suficientes para sua quitação, recorriam-se às redes de endividamento, discutidas anteriormente, responsáveis por deixá-los ainda mais paupérrimos:

A taxa de capitação mostrou ser altamente impopular pelas seguintes razões: incidia mais duramente sobre os pobres do que sobre os ricos, pois os mineiros cujos escravos tinham sorte nas lavagens de ouro pagavam sobre cada escravo a mesma quantia que pagavam os outros mineiros cujos escravos pouco ou nada ganhavam – e esses formavam a maioria. Da mesma maneira, os donos de oficinas, lojas e hospedarias que não davam lucros, pagavam as mesmas taxas de impostos sobre os que estavam retirando grandes proventos de seus estabelecimentos. Fazendeiros e lavradores tinham que pagar não só o dízimo sobre suas safras, mas também a capitania sobre seus escravos, sofrendo, dessa maneira, dupla taxa²³⁷.

²³⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romero. A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação – 1741-1751. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 118-132, 2009, p. 129.

²³⁵ BOXER, Charles R. **O império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 1960, p. 217.

²³⁶ *Ibid.*, p. 217.

²³⁷ *Ibid.*, p. 217.

Em Mato Grosso, por volta de 1740, um grupo de negociantes de Vila do Cuiabá pediu misericórdia a D. João V. Condenados por sonegação de impostos, a benevolência seria para Bartolomeu Fernandes Guimarães, Manoel Martins Silva, Bento de Oliveira Diniz, André Pereira da Costa, Domingos Ribeiro Mendes e Antônio Francisco da Silveira. Por intermédio do intendente da época, João Gonçalves Pereira, também na função de ouvidor-geral, inclusive sendo o responsável por narrar a vida de Antônio Pinho de Azevedo, afirmou que, “sendo Vossa Majestade servido mandar criar a intendência da capitação nas minas”, houve uma confusão no método em administração pretérita e, como consequência, encerraram-lhes na prisão municipal sob a acusação de “má-fé” e descumprimento do regimento fiscal. Decisão que, segundo o intendente, era incorreta, pois o responsável pela regulamentação da taxa, o antepenúltimo servidor na intendência, não trouxera a público as exigências da Coroa e deixou de orientar os moradores²³⁸.

Foi o penúltimo responsável pela capitação, Manoel Roiz, ou seja, antes de João Gonçalves, quem cumpriu a aplicabilidade e decretou a prisão do grupo e que permanecia preso desde então. Ao herdar de Roiz o bastião da intendência, Pereira descobriu que os aprisionados viveram “sempre sujeitos às ordens de V. Majestade como leiais vassallos, obedecendo em tudo e satisfazendo os reais quintos”. E creditava a eles um histórico positivo, defendendo que se eles não pagaram o imposto, não foi por malícia ou “sonegação”, mas por “ignorância” da existência dessa taxa. E a essa urdidura complementou:

Se não fizeram da capitação que deviam dos escravos, lojas e corte de carne porque foram denunciados pelo fiscal da intendência foi por ignorarem o tempo em que deviam pagar e as penas em que incorriam não satisfazendo com maior prontidão e que os ditos escravos que tinham entrados, pelos registros, estavam expostos naquela vila para se venderem e as lojas e corte de carne também estavam públicos e se não deviam presumir que por quantias limitadas quisessem maliciosamente fazer e enganação, nem pôr a perder os escravos e propinas²³⁹.

Em seu adjutório, escreveu que os tributos tinham sido pagos no mês de dezembro do ano anterior ao lançado no livro-controle e causando uma incongruência fiscal. Isso ocorreu quando cativos e mercadorias foram adquiridos no mês de outubro de 1738 e seus impostos recolhidos nos dias 16,17 e 19 de dezembro, que por ser uma data próxima ao ano seguinte, foi lançado na folha fiscal de 1739. Divergente, essa foi a ação que fez com que não constasse a

²³⁸ REPRESENTAÇÃO dos negociantes de Vila do Cuiabá... Vila do Cuiabá, 1º de setembro de 1740. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 3, doc. 137, f. 2.

²³⁹ *Ibid.*, f. 7.

tributação e não o sonegamento, pois “não deixaram de pagar a capitação que deviam por dolo, nem por malícia, nem por ânimo de sonegação, mas sim por ignorância”²⁴⁰.

Vasculhamos os arquivos mato-grossenses e tivemos acesso à lista de registro de dois desses homens enclausurados. Mesmo suas folhas deterioradas pelo tempo, foi possível contabilizarmos parte dos investimentos de Manoel da Silva e Bartolomeu Fernandes. O primeiro deixou de recolher a entrada de “quarenta e cinco escravos, cinquenta cargas de seco e vinte e oito de molhados que conduziu”; e o segundo, “a entrada de cinquenta e quatro escravos, cento e nove cargas de secos e 325 cargas de molhados”²⁴¹. São números que, se levamos em consideração a quantidade de novos escravizados que, anualmente, entravam em Mato Grosso (como será apontado no quarto capítulo), o volume transitado pela dupla significou 27,5% da média de todos os novos cativos do ano de 1738, o que comprova que esses dois homens concentravam um quarto do comércio negreiro cuiabano.

Foi depois dessa apelação de Antônio Gonçalves Pereira que os execrados receberam o perdão do capitão-general de São Paulo (lembremo-nos que até 1748 a vila pertencia aos paulistas), Luís de Mascarenhas. Por serem influentes e com uma versão atestada pelo intendente. Além disso, possivelmente o governador não desejava inimizade com esses componentes. A Coroa, representada pela figura dos capitães-generais buscava ao máximo manter relações amigáveis com os potentados. No entanto, se entre o governador e os níveis mais baixos existia uma determinada estabilidade em sua relação, o mesmo não ocorria em superfícies mais horizontais entre si, como quando o Intendente engavetou as regras da capitação para não se indispor com a população e Manoel Roiz, ao assumir a intendência, fez valer a lei, abocanhando os sonegadores.

Além do perdão aos condenados, Mascarenhas desejava equilibrar ainda mais a sua decisão e buscou se informar a respeito da voz de prisão dado ao grupo. Morador de Rio Abaixo, Manoel Roiz recebeu uma carta do capitão-general que requeria algumas explicações. Respondeu-a em 14 de abril de 1739, assegurando que a sua intendência tinha sido a primeira da região a condenar as pessoas por falta de pagamento da capitação:

Nunca nessas minas houve notícia do regimento desta porque o não fez público [seu antecessor], nem com efeito praticou nenhum dos capítulos dele: como foi o de não fazer diligência por cobrar a capitação para a matrícula no dito regimento, fazendo

²⁴⁰ REPRESENTAÇÃO dos negociantes de Vila do Cuiabá... Vila do Cuiabá, 1º de setembro de 1740. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 3, doc. 137, f. 12.

²⁴¹ *Ibid.*, f. 11-12.

com que todo o ano fosse de matrícula [...] não fazendo averiguação legítima para lhe constar das sonegações e tirando somente por forma a devassa²⁴².

De acordo com sua defesa, por ter sido o primeiro a condenar, a sua administração recebeu duras críticas da elite regional e que sempre demonstrava descontentamento com a fiscalização, mas continuou agindo à rigor da lei. O mesmo, porém, não ocorreu com seu sucessor, quando os poderosos, unidos, conseguiram barganhar a liberdade do grupo apreendido:

E como eu fizesse público o dito regimento e o principiasse a dar a execução na forma das ordens de V. Majestade, lhe não dava inteiro créditos os povos e entendiam ser opressão que eu queria dizer, e lhe não tinha o seu antecessor que assim lhe insinuava para que ele não quisesse aceitar o dito regimento e não quis dar a execução²⁴³.

Essa versão, se verdadeira, demonstra um descaso administrativo para com o método de capitação até mesmo pelos homens da intendência, responsáveis, em tese, por coordenar a cobrança. Uma exposição que corrobora com a existência de uma elite regional que, assim como outras partes da América portuguesa, revoltou-se com a obrigatoriedade de capitar seus bens e resistiram à interferência de Marcelino Roiz. Homem que, cumprindo seu papel de intendente e representante da metrópole, foi singular ao não se envolver nos interesses dos negociantes e, tentando fazer valer o direito da Coroa, tornou-se inimigo dos potentados. Uma pecha que, possivelmente, os outros dois intendentess (seu antecessor e seu sucessor) acharam melhor se esquivarem e não praticarem esse método de pagamento.

E por falar em autoridades defendendo homens de cabedais, em correspondência enviada a Lisboa, o ouvidor-geral que relatava o caso de Antônio Pinho de Azevedo lembrou ao monarca (se é que fosse preciso lembrá-lo) que alguns sujeitos na América foram agraciados por se envolverem em novas rotas terrestres. E de igual maneira dizia ser útil que o requerente recebesse as mesmas condolências que ganhou Garcia Roiz Pais, quando “abriu o caminho novo das Goiás até o Rio de Janeiro”, Cristovam Pereira, “pela picada feita de São Paulo até Curitiba” e Bartholomeu Bueno da Silva, “por descobrir as minas de Goiás”. Pessoas que, na sua ótica, não distinguiram do trajeto obrado em 1736: “Então fazendo o suplicante não só as mesmas diligências que fizeram os referidos, mas também a despesa que fez para

²⁴² REPRESENTAÇÃO dos negociantes de Vila do Cuiabá... Vila do Cuiabá, 1º de setembro de 1740. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 3, doc. 137, f. 14.

²⁴³ *Ibid.*, f. 14.

estabelecimento e conservação destas minas, e requerendo a tantos anos e até o presente não ter resultado algum, sendo que com razão se pode deixar”²⁴⁴.

Insistente em sua escrita, evidenciava que o solicitante foi o pioneiro nesse serviço entre Vila Bela e Goiás, uma contumácia que fez com que cumprisse a ordem régia expedida no governo de Rodrigo César de Menezes e que valorizava as bandeiras pelo interior da América. Em troca de novos acessos no trânsito, Menezes prometia agraciamento aos descobridores que “melhor empregasse”, presenteando-os com um “hábito de alguma das três ordens militares e mais tença de 50 mil réis”²⁴⁵.

O ouvidor-geral e defensor da história escreveu algo que chamou nossa atenção. Ao expor que a possível retribuição seria benquista pelo requerente, circunscreveu Antônio Pinho de Azevedo em uma condição precária, redigindo que o homem “padece de pobreza em que vive com oito filhos, quatro machos e duas fêmeas, sem ter modo algum com que possa ampará-los”. Como? Envolvido em muitas atividades econômicas e influente na política, no juizado e no campo bélico, será que realmente estava sem nenhum tostão?

Era uma incógnita até mesmo para a Coroa, que ao receber essa documentação precisou acionar o seu representante que, hierarquicamente e em solo colonial, estava mais próxima do rei. Contactando o capitão-general Antônio Rolim de Moura, pediu para que o conde narrasse a sua versão dos fatos. Um trabalho que, por seu turno, oportunizaria a Rolim de Moura demonstrar eficiência do governador, escrevendo sua análise e pontuando uma contraversão que, detalhadamente, indicava ter consciência de assuntos ocorridos ainda na década de 1730, quando Vila do Cuiabá pertencia aos paulistas e Mato Grosso nem era capitania.

2.1.1 A CONTRAVERSÃO DE ROLIM DE MOURA A RESPEITO DE ANTÔNIO PINHO DE AZEVEDO

Foi apenas em 14 de abril de 1759 que chegou em Mato Grosso a correspondência de Lisboa contendo dúvidas a respeito das atividades de Antônio Pinho de Azevedo. Momento em que Azambuja recebeu, em sua mesa, algumas cópias de certificados e declarações enviadas pelo requerente e por intermédio de um ouvidor-geral. Entre os papéis, constava um bilhete do Mestre de Campo Manoel Ribeiro, informando sua participação em incursões contra indígenas paiaguás e guaicurus entre os anos de 1732 e 1734; um certificado expedido pelo

²⁴⁴ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 7.

²⁴⁵ *Ibid.*, f. 7.

desembargador João Gonçalves Pereira, que na década de 1730 era ouvidor-geral e intendente em Cuiabá; uma carta do Conde de Sarzedas escrita em 1737 e relatando a chegada em Goiás do grupo que tinha o requerente como integrante; e sua provisão, por escrito, de um monopólio do percurso; e por último, um documento do escrivão da Provedoria e Intendência Real de Cuiabá, Antônio Luís da Rocha, atestando que o suplicante estava adimplente com o fisco régio.

Material robusto, Rolim de Moura recebeu sua cópia e percebeu que Antônio Pinho de Azevedo se empenhou em buscar comprovação dos relatos de sua vida. Mas esse calhamaço não intimidou Azambuja, e sabendo de sua posição de destaque por estar acima de outros homens e funções, em tom de ironia, como era de seu hábito, aventurou-se em sua contraversão e em cumprimento a ordem régia para “informar com vosso parecer, declarando a qualidade e certeza do serviço que o suplicante alega e o valor do rendimento das mercês que pede”²⁴⁶.

Mais um vaidoso naquele solo da América portuguesa, o conde aproveitou o ensejo para demonstrar à metrópole a sua rede de relacionamento ao pesquisar sobre a vida pretérita de Pinho. Um íterim que, primeiramente, descreveu que a abertura do caminho até Goiás, incessantemente relatado pelo ouvidor-geral, foi financiado pela Câmara de Vila do Cuiabá em 1.175 oitavas de ouro e com um adicional feito pelo conde de Sarzedas de mais 885 oitavas para a despesa na contratação das pessoas na empreitada. Portanto, contestava a versão narrada pelo ouvidor e que defendia que o financiamento público tinha sido insuficiente, tendo o requerente que arcar às suas próprias custas a picada. Na versão do capitão-general, foi exatamente em virtude de o erário ter financiado esse trabalho que os conselheiros cuiabanos, ao serem questionados, negaram o pedido de monopólio do caminho solicitado por Azevedo. Sendo que “toda essa narração ou é falta ou simulada, porque, primeiramente, pela certidão que ele apresenta nos termos da junta, que na câmara se fizeram para efeito da abertura” e, segundo:

Se fez nomeado igualmente o capitão Ângelo Nobre, Antônio Pinheiro de Faria, Francisco Leme de Moraes, Dionísio Pontes Ribeiro e João Cardoso. Todos os quais são bons sertanistas, principalmente Antônio Pinheiro de Faria, que não *cede ao suplicante nem a nenhum dos que presentemente há na capitania na inteligência de abrir caminhos*²⁴⁷.

Ao afirmar que Antônio Pinho não estivera sozinho, retirava parte significativa da narrativa com o sentido *pioneiro* creditado ao requerente. Como se isso não fosse suficiente (e para Rolim de Moura nunca era), propôs que se esses serviços prestados poderiam render

²⁴⁶ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 46.

²⁴⁷ *Ibid.*, f. 46, grifo nosso.

mercês para o requisitante, também seria bom concedê-las aos outros nomes, que “igualmente nomeados nos mesmos documentos que a junta e pelo que nenhuma razão tem para pretender rogá-la só a si”²⁴⁸.

Propagou que o gasto que aparece relatado era questionável, pois o investimento não foi feito pelo capital privado, e sim pela “custa do povo, e como o dito capitão Antônio Pinho de Azevedo era parte desse povo”, também precisou participar do rateio entre os chefes, que, por serem comandantes, entraram com um investimento próprio. Por tal fato, Azambuja dizia que o requerente não poderia ficar sem receber nada, mas somente o valor despendido na empreitada, e o monarca, se restituísse essa importância, melhor seria também a conferir aos demais e evitar, com isso, uma possível sublevação²⁴⁹.

Sua apuração indicou a existência de um superfaturamento nos gastos com o pagamento de pessoas para auxiliarem esses chefes. O dinheiro entregue seria suficiente para que contratasse 20 pessoas, só que apenas 12 foram acertadas, e, pagando a cada um *cem oitavas de ouro*, a quantia final foi menor que a arrecada e o valor não foi devolvida. O capitão-general pontuou que na prestação de contas dos 11 homens que participaram como contratados, apenas 2 exibiram recibo das oitavas, outros 9 nem apareceram.

Nada auspicioso aos olhos do capitão-general, o empreendimento na sua contraversão foi um desperdício de dinheiro e de tempo. Se a intenção foi afastar dos indígenas, escreve ele, então não obtiveram sucesso, pois além de atacarem pelas águas, após o caminho de 1736 começaram a avançar por terra. Desserviço que, na sua versão, usou uma alta quantia de verba para pouca vantagem. Um projeto que não resultou em um retorno financeiro e sua utilização para o escoamento de mercadorias regionais não atingiu o nível esperado. Com uma visão negativa, dizia que se passavam apenas bois e cavalos por lá:

É certo que o dito caminho foi e tem sido muito conveniente para esta capitania, porque por ali se lhe introduziram boiadas e cavaladas, o que pelos rios não podia ser, que enquanto as fazendas [produtos], faz muito mais conta vieram pelos rios, pelo que tem embargo do perigo dos paiaguás, sempre por aquela parte²⁵⁰.

É certo que apenas com o fim da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em 1778, que o caminho terrestre de 1736 seria explorado com mais intensidade. Como a vigência do governo Azambuja foi concomitante à atuação da companhia e que mantinha relações comerciais com

²⁴⁸ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 48.

²⁴⁹ *Ibid.*, f. 46.

²⁵⁰ *Ibid.*, f. 49.

Mato Grosso, escoando suas mercadorias fluvialmente, o conde não erra ao afirmar que poucas cargas transitavam na rota aberta por Antônio Pinho de Azevedo e seus companheiros. Sua visão negativa, contudo, excluía desse percurso o gérmen da bovinocultura cuiabana, que se espalharia a partir daquele caminho de chão, como veremos no capítulo seguinte, e fortaleceriam os criadores de animais na política local. Mesmo com negatividade ao se referir a esse assunto, Rolim de Moura não deixou de reconhecer que, de maneira tímida, o “dito caminho foi e tem sido muito conveniente para a capitania”²⁵¹.

Em certa altura o conde se atenta à quantidade de cavalos que o requerente informou ter perdido na sua picada até Goiás. Redigiu que foram “quarenta e tantos cavalos” utilizados, e essas mais de quatro dezenas de animais horrorizam o governador. Contrariando essa quantia, assegurava que “nem metade haveria em toda a comarca, porquanto antes da abertura de Goiás, não havia modo de poderem vir os cavalos”. Todavia, não negava a possibilidade de Azevedo ter perdido alguns animais. Mas se isso realmente aconteceu, denunciou que provavelmente ao chegar no destino do trajeto recém-aberto, ele “encheu o lombo dos animais com mercadorias” para retornar a Vila Cuiabá e “isso causou a morte dos animais”²⁵².

Desvio de verba, superfaturamento e elevado número de animais não foram os únicos desconcertos apontados na sua contraversão. Ao se referir aos achados de ouro e diamantes no Rio Paraguai, “sem dúvidas”, escreveu, Rodrigo César de Menezes redigira um bando, na década de 1720, que assegurava a expansão do território. Porém, “diferentemente é descobrir umas minas em paragens remotas e onde não se pensava” e outra é achar o ouro em lugar que “já é distrito e havia até uma comarca”, como foi o caso do solicitante, que se autoproclamou chefe de um local com preexistência de núcleo populacional.

Responsável pela proibição da extração de diamantes que o requerente alegava ter sido a sua falência, o governador obtemperou ao afirmar que se Antônio Pinho não contou com sucesso na extração, foi principalmente por causa da sua falta de visionamento no empreendimento e por ter deixado de se atentar que os “descobrimientos são muito diferentes uns dos outros”, precisando de “métodos específicos para o sucesso nessa atividade” e existindo córregos e ribeirões que “têm ouro no veio d’água e nas margens”, ou “como o do duplicante, que só se acha no veio d’água”. Indicou, portanto, um despreparo e censurou que “se o suplicante não lavrou a sua data, não foi por causa da proibição, senão porque nela não havia mais o que lavar”, e mais uma vez demonstrando a presença de outras pessoas no rio:

²⁵¹ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 49.

²⁵² *Ibid.*, f. 50-51.

Enquanto as despesas grandes que diz haver feito para virar o ribeiro, a verdade é que o dito serviço se fez de mão comum por todos os mineiros, no que lhe tocou a ele uma pequena parte, por serem muitos os que se achavam então no dito descoberto, e é presunção notável que não deixaram de tirar a limpo o dito trabalho, não só pelos jornais do ouro serem de boa conta, mas pelos muitos diamantes²⁵³.

Contraposições do governador que ao final se mostrou um tanto quanto harmonioso. A respeito do envolvimento com a resistência indígena, disse que era o seu trabalho “mais sólido”, com “suas armadas que fez contra o gentio paiaguás” e apresentando certidões corretas sobre ser homem “reputado e por um dos mais capazes que se acharam naquela ocasião”. Aceno favorável que não excluiu a sua divergência quanto ao financiamento das incursões, sendo que naquelas manumissões relatadas “alguma coisa confunde a exposição das despesas”. Em aquisição que dizia ter sido por conta própria, o conde disse que foi apenas para a compra de “pólvora e chumbo”, uma empreendimento também feito por outros integrantes, como Frei Braz e Thomé Lopes, outros dois sertanejos que participaram do grupo. A propósito, pelos recibos apresentados pelo solicitante, o valor desses dois produtos estava superfaturado²⁵⁴, direcionado a uma cifra maior e supervalorizando a sua participação.

Freneticamente riscando o papel, acrescentou que “também devo expor a V. Majestade que nem só o suplicante foi voluntariamente a essas expedições, muitos outros fizeram o mesmo”, e “mesmo que se mostrou desembaraço e solução segundo a voz comum”, e marcando um reconhecido entre seus pares, o capitão-general ficou sabendo da ocorrência de uma morte de escravizado e outro ferido. Lesões e morte que o capitão-general meneou terem sido feitas pelos próprios colonos, pois foi encontrada pólvora junto ao corpo dos cativos “e os paiaguás não tinham e nem tem armas de fogo”²⁵⁵.

Se na prestação de serviço militar o solicitante conseguiu arranjar um meio-termo do governador, que o reconhecia como homem importante contra a resistência ameríndia, o mesmo não ocorreu com os investimentos imobiliários. Buscando banalizá-los, afirmava que “esses serviços e engenhos são coisa que todos os dias estão fazendo”, e deixou clara que a utilização da capitalização era para engrandecimento próprio, “pela conveniência própria e não pelo bem-social”. Categórico, naquela época já apontava para o patrimonialismo, corporativismos e redes creditícias discutidas anteriormente.

²⁵³ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 52.

²⁵⁴ *Ibid.*, f. 53.

²⁵⁵ *Ibid.*, f. 54.

Por fim, ajuizou que o suplicante era “digno de alguma forma de remuneração”, mas não a estendeu a seus rebentos e “muito menos” às filhas. Asseverava que uma restituição à prestação de serviço serviria “para dar exemplo aos súditos que quando trabalham a serviço da Coroa sempre recebem algo positivo em troca”. Uma escrita reveladora e atenta ao poder dos potentados, e que reconhecia a necessidade de distribuir galardões aos homens da colônia para se manterem ativos a favor do monarca. Considerou, finalmente, que:

A vista disso tudo, me parece que ainda que o suplicante não deixa de ser excessivo no muito que pede, contudo, sempre de alguma remuneração se faz digno, a qual juntamente sem uma grande piedade e esmola, pois é certo que a necessidade e miséria em que se vê é grande, também não deixa de merecer algo²⁵⁶.

Ao terminar sua contraversão, Azambuja também se referiu a Antônio Pinho de Azevedo como homem em situação empobrecida, anuindo com seu pedido de recurso financeiro. Se até para o governador, que não media suas palavras, a falência foi apontada, talvez realmente o solicitante estivesse em situação de pobreza. Decadente nos níveis hierárquicos das torres de São Geminiano, ao procurar Antônio Gonçalves Pereira para escrever sobre a sua vida, Azevedo sabia muito bem que a sua trajetória era parte da política de benesses da Coroa, oportunizando uma chance para melhor de vida e o aproximando do conceito de “vassalo”, que, de acordo com um dicionário daquele tempo, significava, entre outras coisas, o oposto de “plebeu”²⁵⁷. Sua ascensão retiraria o sentido de “plebe” e ingressaria no de “vassalagem”, ou seja, pertencente a uma camada mais abastada da sociedade. Uma escalada que ambicionava também para seus filhos e filhas ao aspirar a eles cargos institucionais ou casamentos vantajosos

Ao chegar em Lisboa, esse seu plano ficou parcialmente exequível. Por mais que o monarca permitisse que os habitantes da colônia agissem autonomamente em decisões político-administrativas e que prestassem serviços em busca de mercês, haveria, sempre, um limite no abono régio e que considerando a origem, a confiança e o patrimônio do requerente. Sobre isso a Coroa ponderava os *levels* que o solicitante poderiam acessar, consentindo-os, em grande parte, até o “Estado do meio”, que era:

Uma classe de gente que não pode ser chamada verdadeiramente de nobre por não haver nela uma nobreza política ou civil, nem a hereditariedade, nem pode chamar-se

²⁵⁶ REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321, f. 56.

²⁵⁷ BLUTEAU, Raphael. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Raphael Bluteau**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. v. 2, p. 225, 512.

rigorosamente de mecânicos, por se diferenciar dos que o são ou pelo trato da pessoa, andando a cabelo e servindo-se de criados²⁵⁸.

Mesmo não sendo titular aristocrático perpétuo e vitalício, é inegável que Antônio Pinho de Azevedo tenha trilhado sua história e ascendido socialmente a partir da sua realidade e das condições disponíveis. Uma elevação que, como observamos, ocorreu mediante vigilância da monarquia para se evitar esgarçar o tecido social e romper com os limites da torrefação. Barreiras que, no caso de Pinho, formou-se na contraversão de Antônio Rolim de Moura, que, diferentemente dos homens sertanejos, era um nobre titular, hereditário, mais próximo ao soberano que qualquer outro morador da capitania e, por isso, com mais peso em sua palavra.

A propósito, por falar nesse conde, sua atuação em solo sertanejo não ficou reservada apenas nesse episódio. Participando de outros casos tão interessantes quanto, ainda no reino, Azambuja criaria um mecanismo político que não buscava a manutenção da autonomia regional dos potentados, tal como foi conservado por Rodrigo César de Menezes em 1727, mas sim a instalação de um governo tecnicista e burocrático tal como os reinos absolutismo. Sua tentativa, contudo, encontraria resistência em um ambiente patrimonialista e corporativista vivido pelos sertanejos.

2.2 A VAIDADE E INTERESSE EM SERVIR: A TRAJETÓRIA DO JUIZ DE FORA TEOTÔNIO DE GUSMÃO E O SEU ENVOLVIMENTO COM O GOVERNO AZAMBUJA

Uma das primeiras ordens da Coroa ao escolher Antônio Rolim de Moura como capitão-general de Mato Grosso foi para fundar uma vila-sede “em um sítio que se julgasse mais conveniente”. Em ordem estabelecida por um decreto de D. João V, estipulou-se um centro administrativo para a nova capitania e sem ser Vila do Cuiabá. Uma das premissas para essa decisão foi a busca por área mais a oeste, desde que houvesse ali “boa água para beber e que tenha bastante”, e, para a infraestrutura, direcionou-se a edificação de uma praça, no “levantado do pelourinho” e “no edifício da Igreja”. Orientações que remetem aos símbolos da administração do Antigo Regime nos trópicos, com suas instituições erguidas nos novos espaços e que demonstram aos seus contemporâneos a presença da metrópole na vida colonial. Relativo à urbanização, intencionava que as ruas fossem “largas, direitas e, ao lado se construíssem casas”, e sua segurança seria garantida por “uma cadeia e casa de audiência”.

²⁵⁸ BLUTEAU, Raphael. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Raphael Bluteau**. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. v. 2, p. 558.

Levando em consideração essas diretrizes régias, o capitão-general, ainda no reino, respondeu que tinha conhecimento da existência de um lugar adequado e que abarcaria todas essas indicações:

O dito sítio à borda do Rio Guaporé na melhor volta que ele tem, começa por um campo de uma légua pequena de comprimento, e outra de largura, que parecem moldes para servir de logradouro da vila, assim pelo cômodo de poderem os moradores trazerem suas vacas, seus cavalos a pastos, como por ter no mesmo campo bastantes capão de mato, que com facilidade e abundância darão tendas à vila, e ainda madeira para coletarem cipós e apiubas, que são excelentes para esteio de casas, como também para toda a obra²⁵⁹.

Pensando no abastecimento da nova vila, uma de suas competências foi a existência de um recinto de pastagem para se criar gado e cavalos. Quanto à infraestrutura, a disponibilidade de madeira e cipós para a construção de casas e arremate nos telhados e paredes era benquista e posicionava a natureza como subsidiária das condições de moradias, desde que os ocupantes a utilizassem para se alinharem aos projetos colonizadores, em específico, ao incentivo agropastoril e às redes de comunicação. À vista disso, pensava-se no Guaporé não como um local de mineração, como era em Vila do Cuiabá, mas como um espaço que desde o início tivesse condições para o plantio e criação de animais. Por isso Azambuja defendeu que existia um “campo que, pela parte da nascente, em um capão de uma boa légua de comprimento, ao qual se segue outro muito mais largo [...] que parecem dar algumas paragens de fazenda de gado”. Era um movimento de ocupação da região que não bastava apenas plantar e abater os animais, também seria preciso modais para a transferência de mercadorias e informações, rompendo-se, assim, com o emparedamento vilabelense. Sobre isso, escreveu “que, por terra, por ter o caminho todo plaino e pelo rio se é possível transitar”²⁶⁰.

Nem tudo era positivo. Lembremo-nos que, na introdução deste estudo, ficou explícito que os colonizadores buscavam transformar a natureza, vista sempre como selvagem, em um jardim das Hespérides. Foi por isso que o conde se preocupou com a notícia de enchentes anuais durante alguns meses do ano e que fazia com que o rio transbordasse e causasse estragos. Questionou, por correspondência, alguns moradores de Vila do Cuiabá a respeito disso. Recebeu uma negatividade como resposta e o fazendo “desvanecer” a prerrogativa, assegurando a impossibilidade de alagamento: “a assistência em querer desvanecer a comum opinião de que

²⁵⁹ REQUERIMENTO de Antônio Rolim de Moura... Lisboa, 29 de julho de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 4, doc. 238, f. 7.

²⁶⁰ *Ibid.*, f. 9.

este sítio se alagava no tempo das águas, o que seria uma objeção invencível para fundar a vila, e com efeito chamam a este sítio de pantanal”²⁶¹.

Atualmente sabemos que o município de Vila Bela não está no bioma pantaneiro, e fica há trezentos quilômetros distante dessas enlameadas terras. Além do mais, alguns dias depois dessa fala, Rolim de Moura descobriria o equívoco em relação às inundações, tal como muitos arquivos da época expõem irrigas acima da média, que invadiam casas e deixavam o vilarejo submerso. Um evento que passou despercebido, ou foi omitido, por aqueles que responderam ao questionamento do governador e fizeram com que Azambuja chegasse a escrever, inocentemente, que “o barranco do rio tinha vinte e sei palmos bons, pelo que todos julgam ser impossível subir o rio até lá [futura vila]”²⁶².

Construir uma vila na fronteira e em caminhos que se conectariam com o norte da América portuguesa, acessando parte do Pará, Belém e São Luís, alocando Vila Bela em rotas comerciais e sob a gerência da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, pareceu uma ideia auspiciosa para a metrópole. Se a esperança estava nesse horizonte ao norte do Guaporé, o mesmo não ocorria ao Sul, em direção à Vila do Cuiabá. Em distância de 150 léguas uma vila da outra, esse meio termo sulista estivera, aos olhos dos europeus do século XVIII, “quase despovoado” e contava com poucos aglomerados de pessoas e “poucas fazendas de gado”. Uma situação que para Rolim de Moura era reflexo dos moradores da área, que não plantavam e nem colhiam em quantidade suficiente para abastecer viajantes e a si próprio, por isso lhes “faltam de tudo, que nem milho dá para os cavalos”²⁶³.

Não sabemos se era verdadeiro esse cenário pintado como caótico e marcado pelo descaso, provavelmente não é. Outras fontes atestam o contrário disso, por exemplo, marcando a existência de roçados, ofertas de peixes e animais de caça (algo semelhante ao observado pelo sargento-mor Marcelino, no primeiro capítulo). Certamente esse ponto de vista do capitão-general estivera orientado para uma ideia de progresso daquele lugar que, com seu difícil acesso, dificilmente se tornaria uma civilização. Algo que só poderia acontecer quando se estabelecessem instituições, que, para a vertente monárquica do capitão, eram as verdadeiras estruturas típicas da civilidade e que condiziam, para essa lógica da época, para que os atuais

²⁶¹ REQUERIMENTO de Antônio Rolim de Moura... Lisboa, 29 de julho de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 4, doc. 238, f. 9, grifo nosso.

²⁶² *Ibid.*, f. 9.

²⁶³ *Ibid.*, f. 10.

habitantes “pobres situados a borda do Rio Jauré, além de outros, também pobres, que estão à borda do Rio Guaporé, de uma e de outra margem” se transformassem em súditos da Coroa²⁶⁴.

Era um cenário descrito como apocalíptico, de solidão, frio e desnutrição, mas que não deixou de atrair “gente trazida pela ambição do muito ouro que então dava, chegando em certa paragem [...] houve de tirar três mil oitavas e em muitos sucessivos dias duzentas a trezentas cada dia”²⁶⁵. Quase certeza que o mito do “eldorado” tinha chegado a Rolim de Moura, ainda no Velho Mundo, do outro lado do Atlântico, que, por “ouvir dizer”, reproduzia o discurso do enriquecimento. Dubiamente, ao mesmo tempo que sentia a América portuguesa como uma terra promissora, não deixava de lado o seu olhar europeu, iluminista e, conseqüentemente, civilizacional. Afirmou que era pela falta de habitantes da Europa que o interior da colônia não avançava economicamente, sendo urgente que os caminhos entre Vila do Cuiabá e Vila Bela, além das rotas norte e sul de Mato Grosso, precisassem de portugueses, “não só para o seu aumento populacional, mas para a sua conservação”. Sua indicação proemiava os habitantes de Portugal à capacidade de aplicar naquele sertão os projetos colonizadores²⁶⁶.

Esse discurso, também encabeçado pelo monarca, orientava a respeito da política de concessão de terras, que “não poderia, em nenhum tempo, dar alguma sesmaria, nem de aforamento, sem ordem minha [do rei], que derogue esta e porque sou servido que fique para uso público”. Reconhecia, no entanto, a ânsia dos potentados pelo controle/influência da região mato-grossense, e por isso permitia que o conselho municipal concedesse lotes de até quatro léguas, sendo que a partir disso a decisão seria do capitão-general, que “darão os governadores as sesmarias na forma estabelecida nas mais partes do Brasil”²⁶⁷.

Outras instâncias do poder, ao contrário dos edis regionais, pertenceriam aos técnicos e burocráticos desse novo governo que se principiaria. A escolha dos assessores pessoais do conde, por exemplo, dotariam os selecionados de “todos os privilégios e prerrogativas que tem e gozem os oficiais do governo de São Paulo”, utilizando a antiga capitania como referência. Para incentivar a ida desses homens, a Coroa financiaria suas moradias, desde que fossem, preferivelmente, casas de prestadores solteiros, pois, para a lógica do rei, seria muito mais fácil abrigar esse perfil de gente em comparação com famílias já formadas, que precisariam de uma

²⁶⁴ REQUERIMENTO de Antônio Rolim de Moura... Lisboa, 29 de julho de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 4, doc. 238, f. 3.

²⁶⁵ *Ibid.*, f. 3.

²⁶⁶ *Ibid.*, f. 4.

²⁶⁷ *Ibid.*, f. 4.

maior residência e, constantemente, o patriarca colocaria a prole à frente dos assuntos metropolitanos²⁶⁸.

Ao avaliar o exemplo paulista na formação da sua equipe governativa, considerou os ordenados de seus funcionários com respaldo na folha de pagamento de Minas Gerais, desde que os emolumentos mato-grossenses não excedessem os valores dos pagamentos realizados a esse recurso humano nas Minas. Ademais, percebendo a dificuldade que seria em atrair e manter esses homens nas suas funções, talvez por estar afastado no litoral e não ser uma área atrativa para as profissões técnico-burocráticas, oportunizar-se-ia alguns estímulos. Entre eles, o incentivo imobiliário, como descrito anteriormente, sendo que aos endividados os credores poderiam somente cobrá-los, caso morassem no Guaporé, depois de três anos da mudança, e ainda com obrigatoriedade de amortizar a dívida²⁶⁹.

Delegando alguma responsabilidade nesse organograma contratual, o monarca estabeleceu que a escolha dos funcionários do judiciário seria responsabilidade do ouvidor-geral da comarca mais próxima de Vila Bela, que era Vila do Cuiabá. Com direito a uma abonada, o magistrado iria “ao novo distrito e invocaria cinco homens da localidade para servirem à justiça nesse primeiro momento”. Esses jurados, por sua vez, “sob juramento [...], escolheriam outras cinco pessoas que lhes parecessem mais capazes para o ofício”, e entre esse grupo de dez pessoas, eger-se-iam “dois juízes-ordinários [*sic*], dois vereadores, um procurador, que atuaria também como tesoureiro, um escrivão da câmara, que serviria na almotacaria e, por último, um escrivão judicial”²⁷⁰.

Orientações claras indicadas pelo monarca, auxiliam-nos a compreendermos a idealização metropolitana a respeito das torres de São Geminiano no trópicos. Essa disposição de prestadores de serviços em órgãos institucionais do Antigo Regime e os seus níveis hierárquicos, contudo, não foi obedecida pelo capitão-general Antônio Rolim de Moura, que, diferentemente da indicação, evitou ao máximo colocar os potentados locais nos acessos jurídicos. Foi, então, em direção contrária à apontada por Lisboa:

Enquanto a população não crescer, de sorte que seja necessário fazer mais oficiais de justiça, porque sendo na presente necessidade que deles houver proceder o que for preciso, e chegando os moradores o necessário da lei da criação dos juízes de órfãos, se procederá na eleição deste na forma da mesma lei. Os oficiais da câmara farão de eleição dos almotacéis e se fará alcaide na forma da ordenação que terá seu escrivão

²⁶⁸ REQUERIMENTO de Antônio Rolim de Moura... Lisboa, 29 de julho de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 4, doc. 238, f. 4.

²⁶⁹ *Ibid.*, f. 4.

²⁷⁰ *Ibid.*, f. 4.

de vara e das pessoas que houver mais capazes para a serventia que deve fazer em Mato Grosso²⁷¹.

Sobrepujando essas diretrizes, o capitão-general estabeleceu, em 19 de março de 1752, os seus funcionários que “entraram a servir à câmara”. Como não acatou a autorização portuguesa, precisou se justificar, e escreveu que “não foram escolhidos entre os da vila pela forma que a dita ordem prescreve” por causa do decreto que “Vossa Majestade deixou essa escolha ao meu arbítrio”, e se referindo-se a um documento de 26 de julho de 1748, quando foi nomeado para o governo. Um outra defesa foi a percepção que tivera ao chegar na capitania e ver que “os moradores destas minas se inclinavam mais a procurarem o seu cômodo particular do que o serviço de Vossa Majestade”²⁷², avistando, assim, um cenário já *patrimonialista e corporativista*.

Foi ao perceber essa força regional que Rolim de Moura resguardou a alocação desse grupo apenas no sistema militar, e escolheu alguns nomes para a função de capitão-mor, sargento-mor e ajudante na Companhia das Ordenanças. Diferentemente do ocorrido no escalamento da justiça, que impossibilitou com que influentes regionais montassem o seu governo, depois de selecionar essas patentes, autorizou-as para que pudessem, autonomamente, escolherem seus subalternos e, finalmente, oportunizarem e entrecruzarem sua rede de relacionamento²⁷³.

Se esses moradores foram úteis para o corpo bélico da capitania, a mesma coisa não se repetiria para a sua interpretação das colocações técnico-burocráticas. Além de denunciar uma autogestão da máquina administrativa realizada pelos potentados, Azambuja assinalou que esse pessoal estava mais propenso ao serviço braçal e não sendo, portanto, “conveniente tirá-lo de suas lavras”. Procurando o maior número possível de tecnicistas para a nova capitania de Mato Grosso, o capitão escalou Teotônio de Gusmão. Formado em advocacia, sua carreira iniciou em 1735 ao ser responsável pela capitação da intendência de Goiás. Nomeado por Sarzedas, desempenhou essa função até 1738, mudando-se para Vila de Itu e trabalhando como juiz de fora, papel desempenhado até 1753, ano em que foi transferido, a convite de Rolim de Moura, para ser juiz de fora em Vila Bela²⁷⁴.

Conterrâneo e contemporâneo de Antônio Pinho de Azevedo, Teotônio nasceu na América, mas não no sertão pantanoso. Sua origem foi a Vila de Santos, no litoral da capitania

²⁷¹ REQUERIMENTO de Antônio Rolim de Moura... Lisboa, 29 de julho de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 4, doc. 238, f. 6.

²⁷² *Ibid.*, f. 6, 10.

²⁷³ *Ibid.*, f. 10.

²⁷⁴ *Ibid.*, f. 6.

de São Paulo. Era filho de pai colono e mãe portuguesa. Como a matriarca era de Villar de Frades, esse seu lado materno contribuiu para a sua convocação, pois, antes de finalizar o processo, precisou passar por uma averiguação da sua linhagem geracional. Se assim o fez, muitos outros prestadores de serviços à Coroa não eram obrigados a passar por esse processo. Tudo dependia da função a ser desempenhada pelo candidato. Se fosse uma ocupação normalmente cedida aos potentados enriquecidos, influentes (porém, sem comprovação de sua origem familiar ou instrução educacional), como o juiz ordinário, dispensava-se a apuração. Em colocações mais elevadas, como o juizado de fora, intendência e ouvidoria, por outro lado, o nomeado passava por uma análise tal como ocorreu com Teotônio, que era homem cristão, branco e irmão de Alexandre de Gusmão (aquele responsável pela criação do imposto da capitação).

Era um método de escolha que método que permitia ou não efetivar alguma nomeação. Em Mato Grosso, apenas dois juízes de fora da capitania não esclareceram o seu estado civil²⁷⁵, e, mesmo assim, não foi impeditivo para assumirem o juizado. Isso demonstra que, realmente e a depender da comarca, a origem do candidato nem sempre seria a definição final para a sua atuação. Função desejada por muitos advogados, omitir ou sobressaltar informações (caso esta última contribuísse para a anuência) era um risco a ser corrido diante das possibilidades profissionais nesses juzados.

Em Vila do Carmo, por exemplo, na região de Vila Rica, para aumentar o controle da sua magistratura, o juiz de fora Antônio Freire de Ozório, que iniciou o seu cargo em 1711 e deveria se ausentar em 1731, em 15 de junho desse seu último ano oportunizou estender a função por mais três anos. Sem aceitar o encerramento, Ozório se recusou a deixar a influência da comarca, pois não havia ainda alçado um cargo maior, ou seja, a ouvidoria²⁷⁶, e deixar a sua competência significaria perder o controle do conselho municipal e, conseqüentemente, de seus funcionários. Em Mato Grosso, ao longo da segunda metade do século XVIII, desde o desmembramento, 11 magistrados trabalharam como juiz de fora, e tudo se iniciou com Teotônio de Gusmão.

²⁷⁵ ALMEIDA, Gustavo Balbuena de. **Os juízes-de-fora e a administração da justiça na capitania de Mato Grosso (1748-1813)**. 2019. 259 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

²⁷⁶ SOUZA, Débora Cazelato de. **Administração e poder local: a câmara de Mariana e seus juízes-de-fora (1730-1777)**. 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011, p. 82.

Quadro 3 – Juizes de fora da capitania de Mato Grosso

1752	Teotônio de Gusmão
1756	Manoel Fangueiro Fausto
1762	Constantino José da Silva
1767	João Batista Duarte
1776	José Carlos Pereira
1781	Antônio Rodrigues Gaioso
1788	Diogo Toledo Lara Ordonhes
1791	Luís Manoel de Moura Cabral
1799	Joaquim Inácio Silveira da Mota
1804	Gaspar de Sá Navarro
1809	José Francisco Leal

Fonte: JESUS, Nauk Maria de. A administração da justiça: ouvidores e regentes na fronteira oeste da América portuguesa. In: GUEDES, Roberto (org.). **Dinâmica imperial no Antigo Regime português**: escravidão, governos, fronteiras, poderes e legados: sec. XVII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

Nessa responsabilidade até 1756, Gusmão foi substituído por Manoel Fangueiro Faustino. No entanto, não regressou para a sua vila de origem, Santos, e nem mesmo para a Vila de Itu, onde passou grande parte da sua vida. Vivendo em Vila Bela por mais algum tempo, continuou assessorando Rolim de Moura nos projetos para abrigar um centro administrativo por lá. Optando por afastar os potentados regionais das torres de São Geminiano e realocando-os na corporação militar, o conde de Azambuja intencionava uma política de austeridade. Como resultado disso, fez com que os poderosos cuiabanos, como veremos mais adiante, não participassem ativamente do planejamento dos projetos políticos e esse fato não agradou em nada essa elite.

Com uma economia mais ativa e com maior concentração de riqueza que a do Guaporé, os homens de cabedais cuiabanos sediarão a comarca e abrigarão um ouvidor-geral, que era a instância acima de Teotônio. No entanto, mesmo com a torre de São Geminiano da justiça estando mais elevada ali nas margens do Rio Cuiabá, Morillas, o ouvidor, não arbitraria a favor dessa elite pantaneira em diferentes assuntos cotidianos. Por isso que, de mãos atadas diante da impossibilidade de controlarem a justiça da comarca e sem serem integrados às instituições de Vila Bela, restava a esses poderosos do sertão a resistência. Como contraforça, interfeririam o máximo possível na gestão de Antônio Rolim de Moura e na jurisprudência de Morillas e, paulatinamente, rasgariam os limites na ascensão hierárquica.

Foi assim que o juiz de fora Diogo Toledo Ordonhez, por exemplo, mostrou-se empenhado em acionar estratégias para enobrecimento de si próprio. Em seu processo de convocação de 1788, anos depois de Azambuja ter passado por Mato Grosso, mostrou que ainda era pertinente a vaidade com que alguns oficiais régios se apresentavam ao público. Defendendo que sua ascendência paterna era de uma tradicional família de São Paulo, os Toledo Rendon,

reconstituiu sua genealogia até a quinta geração e afirmou que descendia de D. João de Toledo Piza, duque de Alvas e conde de Oropeza, na Espanha. Seu lado materno também seria espanhol, com sua mãe descendente de Pedro Mathias Rendon, regedor em Ocanha²⁷⁷.

Ele ingressou no juizado em substituição de Antônio Ruiz Gayoso, que foi deposto após inimizade com os conselheiros cuiabanos, que escreveram alegando que, “em razão de seu orgulhoso temperamento e arrogante gênio [de Gayoso], se mostrou empenhado em maltratar e afligir”. Não foi simples a sua destituição. Claro que o fato de não agradar a vereança era algo importuno, mas chegar ao ponto de destitui-lo do cargo já era uma decisão que precisava passar pelo aval do governador. Por isso, recorrendo ao capitão-general da época, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, os edis o convenceram do descontentamento e conseguiram cancelar a destituição, ainda fazendo com que o capitão-general escrevesse que “todo o infeliz tempo em que serviu como bacharel, demonstrou desgosto e amargura”²⁷⁸.

Era uma união entre governadores e conselheiros locais que intencionava minimizar a influência da justiça na vida cotidiana e em assuntos políticos. Nessa nossa pesquisa, a maior parte de disputas de poderes encontradas dizem respeito ao truncamentos entre juízes e vereança ou juízes e capitães-generais, uma constatação que até mesmo Pereira e Cáceres, ainda na colônia, já demonstrava existir ao chamar de “semente da discórdia” aquilo que cada juiz plantava no seu sucessor e que fazia com que nascessem nos “novos homens do cargo” uma vontade de atravessar o poder alheio e que resultava nas “estratagemas que se vale os maus ministros” para se sobressaírem²⁷⁹.

Pode até ser verdade que ocorria essas disputas entre diferentes poderes administrativos da capitania (como ocorre, inclusive, atualmente), mas certo é que muitos desses ministros da justiça já se conheciam antes mesmo de assumirem os cargos no além-mar. Primeira universidade criada em Portugal, em Lisboa no ano de 1290, e depois transferida para Coimbra em 1537, a Universidade de Coimbra congregava os filhos da elite imperial em seus corredores, preparando-os para prestarem serviço qualificado ao rei. E sabendo da importância desses futuros profissionais na manutenção do sistema monárquico, a Coroa incentivou um sistema de abastecimento alimentar para os alunos e alugueis de residências para lentes, estudantes e

²⁷⁷ ALMEIDA, Gustavo Balbuena de. **Os juízes-de-fora e a administração da justiça na capitania de Mato Grosso (1748-1813)**. 2019. 259 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019, p. 49.

²⁷⁸ OFÍCIO do governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres... Vila Bela, 30 de maio de 1786. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 25, doc. 1477, f. 3.

²⁷⁹ *Ibid.*, f. 3.

funcionários. Um grupo intelectual que se formava e se espalhava pelo império da mesma forma que o sol expandia seus raios no horizonte:

Era um ambiente universitário que um habitante dos sertões paulistas conhecia outro que vivia no Rio de Janeiro ou na Bahia, e onde todos conheciam os estudantes nascidos nas cidades do reino, e se evidenciava a percepção das diferenças entre ser reino e ser colônia, permitindo a formação de novas identidades e vínculos [...] muitos jovens viveram e criaram seus circuitos de sociabilidade²⁸⁰.

Ingressavam na prestação de serviço à Coroa ao se candidatarem em processos seletivos divulgados em postes. O inscrito precisava enviar ao Conselho Ultramarino uma lista com suas notas universitárias e da leitura de bacharel, o tempo de serviço que prestou em outro cargo e se estava na fila de espera para alguma convocação. Junto da papelada, remetia-se a identificação da função e lugar que se pretendia concorrer à vaga. Ao final, a banca selecionava três nomes e os enviava ao rei, que se responsabilizaria por escolher um único convocado²⁸¹.

Também existia uma outra maneira de se chegar à atuação profissional. Era por meio de um convite ao cargo vacante, um procedimento que Azambuja fez para Teotônio de Gusmão em 7 de agosto de 1748, quando o advogado recebeu uma carta de Rolim de Moura o convocando para o juizado de Mato Grosso. A sua resposta, no entanto, chegaria às mãos do governador apenas em 1750. Gusmão ainda estava em Vila de Itu, mas concordava com sua nomeação. Antes disso, o ouvidor-geral da comarca ituana, José Luiz de Brito, anuiu com a transferência somente após contratação de um novo juiz de fora, por isso ainda não havia ido para Vila do Cuiabá²⁸².

Além desse trâmite, informou que estava acometido por uma tosse, apresentando um bilhete de 12 de setembro no qual o médico José Bonifácio e certificava que Teotônio “padecia de uma tosse contínua, com que às vezes lança sangue pela boca”, um fato que o “obrigava a guardar sempre uma rigorosa dieta para evitar maior ruína”. Complementou a versão médica com outra carta, de Simão Ferreira Machado, médico na cidade de São Paulo e que laudou que seu paciente “padece de uma moléstia grave da peste, que vem a ter uma notável debilidade e contínua tosse que provoca o fluxo de sangue pela boca e que qualquer mudança ou intempérie dos tempos ou climas pode agravá-la”. Um terceiro prontuário veio do cirurgião Vicente

²⁸⁰ POMBO, Nívea. A cidade, a universidade e o império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII). *Intellêctus*, Rio de Janeiro, ano 9, n. 2, 2010, p. 14.

²⁸¹ *Ibid.*, f. 14.

²⁸² REQUERIMENTO de Antônio Rolim de Moura... 1º de agosto de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino, Ref.: caixa 4, n. 241, f. 12.

Ferreira, que anotava uma moléstia “com expulsão de sangue pela boca” e “qualquer mudança de ares e de mantimentos será como perigo para a sua vida”²⁸³.

Sua saúde foi restaurada um ano depois, e em 1751 foi, na mesma diligência que Rolim de Moura, a Vila do Cuiabá e chegando em meados de 1752 no local. Ficaram em solo cuiabano por mais ou menos um ano antes de saírem para o Guaporé e fundarem a vila-sede. Temente com a presença de um governador e seus funcionários, a elite que vivia nessas margens do Rio Cuiabá encontrou um espaço de disputa que até então nunca tinham presenciado: um capitão-general disputando o poder com um ouvidor-geral.

Em passagem pela capitania, ao chegar em Vila do Cuiabá, o clérigo José Aires foi requisitado para que pagasse capitação do escravo que o acompanhava”. Em negação, respondeu a essa ordem com palavras “ásperas e descompostas”. Talvez cansado desse modelo de cobrança, assim como muitos outros. Sua negação resultou, contudo, em um mandado de prisão. Expedido pelo intendente, também solicitava o sequestro de seus cavalos, “que estavam para fazer sua jornada”²⁸⁴.

Esse sujeito de Deus não foi preso. Recebeu proteção do ouvidor-geral da comarca, Morillas. Além de abrigá-lo, encerrou seus cavalos no quintal de sua casa. Protegido pelo ministro, no amanhecer do outro dia, enquanto a maioria dos moradores dormiam, José Aires foi enviado “ocultamente até Goiás”. Essa ação causou um rebuliço entre as autoridades cuiabanas, acusando o ouvidor de ter agido em benefício próprio e em favor de seus amigos.

Ainda na estreia de seu mandato, Azambuja veio a perceber que naquele local o patrimonialismo e corporativismo eram forças atuantes. E esse caso de ordens ditas e não ditas não tinha sido o primeiro. Ao chegar de viagem para tomar posse, por exemplo, chegou ao seu conhecimento que constantemente a ouvidoria tentava interferir na política camarária, e esses homens políticos e influentes localmente se referiram a Morillas como “opressor”. Diante disso e de maneira técnica, como era até então de seu feitio, o capitão-general orientou para que esses homens escrevessem uma “queixa formal” a respeito da atuação do ouvidor²⁸⁵. Seguindo a recomendação, toda “a vereança se concentrou na casa do doutor intendente” para elaborarem o documento. E diante dessa delação formal, Azambuja expôs o seu ponto de vista:

Recebia a carta de vossas mercês que querem a suspensão do ouvidor. Eu reconheço a opressão em que vossas mercês têm vivido com ele e também não ignoro as minhas

²⁸³ REQUERIMENTO de Antônio Rolim de Moura... 1º de agosto de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino, Ref.: caixa 4, n. 241, f. 14.

²⁸⁴ ANNAES do Senado da Câmara do Cuyabá, 1719-1830. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 77.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 78.

diligências pelo moderador, e podem estar certos que, sinceramente, desejo atalhar o que vossas mercês receiam a procurar todo o sossego e quietação²⁸⁶.

Em reconhecimento, o governador legitimava a existência de uma opressão e a presença de um abuso de poder. No entanto, como se tratava de uma instância superior, afinal, a ouvidoria era responsável pela jurisprudência de toda uma comarca, o conde informava que a destituição de Morillas não seria simples. Esquivando-se da responsabilidade, escreveu que “o que vossas mercês procuram é de tão grande ponderação que eu não me atrevo a tomá-la sobre mim”²⁸⁷. Ao se referir “não me atrevo a tomá-la sobre mim”, referia-se à hierarquia na administração colonial e deixava claro que, de maneira geral, as decisões políticas de cada capitania não estiveram acima do vice-rei. Por isso informou aos descontentes que “assim tenho escrito sobre este particular ao senhor vice-rei do Estado” e que todos deveriam “respeitar e obedecer a ordem que ele enviará”²⁸⁸. Pode até ser que Azambuja fosse vaidoso e quisesse mostrar para os sertanejos a sua influência, mas diante de um ouvidor, conteve-se e se ponderou. Algo que não fez, por exemplo, a respeito de Antônio Pinho de Azevedo quando analisado em tópico anterior. No juizado ordinário, sertanejo de nascimento e sem preparação na área jurídica, o conde se sentiu à vontade para deitar a pena no papel e escrever, muitas vezes sem polidez, a respeito da vida daquela homem que investiu em aluguéis de casas.

Dois anos depois de informar ao vice-rei, que vivia no Rio de Janeiro, a respeito do possível abuso de poder, que, em 20 de agosto de 1755, Marcos José de Noronha e Brito, o conde dos Arcos, confirmaria o seu parecer. Aceitava que Morillas fosse “removido do lugar daquela capitania”, em aceno aos potentados descontentes, e o preocupava a inação do cargo, pois “no governo de Mato Grosso não há número de ministros e letrados que bastem para se poder tomar uma determinação”. Dessa modo, para além da exoneração e diante das disponibilidades que o sertão ofertava para suprir o cargo, Noronha e Brito não encontrava um nome alternativo e resolveu, então, deixar essa escolha para Rolim de Moura, desde que o seu indicado “julgasse mais conveniente o sossego dos povos e quietação dos vassalos”²⁸⁹.

É nesse momento que o conde de Azambuja recorre ao seu juiz de fora, Antônio de Gusmão, que, na hierarquia jurídica daquela época, o próximo passo da sua promoção era para a função de ouvidor-geral. Achando que tinha resolvido a ansiedade do conde dos Arcos, foi conversar com Gusmão e propôs que ele se mudasse para Vila do Cuiabá e ficasse no lugar do

²⁸⁶ ANNAES do Senado da Câmara do Cuyabá, 1719-1830. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 78.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 82.

²⁸⁸ *Ibid.*, p. 79.

²⁸⁹ *Ibid.*, p. 79.

ouvidor destituído. Contudo, para sua surpresa, o convidado declinou do convite e afirmou que não desejava sair de Vila Bela, pois estava “muito ocupado com a factura da igreja matriz” e com a sua saúde, “que não permitia jornada cumprida que é desta vila até Cuiabá, e será me pôr em perigo de vida se a fizer”²⁹⁰.

Foi em 20 de dezembro desse mesmo ano de 1755 que o capitão-general escrevera ao conselho cuiabano e informava que o vice-rei havia confirmado a deposição do ministro. Também escrevia que a sua principal preocupação era deixar a comarca sem um representante e que até tinha convidado o seu juiz de fora para a função, pois o próprio conde dos Arcos tinha delegado essa escolha a ele, mas seu convocado não aceitou a proposta, restando, então, que a escolha fosse feita entre os conselheiros municipais para que um indicado ficasse na ouvidoria até chegar o novo oficial para ocupar sua posição.

Foi diante dessa possibilidade de ascensão que a elite regional, eufórica, reuniu-se na casa do juiz ordinário Antônio Pinho de Azevedo (sim, o mesmo homem que solicitou benesses no tópico anterior). À procura de um sucessor, o tenente Francisco Ribeiro Moraes, os três vereadores, Francisco da Silva Lisboa, Pascoal Delgado Lobo, Gregório Dias Madureira e o procurador Pedro Gomes da Rocha, decidiram, em uníssono, nomear Francisco Xavier Coutinho, já na intendência, a ser o ouvidor interino. Um homem que, de acordo com o grupo, “a quem as virtudes das ordens reais competia a dita substituição”²⁹¹. Como naquele sertão a administração permeava as trocas de favores, era por já estar como intendente que ele, algum tempo antes, havia dado voz de prisão a José Aires, mas que acabou sendo acobertado por Morillas, que agora, não só perdia o seu cargo, como também presenciava a sua ocupação por outra pessoa que outrora estivera abaixo de sua alçada. Poderosos que, em suas corporativas, eram fortes o bastante para expulsar e, ainda por cima, ocupar o cargo vacante da comarca.

Se às margens do rio cuiabano a população pululava diante do processo de substituição de um magistrado da jurisdição, em Vila Bela, desmotivado, Gusmão se interessava cada vez menos por seu juizado. Isso contribuiu para que anos depois aceitasse o convite de Rolim de Moura e fosse criar um povoado na divisa entre com a capitania do Grão-Pará, em um lugar onde havia a cachoeira, no Rio Madeira, de Nossa Senhora do Salto Grande, e que posteriormente foi chamada de Salto de Teutônio, em sua homenagem, próxima ao atual município de Porto Velho, Rondônia, e divisa com o estado do Amazonas.

²⁹⁰ ANNAES do Senado da Câmara do Cuyabá, 1719-1830. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 82.

²⁹¹ *Ibid.*, p. 82.

Indo para lá com sua família, escravizados e alguns camaradas, intencionava estabelecer um povoado mais ao norte de Vila Bela. Um trabalho feito não sem tenebrosidade, pois aquela área pertencia à nação indígena *mura*, e que ainda habita as bacias hidrográficas dos rios Solimões, Amazonas e Madeira. No século XVIII, eles resistiram firmemente à colonização portuguesa, inclusive atrapalhando o projeto de Teutônio para um novo povoado. Ateando fogo nas cabanas construídas pelos colonos, eliminaram ocupação daquela lugar²⁹² que, hoje, é um sítio arqueológico e ponto turístico, ficando a 30 quilômetros da capital rondoniense.

Foi alguns anos depois desse ataque que Henrique João Wilckens, em 1785 e trabalhando como comissário de demarcação, também se deparou com esse povo originário. Escreveu que eram os “feroz nação de gentio” conhecida naquelas bacias como *gentios do curso*. Uma expressão que, segundo o comissário, eram “povos que permaneciam afastados dos colonos e sendo uma ameaça aos empreendimentos portugueses”. Em ofensiva, provocavam a “murificação”, ou seja, o processo de integrar outros povos ameríndios, quando derrotados, à obediência, e por isso eles “havia matados muitos índios remeiros que iam ao Madeira para a colheita do cacau, matando também um homem branco e um cabo de uma canoa”²⁹³.

Sobrevivendo ao ataque, Gusmão decidiu não regressar a Vila Bela e partiu para a cidade de Belém, capital do Grão-Pará. Viveu por lá viveu até o dia de sua morte, alguns anos depois. Nesse ínterim, chegou até a receber mais um convite do conde de Azambuja para trabalhar novamente como juiz de fora em Mato Grosso, respondendo, diferentemente de quando era mais jovem e ainda trabalhava em Vila de Itu, com declínio²⁹⁴.

Tal constatação revela que nem sempre os bacharéis em Direito almejavam ascender em sua carreira profissional. O nosso homem, Antônio Teotônio de Gusmão, por exemplo, com oportunidade para ser promovido a ouvidoria e, possivelmente, ao desembargo, não ambicionou esse processo de elevação na torre de São Geminiano. Pelo contrário, cada vez menos se envolvia com a jurisprudência: primeiro, alegando que não iria a Vila do Cuiabá porque estava ocupado com a construção da Igreja Matriz de Vila Bela. Uma colocação que, na realidade, não competia a um juiz, e portanto já demonstrava o seu desgaste profissional. Em segundo, como povoador, embrenhando-se no Rio Madeira com alguns cativos e companheiros para fundar um

²⁹² ANNAES do Senado da Câmara do Cuyabá, 1719-1830. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 82.

²⁹³ AMOROSO, Marta Rosa. **Catequese e evasão**: etnografia do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1845-1855). 1998. 282 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 298.

²⁹⁴ ALMEIDA, Gustavo Balbuena de. **Os juizes-de-fora e a administração da justiça na capitania de Mato Grosso (1748-1813)**. 2019. 259 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019, p. 102.

vilarejo, uma outra presteza que, ainda mais diferente, em nada competiria à alçada de um juiz de fora, magistrado e formado pela Universidade de Coimbra.

Não esquecemos que no meio disso tudo ele sempre alegava problemas de saúde, como fez antes mesmo de ir ao Guaporé e fundar a vila-sede (lembremo-nos dos laudos médicos enviados a Rolim de Moura). Não sabemos se realmente a sua fragilidade física chegava ao ponto de deixá-lo impotente para viagens, provavelmente não. Isso seria uma desculpa utilizada para não se ausentar daquilo que poderia ser o seu comodismo e o seu nível maior, sem aspirar, portanto, uma escalada sublime.

Todavia, o fim da vida desse santista, graduado em Portugal e que foi profissional na intendência, no juizado de fora e irmão do estadista Alexandre de Gusmão, e com parte de sua carreira dedicada à prestação de serviço, foi abdicar de tudo e se oferecer para ir ao norte, em picada pela vegetação, e abrir caminhos na mata assim como faziam os sertanejos a operarem nesse sertão pantanoso e mato-grossense. Uma vida de surpresas que, como veremos a seguir, também foi parte da experiência do ouvidor-geral que acaba de ser destituído. Sua história, no entanto, não se resume somente a isso, e enquanto esteve em solo mato-grossense, oportunizou uma ambição que, muitas vezes, fez com que se incendiasse mais forte que o sol do próprio sertão.

2.3 A VAIDADE E INTERESSE EM SERVIR: A TRAJETÓRIA DO OUVIDOR-GERAL JOÃO ANTÔNIO VAZ MORILLAS E A SUA AMBIÇÃO EM BUSCA DO CONTROLE DA COMARCA CUIABANA

Principal área profissional discutida neste capítulo, no início da América portuguesa, entre os anos de 1530 e 1548 a jurisprudência era responsabilidade dos donatários e que nomeavam pessoas assessorá-los nesse campo. Esse sistema centralizava a justiça colonial em uma única pessoa e sem interferência da Coroa. Porém, após 1548, esse modelo foi alterado e passou a aparelhar e empoderar instituições em Portugal. Na colônia, a justiça que até então se concentrava na figura de um único indivíduo (o donatário), passou a dividir seu poder com os setores políticos e administrativos atuantes nas funções de governador-geral, provedores-mores e ouvidores, por exemplo. Portanto, o que era definido de acordo com a vontade dos donatários, começou a ser representado pela Coroa, concentrando a sua mediação em Lisboa e redesenhando a colocação das ouvidorias do Império:

Exercendo as antigas dos ouvidores da Corte, o ouvidor-geral fiscalizava a justiça da capitania, passava sentenças e cartas em nome do rei, fazia visitas às capitanias do Estado do Brasil, tirava residência dos capitães-mores dos donatários e ouvidores das capitanias. A estrutura antiga passou a ser subordinada aos magistrados régios, intermediário entre os ouvidos das capitanias e a Casa de Suplicação de Lisboa²⁹⁵.

Uma reestruturação que na Índia, por exemplo, também pertencente aos lusitanos, desde 1505 passou a ser função do capitão-mor intermediar assuntos metropolitanos de interesse regional. Em Goa, na década de 1540, criou-se um Tribunal da Relação e que estava subordinado à Coroa, e, dez anos depois, surgiu a Corte de Goa, uma instituição com poderes semelhantes à suplicação de Lisboa. No Brasil, os “ouvidos” das capitanias estiveram sempre dependentes dos Tribunais da Relação, que era o maior poder da justiça americana, mas que respondia à suplicação lisboeta.

Essa malha judicial conectava assuntos americanos ao Velho Mundo e tinha a sua principal finalidade, com os ouvidores-gerais, resolver problemas locais e intermediar súplicas aos desembargadores nos Tribunais. Representando uma região, as ouvidorias englobavam vilas, povoados e arraiais. Porém, com um continente extenso e que estava sempre em expansão geográfica, as primeiras jurisdições donatárias se tornaram insuficientes para atender o aumento da demanda, fazendo acumular processos e leniências. Até então concentrada no nordeste, Lisboa estipulou a obrigatoriedade de ao menos uma comarca para cada capitania, retirando, com isso, a concentração da justiça apenas na área nordestina. Nessa esteira, depositou em Minas Gerais e Bahia quatro comarcas em cada uma e, em São Paulo, mais três²⁹⁶.

Desse modo, uma área jurídica que no início da ocupação europeia personificava sob a figura dos donatários, com o tempo, fragmentou-se e se espalhou pelo território, deixando de ser uma autocracia e se transformando em um domínio autônomo (em tese) e com intenção de se criar jurisprudências próprias e afastar as decisões jurídicas do alcance governamental. Na sua prática, contudo e como em demonstração ao longo deste estudo, não foi exatamente isso que veio a ocorrer. Sem em contato direto com os potentados regionais e que quase sempre tendo o desejo de influir nos julgados, essa medição de forças provocava um ruído entre atuações legislativas, jurídicas e administrativas. Até mesmo, e principalmente, influenciando um descompasso nos níveis inferiores da justiça, ou seja, em juizado de fora e juizado ordinário.

²⁹⁵ JESUS, Nauk Maria de. A administração da justiça: ouvidores e regentes na fronteira oeste da América portuguesa. In: GUEDES, Roberto (org.). **Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes e legados: sec. XVII-XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 174.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 176.

Diferentemente dos desembargadores, por exemplo, os magistrados nas comarcas estiveram em constante contato com as situações cotidianas da América. Isso provocou uma determinada agitação entre os níveis hierárquicos administrativos, jurídicos e legislativos, que disputavam entre si ações intencionadas em fazer valer a autoridade individual ou de grupo, como o de homens de grosso trato, os vereadores, os agricultores, os bovinocultores, os juízes e o capitão-general. Algumas vezes unidos entre si e muitas vezes desunidos, nessa diferença entre o mando e desmando, forças e contraforças gravitavam de acordo com os elementos acionados por aqueles que concorriam à concentração do poder ao ativarem mecanismos patrimonialistas e corporativistas. Como veremos a seguir.

2.3.1 A BUSCA PELA AUTORIDADE: AS DISPUTAS ENTRE OUVIDORIA, CONSELHO MUNICIPAL E CAPITÃO-GENERAL

Para a proposta de investigação acerca da influência regional sobre as instituições político-administrativas de Mato Grosso, fontes do Arquivo Público de Mato Grosso e documentos do Conselho Ultramarino possibilitarão compreendermos estratégias de uma elite sertaneja, de magistrados e do próprio capitão-general Azambuja, em busca de acordos entre diferentes instâncias de poderes para que pudessem apropriar do sistema patrimonialista e corporativista e ascenderem nas torres de São Geminiano. Era, como fica pertinente, um movimento de subida (ou descida) que tinha como principal fator a interpelação de prestadores de serviços ao projeto colonizador idealizado pela Coroa e que cedia espaço para o benefício individual de seus funcionários.

O bacharel João Antônio Vaz Morillas, por exemplo, foi uma figura emblemática entre esses homens. No reino, que era seu local de nascimento, graduou-se bacharel em Direito e começou a sua experiência advocatícia, e, em determinado momento de sua carreira, veio a ser convidado pela Coroa para ocupar a ouvidoria da comarca de Vila do Cuiabá, em Mato Grosso. Até aí sua trajetória não se distingue de outros nomes recontados por nós. O diferencial, contudo, está na sua falta de um traço corporativista ao não se envolver, em união aos potentados, em assuntos de interesses regionais. Isso fez com que o ministro deixasse de buscar um equilíbrio entre a autonomia da elite regional, ou seja, a influência sertaneja e mato-grossense, ao defender uma interpretação mais técnica da legislação imperial. Não possibilitando, portanto, uma maleabilidade em seus julgados e enrijecendo a sua interpretação legislativa.

Foi em 1748 que o ministro chegou à América. O trâmite de sua posse começou um ano antes, quando, ainda em Lisboa, recebeu sua nomeação, em 27 de maio de 1747. Ocasão que aproveitou para solicitar a quantia de 600 mil réis de ajuda da Coroa para chegar em Cuiabá e alegando que essa era a média que gastaria no trajeto. Ao receber seu pedido, a Coroa informou que a Provedoria da Bahia se responsabilizaria por isso, pois esse tribunal baiano era financiador dos subsídios da comarca cuiabana (ainda não existia, por exemplo, o tribunal do Rio de Janeiro, que passaria a se responsabilizar pela jurisprudência de Mato Grosso), acertando, então, que a quantia seria a “mesma dos ouvidores pagos na dita provedoria [baiana]”²⁹⁷.

Porém, para infortúnio do convocado, quando atravessasse o Atlântico a sua nau não atracaria no Porto de Salvador, pois era mais conveniente ancorá-la no Rio de Janeiro, “próximo” da capitania pantaneira, em comparação à Bahia. Ademais, não interessava para Morillas receber o dinheiro apenas em solo colonial. Dizia que esse valor agenciaria a sua transferência e que ela já começava no reino. Por isso insistiu mais uma vez e anotou para que D. José passasse ordens de seis centenas de réis como pagamento, defendendo que o magistrado pretérito em São Paulo, ao assumir o cargo, recebeu essa mesma quantia para se deslocar de Portugal. Era um acerto de contas que, segundo esse recém-nomeado ouvidor, “costumava o rei dar aos ministros que vão servir as conquistas”, e completou que merecia “a dita graça e esperava obter o mesmo que se pratica com os mais ministros”²⁹⁸.

Tal como Rolim de Moura acerca de seus ordenados, alegando que do reino já estaria trabalhando como capitão-general de Mato Grosso, João Antônio Vaz Morillas defendeu que, ainda de Lisboa, estava estudando a realidade mato-grossense, mas sem “receber nada em troca”, emendando, contudo, que “era de bom agrado”. Como sabia que sua nau não lançaria âncora na costa baiana, alternou seu pedido para que a Coroa adiantasse o valor na forma de empréstimo e em “condição de dar confiança a repô-lo por minha conta e risco na mão do tesouro”. Ideia, portanto, que era receber previamente as centenas de réis e, ao chegar seu pagamento do tribunal baiano, quando já estivesse em Vila do Cuiabá, remetê-lo-ia à Lisboa²⁹⁹.

O subsídio régio seria necessário diante da atual circunstância do ministro, que alegava estar deficitário monetariamente por ter participado de uma divisão de herança com outros integrantes da sua família e seu patrimônio ficou aprisionado para ser inventariado. Assim, sem

²⁹⁷ REQUERIMENTO de João Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 27 de maio de 1747. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 3, doc. 211, f. 1.

²⁹⁸ REQUERIMENTO de João Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 6 de julho de 1747. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 4, doc. 216, f. 2.

²⁹⁹ *Ibid.*, f. 2.

esse aporte, que chegou até mesmo a simular um empréstimo em instituições bancárias, mas, por estar indo morar “distante desta Corte”, e por não conhecer ninguém na América que pudesse ser seu fiador, sua solicitação foi negada; deixava-o de mãos atadas. Vivendo em tal situação e “na consternação de ficar frustrada a graça de V. Majestade”, expôs que “não conseguiu se preparar financeiramente para a viagem”³⁰⁰.

Não encontramos, no acervo documental, a atitude do monarca diante desse pedido de empréstimo e declaração de esgotamento financeiro. Acreditamos que sua proposta não foi aceita, porque, em 17 de agosto do mesmo ano, redigiria novamente um requerimento para a possível solução dessa dificuldade. Sugerindo que a própria comarca de Vila do Cuiabá pagasse seu dinheiro, não mais desejava receber a quantia no Velho Mundo, e sim ao chegar na capitania. Outra vez sua proposta não foi aceita. As autoridades alegaram que “não tinha como a Fazenda Real do local ter suficiente rendimento para a satisfação dos ditos ordenados”. Ainda contumaz, reiterou que seria melhor o ministro viajar e aguardar, às margens do rio Cuiabá, os seus honorários expedidos pelo cofre baiano³⁰¹.

Todavia, não se dando por vencido, sua terceira proposta era receber o pagamento em Vila de Santos, pois, já que aportaria no Rio de Janeiro, embarcaria em uma outra nau até o porto santista, e terminaria seu trajeto, por terra e rio, até a capitania de Mato Grosso (era a rota Sul). E outra vez não foi possível. Informado a respeito de seu trajeto ao desembarcar em terra carioca, ele não entraria em Mato Grosso pelo litoral paulista e tampouco pelas monções internas. O seu percurso seria por terra, do Rio até Minas Gerais, da região mineira até Goiás e, por último, por terra até Vila do Cuiabá, que, inclusive, referia-se ao caminho aberto, em 1736, por Antônio Pinho de Azevedo³⁰².

Ao final de suas tentativas, não encontramos se ele conseguiu ou não receber os seus réis ainda em Lisboa. Fato é que atravessou o Atlântico. Em 30 de novembro de 1748 já estava em vila cuiabana para tomar posse, recebendo seu cargo do ministro interino Manoel Dias da Silva, e que passou “a vara da ouvidoria” ao recém-chegado. Iniciava-se, portanto, aquilo que, futuramente, Pereira e Cáceres chamaria de “plantar a semente da discórdia”, ou seja, as disputas entre os poder jurídico, governamental e municipal.

Se o capitão-general Pereira e Cáceres estivera ou não certo na sua observação, estamos percebendo que realmente existiram desavença em solo sertanejo entre as diferentes instâncias

³⁰⁰ REQUERIMENTO de João Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 6 de julho de 1747. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 4, doc. 216, f. 2.

³⁰¹ *Ibid.*, f. 2.

³⁰² REQUERIMENTO de João Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 17 de agosto de 1747. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 1, doc. 219, f. 3.

administrativas. Pelo que se nota, ao menos referente à torre de São Geminiano da justiça mato-grossense, a discórdia prevalecia entre seus prestadores de serviço, e a sua semente, quando plantada, germinava tensões, resistências e confrontos. Foi exatamente isso que, não muito tempo depois, Morillas enredou naquele palco pantaneiro. Ao ser lido pelos seus contemporâneos mato-grossenses, acostumados até então a legislarem em causa, como *outsider*, esse reinol ficaria ainda mais enfraquecido com a chegada de Rolim de Moura quatro anos depois, que, aliado aos interesses regionais, utilizaria a sua posição de governador para fazer valer a sua vaidade e a dos potentados.

Enquanto de um lado havia o ouvidor que representava, oficialmente, a área jurídica da comarca, de outro existia um grupo de homens, chancelado pelo governador, que agia em contraforça às decisões tomadas pelo ministro Morillas. Um magistrado que, diferentemente de outros nomes arrolados neste estudo, não soube contrabalançar o projeto colonizador metropolitano com as vontades dos homens do poder de Mato Grosso e que tinham, além disso, o apoio do primeiro governador pós-desmembramento. Em 16 de junho de 1752, por exemplo, o conde contestou uma sentença que confiscava parte da herança deixada por Manoel Pinho Henrique a sua família, que, herdando uma sesmaria que estava embargada pela justiça e em cumprimento à condenação de sonegação de impostos, foi até o governador e expôs o caso³⁰³.

Diante disso, o capitão interpretou que as taxas tinham sido recolhidas e permitiu com que a herança fosse desembargada e repassada aos herdeiros. Para sua decisão contrária ao ouvidor, posicionou-se acima de todos ao reforçar era a pessoa mais apta no local para decidir sobre esses assuntos, pois, devido a sua hierarquia, “conhecia melhor qual é a mente de S. Majestade”³⁰⁴. Elencando-se, portanto, em *level* mais próximo do rei.

Dois meses depois, em 15 de agosto de 1752, sucumbido pelo sentimento de desautorização, Morillas escreveu a D. José uma carta relatando a revogação e a chamando de “falha”. Disse que a interpretação do governador não esteve em concordância com alguns capítulos da correição da vila e fez “governar a verdade ao contrário”. Sendo, para o homem que reclama, um reverso nos seus julgados que foi aplicado não apenas nas decisões fiscais da comarca, mas também em “muitos perdões aos condenados” que Rolim de Moura agraciou e chegando ao ponto de deixar “o meirinho sem nada para fazer”. Uma disposição que, do ponto de vista do ouvidor, contrariava a provisão de 1743 e que garantia a liberdade da ouvidoria:

³⁰³ OFÍCIO do ouvidor de Vila do Cuiabá, João Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 16 de junho de 1752. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 240, f. 2.

³⁰⁴ *Ibid.*, f. 3.

Por provisão de 23 de março de 1743, tem determinado que os governadores e ministros conservem os oficiais no estado em que se achavam quando foram rematados por donativos pagos, e que recomenda não se tirarem os que lhes competem por regimento ou costume, e se seguirá a Fazenda de V. Majestade a dita renda³⁰⁵.

Ainda contra essas invalidações, redigiu que os crimes absolvidos pelo homem “não deveriam ter sido perdoados”, porque, ao fazer isso, “deixaria de acusar os erros que merecem castigos” e, na ótica desse magistrado, possibilitaria uma desordem generalizada e influência negativa nas futuras sentenças. Era, então, a abertura de uma brecha na justiça, “pois, quem fizesse algum agravo aos condenados que não foi decisão minha, teria o remédio ordinário de que poderão fazer de novo [o crime]”. Vinculou uma lista constando os nomes dos condenados agraciados com o perdão do capitão-general. Aparecem 11 mulheres e 5 homens, e todos execrados por terem transgredidos os capítulos 46 e 47 da correição de 1731. Crimes, deste modo, que envolvem o pequeno comércio ilegal:

Capítulo 46

Provisco que nesta vila e seu termo nenhuma pessoa terá loja aberta de ofício sem ter carta de examinado nele ou licença da câmara por alvará para o executar sobre pena de pagar seis oitavas de ouro para o conselho e sendo ofício que receba a fazenda para obra, se lhe fazer-lhe, não passará o dito alvará sem primeiro dar licença e segundo o estado de terra se lhe dão regimento na forma da lei.

Capítulo 47

Provisco que nenhuma pessoa tenha venda ou loja de mercado sem licença da câmara por alvará o qual se não mandará passar sem primeiro dar fiança as condenações sob pena de seis oitavas para o conselho e na mesma pena de cadeia se venderem por medida ou pesos sem serem aferidos³⁰⁶.

Indexou uma provisão escrita por D. João, em 1743, e que assegurava que as correições da capitania de São Paulo pertenceriam aos ouvidores, também responsáveis por “registrarem nos livros da secretaria das ouvidorias e remeterem certidões”. No entanto, essas competências, nas palavras do incrédulo homem, não tinha sido respeitada por Azambuja, e isso “enfraquecia o poder da ouvidoria que era garantido pela Monarquia desde anos passados”³⁰⁷.

Amparado juridicamente e com cópias de documentos que atestavam sua função na justiça, mesmo encaminhados para Lisboa ao relatar o atravessamento do governador, isso não afugentou o conde. Cinco dias após Morillas ter remetido a sua reclamação, ele tornou a retirar a competência da ouvidoria sobre a expedição de um alvará de soltura a Francisco Machado e José Ferras. O primeiro havia sido condenado por *perjúrio*, e o segundo por *testemunho falso*.

³⁰⁵ OFÍCIO do ouvidor de Vila do Cuiabá, João Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 16 de junho de 1752. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 240, f. 3.

³⁰⁶ *Ibid.*, f. 3.

³⁰⁷ *Ibid.*, f. 4.

Um implemento que mais uma vez fez com que o ouvidor-geral vertesse tinta e escrevesse que não “competiria ao governador ter concedido as ditas homenagens de soltura”³⁰⁸.

Insaciável e revertendo as muitas decisões jurídicas, o conde deixou o ministro aborrecido, e em 29 daquele mesmo mês de agosto, novamente se queixou das intervenções “que dizem respeito à justiça”. Uma anástrofe que, segundo ele, só ocorria naquela capitania de Mato Grosso e mais em nenhum outro lugar:

Pela ouvidoria da cidade do Rio de Janeiro, estando determinado geralmente que os governadores não se intrometam nas causas que dizem respeito à justiça, e tomando conhecimento delas ou se avocando, e que não mandam soltar presos alguns que foram por mando da justiça e nem de libertar criminosos³⁰⁹.

Obviamente isso é uma inverdade. Revogações e utilizar o poder de funções para benefícios próprios ou de terceiros ocorreram em vários lugares no império. Inclusive, não era novidade que um governador expedisse perdão datas festivas ou em início de mandato. Porém, Morillas deixava clara a existência de um patrimonialismo e corporativismo que abraçava não apenas a elite regional, mas até mesmo o governador. Era algo que, na sua visão, “altera o que já foi julgado e o estilo praticado nesse juízo”³¹⁰ para maneiras específicas de Mato Grosso ao utilizarem as instituições.

Irredutíveis, tanto o ouvidor quanto o governador apresentam atitudes *megalomaniacas*³¹¹ e que, corriqueiramente, são apontadas como um jogo de força entre os poderes. Assim, um dia depois de selar a sua carta e enviá-la a Portugal com as cópias dos capítulos da correição que o governador não respeitou, voltou a se queixar. Ao participar de uma missa que o conde de Azambuja assistia, escreveu sobre uma “vergonha” que sofrera quando o capitão-general pediu para que as autoridades se sentassem em “bancos toscos”. Ao que parece, nos encontros religiosos dentro da igreja de Vila do Cuiabá, ouvidor, juizes e

³⁰⁸ OFÍCIO do ouvidor de Vila do Cuiabá, João Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 16 de junho de 1752. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 240, f. 6.

³⁰⁹ *Ibid.*, f. 6.

³¹⁰ *Ibid.*, f. 5.

³¹¹ A megalomania se insere nas discussões da área psicológica acerca dos delírios individuais e coletivos. Para a psicopatologia fenomenológica, é uma “alteração na consciência global da realidade e, conseqüentemente, do juízo da realidade”. Algo que pode resultar em uma alteração perceptiva da atitude do indivíduo, que passa a viver em constante sensação de estranheza e manter seu sistema psíquico em alta tensão para esconder suas fraquezas, fazendo com que se relacione com o mundo de forma a enaltecer o seu ego. Cf.: CAMPOS, Maria Elisa Fonseca Goduardo. **Da classificação ao diagnóstico**: a psicopatia entre norma e a subjetividade. 2014. 251 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

conselheiros possuíam cadeiras diferenciadas dos demais moradores, e que eram com encostos e braços³¹².

Ao ver essa distinção, momentos antes do início da celebração, Rolim de Moura solicitou para que eles se sentassem em lugares comuns, assim como os demais. O conde, contudo, manteve-se em seu assento ao lado do altar, em destaque e se mantendo figura emblemática. De acordo com o ouvidor, era desde 1750, quando a igreja passou por reformas, que corriqueiramente os conselheiros e ministros assentassem em lugares próprios. Ao menos até Azambuja ordenar “tirá-los na presença de todo o povo” e alegar que “nem eu [o ouvidor] e nem a câmara poderíamos ter assento de encosto na sua presença”³¹³.

Percebemos que esse governador estivera obstinado a relembrar aos oficiais que era o homem mais próximo da Coroa. Para isso, não apenas contestava os julgados pretéritos, revogando-os, mas, pelo visto, sobressaía-se nas aparições públicas e, alguma vezes, arbitrava até mesmo contra os conselheiros regionais, como fez com a retirada das cadeiras especiais. Nesse assunto da dança das cadeiras durante a missa, em 1753 chegou ao ouvidor o posicionamento da Coroa a respeito da sua queixa. Era uma devolutiva que em nada agradou o homem. Em poucas linhas, Lisboa informava que o capitão-general agiu da mesma maneira que em outros lugares, que era sem dessemelhança e, assim, segundo palavras escritas pela metrópole, “o rei não obra com diferença alguma”³¹⁴.

Na análise documental, até agora não se encontramos essa harmonia entre monarquia e seus súditos a respeito de *não obrar com diferença alguma*. Aliás, pode até ser que, hipoteticamente, o rei não distinguisse seus subordinados, porém, seus funcionários, ao atuarem em seu nome, provavam o contrário e operavam com parcialidade nos mais diferentes contextos do reino e seu ultramar. Claro que para alguns assuntos, como já divulgado aqui, muitos procuraram um equilíbrio nas decisões entre soberano e os potentados, como foi o caso de Antônio Pinho de Azevedo, por exemplo, ao receber consentimento de Rolim de Moura para a retribuição régia de sua prestação de serviço. No entanto, em muitos outros contextos, quase sempre o nivelamento se sobrepuja às diferenças, basta recordarmos o argumento desse conde de Azambuja a respeito da reivindicação da ordens de Morillas, que, por estar/ser mais próximo do monarca, seria a pessoa da capitania com decisão mais semelhante ao rei. E por permitir que se aproxima-se da monarquia, enquanto o conselho e ministros da justiça se sentavam entre os

³¹² OFÍCIO do ouvidor de Vila do Cuiabá, João Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 16 de junho de 1752. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 240, f. 5.

³¹³ *Ibid.*, f. 5.

³¹⁴ *Ibid.*, f. 6.

demais, Rolim de Moura, sem ser questionado, conservou sua emblemática cadeira próxima ao altar.

Único com assento privativo e diante desse fato, as lamúrias do ouvidor da comarca continuaram. No dia 30 de setembro chegou ao seu consentimento que Azambuja orientava o conselho municipal cuiabano para somente acatar as suas decisões nos assuntos relacionados às correições e que “não obrassem em outras ordens” dadas por Morillas. Um aviso que:

Recebi carta de vossas mercês que mandei pedir do doutor ouvidor, que mandou guardar nesta secretaria [...] pois ele não tem jurisdição alguma em vossas mercês do que tão somente com correição do que vossas mercês ficam advertidos daqui em diante e isto a respeito de qualquer ordem³¹⁵.

Com seu poder ainda mais diminuído, o ministro jogou tinta no papel e informou à Coroa que “pelas leis de V. Majestade, tenho jurisdição neles [camarários] não só em ato de correição, mas em qualquer tempo”. A principal questão era que Morillas não tinha quem o apoiasse naquele sertão, e por isso tentava se blindar por meio de correspondências enviadas à Portugal com pedidos para que a Coroa impusesse limites “a eles [conselheiros e governadores, provavelmente] em primeiro lugar a obrigação de me obedecer e cumprirem as minhas ordens e mandados por serviço de V. Majestade”. Um discurso que demonstrava, diferentemente do conde, que não se achava ameaçado pela presença do bacharel na ouvidoria, um temor diante dos homens da câmara municipal e sua possível obtenção de um poder maior que a ouvidoria. Um pavor ainda maior quando o governador se aliançava a esses homens regionais, fazendo com que os limites do nivelamento se borrassem e se friccionassem uns sobre os outros até romperem a barreira imposta e, como exemplo, tornarem-se um ouvidor, mesmo que interino, como aconteceu após a destituição de Morillas.

Vivendo em solo mato-grossense sem apoio dos poderes regionais, a rejeição desse homem ficou bem clara na fundação da vila-sede. Em outubro de 1752, foi excluído de ir “às novas terras” e prestigiar, nas suas palavras, “a fundação de Vila Bela”. Por isso, diferentemente da forma como o rei orientava, Rolim de Moura não convocaria o ouvidor-geral para participar do escalonamento judiciário no Guaporé. E, em direção metropolitana à metropolitana, o conde justificou a ausência de Morillas afirmando que “naquele novo distrito já havia ministro de letras que poderia suprir a falta do ouvidor para a nomeação” e citando, provavelmente, Alexandre Teotônio de Gusmão. Lembremo-nos que esse nascido em Vila de Santos era juiz de

³¹⁵ OFÍCIO do ouvidor de Vila do Cuiabá, João Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 16 de junho de 1752. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 240, f. 6.

fora, um nível, portanto, abaixo do ouvidor. Fato que não impediu, contudo, que Azambuja depositasse nas mãos de Teutônio a escolha dos prestadores jurídicos em Vila Bela. Para o ministro relegado, esse desprezo foi um insulto por “já estar pronto para ir assistir à fundação da nova vila” e ficou sabendo que não tinha sido convidado para a diligência que acompanharia o governador. A única solução estava em permanecer no mesmo lugar e observar seus companheiros embarcando nas canoas em direção ao Guaporé.

Partiu Rolim de Moura junto deles, estabelecendo-se na vila-sede e ficando a uma distância de 150 léguas de Vila do Cuiabá. Um hiato geográfico que fez com os atritos entre justiça e governo sessassem e Morillas voltasse a ser o maior titulado daquela margem cuiabana. Todavia, como no sertão o céu poderia se tornar inferno, pois tudo dependia da ótica de quem o vive, essa tranquilidade do bacharel durou um ano e depois voltou a ser uma vida infernal. Mas dessa vez a disputa pelo poder não seria com o conde, e sim com um outro polo irradiador de poder vaidoso tanto quanto Rolim de Moura: os homens de cabedais cuiabanos.

A figura do capitão-general, que nessa altura estava geograficamente distante de Cuiabá, continuou sua comunicação com os potentados e, unidos, em oposição às decisões do ouvidor-general. Astutos, ao reconhecerem a predisposição do governo em ir contra à atuação de Morillas, os conselheiros municipais alegaram “opressão” do ministro e que ele não trabalhava em prol “às reais necessidades do povo”. Episódio apontado na trajetória de Alexandre de Gusmão e que resultou no vice-rei, conde dos Arcos, afastando o ouvidor de seu cargo.

Se naquele momento a nossa lupa foi direcionada à vida de Gusmão, a partir de agora, a mesma documentação continuará indiciando a vida de Morillas e suas experiências enquanto esteve nesse universo sertanejo, pantaneiro e mato-grossense. Desgastado e sem alianças, percebeu, então, que realmente seria expropriado do cargo. Escrevendo a Lisboa, informava ter sido “despedido violentamente do cargo pelos oficiais da câmara” e se posicionando contra:

Dou parte a V. Majestade que estando servindo o cargo de ouvidor desta vila e sua comarca, me despediram violentamente os oficiais da câmara no dia 20 de dezembro do ano passado, sem outro motivo e causa mais do que o da sinistra errônea inteligência que quiseram dar³¹⁶.

Além de ter sido um importuno para ele, estar deposto fez com que o seu plano de ingressar ao desembargo fosse anulado (lembramos que ele teria que cumprir o prazo de seis anos na comarca para depois ser promovido ao Tribunal da Bahia). Mesmo assim, aproveitou-

³¹⁶ CARTA do ouvidor de Cuiabá Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 10 de maio de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 8, doc. 511, f. 2.

se da comunicação com a Coroa para suplicar “clemência” e defender que estava preparado para ser admitido no Tribunal da Bahia, sendo que o prazo de seis anos estivera quase terminando, por isso valia da sua exoneração para glorificar a sua possível elevação.³¹⁷

Em frustração, culpou a todos pelo infortúnio de não estar mais na função delegada. Primeiro, afirmava que, em relação ao homem que o sucedera na ouvidoria, Francisco Brito e Costa havia maquinado com seus companheiros a conveniência de expulsá-lo da comarca e tomar o cargo vacante. Quanto a isso, retomemos o nome de Brito e Costa. Enquanto fiscal da capitação, foi ele quem condenou, em vão, o clérigo José Aires por não capitar imposto do seu cativo, e com a ajuda do então ouvidor Morillas, esse condenado se evadiu. Segundo, abalizava que Gusmão tinha um “ódio estranhável” de sua pessoa, por estar na ouvidoria e por chegar quase à promoção ao cargo no Tribunal da Bahia. Para ele, era uma união de interesses que, intragavelmente, fez com os prestadores de serviços à Coroa, independentemente de sua origem e sua função, fossem movidos pela “ vaidade e interesse em servir”:

Que por me desejar destruído e para obter a *vaidade e interesse em servir seus cargos*, entrou por si a interpor pessoas a persuadir, induzir e capacitar alguns dos oficiais da câmara desta vila: o juiz ordinário Antônio Pinho de Azevedo, os vereadores Francisco da Silva Caetano Caetano de Burgos [...] todos meus inimigos³¹⁸.

É agora que as torres de São Geminiano ficam com seus limites completamente esgarçados. São nomes arrolados que se emaranham entre si: Pinho, Gusmão e Morillas; e em suas próprias vaidades. O juiz ordinário Azevedo Pinho, por exemplo, ao desejar titular a si e a seus filhos; o juiz de fora Gusmão, com ânsia para ocupar área em território mura e, conseqüentemente, receber as pompas de ser o pioneiro daquele lugar; e o próprio Morillas, que foi a Mato Grosso na esperança de alcançar o desembargo baiano, mas acabou com seu ego ferido e exonerado.

Eram vaidosos que o acusaram “falsamente” de cometer “vários excessos, e que o povo não estava satisfeito da justiça que administrava”. Ao longo da sua prestação de serviço, seus julgados, a partir do seu próprio ponto de vista, em nada tiveram excessos e não foram ajuizados “a verdade pelo contrário”. Tão logo isso era verdade para ele, que defendeu que seus “procedimentos foram justos e corretos” a tal ponto que chegaram a serem chancelados pela “Relação da Bahia e do Relação do Rio de Janeiro”³¹⁹.

³¹⁷ CARTA do ouvidor de Cuiabá Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 10 de maio de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 8, doc. 511, f. 6.

³¹⁸ *Ibid.*, f. 11, grifo nosso.

³¹⁹ *Ibid.*, f. 11.

Conforme a leitura documental avança, aos poucos vamos compreendendo a sua revolta e a sua sugestão de ter sido vítima de um projeto entre governo, elite sertaneja e juizado de fora para retirá-lo do cargo. Citando o seu último dia na ouvidoria, atipicamente, foi cercado por “forças militares de dragões”, e sob o comando de um Mestre de Campo, forçaram-no a sair de sua repartição, ao mesmo tempo que seu regente, Brito e Costa, sentava-se em seu lugar. Ao ver essa cena, sentiu-se usurpado e vítima de uma ação truculenta e desnecessária, e foi ao conselho questionar o uso da força militar. Ao passo que aqueles homens responderam que a ação foi necessária para não “ter embaraços e garantir a nova posse”, pois o gênio do ouvidor já era reconhecido entre todos. Para nós, não há interesse em saber o verdadeiro lado da história, mas há forte possibilidade de Morillas ter resistido entregar a sua vara ao seu sucessor, e por isso os camarários afiançaram a utilização das armas para cumprir a ordem, e pois, “acima de tudo, sempre se deve respeitar as vontades de um governador”³²⁰.

Defronte às constantes reclamações desse ex-chefe da comarca, em 4 de junho de 1756 Lisboa solicitou um esclarecimento de Rolim de Moura. E, em resposta, enviou uma cópia da ordem do vice-rei que destituía o homem do cargo e concedia poderes para que escolhesse o sucessor. Sua prestação de conta demonstra, para nós, que existia até mesmo limites na atuação de um capitão-general, sendo que esse homem poderia até ser o nível máximo nas torres de São Geminiano mato-grossenses, mas não era o único em todo o Império.

Nesse oeste colonial, seus moradores viviam em contexto marcado por disputas entre o controle jurídico e/ou governamental. Equilibravam-se, portanto, em corda bamba. Nesse contexto, Portugal sempre se acautelava ao escolher seus funcionários, tal como fez o rei ao orientar a escalação de pessoas locais para o quadro administrativo de Vila Bela. Uma tramitação que exigia talento, tolerância e barganha nas negociações entre os níveis hierárquicos. Um equilíbrio que era tudo o que Morillas precisava ter, mas que não apresentou. E essa falta fez com sua influência diminuísse cada vez mais.

Um “morde e assopra” que Rolim de Moura soube manejar, mesmo estando no nível máximo das torres, quando a corda estava para arrebentar, afrouxava-se e concedia algo aos potentados. Por sua posição, ele poderia tranquilamente não ser maleável e gelatinoso para com a elite regional, e chegou perto disso ao solicitar que se retirassem as cadeiras de encostos da Igreja sem nenhum prejuízo à suas funções no governo. No entanto, para o ouvidor, que deveria

³²⁰ CARTA do ouvidor de Cuiabá Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 10 de maio de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 8, doc. 511, f. 11.

ser flexível como um bambu, mas preferiu ser forte como aroeira, a repressão dos potentados fez com que “a textura social, com facilidade, esgarçar-se ao ponto de ruptura”³²¹.

Um drama que escondia muito mais que isso. A seguir, vamos perceber que Mato Grosso, além de servir como um “trampolim” para Morillas, fez com que o brilho das pedras ofuscasse a sua razão e proporcionasse a sua prisão. Uma cena que, assim como as outras, contou com o protagonismo dos homens de cabedais e do capitão general.

2.3.2 O MINISTRO DEPOSTO E A ACUSAÇÃO DE CONTRABANDO DE PEDRAS PRECIOSAS

Se entre 1755 e 1756 Morillas estivera estressado devido à perda de seu cargo, cinco anos depois, em 1761, encontrar-se-ia ainda mais desesperado. Continuava vivendo em Vila do Cuiabá e, mesmo fora da ouvidoria, não deixou de ser alvo dos potentados locais e do capitão-general. Em três de julho de 1761, Azambuja escreveu ao Secretário do Ultramar, Francisco Xavier, a respeito de uma ordem que recebeu de Lisboa e pedia para remeter o homem deposto ao Limoeiro³²² e realizar “sequestro de todos os seus bens que se acharem na vila”. Não era uma decisão de encarceramento que tinha relação às suspeitas de abuso de poder e sua exoneração. Era uma denúncia de contrabando de pedras preciosas ocorrido em Mato Grosso e que acusava o bacharel, afastado da função da ouvidoria, como principal ativo na aquisição e transporte ilegal de ouro e diamantes³²³.

Além de prendê-lo, o capitão-general deveria enviar ordens às autoridades cuiabanas para realizarem busca e apreensão na residência do acusado. Cumprindo a normativa, provavelmente com um sorriso no rosto, o conde indicou o intendente Brito e Costa, que era o mesmo sujeito contrariado por Morillas no caso do padre José Aires e seu substituto após a destituição, para cumprir a ordem. Uma ação que, pelo seu histórico e assim como o governador, possivelmente foi cumprida com um sorriso no rosto, chefiando a operação de materiais delatados na casa do homem que, no passado, tinha desautorizado as suas ordens. Escreveu que:

Em janeiro deste ano dei conta a V. Exa de que procedendo a sequestro na Vila do Cuiabá os bens do bacharel Antônio Vaz Morillas, conforme ordem de S. Majestade expedida pelo governador e capitão-general desta capitania, lhe achei os diamantes brutos que na dita conta individuava, nos quais fiz apreensão para remetê-los a V. Exa,

³²¹ GONÇALVES, Adolto. **Direito e justiça em terras d’El Rey na São Paulo colonial (1709-1822)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2015, p. 137.

³²² Instituição prisional no reino.

³²³ OFÍCIO de Antônio Rolim de Moura... Vila Bela, 3 de julho de 1761. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 11, doc. 642, f. 2.

como se fez. E como me não foi possível enviar o sumário a que procedi naquele diligência, por ficar na dita vila, passei agora, fazendo-o presente para que for servido de V. Exa³²⁴.

Sua vistoria resultou em um Auto do Sumário. Um documento que detalha a busca e apreensão realizada, incluindo a identificação dos objetos apreendidos e de suas circunstâncias, e que é essencial para registrar e comprovar a legalidade da intervenção. Tivemos acesso a esse apontamento e seu início remete à ordem recebida em 3 de julho para a montagem da investigação e formação do agenciamento:

Sendo no dia três do presente mês, como pela manhã, achando-se nesta vila a casa do bacharel Antônio Vaz Morillas, comigo o escrivão e tesoureiro da intendência e Provedoria da Fazenda Real, Francisco de Azevedo, do meirinho Felipe Luiz Pavolide, do escrivão da câmara, João de Godoy Moreira, o tabelião atual, Manoel Marques de Couto, o ajudante, Joaquim Lopes Poupino e mais soldados de dragões, foi mandado fazer sequestro de todos os bens do dito bacharel por ordens de Dom Antônio Rolim de Moura Tavares³²⁵.

Existia na casa um móvel que estava chaveado, e como o residente já se encontrava na carceraria de Vila do Cuiabá, esperando para ser transferido ao Limoeiro, solicitaram para que ele entregasse a chave da gaveta trancada. Contudo, Morillas não aceitou o pedido e não colaborou com a investigação. Com sua negação, o único jeito foi “abrir violentamente” o bofete. Arrombando-o, acharam-se “dentro da dita gaveta, em uma cuia pintada, dois embrulhos de papel pardo, dentro dos quais tinham várias pedras que pareciam diamantes”. Ao abrilhantar dessas joias, o crime estava quase comprovado. Faltava, no entanto, um laudo dos objetos apreendidos. Artefatos que foram periciados por Pedro Bartholomeu, “que foi em algum tempo cravador de diamantes”, Antônio Bazilio e Felixberto Leite Pereira, “pessoas com bastante conhecimento de diamantes”. Por fim, a análise técnica laudou “debaixo de juramento dos Santos Evangelhos [...] serem as ditas pedras cristais ou diamantes brutos”³²⁶.

No que diz respeito à morfologia cristalina de diamantes provenientes da Chapada dos Guimarães, Poxoréu, Diamantino, Parantininga e Alto Paraguai, na região da capitania de Mato Grosso, suas pedras têm os cristais com formatos rombodocaédricos, com fragmentos de clivagem irregulares e com octaedros transicionais que vão em formatos de faces planas até o

³²⁴ OFÍCIO de Antônio Rolim de Moura... Vila Bela, 3 de julho de 1761. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 11, doc. 642, f. 2.

³²⁵ *Ibid.*, f. 4.

³²⁶ *Ibid.*, f. 5.

geminado plano cubo, sendo que, algumas vezes, apresentam pseudo-hexatetraedro de policristalino de carbono e alguns agregados³²⁷.

De maneira nenhuma a nossa intenção é aprofundarmos na teoria geológica da mineração, com categorias estranhas aos ouvidos dos historiadores. Essa ciência, contudo, demonstra uma grande possibilidade da laudaria colonial ter se embasado em algo parecido, pois cada região tem especificidades na composição mineral de seu solo e proporciona características únicas às suas pedras. Na África do Sul, por exemplo, onde em 1905 se descobriu o maior diamante do mundo para a época, pesando aproximadamente 600 gramas, a composição de xisto fez com que tivesse uma coloração esverdeada. Até mesmo no Brasil suas pedras, a depender do local de sua retirada, possuem características ímpares. No Triângulo Mineiro, por exemplo, diferentemente do formato mato-grossense, a forma é rombodecaédrica, com contornos irregulares e achatados, chamados de *chapéu de frade*. Na bacia do Alto Araguaia, mais próximo de Mato Grosso, são formas rombodecaédricas, como em Minas, mas com contornos de transição e clivagem, tal como em Mato Grosso³²⁸.

Diante desse conteúdo, aliado ao Ato de Sumário redigido por Brito e Costa foi elaborada uma assentada, ou seja, um apontamento processual no qual se registra testemunho de pessoas que presenciaram alguma operação policial ou, no caso de nossa pesquisa, ação da intendência. Treze dias depois da apreensão do material, em 16 de julho, alguns nomes foram convocados para relatar seu observo. O nascido na cidade de São Paulo, João de Godoy Moreira, que morava em Vila do Cuiabá, foi “testemunha que se achava no dia de segunda-feira, pela manhã” e que, por convite do intendente, foi à casa de Morillas para comprovar que na gaveta estavam as pedras. Seu depoimento, portanto, informava que “foi mandado abrir violentamente, e, sendo aberto, viu ele e os demais que em uma cuia pintada estavam dois embrulhos de papel pardo, que se acharam em um e no outro bastantes diamantes brutos, com peso de quatro oitavas e meia”³²⁹ (ou seja, para as medidas atuais, mais de 16 gramas).

Outro homem escutado foi Felipe Luiz Pavolide, que era o meirinho da intendência e natural de Viseu, em Portugal. Relatando a sua versão, expôs que, além dos diamantes, “duas arrobas e tantas oitavas de ouro estavam em uma arca”. Atualmente, mais de 30 quilos de material aluvial. Uma informação que foi confirmada pela terceira pessoa a ser ouvida, João

³²⁷ ZOLINGER, Iede Terezinha; SVISERO, Darcy Pedro; WESKA, Ricardo Kalikoeski. Morfologia cristalina de diamantes das regiões da Chapada dos Guimarães, Poxoréu, Parantininga e Alto Paraguai – Mato Grosso. **Revista do Instituto Geológico**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 23-33, 2002, p. 27.

³²⁸ *Ibid.*, p. 29.

³²⁹ OFÍCIO de Antônio Rolim de Moura... Vila Bela, 3 de julho de 1761. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 11, doc. 642, f. 14.

Martins Sardinha, natural da Vila de Pena e soldado dragão, solteiro. Concomitante a esses relatos, outros nomes fizeram parte da assentada e vieram a descrever as mesmas cenas desses três primeiros. Ao término do documento, Brito e Costa considerou, desse modo, que “em vista dos Autos da Sumária, dos laudos e da assentada, obriga o confisco e prisão dos bens e da pessoa do bacharel Antônio Vaz Morillas”³³⁰ por estar em desacordo às ordens que proibiam a posse e extração de diamantes:

Sendo proibidas por ordem a extração dos diamantes que apareceram nos descobertos do Cuiabá e no Paraguai, o réu extraíra por si ou por outrem os diamantes dos referidos descobertos depois da proibição que houve para se poder minerar no referido distrito, e que sendo o réu preso e sequestrado em todos os seus bens, lhe terão achados dois papéis e cada um com setenta e oito diamantes pequenos e juntamente três que deram de peso de meia pataca [*sic*]³³¹.

Não sabemos o que aconteceu depois disso, se o acusado/condenado permaneceu encarcerado em Vila do Cuiabá, se foi transferido para o seu encerramento de Vila Bela, sede do governo, ou se respondeu em liberdade. A questão é que esse episódio foi levado à instância superior, chegando ao Tribunal da Bahia e às mãos do desembargador Romão José Rosa. Possivelmente esse juiz do tribunal era conhecido de Morillas. Advogando contra os veredictos de instâncias inferiores, que eram favoráveis a condenação, defendeu que os acusadores não conseguiram comprovar se realmente os diamantes foram extraídos antes ou depois da proibição de minerá-los, e a única comprovação era a versão do réu, que alegava que as pedras foram presente de seu antecessor, Manuel Antunes (talvez essa seria a semente da discórdia que anos mais tarde se referiria Pereira e Cáceres). Até mesmo a tecnicidade do laudo que evidenciaram serem pedras mato-grossenses foi posta à revelia, afirmando que “em nada adiantava a perícia feita pelos homens se não comprovassem a data da extração”³³².

Dante desse rebuliço, Rolim de Moura tinha a sua parcela de atuação na condenação do réu, mesmo que indiretamente. A proibição de se retirar pedras preciosas do Rio Paraguai foi expedida por ele logo ao chegar em Vila do Cuiabá e estendia ao ribeiro de São Francisco e Coxipó Mirim. Aliás, essa é aquela mesma interdição que Antônio Pinho de Azevedo, o juiz ordinário que requereu benesses, avalizou levá-lo à falência. Uma interdição que, portanto, atravessou a vida de muita gente:

³³⁰ REQUERIMENTO do ex-ouvidor da Vila do Cuiabá Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 11 de setembro de 1766. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 13, doc. 786, f. 5.

³³¹ *Ibid.*, f. 5.

³³² *Ibid.*, f. 5.

Recomendo a todos a vigilância para se não extraírem diamantes fora do contrato deles pelo prejuízo que causa aos mesmos contratos e mais razões que *nenhuma pessoa de qualquer qualidade* que seja possa minerar em nenhuma daquelas partes que se acham proibidas [...] ordeno também que toda a pessoa que minerando fora dos ditos lugares achar algum diamante, o remeta logo a minha presença para remeter a Corte, onde S. Majestade mandará satisfazer o seu justo valor. E todo aquele que contravier alguma das causas expressadas neste meu bando, será preso a minha ordem e sequestrado seus bens³³³.

O reinol, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra e com experiência na ouvidoria cuiabana, foi preso sob acusação de descumprimento do documento transcrito ao que se refere à “pessoa de qualquer qualidade”. Uma particularidade que atingiria a todos, independentemente de quais níveis e quais torres de São Geminiano ocupavam. De forma clara, a resolução atendia ao pedido do Conselho Ultramarino feito ainda em 1749 e que se preocupava com as possíveis ondas migratórias ao local em “remédio para a miséria em que vivem” e por causa da insuficiência de soldados para realizar a vigilância da região:

Consta que o Rio Paraguai na comarca de Cuiabá se tem descoberto ouro em grande conta e muitos diamantes, e que os povos dessa comarca extremamente empobrecidos, e sem outra esperança já que aí nada nasce, agora neste descoberto procura todos, como o único *remédio da miséria em que vivem*, nestas circunstâncias é quase infalível que proíba a extração de ouro [...] não há de continuar a desejada e necessária povoação de Cuiabá, porque nenhuma diligência será bastante para deter e embaraçar a deserção de uns homens certificados de que não há ouro em outra parte mais que naquelas em que lhe não tem conta, ou em que lhe não permitem que tirem e por consequência não haverá novos povoados e desertando os antigos, ficará toda aquela província, não em termos que desses irão de se postar defender dos castelhanos confiantes³³⁴.

Não é novidade essa visão negativa sobre a realidade mato-grossense, pintando um cenário de miséria e violência. Afora isso, percebemos que nem sempre as iniciativas dos capitães-generais (e da metrópole) incentivavam o mito do eldorado. Dependendo da circunstância, era melhor evitar o êxodo populacional, como expressado na transcrição acima. Diferentemente de outras propagandas para a atração populacional, que considerava o espaço de Mato Grosso enriquecedor, Mascarenhas não afiançou o Rio Paraguai como destino de engrandecimento financeiro (uma estratégia, possivelmente, para atenuar a ocupação), mas como “uma quimera” e uma ilusão que, quase duas décadas depois, foi estopim para a prisão de Morillas.

³³³ BANDO mandado publicar pelo governador Antônio Rolim de Moura... 8 de julho de 1751. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 3, doc. 356, f. 2, grifo nosso.

³³⁴ CARTA do governador e capitão-general Luís Mascarenhas... Vila de Santo, 10 de junho de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 4, doc. 232, f. 1, grifo nosso.

Mas sob a guarda do desembargador, que além de contradizer os peritos e acusação de mineração em lugar interdito, também afirmava que o réu tinha sido vítima de intrigas “maquinadas no que se trata ter naquele tempo [da busca e apreensão] seu inimigo”. Apontou para o intendente, que, “por já ter anteriormente ocorrido no lugar do ouvidor-geral”, não poderia arbitrar sobre a acusação e, diante da sua versão o veredicto do tribunal, última instância colonial, retirou a acusação³³⁵.

Na promulgação de sua decisão veio a rebater a tese jurídica de contrabando de pedras preciosas. Expôs que o réu não foi apreendido com nenhuma pedra enquanto transitava pela vila, e por isso não teria como julgá-lo por contrabando, pois os diamantes, assim como constou na busca e apreensão, estiveram engavetados no bofete. Uma sentença, por fim, que “considera o réu sem culpa alguma, portanto, assim os julgam e atendendo não só as referidas razões, mas também as outras muitas que se acham ponderadas nos artigos da contrariedade do ré plenamente provadas [...] absolvo o réu da culpa de que nesse processo se acha”³³⁶.

Aquele sertão mato-grossense foi palco de uma reviravolta. Ao invés de enviar o condenado ao limoeiro, abriram-se as suas algemas. Não encontramos vestígio de Morillas nos cinco anos posteriores à revogação de sua incriminação, porém, em 1766 escreveu à Coroa e solicitou o cargo de juiz de fora de Vila Bela. Depois de tudo, continuava em solo colonial. Avisou Portugal que tinha sido absolvido de seus crimes e se achava “solto e livre da dita prisão, julgada nula e de nenhum vigor”, e disposto a voltar a prestar serviço ao monarca, agenciando que “V. Majestade me faça mercê mandar passar as ditas ordens para referido juiz de fora, por não haver outro ministro mais pronto e de ter praticado em outros casos”³³⁷.

Questionado sobre o destino de seu patrimônio, o Conselho Ultramarino em 1769 expediu uma ordem ao governador de Mato Grosso para ressarcir os bens de Antônio Vaz Morillas, que “sendo preso e sequestrado em todos os seus bens pelo intendente e provedor da Fazenda Real”, obtivera “sentença de absolvição a seu favor, julgando-o por quite, livre e o sequestro por nulo e de nenhum vigor”. Entretanto, no período da restituição o governador não era mais Azambuja, que nessa altura já tinha se tornado vice-rei do Brasil (ascensão), e sim Luís de Sousa Coutinho³³⁸.

³³⁵ REQUERIMENTO do ex-ouvidor da Vila do Cuiabá Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 11 de setembro de 1766. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 13, doc. 786, f. 7.

³³⁶ *Ibid.*, f. 7.

³³⁷ *Ibid.*, f. 7.

³³⁸ OFÍCIO de Luís Pinto de Sousa Coutinho... Vila Bela, 16 de julho de 1769. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 14, doc. 868, f. 1.

Esse atual capitão-general precisou escrever ao secretário e informar que os bens do inocentado foram vendidos pelo governador anterior e arrecadando 16:939//217 réis na provedoria. Dinheiro aplicado ainda naquela época de seu antecessor para a “satisfação dos gastos ordinários da capitania”, e sem possibilidade, portanto, de ressarcimento:

Não havendo aqui meio nem possibilidades para se poder ressarcir a dita soma, não me fica outro arbítrio mais do que pôr na presença de S. Majestade, tanto o auto do sequestro como o produto geral dos termos de arrematação, que se tem feito dos referidos bens, para que informado o mesmo senhor complemento da matéria, possa mandar satisfazer ao dito bacharel a sua importância, no caso de parecer justo assim determiná-lo³³⁹.

Esquivando-se da responsabilidade, informou que o dinheiro foi para pagar as despesas ordinárias, ou seja, corriqueiras da capitania. Ademais, não encontramos o desfecho dessa história e se Morillas conseguiu ressarcimento de seu patrimônio. O que sabemos é que em certa altura do século XVIII o reinol voltou para Portugal e veio a falecer no reino por volta de 1780. Ao interromper a sua respiração vital distante do solo mato-grossense, não deixou de ser assunto em Mato Grosso, e o escrivão da ouvidoria cuiabana, Domingos Jorge da Silva, redigiu um pedido a Lisboa que solicitava permissão para o governo vender alguns bens cuiabanos deixados pelo defunto e em abatimento às despesas de uma devassa que não havia liquidado na década de 1760:

Deixou cá no Brasil bens e alguns outros além dos que lhes foram sequestrados também por ordem do dito senhor os quais se acham na arrecadação dessa Provedoria da Fazenda Real e o seu produto de encargos dela e me parece que pelo produto do dito sequestro devem ser pagos os referidos autos da devassa³⁴⁰.

Último documentado encontrado, essa trajetória do bacharel foi marcada por perseguições, exoneração, condenação e absolvição. Elementos que, de uma maneira ou de outra, deixa-o interligado aos outros dois homens que também foram, neste capítulo, objeto de estudo. São personagens do passado colonial que utilizaram o sistema governamental e jurídico para oportunizarem a si, sua família ou seu grupo possibilidades de promoção social nas torrefações de São Geminiano, independentemente de serem ou não nascidos no reino ou na América.

³³⁹ OFÍCIO de Luís Pinto de Sousa Coutinho... Vila Bela, 16 de julho de 1769. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 14, doc. 868, f. 4.

³⁴⁰ REQUERIMENTO do escrivão Domingos Jorge da Silva... Vila do Bela, 21 de junho de 1780. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 21, doc. 1281, f. 1.

Universo oeste da América portuguesa, orbitavam sobre ele diferentes indivíduos e grupos que conviveram, em maior ou menor intensidade, com esses três nomes arrolados. Foi o caso do intendente Brito e Costa, do ouvidor-geral que relatou a vida de Antônio Pinho e até mesmo do capitão-general Rolim de Moura, pessoas que enlaçadas em suas origens, seus serviços e benefícios. A presença do conde de Azambuja nessa análise, inclusive, é essencial e serviu como parâmetro para mensurarmos o alcance dos poderes de Azevedo, Gusmão e Morillas. Como o conde era o principal representante da Coroa em Mato Grosso (mas não sem um limite: o vice-rei), muitas vezes agia como limitador nas ascensões, ou seja, estipulava os limites de nivelamento.

Na última trajetória isso ficou claro. Com as desavenças entre poderes, primeiro o governo e justiça, e depois entre potentados e justiça, a aplicabilidade do projeto colonizador fazia com que a população se apropriasse das instituições ao mesmo tempo que a Coroa lançava seus tentáculos aos espaços recém-ocupados. Isso marcava uma relação de atritos entre colônia e metrópole, como os exemplos observados, e que fazia com os limites ficassem borrados, esgarçados ou rompidos. Entre as instituições jurídico-administrativas existentes na América portuguesa, nenhuma outra congregou ou segregou os diferentes níveis hierárquicos como as câmaras municipais. Essenciais para a vida cotidiana, era nelas que os poderes explodiam iguais fogos de artifícios:

Os juízes, vereadores, procuradores e homens bons do local se reuniam em câmara sempre que necessário para tratarem de assuntos de interesses comuns [...] diversas foram as atribuições dos vereadores e a sua presença nas reuniões, duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados³⁴¹.

Se até aqui a relação entre os prestadores de serviços régios apareceu de maneira truncada e a rasgar o tecido social ao ponto de oportunizar promoção, vamos perceber no próximo capítulo que nem sempre essas forças e contraforças dos homens do poder estiveram desunidas. Ao ajustar nossa lupa, esses mesmos arquivos que forneceram informações a respeito dos grupos com cabedais, subsidiarão emergir uma população que explicitamente estivera blindada de participar da administração governamental e compor a malha jurídica, mas que, mesmo à margem (e, portanto, ainda assim fazendo parte do todo), fez-se presente e foi resistente. Marcada pela oposição entre civilizado e incivilizado, e tendo a concentração de riqueza como porta de acesso às escadas da sociedade, a população sem riqueza, acesso educacional e carregando a sua origem no estereótipo de seu corpo (a cor), fez com que as

³⁴¹ AB'SABER, Aziz Nacib *et al.* *A época colonial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 30.

autoridades da época produzissem um sem-número de decretos, leis, bandos e outras infinidades documentais para, de acordo com o modelo de sociedade idealizado, tentarem controlar e coibir uma gente que, sem ser à contrapelo, aparece como *elemento-problema*, mas que, observado nas entrelinhas, desnudam o projeto colonizador encabeçado tanto por Portugal quanto pelas autoridades mato-grossenses.

3. A ELITE MATO-GROSSENSE E SUA POLÍTICA COIBITIVA

Neste capítulo, as duas únicas vilas da capitania de Mato Grosso, Vila do Cuiabá e Vila Bela, forneceram indícios para compreendermos a relação dos homens do poder com a política municipal coibitiva para com aqueles que aparecem entre seus contemporâneos como elementos-problemas que interferiam no projeto colonizador, que, entre outros, planejava a expansão da terra, o aumento do mercado interno e o incentivo agropastoril. Para tanto, inicialmente apresentaremos dados demográficos das duas vilas e, de maneira geral, também da capitania. Um trabalho necessário para elencarmos os principais grupos que viviam à margem da sociedade pois, de maneira inversa ao que realizamos no capítulo passado, com trajetórias individuais, a abordagem atual considerará a direção de agrupamentos e não de pessoas em específico.

Diante da ausência de materiais produzidos por essa parcela de gente, que não sabia escrever, ficamos impossibilitado de relatar histórias escritas pelos próprios homens estudados, como Gusmão e Morillas; ou, mesmo analfabetas, por não pertencerem à elite regional e, com isso, sem um mediador responsável por colocar no papel as experiências, como fez Azevedo com o ouvidor-geral que relatou a sua requisição de benesses, realizar-se-á um estudo das multidões. Por causa da documentação ter sido confeccionada por um elite e para essa mesma elite, aqueles que se afastavam desse perfil aparecem, quase sempre, pejorativamente descrito nos relatos do passado.

Tudo isso, contudo, não impede que o pesquisador encontre o “não dito” desses arquivos, ou seja, aquilo que não está implicitamente descrito. Lê-lo-emos à “contrapelo”³⁴² e antagônico a convencionalidade de uma historiografia que, durante muitas décadas, tratou da documentação apenas na sua primeira interpretação: a história dos heróis, das grandes famílias, dos nomes de ruas, avenidas e praças. Indo além, abrir-se-á nesse emparedamento sertanejo as fissuras da vida de pessoas comuns e de grupos sociais menos privilegiados.

3.1 ANÁLISE DA POPULAÇÃO MATO-GROSSENSE: DEMOGRAFIA, ESCRAVIDÃO, GÊNERO E ÓBITOS

Foi a partir do século XVII que a América portuguesa passaria a ser o principal destino das políticas metropolitanas e inicialmente depositadas nas colônias orientais, fornecedoras de

³⁴² BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

produtos apreciados pelos consumidores europeus. Essa área, paulatinamente, foi sendo reconquistadas por outras monarquias da Europa, como a inglesa e francesa, e Portugal foi perdendo espaço para explorá-las. Como o Brasil já era um importante produtor de cana-de-açúcar, o monarca decide incentivar ainda mais a economia lusitana na América; amplia as fronteiras territoriais ao formar o Estado do Grão-Pará e Maranhão; melhorar a proteção de Bahia e Pernambuco contra a investida holandesa; e expandir a sua malha judicial que até então se concentrava no Nordeste e estava insuficiente para atender à demanda de todo o território:

A importância estratégica e econômica da foz do Amazonas era consensual nas cortes europeias entre os colonizadores. Sabendo que a área dava acesso a uma grande bacia fluvial e que, de alguma forma, era possível através dela atingir o Peru e suas minas, ali se instalaram comerciantes holandeses, franceses, ingleses e irlandeses³⁴³.

Nesse quadro, em área mais ao Sul, a descoberta das minas auríferas fez com que a região começasse a se expandir, economicamente, geograficamente e demograficamente, até influenciar a remodelação dos núcleos urbanos na colônia, sendo que as minas foram as responsáveis por estabelecer vilarejos em caminhos que as interconectavam ao restante da América. Em direção às Minas Gerais, por exemplo, incentivou-se a economia local de Mogi das Cruzes, Taubaté, Jacareí e Guaratinguetá; às minas de Mato Grosso, impulsionaram o mercado de Parnaíba e Itu; e às de Goiás, influíram o de Jundiá. Além dessas áreas de mineração, a urbanização paulista também refletiu na ocupação mais ao Sul, com conexões que posicionava Sorocaba, por exemplo, interligada a Paranaguá, São Francisco do Sul, Desterro, Laguna e Curitiba³⁴⁴.

É neste contexto geral que capitania de Mato Grosso começa a ser desenhada. Entremeada por terras amazonenses e paulistas, fez parte de um projeto metropolitano que incentivava a produção agrícola, comercial, pastoril e aluvial. Inicialmente destino de pessoas interessadas na extração do ouro, Vila do Cuiabá, às margens de seu rio, passaria a agregar uma produção agropastoril em consonância a atividade aluvial e proporcionaria com que grupos locais se enriquecessem e se apropriassem das instituições do Antigo Regime que se formava nesse universo recém-ocupado pelos portugueses e que era um lugar, até então, de algumas rotas de bandeirantes que buscavam a preação indígena, como Antônio Raposo Tavares³⁴⁵.

³⁴³ WEHLING, Arno; WEHLINF, Maria José. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 106, 112.

³⁴⁴ *Ibid.*, p. 112.

³⁴⁵ *Ibid.*, p. 125.

Na medida em que a colonização se expandia geograficamente para o oeste, instituições do Antigo Regime nos trópicos eram instaladas no intuito de proporcionar a Portugal um maior controle da área. Quanto à demografia, em estimativa, no início do século XVII a população contava com 30 mil brancos e 70 mil negros e indígenas. Já em meados dessa centúria, a quantidade saltou para 184.100 pessoas brancas e indígenas *mansos*³⁴⁶. E no século XVIII esses números se expandiram ainda mais e chegou a mais de 1 milhão e meio de habitantes em 1780. Uma população que se concentravam em Minas Gerais, com 323.200 habitantes, Bahia, com 288.848 moradores, e Pernambuco, com 232.200 pessoas³⁴⁷.

Ao que compete à capitania deste estudo, em 1777 Mato Grosso contou com 17.492, uma parcela 18 vezes menor que a de Minas Gerais, por exemplo, mas que não deixa de ter a sua expressividade. De todas as almas que viviam no sertão pantaneiro, 57,9% se concentraram em Vila do Cuiabá e a fez ser o principal núcleo urbano da área.

Tabela 1 – Localidades e sua população, 1777

Localidade	Nº de habitantes
Vila Bela e vizinhança	5.061
Forte Príncipe da Beira	773
Viscu e Sítio das Pedras	99
Vila do Cuiabá e vizinhança	10.142
Registro de Insua	70
Arraial dos Araés	44
Chapada dos Guimarães	562
Presídio de Coimbra	91
Vila Maria e Registro de Jauru	650

Fonte: ASSIS, Edvaldo de. **Os mapas de habitantes de Mato Grosso (1768-1872)**: guia de pesquisa. 1994. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1994, p. 99.

Era uma distribuição populacional que se centralizava em Cuiabá e, em segundo lugar, em Vila Bela. Um terceiro esteio foi o Forte Príncipe da Beira, que na fronteira era o local mais habitado. Quanto à proporção por gênero, idade e condição civil, temos as seguintes informações para o ano de 1787:

Tabela 2 – Proporção por gênero, idade e condição civil dos mato-grossenses, 1787

Grupos	Nº de habitantes
Escravidados de ambos os sexos	11.664
Mulheres de todas as idades	6.088
Velho de 50 anos ou mais	884
Rapazes de 1 até 15 anos	2.616

³⁴⁶ POMBO, José Francisco da Rocha. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1942. v. 2, p. 68-69.

³⁴⁷ BOTELHO, Tarcísio R. **Estimativa da população para o Brasil, séculos XVII e XIX**. Belo Horizonte: UFMG, [20--]. Disponível em: https://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/sexo_22_paper_botelho.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

Homens de 16 até 50 anos

2.748

Fonte: ASSIS, Edvaldo de. **Os mapas de habitantes de Mato Grosso (1768-1872):** guia de pesquisa. 1994. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1994, p. 99.

Uma população com quase metade de seus habitantes escravizados (49%). Com origem na África, se contabilizarmos que a outra parcela (51%) também incluía os libertos, ou seja, negros que já viveram no cativeiro, é possível supormos que mais da metade dos mato-grossenses tiveram a sua ligação com o cativeiro e com o continente africano. Esse último, inclusive, composto por pessoas que atravessaram o Atlântico, mediante tráfico compulsório, ao mesmo tempo que levavam consigo suas experiências adquiridas no local de origem. Ao chegarem na América, essa bagagem cultural seria agregada aos aspectos “físicos e culturais” da sociedade receptora e, unidos, formariam:

Assim, uma vasta região de fronteira, ao sul, foi povoado sob os impulsos oriundos das ações políticas comandadas do Rio de Janeiro: a ordem era consolidar o domínio português até o Prata e, ao oeste, da parte meridional da capitania de São Paulo até as Missões e as Vacarias do Rio Grande. Ainda na vasta região, abrindo-se ao oeste e ao centro (as Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso)³⁴⁸.

Entre os fatores que influenciaram esse fluxo de pessoas, o exercício na mineração contribuiu para, inicialmente, atrair as pessoas do litoral ao centro e oeste da América portuguesa. Um impulso migratório “entremeado pela agricultura de subsistência e a criação de gado”³⁴⁹ para o abastecimento da população. Tal como veio a acontecer em Mato Grosso e em outros lugares, como nos campos de Viamão, em Vila de Laguna, que após o empoderamento dos primeiros colonos, envolvidos em redes de abastecimento regional, passariam a relatar em seus documentos a existência de uma camada da população que seria o “elemento-problema” para a fixação de núcleos urbanos em áreas distantes do litoral. Dubiamente, para esses olhos observadores, ao mesmo tempo que a expansão era “promissora” para a econômica colonial, seu magnetismo também atrairia habitantes vistos pelos contemporâneos daquele tempo como indesejados³⁵⁰.

Foi norteado por essa visão que o conde de Sarzedas expressou a necessidade de proteger a fronteira sul contra a violência praticada por indígenas, escravizados fugidos, negros alforriados e brancos ociosos, e dizia que essa gente espalhava “insolências que se fazem de

³⁴⁸ NADALIN, Sérgio Odilon. A população do passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 222-275, jul./dez. 2003, p. 223.

³⁴⁹ *Ibid.*, p. 223.

³⁵⁰ KUHN, Fábio. **Gente da fronteira:** família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII. 2006. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006, p. 65.

furtos nas campanhas do Rio Grande de São Pedro” e organizados por “vadios e bandoleiros”³⁵¹. Por meio deste pequeno trecho, é possível, grosso modo, elencarmos que as autoridades concebiam dois tipos de indivíduos migrantes: o grupo de pessoas brancas, mesmo que pobres, e que soavam como investidores nas atividades agropastoris e nas redes de abastecimento; e, em sentido inverso, aqueles relatados na correspondência de Sarzedas como vadios, insolentes e que atrapalhavam o emprego do projeto colonial.

Como exemplo, Domingos Brito Peixoto integrava ao primeiro grupo. Com seus dois filhos, iniciou no século XVII uma economia que passou a agregar em Vila da Laguna outros migrantes que passaram a prestar serviços à família. Peixoto e sua prole, concentrando mão-de-obra e insumos, foram se enriquecendo, engrandecendo e interferindo nos assuntos locais e, a partir daí, tornando-se potentados regionais. Por outro lado, muitos desses que prestavam serviços a família foi à região atraído pela “miragem metalista”, e, ao se frustrarem, ingressavam em uma rede de endividamento, já apontadas por nós, encabeçada por Domingos Brito, que cada vez mais capitalizava investimento e aumentava a sua autoridade³⁵².

É uma agremiação em Laguna que também foi captada por Nadalin no planalto curitibano. Em 1772, o casal Gregório Gonçalves e Anna Maria Lima se estabeleceram no bairro de Butiatuva, na freguesia de Curitiba. Compactuaram espaço com outras famílias de diferentes origens e que, unidas, precisaram prestar serviço aos poderosos da região na forma de trabalho “esporádico, incerto e aleatório”³⁵³.

Como um dos resultados dessa interação de pessoas migrantes que se estabelecia nos espaços abertos da América, a família dependia da sua reprodução geracional para continuarem trabalhando e, caso fossem abastados, manterem as alianças matrimoniais com outras pessoas de igual importância. Ricas ou pobres, eram crianças que vinham ao mundo em um período no qual o parto e os primeiros cuidados consistiam em posicionar as mulheres agachadas ou sentadas à frente da imagem de Nossa Senhora do Ó ou do Bom Parto, e seus bebês, depois de nascidos, banhados em líquido *espirituoso* e que poderia ser vinho ou cachaça. Limpavam seu corpinho com manteiga, moldando sua cabecinha com faixas e o umbigo cicatrizavam com mistura de pimentas. Uma ritualística que incluía a cultura indígena, africana e europeia³⁵⁴.

³⁵¹ KUHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII. 2006. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006, p. 65.

³⁵² *Ibid.*, p. 393.

³⁵³ NADALIN, Sérgio Odilon. A população do passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 222-275, jul./dez. 2003, p. 227.

³⁵⁴ PRIORE, Mary del. O cotidiano da criança livre no Brasil, entre Colônia e o Império. *In*: PRIORE, Mary del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 48.

Além de um cotidiano marcado pelo nascimento, aqueles lugares conviviam corriqueiramente com a morte, que poderia aparecer diante dos moribundos atraída pelas doenças e outras *causa mortis*. Quanto a isso, parte dessa realidade adviemos na capitania de Mato Grosso, que entre os anos de 1772 e 1800 seu obituário apresenta os seguintes dados:

Tabela 3 – Óbitos de Vila do Cuiabá, Vila Bela e sua vizinhança, 1772 a 1800

Vila do Cuiabá		Vila Bela	
Ano	Nº de óbitos	Ano	Nº de óbitos
1772	209	1769	113
1773	182	1772	158
1775	168	1773	150
1776	160	1775	196
1777	162	1776	182
1778	170	1777	204
1779	185	1778	196
1780	178	1779	194
1781	172	1780	221
1782	182	1781	225
1783	205	1782	233
1791	114	1783	256
1795	191	1791	241
1800	237	1793	14
–	–	1794	61
–	–	1795	55

Fonte: ASSIS, Edvaldo de. **Os mapas de habitantes de Mato Grosso (1768-1872)**: guia de pesquisa. 1994. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1994, p. 234-235, p. 302-303.

Esses números são incertos, pois quase sempre as mortes deixavam de ser registradas pelos párocos, que, obviamente, não ficavam sabendo de todos os falecimentos de homens, mulheres e crianças, principalmente quando muitos moradores, em residências distantes das paróquias e em lugares de difícil travessia, não achavam necessário enfrentarem longas caminhadas para informar o falecimento de algum conhecido. Uma fragilidade documental que não nos impede, contudo, de realçarmos algumas informações a respeito dessas duas principais localidades de Mato Grosso.

Pensando nisso, Vila do Cuiabá contou com 2.515 almas desencarnadas e uma média de 179 mortes por ano. Já Vila Bela, seu total de óbitos foi de 2.699, e faleceram anualmente 168 pessoas. Há, portanto, uma mediana próxima entre as duas vilas, mesmo que contendo uma diferença número significativa entre seus moradores, com a área cuiabana sendo superior à guaporense (tabela 1). Dessa forma, qual o motivo de Vila Bela, em números absolutos de óbitos, ser superior a Vila do Cuiabá e ter uma taxa anual próxima à cuiabana?

Temos algumas ideias a respeito disso. Como a manutenção da saúde era difícil de ser realizada, vírus, bactérias e fungos encontraram no cotidiano colonial um fértil campo para se reproduzirem e provocarem doenças como bócio, disenteria, varíola, rubéola, tuberculose, lepra, venéreas, dermaticas, tracoma, dranculose e amarelão. Instalando-se no hospedeiro, corriqueiramente, levava-o a morte. Por isso, enquanto estive em Mato Grosso, Rolim de Moura demonstrava constante preocupação com o clima, que na sua visão influenciava a saúde dos moradores:

O clima é o mais destemperado que tenho visto, e se pode considerar. No pouco tempo que lá estive e cheguei a experimentar em alguns dias calmo, o frio, o sol, a chuva, o vento e a névoa. Procedem as muitas queixas que padecem seus habitantes, principalmente de sezões³⁵⁵, que são contínuas. Também experimentam febres catarrais e preluízes pelo tempo das friagens que não são excessivas, que obrigam a fechar as portas e janelas, e chegam a matar principalmente os pretos menos enroupados se os apanha no campo.

São exposições a vetores que, inegavelmente, podem ocasionar mal-estar nas pessoas e até levá-las à morte. No entanto, não devemos nos esquecer que, em relação aos registros de óbitos, grande parte da população dependia dos paroquianos para anotarem eventos da sua vida cotidiana – batismo, casamento e falecimento – e nem sempre esses padres estiveram dispostos a fazer isso. Administrando a vida dos civis, além de se preocuparem com a salvação das almas de seus rebanhos, as freguesias também tiveram funções burocráticas, pois a Coroa utilizava a presença da Igreja em quase todo o território colonial para regular a vida civil de seus súditos:

Esse esforço respondeu às transformações geográficas e sociais pelas quais passou a colônia no século XVIII e se estendeu em diferentes frentes. Como estratégia fundamental, a hierarquia eclesiástica se empenhou na sua afirmação perante o Estado, mediante a reforma do clero. [...] antigas capelas foram transformadas em freguesias [...] e, finalmente, novos bispados em São Paulo e Mariana, e novas prelazias em Goiás e Mato Grosso³⁵⁶.

Essa adaptação motivada pela falta de técnicos régios para registrar a população começou oficialmente a partir do Concílio de Trento, no século XVI. Estabelecia-se a obrigatoriedade de pessoas computarem na paróquia mais próxima os nascimentos, casamentos e mortes, um processo que dotava o cidadão de uma “existência legal mínima”. Algo que

³⁵⁵ Febres intermitentes.

³⁵⁶ TORRES-LONDOÑO, Fernando. **Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica**. São Paulo: Paulus, 1993, p. 67.

deveria ser feito até mesmo pelos escravizados, exigindo, entre outras demandas, que os senhores batizassem seus cativos³⁵⁷.

Exigências amparadas nas Ordenações do reino e que estabeleciam um sacramento batismal para o escravizado assim que chegasse da África e sob pena de punição dos senhores. Mas se o próprio cativo recusasse a ir à pia batismal, os senhores não eram culpabilizados e a penalidade caía sobre o negacionista escravizado:

Mandamos que qualquer pessoa, de qualquer condição que seja, que escravos da Guiné tiver, os faça batizar cristão do dia que a seu poder vierem até seis meses, sob a pena de os perder. E se algum dos ditos escravos que passe da idade de dez anos, se não quiser tornar cristão, sendo por seu senhor requerido, faça o seu senhor a saber ao prior ou cura da Igreja em cuja freguesia viver perante o dito escravo, e se ele, sendo pelo dito prior e cura amoestado e requerido por seu senhor perante testemunhas, não quiser ser batizado, não incorrerá o senho a dita pena³⁵⁸.

Teoricamente, até mesmo os registros de óbitos de escravizados era obrigação dos senhores de cativos, que precisavam registrar o falecimento na paróquia mais próxima. Na prática, contudo, diferentemente da incisiva ação de batizá-los, nada ocorreria se seus donos deixassem de relatar essa notícia. Por isso que, diante dessa nulidade, muitas mortes não foram documentadas no período colonial e deixando de ser indicado até mesmo o local do sepultamento:

Alguns proprietários ao invés de sepultarem seus escravos em campo santo, acabavam enterrando seus cativos no meio do mato, evitando assim o pagamento de esmola referente ao local da sepultura. Esse tipo de atitude retirava do escravo um dos poucos direitos que tinha, que era o de ter uma “boa morte”, isto é, receber os últimos sacramento, ser enterrado em um local sagrado e como consequência, ter a confirmação de seu falecimento registrado no livro de óbitos³⁵⁹.

Potencialmente esse fato influenciou na documentação da mortandade ocorrida em Vila Bela e Vila do Cuiabá, principalmente nessas regiões que, como observado no capítulo primeiro, não contavam com bons trajetos, deixando com que a morte não fosse registrada, principalmente no caso dos escravizados. Além disso, as próprias endemias tropicais poderiam influir nesses índices vilabelenses e cuiabanos. No ano de 1785, por exemplo, ocorreu uma seca no mês de setembro que provocou mortalidade por doenças inflamatórias do trato respiratório,

³⁵⁷ TORRES-LONDOÑO, Fernando. **Paróquia e comunidade no Brasil**: perspectiva histórica. São Paulo: Paulus, 1993, p. 69.

³⁵⁸ ORDENAÇÕES Filipinas. Rio de Janeiro: Tipographia do Instituto Philomático, 1870, p. 1247.

³⁵⁹ SILVA, Michele Helena Peixoto. Os registros de óbitos dos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá do Rio de Janeiro no século XVIII: suas especificidades e comparações. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: UnB, 2017. p. 1-10, p. 1.

como os garrotinhos³⁶⁰. Foi um clima seco de inverno que se estendeu até os dias setembrinos e proliferou vírus que, em maior parte, alojavam-se em órgãos do sistema respiratório. Algo que acontece nos dias de hoje e que desde aquela época causava falência respiratória.

Quanto à qualidade do ar, trinta anos antes deste descrevo de inflamação generalizada na capitania, o conselho vilabelense apontou para a higiene dos habitantes. Destacou em postura municipal de 1753 que os “pântanos” causavam putrefação da matéria orgânica e lançavam seus vapores em direção a Vila Bela, contaminando água, solo e ar. Algo assim tinha sido descrito por Alexandre Rodrigues Ferreira, um europeu que passava por Mato Grosso, ao comentar, na segunda metade do século XVIII, que em dias de sol mais zênite o calor ferve a água dos rios que contêm animais mortos e galhos e a torna “horrenda”³⁶¹.

Situações que certamente infligiram na disposição numérica das vilas, principalmente em Vila Bela, que por ser recém-fundada, ainda não tinha estrutura para tratar de seus doentes, proporcionando um maior déficit que Cuiabá. Em contrapartida, se a taxa de mortalidade vilabelense era próxima à mato-grossense, o seu crescimento demográfico não acompanhou, de modo geral, essa tendência. Ganhando novos habitantes em ritmo mais lento que em Vila do Cuiabá, nos cinquenta anos após Rolim de Moura fundar a vila-sede, o seu acréscimo nunca superou a área cuiabana.

Tabela 4 – Crescimento populacional dos distritos de Vila do Cuiabá e Vila Bela, 1771 a 1800

Anos	Distrito de Vila Do Cuiabá	%	Distrito de Vila Bela	%	Total
1771	7.123	60,06	4.736	39,94	11.859
1772	8.692	67,87	4.115	32,13	12.807
1773	8.042	62,49	4.827	37,51	12.869
1775	8.891	63,62	5.063	36,28	14.954
1776	9.630	66,43	4.867	33,57	14.497
1777	10.192	68,16	4.761	31,84	14.953
1779	10.419	66,90	5.155	33,10	15.574
1780	10.428	66,73	5.199	33,27	15.627
1781	11.057	67,75	5.336	32,55	16.393
1782	11.155	67,46	5.381	32,54	16.536
1783	11.851	67,04	5.335	32,96	16.186
1790	14.143	68,73	6.436	31,27	20.579
1791	14.453	71,34	5.805	28,66	20.258
1794	15.499	70,77	6.402	29,23	21.901
1800	19.731	73,52	7.105	26,48	26.836

Fonte: JESUS, Nauk Maria de. **O governo na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII**. Dourados: UFGD, 2011, p. 148.

³⁶⁰ CARTA do ouvidor-geral Joaquim José de Moraes... Vila Bela, 29 de outubro de 1785. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT OU-CA-0127, f. 2.

³⁶¹ JESUS, Nauk Maria de. **Saúde e doença: prática de cura no centro da América do Sul (1727-1808)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001, p. 100.

Uma diferenciação que ficou ainda mais evidente em 1800, quando a maior parte dos mato-grossenses, 73,52%, passaram a viver no distrito de Cuiabá. Como a disposição anual não está sequencialmente distribuída, há ausências entre um ano e outro, para uma melhor compreensão, fizemos alguns recortes cronológicos de acordo com as décadas e elencamos três grupos: agrupamento A, que abrange os anos de 1771 a 1780; B, de 1781 a 1790; e C, indo de 1791 até 1800.

Tabela 5 – Crescimento populacional, por décadas, dos distritos de Vila do Cuiabá e Vila Bela, 1771 a 1800

Grupo	Décadas	Vila do Cuiabá (nº de habitantes novos e sua % em relação ao início da década)	Vila Bela (nº de habitantes novos e a sua %)
A	1771-1780	3.305 novos moradores até 1780 (31,6% maior que o ano de 1771)	463 novos moradores até 1780 (8,9% maior que o ano de 1771)
B	1781-1790	3.715 novos moradores até 1790 (26,2% maior que o ano de 1781)	1.237 novos moradores até 1790 (17,2% maior que o ano de 1781)
C	1791-1800	5.588 novos moradores até 1800 (28,3% maior que o ano de 1791)	669 novos moradores até 1800 (9,4% maior que o ano de 1790)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse manejo dos dados possibilitou percebermos uma ligeira queda no crescimento populacional cuiabano nos anos de 1780 (grupo B) e, nesse período, um significativo aumento populacional vilabelense. Evidência que provavelmente diz respeito às políticas econômicas dos capitães-gerais para incentivar ondas migratórias ao Guaporé. Entre esses governadores, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres esteve à frente de Mato Grosso desde o ano de 1772 até 1789, um mandato que, como observado a partir da tabela 5, influenciaria significativamente a movimentação de pessoas.

Para isso, uma de suas competências foi a fundação da Fortaleza Príncipe da Beira, no Rio Guaporé. Funcionando como proteção e monitoramento da região, também contribuiu para a formação de núcleos de urbanidades nas franjas da fronteira com a América espanhola e se tornando um dos destinos dos migrantes. Não em vão, o local aparece na tabela 1 em terceiro lugar em população. Sem grandes construções, eram espaços com uma infraestrutura minimamente necessária para que os recém-chegados se estabelecessem e envolvessem na atividade agropastoril que, em primeiro lugar se voltava ao autoconsumo e, depois, para a comercialização do seu excedente.

Pensando no projeto colonizador para edificar locais habitacionais em lugares abertos mediante expansão territorial, em 1776, Pereira e Cáceres, com a aprovação do Marquês de Pombal, erigiu uma povoação, de Viseu, às margens ocidentais do Rio Paraguai. Intencionado

a usurpar parte do território espanhol, o rio tinha a função de limitar a área entre as duas Coroas na América, sua margem oriental, portanto, pertencente aos portugueses, e a ocidental aos espanhóis. No entanto, astutamente, o capitão-general foi se apossando do outro lado das águas fluviais ao estabelecer Viseu em área que, oficialmente, não era portuguesa. E a mesma coisa ocorreu dois anos depois, em 1778, quando fundou Vila Maria do Paraguai, um outro povoado que também começou a ocidente do mesmo rio e, assim, em terras castelhanas³⁶².

São ideias metropolitanas colocadas em prática a partir da performance de Pereira e Cáceres que fez com que ele em 1780, ainda governador, escrevesse um texto filológico que sistematizava seu pensamento a respeito da política territorial portuguesa e a elencando com as especificidades da capitania de Mato Grosso. Pontuava, então, a necessidade de estruturas urbanas, aberturas com ruas, construção de edifícios para abrigar os funcionários do monarca e a efetivação de redes de transferência de mercadorias a partir de caravanas, expedições e monções³⁶³.

Com caráter narrativo, o governador utilizou de documentos da sua época para datar e localizar os pontos geográficos da capitania e traçar um plano desenvolvimentista que abrangesse de Norte, Sul, Leste e Oeste de Mato Grosso. Tecnicamente redigido, definia a expansão e manutenção territorial a partir de fortificações, incentivos agropastoris e a política de concessão de terras à população³⁶⁴. Um planejamento que, como observado acima e rapidamente discutido por nós, veio a proceder em razoável sucesso vilabelense. Porém, sempre à sombra do poder cuiabano, esses esforços de Luís de Albuquerque para tornar a vila-sede em um centro econômico não surtiram efeito a longo prazo.

3.2 O SURGIMENTO DE UMA ELITE LOCAL E SUA APROPRIAÇÃO PATRIMONIALISTA E CORPORATIVISTA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Foi em 1727 que Vila do Cuiabá fundou sua câmara municipal. Área que em seu início era apenas um arraial ocupado, quando homens interessados em se enriquecer por meio do mito do eldorado chegaram, em 1719, e se estabeleceram às margens do Rio Cuiabá. Entre os

³⁶² NEVES, Thais Cardoso das. **A fronteira oeste no governo de João de Albuquerque**: a demarcação de limites e seus personagens (1789-1796). 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019, p. 41.

³⁶³ MORAES, Benone da Silva Lopes. **Dilatar limites**: a “ideia geral” de Luís de Albuquerque (1772-1781). 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011, p. 345.

³⁶⁴ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselly. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso (1771-1791). São Paulo: Versal Editores, 2014.

primeiros habitantes, Pascoal Moreira foi o mais destacado e se envolveu em atividades aluviais, agropastoris e congregou sobre a sua alçada o controle de outras pessoas que, também em busca de sucesso, migravam para esse espaço. E foi segundo relato de Barbosa de Sá que, “a oito do mês de abril da era de mil setecentos e dezenove, neste Arraial do Cuiabá, fez junta o capitão-mor Pascoal Moreira com seus companheiros e requereu a eles este termo de certidão para notícias de descobrimento novo que se acharam”³⁶⁵.

Como naquele sítio, à sua época, a Coroa ainda não tinha jogado seus tentáculos, esse homem logo tratou de se autoproclamar autoridade e organizar eleição, que já previa o resultado, para que os seus parceiros o elegeisse “em voz alta, o capitão-mor Pascoal Moreira como guarda-mor regente”, iniciando a sua estreia na administração. Em decorrência de seus empreendimentos e de sua desenvoltura em se fazer influente, ficaria no cargo “até ordem do senhor general para poder guardar todos os ribeiros do ouro”³⁶⁶. O capitão-general, à propósito, que era Rodrigo Cezar de Menezes, só chegaria ali oito anos depois, em uma diligência que saiu de São Paulo para tornar aquele arraial cuiabano em uma vila e, assim, passar a contar com um conselho municipal, que era uma das principais instituições administrativas de Portugal em terras do além-mar. Todavia, ao viajar para as margens cuiabanas e criar esse conselho, não renovou o quadro do funcionalismo que já havia se estruturado antes. Dizendo melhor, manteve Pascoal Moreira e seus pares atuando principais funções camarárias e permitindo com que aqueles potentados se envolvessem cada vez mais com o patrimonialismo e corporativismo sertanejo. Ao incluí-los ou mantê-los nos cargos, Menezes abrangência algo que já ocorria na América lusitana e que foi observado por Russel-Wood em outras partes do império português: a prestação de serviço colonial à Coroa em troca de reconhecimento e benesses³⁶⁷.

No entanto, ao depositar nas mãos daqueles homens a responsabilidade política, não significou que a região deixasse de ser controlada por Portugal. Pelo contrário, foi ao permitir com que Pascoal e sua trupe administrasse o local que a metrópole, astutamente, utilizaria a influência dessas pessoas para manter a monarquia ditando as principais regras. E era nesses códigos monárquicos que o sentimento de “civilização” passaria a fazer parte da política municipal e idealizando o melhor perfil dos migrantes, proibindo grupos que, segundo Menezes e a elite cuiabana, eram “prejudiciais ao serviço de Deus”. Percebemos uma ideia que, ao

³⁶⁵ CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: UFMT, 2004, p. 62.

³⁶⁶ *Ibid.*, p. 62.

³⁶⁷ RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **The Portuguese Empire, 1415-1808: a World on the Move**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

mesmo tempo em que se preocupava com a organização técnica desses cargos públicos, depositava a moralidade de uma sociedade cristã e europeia:

Nenhuma pessoa possa levar parra as ditas minas em sua companhia nenhuma mulher branca suspeita bastarda, ou mulata forra, debaixo da pena de pagar, por cada uma que levarem e achada em sua companhia, trezentos mil réis para a Fazenda Real e, de ter quatro meses de prisão na Fortaleza da Barra, em Vila de Santos, e qualquer uma das ditas mulheres irão degredadas à nova colônia de Sacramento³⁶⁸.

Obviamente que esse documento não impediu que grupos interditados por essa moralidade acessassem as minas cuiabanas. Nesse interim, a citação anterior se refere especificamente ao sexo feminino a visão negativa da mulher, também deixava claro medidas pejorativas a outros contornos da sociedade, como africanos, indígenas e seus descendentes. Grupos que além de não acessarem os dispositivos de poder, devido à falta de enriquecimento ou a sua origem, também foram alvos de políticas coibitivas metropolitanas e municipais, como o trecho acima escrito por Rodrigo Cezar de Menezes.

Era um universo sertanejo e pantanoso que tinha, de um lado, a elite regional e seu interesse em utilizar a Coroa, que buscava pessoas para administrarem suas instituições, como *trampolim* para ascenderem socialmente, como ocorreu com Pascoal Moreira e Antônio Pinho de Azevedo, por exemplo; e de outro, oficiais nomeados pelo monarca, como Antônio Vaz Morillas, Teotônio de Gusmão, Antônio Rolim de Moura e Luís de Albuquerque Pereira e Cáceres, que, em tese, colocaria os interesses do monarca a gente dos seus e, com isso, serviriam como um agente limitador na promoção dos potentados. Em virtude disso, como ressaltado no capítulo anterior, o segundo grupo foi alvo de contraforças daqueles que desejavam esgarçar e romper os limites da torrefação geminiana.

Encontrar as disputas entre diferentes instâncias de poderes nem sempre fez parte da historiografia brasileira, principalmente se o assunto fosse a presença de um governo regional autônomo e influente. A autoridade de potentados regionais na atuação da metrópole começou a ser discutida por Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso³⁶⁹ a partir das décadas de 1960 e 1970. Ao avistarem um cotidiano colonial que tinha suas próprias especificidades e particularidades na resolução de seus problemas sociais, econômicos e culturais, encontraram

³⁶⁸ DOCUMENTOS interessantes. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1895. v. 16, p. 14-15.

³⁶⁹ Cf.: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979; CARDOSO, Ciro Flamarion. **A afroamérica: a escravidão no Novo Mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1982; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987; GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016; GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

um sistema que, integrado ao Antigo Regime europeu, fazia surgir uma política própria da América portuguesa:

Foi, precisamente, a intersecção desses interesses que iam se enraizando localmente com os impulsos externos – os quais expressavam as demandas econômicas observadas nas novas áreas de colonização – que acabaram por definir o perfil da organização econômica das diferentes áreas que deram forma aos impérios europeus e continente americano na Época Moderna³⁷⁰.

Interpretação do passado, essa concepção organizada uma social a partir de suas diferenças e, assim, emerge práticas cotidianas de pessoas que utilizavam o que estivesse a seu alcance para conquistarem vitória: à elite, um título, um cargo e a manutenção de seu poder; aos outros, a sua liberdade, a manutenção do seu pequeno comércio, o recebimento de uma herança, a autorização de um lote para plantar. E para essa segunda parcela, a (re)criação e (re)produção da uma contraforça, diferentemente dos homens do poder, era usada, principalmente, como resistências às práticas coibitivas de uma sociedade que buscava ser, imperfeitamente, um reflexo da Europa.

3.2.1 O CONSELHO MUNICIPAL DE VILA BELA E A SUA TENTATIVA EM INTERDITAR OS *ELEMENTOS-PROBLEMAS* DE SEU DISTRITO

No dia 4 de dezembro de 1753, a câmara municipal de Vila Bela elaborou algumas posturas a respeito dos problemas que assolavam aquela localidade recém-fundada. Redigidas pelo escrivão Francisco Caetano Borges, seus capítulos, artigos e parágrafos foram enviados para a apreciação de Rolim de Moura, que já tinha determinado ser “preciso e já tempo de fazer as posturas que servissem como estatuto pelos quais se deviam reger e saber cada um o que devia observar”³⁷¹. O início, então, da primeira legislação municipal do Guaporé que nortearia a conduta de seus habitantes e, nas palavras de um dos conselheiros, pôr “ordem pública em um ambiente recém-criado”, tinha como ponto principal:

Pomos na real presença de V. Majestade os estatutos ou posturas que esta câmara conjunta do povo fez, com aprovação do governador para o regimento desta República, seguindo o estado do país nos casos em que não lei expressa para a V.

³⁷⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites e poder**: entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Lisboa: ICS, 2012, p. 14.

³⁷¹ CARTA dos vereadores da Câmara de Vila Bela... Vila Bela, 21 de maio de 1755. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-0009-0003, f. 1.

Majestade se dignar os mandar ver se aprova ou reprova [...] para bem o povo os reclamem em tempo algum nas *opiniões dos servidores da câmara*³⁷².

Pertinente, a legislação municipal dizia mais respeito aos servidores da câmara, como destacado no trecho, que as verdadeiras necessidades da sociedade vilabelense. Isso corrobora com a nossa de ideia da apropriação da máquina institucional em benefício dos conselheiros, inclusive passando pela anuência de Rolim de Moura. Nesse primeiro documento elaborado, o pupilo do conde de Azambuja, Antônio Teotônio de Gusmão, assinou-o ao lado de Antônio Lourença Fagundes e João Raposo da Fonseca.

São instruções aceitas até o ano de 1762, quando o conselho municipal vilabelense, em 15 de agosto, novamente se reuniria e aprovaria outra postura. É diante desses dois apontamentos, e por meio da comparação entre um e outro, que iremos elencar os conteúdos apontados em 1753 e que se mantiveram na programação legislativa municipal de nove anos depois, e aqueles novos, surgidos apenas na segunda preparação. Intersecção arquivística que possibilitará ao investigador sustentar quais foram as resistências culturais, sociais e econômicas de sujeitos que, indicados anteriormente, estiveram à margem da apropriação das instituições administrativas mato-grossenses e, como consequência, ausentes de utilizar a máquina política e legislativa para benefício próprio.

Ao posicionarmos nossa lupa nas posturas de 1762, uma primeira observação foi possível. Elas se mostram assinadas por um maior número de políticos que aquelas de 1753. Na recente, a tessitura passou pelas mãos do ouvidor-geral Manoel José Soares, do juiz ordinário Inácio Gomes da Silva, do vereador mais velho Manoel Dias Eugênio, do vereador mais novo Ignácio Leite Paes e do procurador Antônio Espinha da Silva; e comprova que um aumento dos cargos político-administrativos e jurídicos ao longo dos anos e o aumento na quantidade de prestadores de serviços à Coroa.

Por conseguinte, no primeiro postulante do regimento mais recente, de 1762, discutiu-se a respeito da organização de festividades que ocorriam na vila e se definiu que os conselheiros seriam obrigados a participar em duas celebrações, a da Santíssima Trindade, no primeiro domingo de Pentecoste, e de São Sebastião, ocorrida no mês de janeiro. Também deliberaram nesse artigo os subsídios para o financiamento de festejos públicos e indicando à utilização de verbas da câmara. Porém, diante disso, os camarários alegaram fragilidade

³⁷² CARTA dos vereadores da Câmara de Vila Bela... Vila Bela, 21 de maio de 1755. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-0009-0003, f. 2, grifo nosso.

monetária do erário e “uma pobreza em não ter rendas suficientes e, por isso, não fazer as suas custas todas as despesas das festas”³⁷³.

Como alternativa, indicaram que os folgedos tivessem metade de seus gastos patrocinados pelas lojas e vendas da vila, e elencaram que era assim que também ocorridas em Vila do Cuiabá. Uma sugestão, no entanto, que não foi aceita pela “nobreza e povo” ali reunidos. Defendendo não “serem obrigados a arcarem com a despesa”, apontaram para a existência de uma realidade econômica vilabelense distinta da cuiabana, pois no Guaporé haveria “pouca gente e poucos cabedais para se ter um encargo tão grande como a postura”. Argumento vitoriosos, essas reivindicações foram acatadas e, por fim, decidiu-se que as contribuições decorreriam dos cofres públicos³⁷⁴.

Seguindo os pontos, essa assembleia se preocupou em discutir as vestimentas dos funcionários que prestavam serviços e não sendo “obrigados a vestirem capas como os reinóis e almotacés porém, se quisessem vestir o traje voluntariamente, poderiam fazer com qualquer pano preto”. Todavia, não era “qualquer” pano, já que especificava que a qualidade do material deveria ser “veludo e não crepe ou baeta”³⁷⁵. Nove anos antes, ou seja, em 1753, a utilização das capas era obrigatória aos servidores, “tão própria dos que tem jurisdição para governar”. E se na década de 1760 essas vestimentas se tornaram facultativa, anos antes o apetrecho parecia ser essencial, pois “em nenhum tempo os homens da governança que estiverem servindo e assistindo as funções públicas da câmara senão com o referido traje”, podendo ser “baetas ou crepes”, e esse vestuário complementado pelo estilo de uma “cabeleira comprida”³⁷⁶.

Os mesmos tecidos indicados em 1753 foram proibidos posteriormente. Talvez isso tenha ligação com as redes de abastecimento do Guaporé, que, em seu início, ainda deficitária, disponibilizar-se-ia panos mais ordinários. Tornando-se mais complexa, com o tempo passou a se oferecer melhores texturas para a clientela e, dessa forma, permitir que aqueles moradores participassem de uma lógica que já existia na América a respeito da qualidade indumentária.

Ao emblemar semelhante à metropolitana, o prestador proporcionava para si uma ostentação de alguma promoção e se fazia destacar entre os demais. Isso fica pertinente no artigo da primeira postura, que se apelava para a moralidade dos conselheiros de acordo com as suas vestimentas, caso contrário, se não utilizada corretamente, eles estariam “indignos de

³⁷³ POSTURA municipal aprovada pelos vereadores, nobreza e povo... Vila Bela, 15 de setembro de 1762. Ref.: BR MTAPMT CVB 001, f. 1.

³⁷⁴ *Ibid.*, f. 1.

³⁷⁵ *Ibid.*, f. 2.

³⁷⁶ CARTA dos vereadores da Câmara de Vila Bela... Vila Bela, 21 de maio de 1755. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-0009-0003, f. 2.

pertencerem as funções de um corpo que é a cabeça da República”³⁷⁷. Travestidos ao ponto dessas roupas modificarem o seu caráter, a intenção era a *teatralidade do poder* vilabelense. Mesmo se fosse com materiais mais corriqueiros, como crepes e baetas, ou mais finos, como veludo, a intenção final de seu travestimento era se distinguir dos demais³⁷⁸.

Algo nisso remete ao *processo civilizador* de Norbert Elias. Utilizado pela elite para se distinguir dos demais grupos da sociedade, esses procedimentos os aproximava da direção daquilo que seria civilizacional, já introduzida e discutida por nós. E a sua apropriação significava, para aquele que a reproduzia, uma “mudança na conduta e sentimentos humanos” e um “autocontrole”, características vistas como essenciais para afastar o sujeito civilizado de outros comportamentos. De maneira hierárquica, esses refinamentos primeiramente era utilizados e reproduzidas pela camada mais alta da sociedade, e após um tempo, repetidos nos demais níveis. E ao se propagar para grupos apartados desse topo, esses mais nivelados descontinuariam a sua utilização, uma suspensão necessária à manutenção das diferenças entre as pessoas do Antigo Regime:

Planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas que se entrelaçam de um modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isoladas, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interferência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõe. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança história e que subjaz ao processo civilizador³⁷⁹.

Um processo civilizatório pensado para explicar sociedades da Europa, e, assim, em uma primeira interpretação, parece até forçoso colocar os sertanejos de Mato Grosso em moldes parecidos. Todavia, lembremo-nos que o primeiro artigo das posturas dizia respeito à aparição dos camarários em festejos e, em seguida, a próxima diretriz se referia às vestimentas dos funcionários. Uma sequência que se mostra plausível para podermos afirmar que parte desse processo civilizador atravessou o Atlântico e depositou naqueles mato-grossenses uma teatralidade necessária para a manutenção dos níveis das torres de São Geminiano. Logo, algo que indica uma *tradição fechada* “no sentido em que as pessoas que não frequentavam as

³⁷⁷ CARTA dos vereadores da Câmara de Vila Bela... Vila Bela, 21 de maio de 1755. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-0009-0003, f. 2.

³⁷⁸ LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 78.

³⁷⁹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. São Paulo: Zahar, 1993, p. 182.

mesmas instituições, que não eram abertas a todos, estavam excluídas” e, para manter essa exclusão, “num sentido totalmente literal, elas não falavam aquela linguagem”³⁸⁰.

Se essa aparição emblemática dos sertanejos tinha alguma ligação com a Europa, e possuía traços de um processo civilizador, o mesmo não ocorria com o subsídio financeiros de Vila Bela, que para retirar mais vantagens fiscais, constantemente criavam maneiras de cobrar mais impostos e tarifas de seus habitantes. Na reunião de 1762, por exemplo, os suinocultores se mostraram exaustos com o subsídio monetário arrebatado sobre seus porcos. Discutia-se aumento na tarifação dessa carne e que estava ativa desde 1753. Na década de 1760, porém, passou por retaliação dos criadores de suínos. Quando no início da vila-sede, essa tarifa foi criada tal como ocorreu no início de Vila do Cuiabá, pois era o tipo de carne mais disponível aos habitantes³⁸¹.

No caso do Guaporé e ao olhos dos suinocultores, em 1762a bovinocultura vilabelense tinha se desenvolvida, mas ainda assim recebia menor taxa que a atividade suína. Essa diferença ocorria desde 1753, que para incentivar a produção bovina, criadores de gado receberam incentivos fiscais e se estendendo até 1762. Cogitando-se, inclusive, renová-la. Mas muitos não aceitaram a manutenção dessa garantia para a carne vermelha e contestaram o seguinte estatuto:

Contrato de subsídio das cabeças consiste em pagar quem cortar boi ou vaca para vender, meia pataca [*sic*] por cada uma ou grande ou pequena e para cada cabeça de porco ou porca grande ou pequena que se cortar para se vender, se pagar uma oitava de ouro³⁸², como é na Vila do Cuiabá e como se está praticando desde o seu princípio³⁸³.

Diante da contraforça de criadores de porcos, os conselheiros decidiram anular o aumento fiscal. Desejando reajustar uma atividade econômica e aumentar a guia de recolhimento dos impostos, propuseram uma taxa única que seria cobrada daqueles que “andam pelas ruas das vilas e arraiais com tabuleiros”, e determinaram que “pagassem à câmara meia oitava em cada ano”. Disposição que, diferentemente dos suinocultores, que puderam contestar, essas pessoas que comercializavam alimentos nas ruas ficaram impossibilitados de avaliarem a medida. Sem necessidade de um capital inicial, esses mercantes eram brancos pobres, negros

³⁸⁰ BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 56.

³⁸¹ POSTURA municipal aprovada pelos vereadores, nobreza e povo... Vila Bela, 15 de setembro de 1762. Ref.: BR MTAPMT CVB 001, f. 3.

³⁸² Meia-pataca significava arrecadar 160 réis, e uma oitava de ouro representava 1.200 réis. Um valor sete vezes e meio mais alto.

³⁸³ POSTURA municipal aprovada pelos vereadores, nobreza e povo... *op. cit.*, f. 3.

libertos ou cativos; perfis que faziam com que não fossem autorizada a sua participação na discussão entre a elite e os conselheiros.

Além desse valor a ser cobrado na itinerância comercial, havia uma proposta para também taxar as canoas de negócios que forneciam matéria-prima para a confecção dos produtos de tabuleiros. Ao contrário dos ambulantes, havia ali alguns homens envolvidos com essa rede de abastecimento e se manifestara contra o imposto da matéria-prima, era o trio João José de Noronha, Antônio de Souza Azevedo e João José Parneiro, que, ao final da reunião, assinaram uma reivindicação³⁸⁴.

Se naquela década de 1760 a preocupação de comerciantes e produtores agropastoris era com os impostos sobre a carne, o comércio ambulante e as canoas de abastecimento comercial, em 1753 a discussão fiscal tinha como principal ponto a produção de aguardente. Na visão dos conselheiros, era um produto que o seu baixo custo na produção e comercialização correspondia à “laxidão com que se vende aos negros, barateando-se e ocasionando com a barateza mais bebedices”, e, nas palavras do relator, “que passa aos brancos”³⁸⁵.

Atravessado por uma visão negativa, esse discurso compreendia que apenas os negros utilizavam esse tipo de bebida e por isso os responsabilizava da laxidão. Ao seguirmos lendo o documento, é marcante que, na verdade, essa alegação escondia a intenção em aumentar o recolhimento do imposto da aguardente, que, vendida em demasia e consumida por todos, independentemente da cor e classe social, tornara-se rentável aos donos de engenho e, conseqüentemente, aos cofres públicos.

Foi por isso que eles propuseram incluir o aumento de preço em duas fases da rede de produção e abastecimento: no atacado e no varejo, e não mais apenas na produção dos engenhos, que também servia como atacado. Em tal caso, a partir daquele momento “as lojas que queiram realizar estoque”, principalmente as “tavernas e vendas que têm este gênero”, venderiam a aguardente por um preço maior, pois deveriam cobrir os custos das tarifas atacadistas e varejistas³⁸⁶.

Ainda acerca de pobres livres, libertos ou cativos, afastados da reunião, em 1753 foi proibido que mulheres, ou melhor, as “negras forras, cativas mulatas ou índias”, circulassem nos locais de mineração. Permitidas ali somente se elas estivessem também na atividade aluvial. Caso fossem encontradas na área e estivessem ociosas, se escravizadas, o seu senhor receberia

³⁸⁴ POSTURA municipal aprovada pelos vereadores, nobreza e povo... Vila Bela, 15 de setembro de 1762. Ref.: BR MTAPMT CVB 001, f. 4.

³⁸⁵ CARTA dos vereadores da Câmara de Vila Bela... Vila Bela, 21 de maio de 1755. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-0009-0003, f. 3.

³⁸⁶ *Ibid.*, f. 3.

uma multa de seis oitavas de ouro; se livres ou libertas, “seriam presas e da cadeia passariam seis oitavas de ouro para a câmara”³⁸⁷. Essa multa foi um assunto que causou comoção entre todos reunidos. Enérgicos, eles alegaram que a coima não seria justa, pois a multa recairia sobre os donos de escravizados e não nos próprios cativos. Verberação que apontava para a existência de muitas cativas circulando nos morros aluviais, pois, do contrário, a comoção para com os futuros gastos não seria tão grande.

A propósito, essa presença de africanos e seus descendentes, cativos ou não, era algo que realmente preocupava a elite vilabelense, e por isso, em 1762, tentarem interditar “pretos e pretas livres ou forras a consentirem em sua casa pretos alheios ou a fazerem o folguedo dos batuques fora das horas declaradas”. Uma crítica explícita à maneira desse grupo socializar. Caso descumprissem o artigo, pagariam seis oitavas de ouro para a câmara e ficariam, na primeira vez multados, uma semana na cadeia, e na segunda, o dobro pelo crime³⁸⁸.

Era uma coibição especificamente criada para os africanos e seus descendentes. Pessoas que, de acordo com o olhar da administração, manifestavam hábitos inapropriados que, muitas vezes, eram elencados para a noção de incivilidade. Não apenas as suas práticas sociais públicas, como danças e cantorias nas praças e ruas, foram desaprovadas. A vida privada desse povo também foi conteúdo dos estatutos vilabelenses, que dizia respeito principalmente àqueles que moravam sozinhos. Uma característica habitacional observada pela elite e que, independentemente de serem ou não cativos, em 1753 recebeu reprovação do conselho municipal, inclusive lançando críticas até mesmo para os escravocratas: “seus senhores pondo os homens escravos seus na vila ou arraiais em casa separada e a viverem sobre si, atitude de lhe rederem frutos das suas lavras, mas como se tem visto que este e as suas casas, são velhacos os atos de negros fugidos e de alcouce e outras mais feitorias”³⁸⁹. Se aos olhos do poder colonial essa ajuda a negros fugidos soava imprópria, para nós, atesta a *solidariedade* que existia entre africanos e seus descendentes. No caso específico, pessoas que, ao ir morar sozinhas, reconheciam a possibilidade de proteger outros negros, ajudando-os, neste exemplo, a se esconderem das autoridades.

Amparo que poderia até resultar em uma relação mais sentimental e íntima entre pessoas na mesma situação (ambas fugidas) ou em situação diferente (livres, libertas ou em fuga). Por que não? Já era reconhecido por aqueles homens reunidos na câmara municipal que a união de

³⁸⁷ CARTA dos vereadores da Câmara de Vila Bela... Vila Bela, 21 de maio de 1755. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-0009-0003, f. 3.

³⁸⁸ POSTURA municipal aprovada pelos vereadores, nobreza e povo... Vila Bela, 15 de setembro de 1762. Ref.: BR MTAPMT CVB 001, f. 4.

³⁸⁹ CARTA dos vereadores da Câmara de Vila Bela... *op. cit.*, f. 3.

peessoas interdidadas, como africanos e seus descendentes, significaria aumentar o alcance de resistências (contraforças) à aplicabilidade da legislação municipal. É por isso que a relação íntima entre cativos, livres ou libertos muitas vezes aparece de forma pejorativa e quase sempre relatada próxima ao sentido de prostituição. Um conteúdo nas fontes 1753 e 1762 que nem foi necessário penteá-lo à contrapelo para deslindarmos a visão taxativa a respeito da mulher, negra ou mestiça, com seu gênero e sua origem sendo elementos responsáveis para a criação de uma legislação que procurava combater, nas palavras daqueles homens reunidos, as práticas “lascivas à moral comportamental”, ao “inconveniente à República” e por “serem mais laxos nos modos de ser e perturbar o Regime”³⁹⁰.

Nesse contexto, em 1762 expuseram a sua ideia referente aos valores morais de “negras, mulatas, índias e qualquer outras mulheres” que, acompanhando homens, faziam-se “escandalosas a si e aos outros negros”, responsabilizando-as pelas atitudes dos homens, e atrelando-as ao teor religioso ao escreverem que seu comportamento é feito “por meio pecaminoso”. Assim, se voltarmos rapidamente ao processo civilizador discutido outrora, a maneira de descrever esse grupo se aproxima muito do sentido contrário daquilo que seria civilizado:

Todas as negras cativas ou forras, mulatas, ou índias que se achar em lavras sem estarem ocupadas no exercício de minerar, ainda que se não achem com trabalho de taverna e comestível, porque regularmente se escondem no mato, seja presa e condenada em trinta dias de cadeia e seis oitavas de condenação para as despesas da câmara³⁹¹.

Descrições comportamentais fortemente relacionadas à origem, classe e gênero das pessoas, algumas vezes nem é necessário a lupa para enxergarmos as entrelinhas, uma rápida leitura é suficiente para escancarar repressões criadas pelo centro do poder municipal em ambas as décadas. Manutenção dos exercícios proibitórios que demonstra a insistência camarária em tentar controlar os corpos desses sujeitos e que, por outro lado e à contrapelo, prorrompe as resistências desses absteridos pela legislação, que sem serem vencidos, continuavam a se esconderem na vegetação para não serem apreendidos ao circularem em local proibido, mantinham-se atentos para esconderem os negros fugidos em suas casas, prosseguiram com seus batuques e criavam maneiras para driblarem o fisco e permanecerem com seu comércio itinerante sem precisarem recolher os impostos. Em função dessa prática de sonegação, a

³⁹⁰ CARTA dos vereadores da Câmara de Vila Bela... Vila Bela, 21 de maio de 1755. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-0009-0003, f. 4.

³⁹¹ POSTURA municipal aprovada pelos vereadores, nobreza e povo... Vila Bela, 15 de setembro de 1762. Ref.: BR MTAPMT CVB 001, f. 5.

assembleia chegou a proibir que canoas de negócio fossem conduzidas apenas por africanos, indígenas e seus descendentes, uma interação que, como constata antes, poderia resultar em associações ilegais e fiscalmente fraudulentas:

Para evitar a inquietação dos que tem a sua canoa no rio, e presas aos portos desta vila, e quando as procuram as não acham, com grande incômodo que os negros e ainda outra casta de gente, sem licença de seus donos, as tiram do lugar e as deixa, em diversas partes, acordaram que todos os pretos, mulatos ou índios, forros ou cativos, que sem licença de seus donos tiram canoas dos portos desta vila para qualquer serviço de seu preço com três dias de cadeia e leve quarenta açoites no pelourinho³⁹².

São artigos que insurgem grupos que tinham em comum a classe econômica, a origem e o gênero. Anunciados pelos homens do poder como um problema, ainda por cima se estivessem aliados contra a legislação, a maioria das posturas, em ambas as décadas, relacionava procedimentos necessários para controlarem os corpos de africanos, indígenas e seus descendentes. Sobretudo se estivessem com sua força laboral livre, liberta e desocupada, como no caso das negras ociosas e proibidas de ficarem nas áreas de mineração.

Pretendendo ocupar esses inativos, em 1762 se decidiu empregá-los nas obras públicas da vila. Tarefa até então feita pelos escravizados cedidos por seus donos. Escravocratas que, reunidos naquela noite em assembleia, “repudiaram a obrigação de estabelecer seus negros para consertar estradas públicas”. Transferência de mão de obra que tinha como origem a postura de 1753, momento em que as estradas começaram a serem abertas e mantidas por particulares: “acordam que o procurador da câmara, em cada ano, teria cuidado no fim das águas de regular e requerer em câmara o conserto das estradas públicas para se propor aos súditos da República para as consertarem, porque com efeito é obrigação deles o bem próprio”³⁹³.

No entanto, nove anos depois a obrigatoriedade causava protesto e, em proveito disso, a câmara passou a empregar os ociosos para trabalharem nos consertos até Santa Ana, a oeste e em direção à América espanhola, e até Sararê, a leste e em rota para Vila do Cuiabá. Um projeto que acompanharia as estações climáticas, tal como no inverno, quando se findava o período chuvoso e aproveitava-se da estiagem para nivelar, limpar as estradas e suas bordas; ou no verão, que era marcado por chuvas torrenciais e os esforços manteriam pontes e patrulas nas estradas de acordo com a intensidade da água³⁹⁴.

³⁹² POSTURA municipal aprovada pelos vereadores, nobreza e povo... Vila Bela, 15 de setembro de 1762. Ref.: BR MTAPMT CVB 001, f. 6.

³⁹³ CARTA dos vereadores da Câmara de Vila Bela... Vila Bela, 21 de maio de 1755. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-0009-0003, f. 5.

³⁹⁴ POSTURA municipal aprovada pelos vereadores, nobreza e povo... *op. cit.*, f. 6.

Idealização que seria efetivada mediante emprego de homens e mulheres convocados para prestarem serviços braçais, principalmente se fossem pobres, livres ou libertos, ociosos. Ambigualmente, ao mesmo tempo que africanos e seus descendentes estiveram descritos por seus contemporâneos como elemento-problema, simultaneamente os quando necessário. Ocasão, por exemplo, do caminho aberto em 1736 e estudado anteriormente, ao contratarem auxiliares. Compreendidas pelas autoridades como “incertas”, os documentos concerne essa parcela, ora problemática e ora utilitária, com múltiplos significados e que:

Colocaram em xeque as formulações até então elaboradas sobre a miséria. O homem pobre expropriado não era inválido e almejava ter acesso ao trabalho, mas muitas vezes não conseguiu, sendo, mais do que nunca, claras as condições estruturais que faziam dele um desocupado, um biscateiro intermitente e, no limite, um mendigo, um vagabundo, um criminoso³⁹⁵.

Era uma ideia de produtividade que, de uma maneira ou de outra, remetia o pensamento daquela assembleia vilabelense a uma moral pré-industrial e que assinalava a “lei moral do trabalho”. Período que, na Europa, passou-se a se cunhar a categoria de *vagabundos*, que eram grupos, para aquela lógica pré-industrial, com possibilidade de serem ativos, mas não participavam da venda de sua mão de obra e sem renda que viesse do campo, do comércio ou da prestação de serviço à Coroa. Surgia, portanto, mais um praticado utilizado pelas autoridades para remeter os coibidos à noção de incivilizados e, para a perspectiva daquele, à “elementos irregulares, instáveis e carentes de vínculos”³⁹⁶.

É uma percepção nitidamente conectada às posturas vilabelense que assimila sujeitos ligados à origem africana como perturbadores da ordem. Atilamento daquele tempo que não absolvía nem mesmo os brancos e que, quando pobres, não deixaram de receber coerções. Em 1753, por exemplo, alertava-se para a existência de pessoas brancas que “fazem vivenda na vila, sem terem ocasião que os obriguem a residir nos arraiais, por não serem mineiros e nem terem fabrico de lavouras”. Observação que os posicionava próximos às negras, com “escândalo de todas as minas, principalmente desta [Vila Bela], que desde o seu princípio até o presente se tem desaforado”³⁹⁷.

Em resumo, inegavelmente a coação das autoridades reincidia mais pesadamente sobre a população africana e seus descendentes. Muitos brancos pobres, apesar disso, não saíram

³⁹⁵ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017, p. 73.

³⁹⁶ *Ibid.*, p. 17.

³⁹⁷ CARTA dos vereadores da Câmara de Vila Bela... Vila Bela, 21 de maio de 1755. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-0009-0003, f. 6.

ilesos da legislação, em decorrência de sua situação econômica. Ao se reunirem em 1753 e em 1762, homens de cabedais se mostraram legislando em causa própria, não aceitando aumentar as tarifas de atividades agropastoris, e utilizaram a máquina institucional para criarem mecanismos legais que tolham a prática social de grupos unidos pela sua origem, seu gênero ou sua classe econômica.

3.2.2 O CONSELHO MUNICIPAL DE VILA DO CUIABÁ E A SUA TENTATIVA EM INTERDITAR OS *ELEMENTOS-PROBLEMAS* DE SEU DISTRITO

Pôde ser visto anteriormente uma elite vilabelense que, ao ocupar o conselho municipal, utilizava-o para beneficiar a si e aos seus companheiros. Ademais, esse grupo também fez uso do dispositivo legislativo para coibir a população pobre, africana e seus descendentes. Algo similar foi encontrado em Minas Gerais³⁹⁸, quando os ascendidos regionalmente ingressaram na administração pública e agiram para que a municipalidade funcionasse a seu favor, influenciando no comércio, lavoura, mineração e tributação. Apropriação da máquina institucional que, muitas vezes, recebia o aval da Coroa ao se preocupar em se alinhar aos potentados:

Uma reorientação nas formas de dominação metropolitana. A economia aurífera promoveu o aparecimento de uma sociedade urbana, que atraía grandes fluxos populacionais e que permitia o crescimento dos setores médios e dos desclassificados. A presença desses últimos foi alvo de incontáveis reprimendas das autoridades administrativas³⁹⁹.

No cenário sertanejo mato-grossense, em 15 de agosto de 1794, as autoridades se reuniram para elaborarem um auto de uma junta cuiabana e que foi presenciado pela “nobreza, republicanos, povo e criadores de gado”. Em sessão presidida pelo juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral e pelo juiz ordinário Joaquim da Costa Sequeira (este, já conhecido por nós no primeiro capítulo). O passo inicial foi acordarem às diretrizes e lê-las em “em voz alta e inteligível”. Sua elaboração atendia ao ofício do governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, irmão de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, aquele capitão-general que fez com que Vila Bela atraísse um maior número de migrantes, como observado no início deste capítulo. Exigência de Pereira e Cáceres, a uma proposta desse conselho cuiabano

³⁹⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio**: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 15.

³⁹⁹ *Ibid.*, p. 197.

intencionava abrir um segundo açougue na vila, e essa seria a melhor alternativa, segundo eles, para diminuir o monopólio do único açougue existente e que por isso praticava especulação em seus preços⁴⁰⁰.

Notificação de um exclusivismo que, se verdadeiro, a construção de um segundo estabelecimento poderia surgir uma disputa de preços para atrair a clientela. Contudo, como a Coroa estabelecia limites na sua relação com os potentados regionais, estava ciente da atmosfera corporativista e patrimonialista da capitania. O capitão-general João de Albuquerque não aceitou a proposta, mas, de antemão, concordou com a apreensão dos conselheiros e justificou a sua decisão: “que nenhum modo se houvesse açougue particular em que só os suplicantes pudessem cortar carne, porque de semelhante privilégio poderia arruinar os mais criadores por falta e carestia de carnes e ainda maior preço da mesma por causa do monopólio”⁴⁰¹.

Apontava, portanto, que a intenção de livre mercado escondia uma rede de exclusividade. Se esse único açougue aparecia como oportunista, um segundo, na visão do governador, não ficaria longe disso. Negação que denunciava uma “dupla com o sobrenome Gonçalves” que se beneficiaria de um novo lugar para a comercialização da carne, oportunizando não a livre comercialização, mas sim um cartel⁴⁰².

Não sabemos especificamente quem foi a dupla referida por Albuquerque. Suspeitamos que sejam os irmãos Félix Gonçalves Neto e Pedro Gonçalves Neto, dois homens comprometidos com a bovinocultura desde 1763. Ano em que solicitaram uma sesmaria no Ribeirão de Santa Ana para estabelecerem fazenda de gado⁴⁰³. Aliás, a respeito disso, bovinocultores cuiabanos também encontraram resistência de suinocultores tal como no Guaporé. Em 11 de abril de 1779, por exemplo, um auto de junta estabeleceu a precificação da carne suína na região. Era um assunto já debatido dois anos antes, em 1777, momento em que criadores de porcos levaram ao conselho o descontentamento da taxa cobrada e, contra isso, uma proposta elaborada para “diminuir a imposição as vendas de porcos na parte que tivesse excesso e acrescentar em outros gêneros e rendas”. Recomendavam a diminuição dos impostos sobre a proteína branca e o seu depósito na criação bovina, que naquela altura da década de 1770 estava estabelecida na vila⁴⁰⁴.

⁴⁰⁰ AUTO da junta que estiveram presentes nobreza, republicanos e povo... Vila do Cuiabá, 15 de agosto de 1794. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVC-ATA 0012, f. 1.

⁴⁰¹ *Ibid.*, f. 1.

⁴⁰² *Ibid.*, f. 1.

⁴⁰³ REQUERIMENTO de Félix Gonçalves Neto e Pedro Gonçalves Neto... Vila do Cuiabá, 22 de agosto de 1763. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 12, doc. 702, f. 4.

⁴⁰⁴ *Ibid.*, p. 2.

De maneira geral, pelo que se observa, a economia bovina se aliançava fortemente à política mato-grossense de Norte a Sul. E esse era um fenômeno que também ocorria em outras partes da América portuguesa e que marcava o poder de uma elite agropastoril responsável pela apropriação de mecanismos administrativos e judiciários utilizados para ampliarem a própria capitalização dessa atividade. No Recôncavo Baiano, assim como em Mato Grosso, ocorreram no século XVII e XVIII episódios de disputas de poderes entre conselheiros, bovinocultores e donos de engenho:

Tivessem feito não somente nas dez léguas do Recôncavo, mas em toda parte onde chegasse a maré, correndo as mesmas dez léguas da margem dos rios pela terra e dentro e que nenhum dos sítios, nem nas três capitania do Camamu, houvesse a inovação do gado de criar e só lhes fosse lícito terem o serviço, fazendo as pessoas que tivessem pasto fechado, com cercas tão fortes que ela não pudesse sair a fazer prejuízo às roças e lavouras vizinhas⁴⁰⁵.

Tradicionalmente, a economia daquele local nordestino esteve fortemente ligada à produção canavieira, e em razão disso os senhores de engenhos resistiam às tentativas de bovinocultores ampliarem sua atividade. Economicamente mais ativos e tradicionalmente já controlando as instituições administrativas, a máquina governativa daquele período, no Recôncavo, pendia mais para decisões favoráveis aos produtores de cana. Entretanto, esse contexto foi se modificando.

Ao se espalharem para o interior do território, aumentando seu espaço de criação de animais e aliançando-se com outros bovinocultores, esses criadores se enriqueceram, ascendendo e se tornaram tão influentes quanto os donos de engenhos. Um poder de influência que acompanhava o aumento das fazendas de gado e sua expansão, até que conseguissem conflagrarem em suas mãos as principais decisões administrativas, políticas e jurídicas:

Claramente o gado tende a se distanciar do litoral na medida em que este, favorecido pelos rios que aí desaguam, cada vez mais se integra ao sistema da grande lavoura especulativa voltada para o comércio externo [...] o dinamismo da pecuária extensiva e sua marcha para os sertões já se encontram definidos em finais do século XVII⁴⁰⁶.

De forma semelhante a Mato Grosso, quando expomos a utilização da legislação para garantir a proteção financeira dos donos de bois, os donos desses animais, no Recôncavo, encontraram um ambiente propício para benefício próprio. Por sinal, em 16 de abril de 1786,

⁴⁰⁵ LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 34, p. 585-599, 1995, p. 5.

⁴⁰⁶ *Ibid.*, p. 8.

no oeste mato-grossense, os homens mais influentes de Cuiabá debateram a necessidade de controlar a expansão da área bovina, sendo que juiz de fora, vereadores, “republicanos, nobreza e povo” elaboraram um edital que orientava a melhor técnica para se criar esses animais. Certame que se fazia necessário mediante as muitas cartas de lavradores recebidas pela câmara e que acusavam animais rotineiramente invadindo lavouras:

E sendo proposta a matéria supracitada e como foi votado por todos os republicanos e nobreza e povo que presentes se acharam, foram concordar que se conservasse o gado na mesma forma em que até aqui se acha, trinta e cinco votos a favor e oito contrários. E por essa razão acordaram eles, oficiais da câmara, republicanos, nobreza e povo, que com efeito se com se conservava o gado nos mesmos campos em que se acham⁴⁰⁷.

Arbitrando com parcialidade, explicitamente a vitória foi para aqueles que investiam em gado, como era de se esperar. A orientação era para manter a atividade da mesma forma. Afiançada pelos conselheiros, como no exemplo citado, a bovinocultura foi se integrando às decisões sertanejas e agregando sua tutela ao controle da rede de produção e abastecimento. Mesmo assim, como observado, não deixaram de encontrar uma resistência quando suinocultores e lavradores procuraram meios legais para também fazer valer as suas vontades.

Muito mais que uma área de mineração e região de sol escaldante e clima insatisfatório, como muitos viajantes ao longo dos séculos insistiram em relatar, houve em Mato Grosso um terreno fértil para empreendimentos imobiliário, aluvial, agrícola, engenhos de beneficiamento, bovinocultura, suinocultura e comércio, legal ou ilegal, para abastecimento interno. Atividades orientadas de acordo com o projeto colonizador, ora pendendo para incentivar a criação de suínos e ora para a produção de carne bovina, por exemplo.

Como descrito ao longo desta tese, frequentemente a falta recursos financeiros dos conselhos municipais é detalhada. Mas será que realmente esses fundos monetários não conseguiam suprir, mesmo que razoavelmente, a demanda da capitania? Após o terremoto de Lisboa em 1755, a aguardente mato-grossense foi o produto da capitania que mais recebeu quota para subsídios que Mato Grosso deveria enviar à metrópole para a reconstrução da capital. Elaborando um reajuste fiscal para a cadeia de produção, os engenhos de cachaça venderiam suas frisqueiras aos comissários por um preço de “três oitavas de ouro”, e esses compradores, por seu turno, obrigatoriamente teriam que revendê-las ao varejo pelo preço de cinco oitavas. Proporção monetária que “nas duas oitavas que vão de três para cinco, ficará seguro o subsídio”

⁴⁰⁷ AUTO da junta do povo convocado... Vila do Cuiabá, 16 de abril de 1786. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPM-CVC-AJ-0136, f. 1.

para S. Majestade e estimavam arrecadar 600 oitavas de ouro para cada produtor⁴⁰⁸, ou seja, 720 mil réis. Pouco menos de um conto de réis por cada engenho.

Todavia, o sucesso dessa aplicabilidade só seria satisfatório se os atravessadores não interferissem na comercialização. Assinalava-se, então, a existência do oportunismo nos contratos, quando comissários, ao não repassarem para o governo a porcentagem legal da transação, intencionavam maiores lucros. Contra isso, os conselheiros decidiram que:

Outras pessoas de qualquer estado ou condição não poderá vender aguardente, nem os mesmos senhores de engenho, e se algum o contrário fizer, perderá toda a aguardente que lhe provar que vendeu, entregando a metade para o denunciante e a outra metade para o subsídio do dito senado⁴⁰⁹.

Intervindo no mercado paralelo, autoridades acordaram maior rigidez no controle da cadeia produtora e abastecedora da aguardente. Uma estratégia destinada às “pessoas que usam vender dispondo de miúdos este gênero, que deverão comprar dos mesmo administradores [comissários]”. Regulação que, independentemente da quantidade a ser revendida, seria exclusiva dos comissários, que, por sua vez, “não poderiam vender por menos que aquela que lhe foi taxada”, ou seja, oferecer frasqueiras ao varejo por, no mínimo, cinco oitavas⁴¹⁰.

O controle dos preços, a quantidade produzida e sua distribuição ficariam sob as ordens dos almotacés e funcionários da correição. Responsáveis por averiguarem as notas e recibos de compra e venda de produtores, atacadistas e varejistas, e, caso encontrassem situação de irregularidade, eram multados e condenados. Para incentivar delações de sonegação, qualquer um poderia denunciar ao conselho fiscal a existência de uma irregularidade e, quando comprovada, o delator receberia metade das multas cobradas:

Entrada das frasqueiras que recebeu ao escrivão da câmara, declarando a quem pertencem, de que se fará termo que assinará em um livro numerado e rubricado pelo juiz-ordinário [*sic*], presidente, e que sempre estará em poder do dito escrivão [...] faltando, o dito pagará subsídio a S. Majestade cinquenta oitavas de ouro⁴¹¹.

Compreender essas diretrizes e regulamentos proporciona ao investigador uma maior visualização da situação econômica, administrativa e fiscal da capitania de Mato Grosso. Os conselhos municipais vilabelense e cuiabano, ao serem inseridos por nós no modelo analítico

⁴⁰⁸ AUTO da junta que fizeram os oficiais... Vila do Cuiabá, 6 de dezembro de 1756. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPM CVC-AJ-0009, f. 2.

⁴⁰⁹ *Ibid.*, f. 3.

⁴¹⁰ *Ibid.*, f. 3.

⁴¹¹ *Ibid.*, f. 4.

das torres de São Geminiano, aparecem em níveis mais baixos que o do capitão-general, como era de se esperar, inclusive Rolim de Moura fazia questão de lembrá-los, como no episódio em que retirou as cadeiras de encosto dos conselheiros.

No entanto, para os sertanejos estar em níveis abaixo do general não fazia com que se anulassem e deixassem de acionarem mecanismos para apropriarem do sistema patrimonialista e corporativista. Foi observado que a posição de um capitão-general era intocável, ao menos para o contexto mato-grossense, porém, outros poderes, como a justiça, ocasionalmente, ou melhor, incessantemente aparecem em atrito com os potentados. Muitas vezes, esses poderosos do sertão chegam até mesmo a esgarçar ou romper os limites da promoção e ocupar posições que, em tese, não pertenceriam aos colonos.

Contudo, se para galgarem subida nas torrefações era necessário forçarem à ruptura dos limites e, conseqüentemente, atritarem entre si, quando o assunto era para coibir sujeitos à margem da sociedade, uniam-se em assembleias e comungavam do mesmo desejo de controlar grupos que aparecem relatados como elementos-problemas e descritos neste capítulo. O contrapelo dessa investigação, contudo, demonstrou que essas interdições legislativas, ao serem lançadas às margens, encontraram resistências, tendo em vista que artigos regulados em 1753 voltaram a ser tema na assembleia de 1762, uma manutenção que revela que o poder dos conselheiros, na prática, não era forte o suficiente para eliminar aquilo que seria, aos olhos desses homens em assembleia, referência problemática ao projeto colonizador. E é exatamente em virtude dessa adversidade entre os poderes e sua política coibitiva que o próximo capítulo versará sobre os meios de oposição que africanos e seus descendentes mobilizaram para se tornarem resistentes.

4. AFRICANOS, INDÍGENAS E SEUS DESCENDENTES EM MATO-GROSSO AGINDO EM CONTRAFORÇA ÀS COIBIÇÕES MUNICIPAIS

Vimos analisando a respeito dos projetos políticos dos capitães-generais que, durante sua governabilidade, envolveram-se em assuntos relacionados à proteção das fronteiras geográficas, contenção da resistência ameríndia e incentivo agropastoril. Um segundo exame demonstrou que a efetivação desses governos dependeu da aceitação da elite regional sertaneja e mato-grossense, que, por sua vez, era um grupo empoderado mediante envolvimento com o a economia local e prestação de serviço à Coroa. Sua promoção social foi uma escalada que permitiu acessarem níveis mais altos nas torres de São Geminiano para se auto protegerem e coíbiarem, como apontado anteriormente, grupos sociais que, aos olhos do poder, acoplavam-nos à ideia de uma sociedades não civilizada.

Anulados de participarem das assembleias nos conselhos municipais e documentados como elementos-problemas de uma sociedade recém-surgida, africanos, ameríndios e seus descendentes aparecem como assuntos legislativos nas duas vilas de Mato Grosso e têm suas sociabilidades questionadas pelos donos do poder, como observados no capítulo anterior. Ainda assim, mantêm-se existindo ao longo das décadas e essa constatação nos leva, a partir de agora, a ajustarmos nossa lupa, continuar a contrapelo, e buscarmos, nas entrelinhas, a contraforça dessa gente que, mesmo sendo excluída, se fazia presente na sociedade.

4.1 A INSERÇÃO DO AFRICANO NA CAPITANIA DE MATO GROSSO

Iniciar-se-á neste tópico a compreensão de algumas práticas sociais de africanos que chegaram à América portuguesa por meio do tráfico negreiro e, em solo colonial, fizeram com que experiências da sociedade exportadora se mesclassem com as experiências da sociedade receptora. São interações que, categoricamente, referem-se a um sistema de comportamento responsável por adaptar comunidades humanas em diferentes ambientes e se tornar um *modus operandi* repassado à sua linhagem geracional por meio da “herança cultural”. Dizendo mais:

Desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionando a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isto, discriminados o comportamento desviante. [...] o modo de ver o mundo, as aparições de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos

de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura⁴¹².

Diante disso, as trajetórias do segundo capítulo comprovaram que o ambiente corporativista e patrimonialista apropriava as instituições governamentais para acioná-las em benefício próprio da promoção social e que poderia ser individual ou em grupo. Por outro lado, as pessoas que bailarão nesta quarta parte da investigação são homens e mulheres que não emblemaram varas jurídicas nas aparições públicas e nem mesmo tiveram voz para decidirem pautas nas assembleias dos conselhos municipais. Devido à sua origem e/ou classe econômica, ficaram excluídas das escadas utilizadas pela elite mato-grossense para “subirem” os degraus de São Geminiano. Pelo que já foi observado, contudo, estarem impedidos de arbitrar a respeito de uma decisão não significava a sua inexistência social. Pode até ser que interdições municipais neutralizavam a promoção dessa gente nas torres, mas, de modo geral, não conseguiram cancelar que se fizessem resistência e, à sua maneira, utilizassem de alguns dispositivos institucionais para conquistarem vitórias.

Para os africanos, por exemplo, que chegaram ao Brasil mediante viagem compulsória, diferentemente de Morillas, que atravessou o Atlântico para ser ouvidor-geral cuiabano, ou de Gusmão, que, duplamente, cruzou o oceano para ir estudar no reino e regressar à América como profissional, essas mesmas águas oceânicas não significaram possibilidade de promoção social nas vidas dos cativos. Pelo contrário, apreendidos, tornavam-se subsumidos antes mesmo do embarque marítimo na costa da África.

O litoral africano, parte ocupado pelos portugueses, era destino de cativos aprisionados no interior do continente a partir de diferentes guerras entre as etnias da África. Quando vencedora, tinha o direito sobre os corpos de seus prisioneiros e os comercializavam aos portugueses, que os compravam no Congo, Reino de Matamba, região de Lobolo, Caconda, Pucón, Adongo, Ambuíla e São Salvador, e eram encaminhados, internamente e ainda em seu continente, aos portos em Pinda, Luanda, Quicombo e Benguela. Somente depois expedidos aos seus compradores do ultramar, principalmente os colonizadores da América lusitana⁴¹³.

Sem autonomia sobre si, depois de capturados, esses cativos eram destinados à colônia. Atracando nos portos da América, muitos continuaram o percurso compulsório por vias internas e chegaram aos compradores no interior da colônia. Viajavam dias, semanas ou meses pelas capitânicas até o destino que era, entre outros, a capitania de Mato Grosso. Entre esses cativos

⁴¹² LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p. 68.

⁴¹³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 89.

recém-chegados na América, os mato-grossenses preferiam a etnia baqueana por acreditarem que esse grupo, por viverem no sertão de Angola, adaptar-se-ia melhor ao trabalho minerador⁴¹⁴.

Com o tempo, de modo geral, a economia colonial ficou dependente da mão de obra africana e isso fez com que a América portuguesa fosse o principal incentivador desse fluxo negreiro transoceânico, e sua finalidade era fomentar a demanda braçal de atividades como a monocultura, lavoura, extração do ouro, agropastoril e produção manufatureira. Mercado pujante e que demandava cada vez mais africanos, fez surgir empresas navais que se fortaleceram e se expandiram principalmente no século XVII. Como o reino detinha o controle jurídico dessa rede de abastecimento negreiro, em 18 de março de 1684 criou a lei de *arqueação dos navios negreiros*, que visava condicionar melhor os africanos transportados. Um assunto que o rei D. Pedro I escreveu sendo “indigno” o “modo com que se praticava a condução dos negros cativos de Angola, Cabo Verde, São Tomé e demais conquistas ao Estado do Brasil”. Uma afirmação, entretanto, que não considerava a à humanização de africanos. Entendidos como mercadorias, a regulamentação no transporte acolhia reclamações de vereadores do Rio de Janeiro que, por intermédio dos conselheiros municipais, escreviam constantemente ao Conselho Ultramarino a respeito do alto índice de mortalidade das “peças” e o prejuízo aos investidores:

Os negociantes, para o sucesso do empreendimento, dependiam de muitos outros fatores independentes de seu controle, por exemplo: a embarcação na sua trajetória de ida e volta, não ser vítima de intempéries e maremotos que a levasse a piques, nem se atacado por piratas; encontrar no porto africano abundância de escravos à venda, com bom preço, saudáveis, jovens e das etnias preferidas⁴¹⁵.

Se o governo português era responsável pela coordenação do tráfico, coube ao setor privado investir em maiores navios e em financiamento desse empreendimento que, na virada entre os séculos XVII e XVIII, fornecia quase toda a demanda ao Brasil. Nesse período, o principal destino era o paulista. Com o aumento territorial da capitania de São Paulo a Oeste e ao Sul, essas áreas em expansão requisitavam mão de obra africana e, por isso, se tornou o melhor destino para traficantes investirem suas peças. Foi uma exclusividade mercadológica que provocou um déficit no abastecimento de outras regiões, e levou Portugal a intervir. Em 26 de outubro de 1702, a Coroa limitou a quantidade de 200 negros a serem vendidos para os

⁴¹⁴ CAVALCANTI, Nireu Oliveira. O comércio de escravos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII e XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 17-66, p. 21.

⁴¹⁵ *Ibid.*, p. 21.

paulistas por cada navio atracado e passou a ser obrigatório que o seu valor de comércio fosse o mesmo do Rio de Janeiro, sem que houvesse especulação dos preços⁴¹⁶.

Como essa rede comercial transoceânica havia se fortalecido, passou a influenciar a autoridade monárquica, fazendo com que Lisboa, subjugada ao poderio dos traficantes, que não aceitaram a proposta, revogasse quatro anos depois a ordem e ainda flexibilizasse a aquisição de africanos nas feitorias da África, com D. João V comunicando a suspensão do limite de cativos a São Paulo e permitindo com que se adquirisse ilimitadamente africanos. Astuta, a Coroa percebeu que sua saúde financeira estava fortemente entrelaçada ao negócio negreiro e, um pouco depois, em 1756, D. José I abriria definitivamente os portos portugueses da África às empresas estrangeiras.

Estar mais permissiva e menos intervencionista na comercialização de cativos não evitou, contudo, que o reino não sofresse com a ilegalidade comercial da prática. O comércio clandestino especulava os preços, sonegava a fiscalidade e mantinha um exclusivismo que abastecia os senhores de escravos com os melhores cativos em troca de uma pagamento maior que o oficial. Foi o caso de uma nau francesa que vinha de Cacheu com 325 escravizados e, ao aportar em Angra dos Reis para se abastecer de alimentos, em 1757, aproveitou para vender ilegalmente muitos escravizados⁴¹⁷.

Era negociação transversal que fazia com que os cativos jovens e saudáveis, que era perfil mais procurado pela demanda, não fossem remetidos ao mercado oficial e ficassem reservados ao comércio extraoficial. Isso causava uma flutuação indesejável nos preços e degradava a qualidade do comércio legalizado, pois, na África, os fornecedores aceitavam cativos que nem sempre eram os desejados pelos compradores, e por isso um mercado informal foi se fortalecendo:

Essa questão dos atravessadores traz à tona os conflitos de interesses entre os diversos tipos de consumidores e os comerciantes, grandes ou pequenos. Mostra também a existência dominante de três tipos de compradores: o comerciante estabelecido com armazém para revenda de escravos novos, os ricos que adquiriam os escravos mais sadios e prontos para o trabalho (consequentemente, de valor mais alto) e aqueles da raia miúda que adquiriam a preços módicos os doentes, aleijados e os velhos, isto é, os chamados de “refugo”⁴¹⁸.

⁴¹⁶ CAVALCANTI, Nireu Oliveira. O comércio de escravos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII e XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 17-66, p. 23.

⁴¹⁷ *Ibid.*, p. 35.

⁴¹⁸ CAVALCANTI, *op. cit.*, p. 41.

Não foi, contudo, apenas o oportunismo humano voltado ao lucro que fez com os atravessadores se empoderassem. Até mesmo a geografia da cidade do Rio de Janeiro veio a influenciar na maneira como se ofertava as peças, sendo que até a década de 1750, o centro carioca era o palco dos arremates de africanos, e isso oportunizava com que homens próximos ao pregão fossem mais beneficiados que aqueles distantes. Contra isso, a câmara decidiu realocar a atividade para a periferia e indicava as orlas de Valongo, Saúde, Gamboa e o mangue de São Diogo. A sua escolha foi por Valongo, por “já ter acesso por mar e terra e ligando-se ao centro da cidade”, conforme o trecho escrito por um conselheiro⁴¹⁹.

Era uma transferência de local que, além de intencionar a diminuição do exclusivismo, também atendia a pressão da elite local, que sempre criticava a presença de africanos recém-chegados na região central. Visão eugenista ainda no século XVIII, um homem de cabedal veio a escrever que “numa cidade tão importante e do porte do Rio de Janeiro, não era admissível haver espetáculo repugnante que ocorria todas as vezes que chegava um navio com escravos novos”. E descreveu aquilo que seria reprovado aos seus olhos: quando os comerciantes, para limpar os cativos, levavam à Praia do Peixe, no cais de Brás de Pina e do Mineiro, circunvizinhança da alfândega, e deixavam com que “fizessem suas necessidades fisiológicas às vistas de todos”⁴²⁰.

Se para alguns grupos a presença cativa era sinônimo de repugnância (até certo ponto, ao relembrarmos do conceito de civilização, antônimo de civilizado), para muitos outros isso significava enriquecimento e um investimento lucrativo. Diante disso, o Rio de Janeiro se tornou o maior fornecedor de cativos para a região sul e oeste da Colônia, e entre os anos de 1700 e 1799, mais de 675.481 africanos aportaram em terras fluminenses⁴²¹. Sendo, então, uma parcela desse contingente levada ao pantanal e percorrendo rotas internas, terrestres ou fluviais, que interligavam a demanda mato-grossense.

Levados no início principalmente para o trabalho aluvial, sobre o estalo do chicote, com o tempo foram, como veremos adiante, realocados em atividades agropastoris⁴²², pois elas se tornaram mais rentáveis que a mineração. Entre as três regiões de mineração na América

⁴¹⁹ CAVALCANTI, Nireu Oliveira. O comércio de escravos no Rio setecentista. *In*: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII e XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 17-66., p. 44.

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 45.

⁴²¹ *Ibid.*, p. 45.

⁴²² SYMANSKI, Luiz Claudio Pereira. Africanos no Mato Grosso: cultura material, identidades e cosmologias. *In*: AGOSTINI, Camilla (org.). **Objetos da escravidão**: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019, p. 114.

portuguesa, Mato Grosso ficou em último lugar na produção aurífera. Até mesmo durante as décadas de 1741 e 1760, que foram o seu apogeu aluvial.

Tabela 6 – Produção aurífera na América portuguesa – século XVIII, em toneladas

Décadas	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso	Total
1701-1710	2,7	–	–	2,7
1711-1720	5,9	–	–	5,9
1721-1730	6,6	–	0,73	7,3
1731-1740	8,2	1,4	0,9	10,5
1741-1750	9,0	3,2	1	13,2
1751-1760	7,6	4,3	1	12,9
1761-1770	6,4	2,3	0,5	9,2
1771-1780	5,3	1,8	0,5	7,6
1781-1790	3,8	0,9	0,4	5,1
1791-1800	3,0	0,7	0,4	4,1

Fonte: SCHWARTZ, Stuart. De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII. In: BITHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da expansão portuguesa**: o Brasil na balança do Império (1697-1808). Navarra: Círculo de Leitores, 1998. v. 3.

Ainda assim, pela análise documental, existiram aqueles que, ao longo do século XVIII, investiram parte de seus cativos no trabalho minerador, como veremos mais adiante. Independentemente da área empregada o escravizado, o seu fornecimento a Mato Grosso foi feito por três vias internas e duas delas se tornaram principais. A primeira começou pelo lado sul, iniciando no Rio de Janeiro. Foi o principal percurso durante todo o século XVIII e manteve a área fluminense como principal provedora de africanos recém-chegados. A segunda veio a surgir a partir de 1748, com o desmembramento de Mato Grosso e a fundação de Vila Bela. Era um caminho que, em comparação a primeira, não foi tão expressivo, mas funcionou principalmente para abastecer a vila-sede com cativos entrados pelos portos de Belém e São Luís. Por fim, uma terceira via, por terra e aberta em 1736 pela trupe de Antônio Pinho de Azevedo, quase nada foi percorrida por cativos-novos, mas, mesmo assim, ainda contribuiu para a entrada de alguns africanos que vinham do porto de Salvador.

Caminhos que funcionavam como artérias na fomentação de mão de obra necessária para efetivar projeto político colonial de capitães-generais que utilizavam o incentivo agropastoril e a expansão das terras como ferramenta para tornar o Oeste economicamente ativo. A mulher Escolástica de Jesus Peçanha, por exemplo, soube encontrar nesse discurso uma possibilidade para utilizar seus cativos, empregados no plantio de milho e fabricação de farinha, para solicitar uma sesmaria, em 3 de junho de 1778, em área ao lado da propriedade que herdara de seu falecido marido, no Guaporé. A esposa havia recebido um engenho com produção de aguardente e farinha e “muitos escravos”, razão pela qual afirmava precisar de novas terras para empregar a mão de obra. Desejava, além disso, aumentar matéria-prima para beneficiá-la nas

engenhocas, e declarou que para isso disponibilizava quantidade suficiente de escravizados, mas não possuía a área necessária⁴²³.

Nove anos depois, em Vila do Cuiabá, João Pedro Gomes escreveu às autoridades solicitando uma área “assim como fez Escolástica”, em citação à mulher. No rio Quilombo, Seu intuito era aumentar a sua plantação de cana e milho, e informava dispor de números de cativos indispensáveis para o alargamento da posse, e por isso dizia ser pertinente a sua solicitação⁴²⁴. Argumento do qual Manoel Martins Colaço, em 1792, utilizou em São Pedro d’El Rey para promover uma área na cabeceira do Ribeirão Formiga e que serviria como fornecedora de insumo para seu engenho de aguardente e farinha de milho. Assegurava, assim como os outros, possuir africanos suficientes para o trabalho, e, ademais, esse labor compulsório seria incrementado pelo emprego de pessoas livres, um grupo que foi referido por Colaço como “gente inferior”⁴²⁵. Possivelmente, eram os pobres, livres ou libertos, e que possuíam apenas o seu trabalho para, em troca, receberam algum retribuição financeira. Era o caso, por exemplo, daqueles recém-alforriados, que sem condições para viverem autonomamente, continuaram prestando serviços a seus antigos senhores e recebendo um pequeno salário, moradia e/ou comida. E muitos desses, sem outra possibilidade, ingressavam na rede de endividamento apresentada no capítulo 2.

Ao capitalizar seu dinheiro em cativos e no contrato de pobres livres, Colaço sublinhava quer era um homem de cabedal. Tanto é que, para alicerçar essa ideia, declarou que a expansão da terra “contribuiria ainda mais” para a economia local”, pois os seus investimento influenciavam a “produção e abastecimento de São Pedro”, e aumentá-los significaria, para a visão do requerente, ampliação da oferta de produtos aos moradores e possibilidade de oferecê-los a preços mais acessíveis que outros comprados longe de São Pedro⁴²⁶.

Um outro vaidoso, mas agora carregando no peito a cruz de Cristo, foi na década de 1790 que o padre Manoel de Albuquerque Fragoso, em 27 de dezembro de 1793, escreveu ao conselho cuiabano reivindicando a sua obrigação em ter que pagar subsídios das aguardentes que produzia em seu engenho. Assim como Colaço, deixou claro a sua condição ao assegurar os conselheiros que tinha uma isenção, de caráter extraordinário, desde quando Rolim de Moura era capitão-general e precisou aumentar os impostos das frasqueiras para enviar a Lisboa a

⁴²³ REQUERIMENTO de Escolástica de Jesus... Vila Bela, 3 de junho de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0103, f. 1.

⁴²⁴ REQUERIMENTO de José Pedro Gomes... Vila do Cuiabá, 5 de dezembro de 1787. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0228, f. 1.

⁴²⁵ REQUERIMENTO de Manoel Colaço... São Pedro d’El Rey, 3 de agosto de 1792. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0326, f. 1.

⁴²⁶ *Ibid.*, f. 1.

ajuda para sua reconstrução, mais de três décadas antes de 1793 (política fiscal compreendida no capítulo passado), e desde então o clérigo continuava neutralizado da taxaço⁴²⁷.

Diante do protesto e talvez para evitarem maior desgaste com o reclamante, ao receberem a proposta de isenção tributária, os conselheiros da câmara recorreram ao capitão-general da época, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, para que ele resolvesse o assunto. Enquanto isso, informaram ao requerente que a nulidade havia sido passado para um nível mais alto decidir, e ela aconteceria somente se o governador acolhesse o pedido e “deliberasse sobre a ponderada representação”. Sem grandes novidades, como desfecho dessa história, após apreciar o documento, João de Albuquerque consentiu com o pedido isenção e dispensou o padre dos impostos de suas frasqueiras⁴²⁸.

Ao averiguarmos o nome de pessoas que precisaram pagar impostos sobre a sua aguardente em 1762, início da isenção do homem de Deus, aqueles produtores havia arrecado os produtores 1140 oitavas, ou seja, mais de 1,3 contos de réis. Além disso, realmente o nome de Manoel de Albuquerque não aparece na listagem e isso pode confirmar que a sua arguição sobre a exclusão desde o governo do conde Azambuja estivera verdadeira.

Tabela 7 – Senhores de engenhos que assinaram o acordo tributário para suas frasqueiras, 1760

Nome do senhor	Valor arrecadado com o imposto (em oitavas de réis)
Antônio Dias Lessa	101/8 e ½
Antônio de Melo Arruda	64/8
Antônio Rodrigues Pereira	99/8*
Cristóvão de Magalhães Moraes	94/8
Domingos Ferreira da Silva	66/8
Domingos Pacheco Mascarenhas	101/8*
Francisco João Botelho	55/8
Francisco Ribeiro de Moraes	95/8
Joana de Jesus, viúva de Manoel Dias	50/8
João Pereira da Cruz	55/8
José de Borba Gato	90/8
Manoel José Pinto	94/8
Martinho de Oliveira Gago	79/8
Thomé de Lara Penteado	95/8
Total	1140/8

* Valores parcialmente corroidos pelo tempo na documentação.

Fonte: ATA da reunião dos vereadores da Câmara de Vila do Cuiabá, 3 de agosto de 1760. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVC-ATA-0012, f. 2.

Para a anulação fiscal, o clérigo utilizou sua posição frente aos demais e, assim, obteria vantagens na produção e comercialização da aguardente e aumentar seus investimentos em

⁴²⁷ REQUERIMENTO do padre Manoel de Albuquerque Frago... Vila do Cuiabá, 27 de dezembro de 1793. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0149, f. 1.

⁴²⁸ *Ibid.*, f. 2.

cativos, assim como também Colaço, José e Escolástica intencionaram. Muitos outros planos de investimentos como esses foram responsáveis por colocar a capitania de Mato Grosso integrada às redes de abastecimento de cativos internas (escravizados remetidos de outras regiões da América) ou externas (escravizados remetidos da África).

São exemplos de requerimentos de terras que apontam para uma economia não exclusivamente alicerçada na mineração, mas com sua força laboral compulsória empregada também na produção de milho, farinhas, aguardente e outros produtos. Deixando claro, portanto, a realidade de um mercado que poderia enriquecer um grupo de pessoas, Colaço a respeito de sua propriedade em São Pedro d'El Rey, que acionariam a sua posição para obterem vantagens, como o padre produtor de cachaça.

Esses documentos faz emergir uma outra análise. Em terras geograficamente vastas, com suas fronteiras territoriais sempre em expansão e recebendo incentivos governamentais para ocupação de áreas remotas, como ficou pertinente em capítulos anteriores, quais motivos levavam os requerentes a solicitar terras que seriam devolutas? Já que, de modo geral, terra era o que não faltava naquela capitania.

O requerente Colaço de outrora, em São Pedro d'El Rey, ajuda-nos a responder. Ao dizer que seu engenho e lavoura são importantes para o abastecimento do arraial na oferta de produtos que, como defendeu, tinha preço mais acessível que outros trazidos de áreas distantes; explicitava a vantagem comercial de já ter ao lado de sua produção um mercado consumidor. Com proximidade geográfica, Colaço não precisaria investimento em fretagem de animais ou canoas para transferir suas encomendas, e muito menos correr o risco de ataques indígenas durante esse traslado. É por isso que muitos produtores, principalmente os de cabedais, não se interessavam por terras afastadas dos núcleos de urbanidades, sendo que Vila Bela ou a Vila do Cuiabá eram as principais e, assim, os dois maiores mercados consumidores.

Para conseguirem a permissão de terra em áreas estrategicamente empreendedoras, a principal arguição dos solicitantes foi demonstrarem disponibilidade de pessoas para trabalharem nas suas propriedades. Ao fazerem isso, evitavam que os conselheiros suspeitassem da incapacidade de dar utilidade aos lotes, e logo ao principiarem o documento, já deixavam claro o plantel de cativos disponível.

Foi um argumento também utilizado por Domingos Preto Nobre, em 1783, que possuía dois engenhos, um para aguardente e açúcar e o outro para o beneficiamento da farinha de milho. Anunciando aumentar a sua produção, disse ter escravizados suficientes para plantar

matéria-prima, mas seus antigos lotes estavam em produção máxima e, em razão disso, solicitava parte de uma propriedade ao lado da sua e justificando ser terra devoluta⁴²⁹.

Um pouco disso influenciou o tenente Norberto Cardoso em 1793. Ao herdar uma propriedade de seu pai, Domingos Pacheco Mascarenhas (homem que inclusive contribuiu para os subsídios de aguardente, na tabela 7), uma grande propriedade que abrangia desde “o porto velho, nas margens do Rio Cuiabá, e ia até a Barra de São Gonçalo”. Como era único herdeiro, escreveu ao conselho cuiabano e informou que há 31 anos seu pai estivera por lá, construindo engenhos de aguardente e farinha de milho e empreendendo “bastantes escravos”. Porém, nesse entremeio de tempo a terra acabou se tornando insuficiente, e agora que era dono, decidiu que precisava de um novo espaço. Indicou uma área em Serra Acima, onde hoje é a Chapada dos Guimarães⁴³⁰. Espertamente, a localidade requerida pelo rebento de Domingos Pacheco concentrava, naquela época, a maior parte dos engenhos do distrito de Vila do Cuiabá. E, por causa de sua curta distância até a vila cuiabana, tornara um ponto estratégico para investidores em beneficiamento da matéria-prima. Não conseguimos encontrar o desfecho do pedido do tenente, mas, por ter desejado entrar em uma área já ocupada e promissora, não temos certeza se a sua solicitação foi aceita, mesmo sendo homem de cabedal, já concentrando terras e ostentando a patente de tenente.

Mais de 200 anos antes de Norberto Cardoso agenciar aquelas terras, os primeiros engenhos, ainda no litoral da América, eram do tipo trapiche e movidos a cavalo, boi ou força hidráulica. Por ser o início da ocupação portuguesa, ainda não havia muitos homens endinheirados, e como a infraestrutura para erguer essas engenhocas requeriam aporte financeiro, os primeiros investidores acabaram sendo os próprios donatários:

Pode-se ter uma ideia da posição socioeconômica dos primeiros senhores de engenho ao examinarmos as cinco primeiras propriedades de Pernambuco. Seus donos eram Duarte Coelho, o donatário, seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque, Vasco Lucena, almoxarife (oficial de alfândega) de Olinda, e Afonso Gonçalves, capitão fundados da cidade de Iguaraçu. O quinto engenho, Santiago de Camaragibe, construído por um cristão-novo chamado Diogo Fernandes⁴³¹.

No início dessa atividade, a mão de obra era a indígena escravizada. No entanto, em meados do século XVI, a predisposição passou a ser por negros da África, uma ocasião que

⁴²⁹ REQUERIMENTO de Domingos Petro Nobre... Vila do Cuiabá, 20 de fevereiro de 1783. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0170, f. 1.

⁴³⁰ REQUERIMENTO do tenente Norberto Cardoso... Vila do Cuiabá, 14 de dezembro de 1793. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0353, f. 1.

⁴³¹ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 36.

marcava um *período de transição*⁴³² da força braçal. Não ocorreu, porém, uma completa substituição do trabalho ameríndio, sendo que muitos deles laboravam ao lado dos cativos da África e seus descendentes; e sim uma readaptação do trabalho compulsório. Relembremos do contexto transatlântico do tráfico e que indicava ser vantajoso para os cofres metropolitanos a comercialização de negros. No engenho Sergipe, por exemplo, em 1572, viveram cerca de 280 escravizados adultos, sendo que apenas 7% deles eram africanos. Anos depois, em 1591, essa porcentagem saltou para 37% de pessoas vindas da África e, mais um tempo depois, em 1638, todos os cativos da propriedade tinham sua origem no continente africano ou descendiam de pessoas vindas de lá⁴³³.

Em Mato Grosso, com uma parcela estarrecedora de cativos (índices que foram apontados em outro momento) e que ainda conviviam e dividiam seu trabalho com outras pessoas pobres livres ou libertas, em Serra Acima, no ano de 1798, foram beneficiados por suas mãos mais de 18.800 alqueires de farinha, o que correspondendo atualmente a mais ou menos 686 mil quilos. Também foram extraídas 5.015 canadas de aguardente, mais de 10 mil litros, medida de hoje⁴³⁴. Por conseguinte, uma economia oeste que abarcava mão de obra livre ou cativa que, indiretamente, ou diretamente, depende do ponto de vista, contribuíram até mais que os proprietários de terra para solavancar as correntes de abastecimento interno da capitania e fazer com que Mato Grosso integrasse ao projeto colonizador da metrópole.

Ainda para os homens de cabedais, perder a posse de sua terra era um temor frente ao desejo de terceiros em produzir nas áreas promissoras. O ajudante de ordens Victorino Lopes de Macedo logo ao receber uma sesmaria de herança, escreveu aos conselheiros vilabelenses, em 1788, e informou que seu falecido pai havia há anos cultivado uma terra ao fundo da propriedade herdada, mas ela estava sem documentação. Esse fato o deixava preocupado com possíveis usurpações após a morte do patriarca e por isso, provavelmente para alegar que a área estava sendo usada, colocou “muitos escravos” para trabalharem naquele lote.⁴³⁵

Não sabemos o desfecho da história de Victorino, todavia, não apenas homens de cabedais ou suas esposas fizeram uso da política latifundiária para promoverem a sua economia agropastoril. A preta forra Francisca Thereza da Silveira, ao ficar viúva de Antônio Porto, temeu

⁴³² SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 68.

⁴³³ *Ibid.*, p. 68.

⁴³⁴ SILVA, Vanda da. **Engenhos: produção e abastecimento no Termo de Cuiabá (1751-1834)**. 2015. 218 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015, p. 61.

⁴³⁵ REQUERIMENTO do ajudante de ordens Victorino Lopes... Vila Bela, 5 de fevereiro de 1788. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0240, f. 2.

que seu sítio no Rio Sarará não se mantivesse sob a sua tutela e precisou comprovar que seu marido tinha adquirido o local antes de falecer, pois a mulher estava respondendo ao processo de “ocupação ilegal”⁴³⁶.

Era uma situação diferente dos outros casos arrolados aqui, que tiveram herdeiros em níveis sociais mais altos e, por isso, preocuparam-se exclusivamente em oportunizar a capitalização de sua propriedade. No caso dessa preta forra, o seu temor era perder o local que, inclusive, utilizava o sustento de sua família. Mulher viúva, a sua ligação com o cativo, mesmo depois de alforriada, fez com que encontrasse forças gravitacionais que outras viúvas desconheciam. Ao duvidar da legitimidade do lote de Francisca, os homens do poder, na verdade, depositavam na cor e ascendência dessa mulher a falta de confiabilidade.

Todavia, não se deixou vencer e ela se mostrando resistente. Por intermédio de um representante, agiu em contraforça à negatividade e defendeu que após a morte de seu marido muitos “miseráveis querem apanhar as terras onde a suplicante tem suas plantações para o sustento de seus filhos”⁴³⁷, e diferentemente de Escolástica, que provavelmente também era mãe, a terra para essa alforriada não era um capital que seria capitalizado e empreendido.

Fomos atrás de mais documentos a respeito de Francisca Thereza. Ao vasculharmos os arquivos, que, a propósito, podem hipnotizar o historiador da mesma maneira que os cantos das sereias hipnotizavam os navegantes; encontramos o questionador da posse. Era um chamado homem João Fernandes e que dizia ter comprado de Dionísio aquela área por 16 oitavas de ouro em 1794, sete anos antes dessa disputa pela verdadeira versão da história. Pesquisando mais a fundo, encontramos um requerimento que tinha como polo ativo Antônio Porto, preto forro e casado. Além do nome do falecido marido da mulher, a localização do lote é exatamente a mesma da gleba que vivia a viúva, às margens do Sararê e onde “um percurso d’água se inicia na união entre o Rio Pindaituba e o córrego do Bugre”⁴³⁸.

Atualmente, essa região pertence à terra indígena Nambiquara, mas no passado se integrava ao distrito de Vila Bela, que é o lugar onde a documentação foi endereçada. Os conselheiros desse município buscaram desvendar o problema e resolveram ouvir algumas pessoas “antiguíssimas e fidelíssimas” da localidade. Como o tenente Dionísio já havia morrido e sua família não sabia a respeito de tal terra, o relato de pessoas antigas funcionaria como um testemunho, e nessa arguição participaram os “homens bons” e anciões da vila. Não chegaram,

⁴³⁶ REQUERIMENTO de Francisca Thereza... Vila Bela, 12 de janeiro de 1797. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0399, f. 1.

⁴³⁷ *Ibid.*, f. 2.

⁴³⁸ REQUERIMENTO de Antônio Porto... Vila Bela, 24 de agosto de 1790. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPM SES-RQ-0266, f. 1.

entretanto, em uma conclusão a respeito da venda do lote, mas conseguiram definir que o contestador João Fernandes não dizia a verdade. Esses sexagenários afirmaram que nunca ficaram sabendo de alguém com esse nome morando nas margens do rio e nem que Dionísio tivesse feito algum tipo de negociação com essa pessoa⁴³⁹.

Parte da solução foi descoberta, mas ainda permanecia a legitimidade da posse. Ao vasculharem os comprovantes de compra e venda arquivados na câmara, encontraram um arquivo com o nome do tenente e relativo a uma venda de terras para Antônio Porto no valor de 34 oitavas de ouro. O comprador, contudo, veio a óbito antes de assinar o contrato. Entretanto, mesmo falecido, a sua esposa, que era Francisca, havia repassado a quantia ao vendedor, porém, também sem assinar esse documento que continha apenas a assinatura do antigo titular, Dionísio Leite. Ao final, a ausência da rubrica da parte compradora poderia até ser desculpa para abrirem uma brecha e contestarem a veracidade, mas como o nome do tenente já constava no documento, e, provavelmente, por ter sido ele uma figura importantes entre os demais, não questionaram a veracidade da venda e preencheram a versão da viúva como verdadeira⁴⁴⁰.

Em um outro nível social, na década de 1790, Maria da Cunha de Arruda, também viúva e moradora no distrito vilabelense, foi casada com um homem de cabedal, Vicente de Oliveira, que, após falecer, deixou muitos bois que criava no Arraial de São Pedro d'El Rey para a esposa. Na partilha testamentária, suas terras ficaram para a prole enquanto os bovinos para a sua consorte. E por não ter direito à propriedade, essa enviuvada procurou o capitão-general João de Albuquerque para informar que desejava agenciar três léguas de campo e uma de “testada nas sobras das sesmarias do tenente Salvador Roiz Sequeira” e que, segundo ela, estavam devolutas⁴⁴¹.

Assim como Escolástica, que intencionava investimento na lavoura, Maria da Cunha queria se tornar uma criadora de gado. Existiram aquelas que, mesmo em período de decadência aluvial, ainda insistiam na mineração. A herdeira Teodora Paes de Farias relatou em 1791 a sua “posse de bastantes escravos e que os ocupavam no exercício de minerar”, mas tornou evidente o seu desejo em diversificar a mão de obra e empregá-la na lavoura. Viúva de Francisco Paes de Barros, uma família que ainda hoje é influente em Cuiabá, dizia que em Cocais havia uma

⁴³⁹ REQUERIMENTO de Francisca Thereza... Vila Bela, 12 de janeiro de 1797. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0399, f. 4.

⁴⁴⁰ *Ibid.*, f. 5.

⁴⁴¹ REQUERIMENTO de Maria da Cunha de Arruda... Vila Bela, 3 de dezembro de 1792. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0327, f. 1.

terra adjacente à sua, improdutiva, e que desejava utilizá-la para plantar para alimentar seus cativos e mais outros que iria comprar⁴⁴².

Família influente ao longo dos séculos, à época, por ser mulher, mesmo que abastada, Teodora não foi poupada de encontrar uma certa dificuldades para que os conselheiros aceitassem seu pedido. Até mesmo quando foi intercedida pelo sargento-mor José Paes Falcão das Neves, ligado à mulher pelo sobrenome, que atestava verossimilhança do relato, ela ainda não obteve consenso das autoridades. Homens que, talvez, desconfiassem da justificativa utilizada pela mulher em dizer que não possuía espaço para sua plantação⁴⁴³.

Sem um fim para a história de Teodora, uma lacuna que não conseguimos preencher com o trabalho arquivístico, o que fica é a presença neste tópico de empreendimentos agropastoris que tinha como força motora o trabalho compulsório. Isso, a contrapelo, demonstra que, para além do aporte financeiro em se investir em maiores áreas ou melhores equipamentos, a real dependência esteve na força africana e de seus descendentes, tanto é que, nos documentos de sesmarias, aparecem como um dos primeiros agentes que definiriam a aprovação ou não da requisição. Em uma primeira leitura, todavia, são alocados como coadjuvante, mas se tornam protagonistas na medida em que cada as grandes propriedades, cada vez mais, dependeram da prestação compulsório desse tipo de serviço. Imprecisos nos registros, as linhas documentais os retratam como potenciais elementos-problemas enquanto as entrelinhas os assinalam como principais sustentadores da economia, ao menos em referência a capitania em questão.

Sabendo de sua importância para manter a engrenagem da economia funcionando, quando libertos, buscavam condições para conseguir um lote e retirar da sua produção o sustento de sua família. Por isso vez ou outra africanos e seus descendentes aparecem proprietários de lotes, como o caso de Francisca Thereza e Antônio Porto, um casal de alforriados que conquistaram seu direito à terra. Mas não sem antes precisarem fazer um esforço maior que os herdeiros de famílias poderosas arrolados aqui.

Paralelo a isso, na sociedade rural paulista, em recordação a Antonio Candido, no século XVIII o principal desejo da colonização de São Paulo foi motivado pela procura do ouro e aprisionamento de povos originários. Ainda assim, foi necessário que se criasse um modo de produção regional, *economia particular*, para abastecer/sustenta a atividade aluvial e preação indígena. Algo que começou começou subsistente, informal e sem infraestrutura, passou a fazer

⁴⁴² REQUERIMENTO de Teodora Paes de Farias... Vila Bela, 16 de julho de 1791. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0305, f. 1.

⁴⁴³ *Ibid.*, f. 2.

parte de um projeto político que fez com que São Paulo entrasse no circuito de redes mercantis coloniais e estrangeiras⁴⁴⁴.

É exatamente isso que veio a ocorrer na capitania investigada ao tornar suas unidades de produção capitalizadas e investir em aquisição de cativos, em crédito e na utilização da máquina institucional para promover os próprios negócios; mas também ter nesse sistema a pequena produção familiar, como Francisca Thereza, que mesmo sendo uma pequena produtora, elaborou seu próprio ingresso nas redes de produção e abastecimento regional e oferecendo produtos primários, colhidos de suas roças, ou ofertando produtos secundários, como as negras de tabuleiros, que mesmo não sendo autorizadas, continuavam com o comércio ambulante em lugares proibidos.

Uma situação que lembra a “unidade familiar não assalariada” com seu modo de produção distribuído entre os próprios familiares, que revezavam na preparação da terra, plantio, colheita, beneficiamento e comercialização. Sendo que, caso desejassem aumentar a sua oferta, restaria a essa própria família a *penosidade do trabalho*, trabalharem mais horas no campo ou, quando muito, contar com a colaboração de seus vizinhos⁴⁴⁵. Mais ou menos esse foi o caso de Josefa Mendes, uma preta forra que solicitou quatro léguas no Arraial de S. Vicente para poder plantar, alimentar a sua família e comercializar o excedente. Em seu requerimento disse que durante muitos anos viveu em um lote no Ribeirão Palmital, mas Antônio Mendes Santiago chegou afirmando ser o dono do espaço e, por intermédio do conselho vilabelense, conseguiu se apropriar da área, deixando a solicitante sem lavoura. Em consequência disso, assim como Francisca Thereza, que tinha sua vida ligada ao passado no cativo, Josefa precisou utilizar uma força maior para conseguir uma terra licenciada. No entanto, diferentemente de Francisca, que não disse ter colaboração de outra pessoa para o serviço agrícola, essa mulher possuía um único cativo e que a ajudava na labuta diária:

As terras que pelo incluso requerimento procede Josefa Mendes que V. Exa lhe conceda por sesmaria e sobre os quais foi V. Exa servido nos ouvir, acham-se desocupadas [...] e no que respeita as posses da suplicante, consta-nos igualmente que ela trabalha com um único escravo e três filhos, e com estes, não deixa de fazer avultadas plantações⁴⁴⁶.

⁴⁴⁴ CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: o estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus maíoi de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975, p. 46.

⁴⁴⁵ CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalista. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (org.). **A questão agrária, Weber, Lenin, Kautsku, Chayanov, Stalin**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163, p. 138, 139.

⁴⁴⁶ REQUERIMENTO de Josefa Mendes... Vila Bela, 15 de dezembro de 1799. Arquivo Público de Mato Grosso. BR MTAPM SES-RQ-0415, f. 3.

Chama-nos a atenção o conselho escrever “avultadas plantações” cultivadas. Um trecho que compreende que nessa unidade familiar que tinha apenas com um cativo, a falta de mão de obra não obscurecia a produção de sua área, tanto é que chegou a chamar a atenção dos camarários. Mulher produtora, separava parte de sua colheita para o autoconsumo e comercializava o excesso. Movimento, inclusive, que foi apontado pelos conselheiros como “tão recomendado por V. Majestade na lei das sesmarias”⁴⁴⁷ e tendo em conta que a atividade de Josefa se enquadrava no Livro IV, título XLIII, das Ordenações Filipinas. Diretriz imperial que visava organizar, distribuir e manter as terras concedidas sob a tutela da Coroa:

E porquanto algumas pessoas deixam perder seus olivais e colher mato, por os não adubar, nem roça, e para não pedirem de sesmaria, escavam ou cultivam algumas oliveiras e não querem roça os matos. E outros, que tem terras para dar pão, as deixam encher de grande matos e covas, e por lhe não pedirem, lavram um pedaço de terra e deixam toda a outra⁴⁴⁸.

Josefa, mesmo com seu passado cativo, fez valer a sua vontade ao comprovar que apenas utilizando a mão de obra de sua família, um investimento poderia ser rentável ao passo de chamar a atenção dos homens do poder. Em decorrência disso, encontramos dois pesos e duas medidas para a utilização das terras. Se para o grande investidor ela foi apenas sinônimo de empreendimento e capitalização patrimonial, para pequeno, seu significado era, sua utilização foi, primeiro lugar, para o próprio sustento e de sua família e, em segundo, a possibilidade de uma renda.

Com dinheiro para investir e com sua moralidade satisfatória, brancos enriquecidos participaram ativamente da compra de cativos, engenhos, plantaço e, esporadicamente, mineração. Sem muitos problemas para aumentarem as suas posses, desde que fossem do gênero masculino, esses homens de cabedais e proprietários de terras demandavam redes de financiamento para engrandecimento e controle da máquina institucional:

Um privilégio, talvez o maior de todos, no sentido de ser “senhores de terras” a aspiração dos fidalgos e candidatos a fidalgos do império português. A conexão entre a propriedade de terras e a ocupação de cargos políticos e militares nos postos da administração imperial portuguesa formou uma intrincada rede de compromissos e lealdades⁴⁴⁹.

⁴⁴⁷ REQUERIMENTO de Josefa Mendes... Vila Bela, 15 de dezembro de 1799. Arquivo Público de Mato Grosso. BR MTAPM SES-RQ-0415, f. 3.

⁴⁴⁸ ORDENAÇÕES Filipinas. Rio de Janeiro: Tipographia do Instituto Philomático, 1870, p. 824.

⁴⁴⁹ ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder local na América portuguesa. *Saeculum*: Revista de História, João Pessoa, n. 26, p. 63-77, jan./jun. 2012, p. 63.

Como exposto, a terra foi dispositivo utilizado pela Coroa para fazer com que os potentados se engrandessem financeiramente e, em compromisso com isso, contribuíssem para o projeto de expansão, manutenção do território e crescimento econômico. Não em vão, ao ir para Cuiabá estruturar a câmara municipal em 1727, o capitão-general Rodrigo Cezar de Menezes aproveitou sua estadia para regularizar a situação fundiária da região e expediu 45 cartas de sesmarias divididas entre os poderosos locais (o mesmo grupo de Manoel Peixoto, autoproclamado chefe). Um número de concessões que, entre 1748 e 1782, nos distritos de Vila do Cuiabá e Vila Bela, ficaram em 950 novas autorizações, sendo que 21% delas passaram pelas mãos dos conselheiros vilabelenses e 79% pelas mesas da câmara cuiabana. Uma diferença que atesta, novamente, a região às margens do rio Cuiabá como principal destino econômico e político. Se reduzirmos apenas as concessões desse distrito, de todas as 750 solicitações autorizadas, 9,8%, ou seja, 74 delas, estiveram registradas por mulheres; e, ainda nesse grupo feminino, 5,9%, quatro autorizações cuiabanas, foram encabeçadas por alforriadas⁴⁵⁰.

Ferramenta de barganha entre capitães-generais e potentados, entre os anos de 1751 e 1803, o maior número total de requerimentos aceitos foi na gestão de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, com 224 solicitações acordadas de um total de 243 recebidas durante o seu governo, o que representa uma positividade de 92,1%⁴⁵¹. Os mandatos desses governadores nem sempre corresponderam a exatos quatro anos, sendo que alguns ficaram mais tempo na capitania. Diante disso, foi necessário calcularmos uma média anual para cada período governamental. Isso fez com que Luís de Albuquerque deixasse a dianteira e seu irmão, João de Albuquerque, ocupasse a primeira posição, com 16 permissões a cada 12 meses. Talvez, essa informação tenha a ver com as medidas políticas de seu predecessor (Luís de Albuquerque), que incentivou, como já observamos, a migração e a aquiescência dos registros de sesmarias. Aliás, a produção de uma requisição de posse, ao longo de todo o século XVIII, não era algo tão burocrático:

O processo de concessão de sesmaria apresentava ser simples, iniciava-se com um requerimento feito ao governador e capitão-general da capitania. Os requerimentos, de praxe, continham as seguintes informações: o nome do requerente, o local onde morava, o estado civil, a profissão, os motivos para receber a concessão, a quantidade de léguas e o local. Em seguida, o governador enviava o requerimento à câmara, [...] e quando o requerimento chegava às câmaras, deveriam levantar as informações e averiguar o local⁴⁵².

⁴⁵⁰ SILVA, Vanda. Sesmaria. In: JESUS, Nauk Maria de. **Dicionário de História de Mato Grosso: Período Colonial**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011. p. 259-262, p. 261.

⁴⁵¹ *Ibid.*, p. 261.

⁴⁵² *Ibid.*, p. 261.

Uma política latifundiária administrada por governadores e conselheiros municipais que dependia, como notado às grandes propriedades, primordialmente do tráfico de escravizados, o que posicionava a capitania no circuito comercial de cativos. Homens, mulheres e crianças que, após aportarem na América, percorriam ao lado de outros escravizados, muitas rotas internas. No que se refere a Mato Grosso, entre os anos de 1720 e 1772 foram enviados 16.480 cativos-novos africanos.

Tabela 8 – Mapa de escravizados que entraram na capitania de Mato Grosso, 1720-1772

Período/governos	Anos relativos	Nº importados pelo Pará	Nº importados pelo sul	Somas totais
Anos anteriores ao desmembramento	1720-1748	–	10.775	10.775
Governo de Rolim de Moura	1751-1764	117	2.944	3.061
Governo de João Pedro Câmara	1765-1768	292	651	943
Governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho	1769-1772	465	1.246	1.711
Total		874	15.606	16.480

Fonte: NÚCLEO de Documento Histórico. Capitania de Mato Grosso, ano 1773, doc. 1054, microfilme e rolo 15, caixa 17, anexo 2.

Observado na tabela acima, antes do desmembramento, o único caminho percorrido era pela rota era o Sul, com escravizados oriundos dos portos fluminenses. Somente após a fundação da capitania e o estabelecimento da vila-sede no Guaporé que a rota Norte, pelo Pará, passou a ser utilizada para atender à demanda escravagista vilabelense. Ressaltando os números absolutos, a preeminência do comércio de africanos sempre esteve mais atrelada ao Rio de Janeiro, com 94,6% dos cativos ingressados a partir da área carioca. Entre 1720 e 1748, com a região ainda pertencente à São Paulo, não é incorreto afirmar, portanto, que parte do exclusivismo comercial dedicado aos paulistas (aquele que a Coroa tentou mitigar, mas fracassou) estava ligado ao pantanal, em rota que fornecia, anualmente, mais cativos à região (384/ano) que em outros períodos pós-fundação de Mato Grosso: no governo de Rolim de Moura (235/ano) e João Pedro Câmara (314/ano). Uma realidade enquanto lugar que respondia a São Paulo que ficou atrás apenas de Luís Pinto de Sousa Coutinho (570/ano).

Não em vão, essa dianteira durante o mandato de Coutinho diz respeito ao seu projeto político. Escreveu em 1770 ao Secretário Ultramarino, Francisco Xavier Mendonça Furtado, esclarecendo a sua intenção em estimular engenhos, lavouras e criação de animais. Três objetivos que para ele se responsabilizariam por reverter a “decadência que achei a capitania”, provavelmente se referindo ao ouro, que naqueles anos passa a ser ainda mais diminuto.

Avantajava-se, afinal, sempre tem uma vaidade entre esses homens, que em pouco mais de um ano de sua gestão, a realidade da capitania já tinha alcançado um resultado positivo. Essa rapidez, segundo ele, foi por logo ter acessado os registros econômicos de Mato Grosso e reunido em assembleia com os conselheiros para discutirem os problemas locais. Um debate que mostrou para ele que muitos cativos estavam empregados na mineração, e, como não era uma atividade rentável, deixava-os ociosos nas suas forças. Uma empregabilidade que “poderia ser aplicada na agricultura, sem prejuízo da atual cultura das minas”⁴⁵³. Querendo demonstrar aptidão, escreveu ao secretário que tinha “a satisfação de anunciar que a maior parte” das atividades agropastoris iniciaram com seu mandato, fazendo com que “fosse restabelecido os trabalhadores, e que já neste presente ano nos lisonjeamos de possuir uma colheita muito abundante”. Um sucesso agrícola redigido em sua carta que visionava aquilo que, já no século XVIII, esse capitão-general chamava de “comércio interno” e que era uma rede de mercado que “tem favorecido todo o ano passado com vantagem”⁴⁵⁴.

Certeiro em sua propaganda, esse ofício de Luís de Sousa aprova três pareceres desta investigação. O primeira, que a atividade aurífera mato-grossense não foi a principal celeridade econômica, mesmo que tenha, no início impulsionado a ocupação. O segundo sinaliza que a principal economia, a responsável pelo enriquecimento e empoderamento do maior número de sertanejos, e a que fomentava o tráfico de Mato Grosso, foi a agropastoril. Por fim, como o fluxo de novos cativos esteve sempre ligado aos projetos colonizadores que incentivavam concessões de terras e o aumento econômico, é de se afirmar que, inseridos nesse circuito, sem a utilização da mão de obra escravizada, os potentados sertanejos, dificilmente, chegariam às instâncias mais altas a ponto de exonerarem forçosamente um ouvidor-geral.

4.2 A CONVIVÊNCIA ENTRE AFRICANOS, SEUS DESCENDENTES E OS POTENTADOS MATO-GROSSENSES

Se para os negociantes negreiros o tráfico de cativos significava oportunidade de enriquecimento, e para os proprietários mato-grossenses uma capitalização de seus investimentos, a realidade era outra para aqueles que viveram a condição de escravizados na pele. Sem escolhas, deixavam seu continente de origem, atravessavam o Atlântico e

⁴⁵³ OFÍCIO de Luís Pinto de Sousa Coutinho... Vila Bela, 4 de fevereiro de 1770. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 14, doc. 876, f. 1.

⁴⁵⁴ *Ibid.*, f. 3, 4.

encontravam, diante de seus olhos, uma sociedade díspar da sua. A começar pela travessia oceânica, que durava em média 40 dias entre Angola e a Bahia e 50 dias entre as áreas angolanas e o Rio de Janeiro. A depender das condições climáticas, essa viagem poderia se estender por até cinco meses:

Dessa maneira, poucos eram aqueles que saíam imunes à travessia. E aqueles que chegavam, poderiam ser considerados homens de ferro ou de pedra. Após percorrerem milhares de quilômetros, finalmente chegavam a um dos destinos, no caso de serem direcionados ao Rio de Janeiro, apático ou acabrunhados pela tristeza. Nos dias que se seguiram, defrontar-se-iam com uma das transições mais decisivas das suas vidas, que determinariam a quem serviriam, trabalho que realizaria ou se viveriam ou morreriam precocemente⁴⁵⁵.

Com aparência esquelética após cruzarem o alto-mar, ao chegarem na colônia eram encaminhados para a alfândega e agrupados de acordo com o sexo, idade aproximada e número de filhos. Compreendidos por seus contemporâneos como mercadorias a serem comercializadas, taxavam-se tributos sobre seus corpos, pagos pelos traficantes e somados à precificação desses cativos. Aqueles com melhores condições físicas, os mais procurados, receberiam um maior valor que outros. E, em caso de faces cansadas, para disfarçar o abatimento, os negociadores utilizavam estimulantes. Se não recuperassem o rubor com a inalação/ingestão de psicoativos, o chicote estralava no ar e em suas costas, fazendo-os, obrigatoriamente, sorrirem aos potenciais compradores. Uma risada que, sob o chiar do rebenque, não era a mesmo de Monalisa⁴⁵⁶, mas apenas um levantar-se de lábios.

Além dessa situação, logo ao colocar os pés em um novo continente, a viagem para muitos não terminava ali. Se os seus compradores fossem do interior colonial, como os matogrossenses, a jornada permeava vias terrestres e fluviais, um *tumbeiro pela segunda vez* que transportava os africanos pelo interior do Brasil:

De maneira geral, a chegada dos cativos nas minas do Cuiabá e Vila Bela já havia se iniciado ainda com as primeiras expedições das bandeiras, responsáveis por achados de ouro nas margens do Rio Coxipó-Mirim, que traziam consigo escravos. Nos anos seguintes, o fluxo de mão-de-obra [*sic*] escrava se efetivou por duas principais rotas que partiriam do Sudeste, Sul, e a rota fluvial do Rio Madeira-Mamoré, rota norte⁴⁵⁷.

⁴⁵⁵ RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “Homens de ferro, mulheres de pedra”: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, 2015, p. 156.

⁴⁵⁶ O sorriso de Monalisa. Direção: Mike Newell. Roteiro: Lawrence Konner e Mark Rosenthal. Culver City: Columbia Picture, 2003.

⁴⁵⁷ RODRIGUES, *op. cit.*, p. 157.

Com o tempo e astúcia, essa gente obrigada a sair de seu continente de origem utilizou suas experiências da África e integradas às experiências percebidas⁴⁵⁸ para fazerem com que obtivessem pequenas vitórias no cotidiano do cativo. Aliados à sua linha geracional, essa mixagem de experiências foi a responsável pelas resistências apontadas no capítulo anterior e ao longo de toda a tese. Mesmo aprisionados, esses cativos carregavam consigo a concepção de mundo que, forçosamente tendo de abandonar, acompanhava nessa travessia transatlântica. E não foram poucas as histórias que atravessaram o Atlântico. Somente entre os anos 1731 e 1735, por exemplo, 85,5% das etnias cativas comercializadas no Rio de Janeiro vieram de locais centro-ocidentais, com características matrilineares, e que foram responsáveis por incrementar na sociedade brasileira uma alternativa ao patriarcado emprestado da Europa⁴⁵⁹.

A respeito das etnias enviadas ao Brasil e que vieram da região centro-ocidental africana, em documentos de batismos de escravizados ocorridos no Rio de Janeiro, 64,1% de um dos pais tiveram sua origem em Guiné e 22,1% em Angola. Os registros de casamento, por sua vez, sustentavam que 45,2% de um dos matrimoniados escravizados era de Guiné e outros 31% de Angola. De modo geral, na área fluminense, interior e cidade, os guineenses foram a maioria dos africanos cativos, enquanto na área urbana e suburbana, em específico na cidade do Rio de Janeiro e sua adjacência, a maioria deles era angolana, com 49,1% de sua presença, não acompanhou, portanto, a tendência geral e, dessa parcela da população de Angola que vivia entre o urbano e rural da capital, 56% habitaram zonas suburbanas, ou seja, interioranas da cidade⁴⁶⁰.

Tais dados, atrelados ao fato da maioria dos cativos africanos de Mato Grosso vieram da área fluminense, é plausível assegurarmos que as duas principais etnias que chegaram à capitania também foram angolana e guineense. Isso, ao menos, em respeito a Vila do Cuiabá, como expressado na tabela 8, que foi destino dos cativos comercializados nos pregões do Rio de Janeiro. Mas, com outras rotas, como a Norte e trajeto terrestre, mantinham a capitania

⁴⁵⁸ Alinhamo-nos ao conceito de Edward Thompson que compreende as *experiências* humanas como um fator que proporciona uma união entre as pessoas que estão passando por situações semelhantes. Um conceito histórico-cultural utilizado para catalisar as práticas sociais e que propõe a existência de dois tipos de experiência: a vivida e a percebida. A primeira é aquela que o ser social tem enraizado em seus costumes desde o nascimento e a segunda é a consciência social que adquire ao interagir com outras culturas. Cf.: THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁴⁵⁹ CAVALCANTI, Nireu Oliveira. O comércio de escravos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII e XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 17-66, p. 53.

⁴⁶⁰ GOMES, Flavio dos Santos. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. **História, Ciência e Saúde**, Manguinhos, v. 19, p. 81-106, 2012, p. 85.

conectada ao Rio de Janeiro, Belém/São Luís e Salvador, locais portuários que fizeram com que mais de 30 etnias africanas passassem a frequentar Mato Grosso.

Quadro 4 – Etnias africanas identificadas nos engenhos da Chapada dos Guimarães, 1790-1869

África Central	Angola, Benguela, Cabinda, Cassange, Congo, Loango, Manuama, Massanfano, Mazumbo, Mobundo, Monjolo, Quissana, Rebolo, Songo e Sude.
África Ocidental	Beni, Cabo Verde, Gege, Haussa (Aussá), Mina, Nagô, Sobo e Iapa.
África Oriental	Baca, Macumbe, Missena, Moçambique, Mujaca, Nhambanda, Quillungi e Pambá.
Não identificados	Chumbo e Mampuaia.

Fonte: SYMANSKI, Luiz Claudio Pereira. Mina: *In*: JESUS, Nauk Maria de. **Dicionário de História de Mato Grosso**: Período Colonial. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011, p. 223-227.

Com uma variedade de grupos, havia, contudo, aqueles em maior número. Em Serra Acima, centro da produção de engenhos de Mato Grosso e próxima de Vila do Cuiabá, seus cativos africanos eram da África Central, sendo 34,86% mina e 27,52% benguelas⁴⁶¹. Grupos que pertenciam a formação *bantu*, uma categoria cunhada em 1862 pelo filósofo alemão Wilhelm Bleek e que designava pessoas com uma mesma língua e dialetos⁴⁶².

Era uma população que, na África, há mais de 5 mil anos, saiu da área do atual país Camarões e foi povoar a região África-Centro-Occidental. Culturalmente, além de compactuarem com um mesmo tronco linguístico, compartilhavam os mesmos rituais “em que as diversidades culturais refletiam adaptações criativas às contingências históricas, a partir dos mesmos princípios cosmológicos e visões do bem social”. Localidade que no período colonial também abrigava o grupo linguístico kikongo, falado pela etnia kongo em ambos os lados do Rio Zaire, ou Rio Congo, e que parte de Angola, que está em sua bacia hidrográfica, também englobava os kibundas e umbundus, próximos à atual Luanda, na costa marítima angolana⁴⁶³.

Com um mesmo radical linguístico e religioso, apresentavam concepções divinas semelhantes: a adoração aos ancestrais geracionais e a deuses tutelares. Dizendo melhor, nesse modelo comum entre essas etnias, a família era representada pelo poder espiritual dos antepassados, que regia o núcleo doméstico de cada lar e cuidava, divinamente, de seus descendentes. Acima desse poder estava os espíritos superiores, entidades responsáveis pela proteção de uma região que congregava muitas famílias. Uma estrutura que fazia com que, durante os rituais, a primeira proteção emanasse do parentesco e, posteriormente, fosse amparada pelas entidades místicas responsáveis pela guarnição da região. Como eram

⁴⁶¹ SYMANSKI, Luiz Claudio Pereira. Caburé. *In*: JESUS, Nauk Maria de. **Dicionário de História de Mato Grosso**: Período Colonial. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011, p. 44-45.

⁴⁶² LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003, p. 17.

⁴⁶³ SLENES, Robert. Africanos Central. *In*: SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 65.

localidades matriarcais, as manifestações espirituais ocorriam mediante “possessão” dos corpos femininos, que os deixavam em transe e depositava na mulheres o centro das decisões. Hospedeiras dos deuses, a comunidade as empoderava e fazia com que fossem peça-chave para resolução dos problemas cotidianos enfrentados pelo grupo⁴⁶⁴. São característica da área exportadora que, em maior ou menor grau, foram levadas ao continente receptor, e que, na colônia, foi sincretizado ao catolicismo, fazendo surgir uma religiosidade que, mais adiante e nos tempos atuais, seria chamada de “afrobrasileira”:

Muitos escravizados da zona atlântica de Angola, como aqueles do Congo, teriam chegado ao Brasil com certa familiaridade com os santos, o que lhes poderia servir, dependendo do contexto, tanto para uma (aparente) aproximação com a religião popular cristão (ingressando em irmandades, por exemplo), quanto para reforçar seu apego ao preceitos religiosos nativos⁴⁶⁵.

Com poder de decisão, essas mulheres, nos dois lados do Atlântico, responsabilizavam-se pelo controle da linhagem familiar e construção de laços de parentesco com outras comunidades. Algo observado, por exemplo, entre os nagôs que viveram na Bahia, com “tais cultos que tem termos de complexidade que remetem a seus congêneres na África Ocidental, e apresentam várias semelhanças”, fazendo com que “tudo leva a pensar, portanto, que os centro-africanos nagô-ketu na Bahia se uniram da mesma forma que fizeram os jeje da África Ocidental”⁴⁶⁶. E ainda para a realidade do Nordeste, na segunda metade do século XVIII, os africanos com procedência da África Ocidental e que habitaram a periferia de Recife, celebravam religiosamente alguns ritos que remetiam à Costa da Mina, conhecidos como *voduns*. Manifestação espiritual encabeçada por mulheres que, em uma espécie de transe, conectavam-se à África, mesmo estando do outro lado do Atlântico, e se faziam rememorar o passado com “aspectos de resistência de sujeitos por meio de uma sociedade que a proibição vedava o exercício de práticas contrárias às hegemônicas”⁴⁶⁷.

Em Pernambuco, área que recebeu escravizados de Angola e Costa da Mina, os cativos organizaram-se coletivamente em irmandades e corporações, um agrupamento responsável por os manterem unidos e defenderem interesses iguais. Era, portanto, uma identidade que aliançava diferentes grupos em distintos locais da América portuguesa e que poderia ou não

⁴⁶⁴ SLENES, Robert. Africanos Central. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 67.

⁴⁶⁵ *Ibid.*, p. 68.

⁴⁶⁶ *Ibid.*, p. 69.

⁴⁶⁷ MELO, Filipe Matheus Marinho de. Uma preta mestra, um altar e seus ídolos: o comércio com a Costa da Mina e a religiosidade da antiga Costa dos escravos em Pernambuco, séculos XVIII. **Revista da ABPN**, Goiânia, v. 12, ed. especial, p. 89-112, ago. 2020, p. 91.

integrar um escravizado novo nos “processos identitários” que “não podem ser compreendidos como uma unidade acabada, mas a partir de multiplicidades, pois a identidade do sujeito varia de acordo com uma série de fatos, como o local onde se situa, o locutor que o invoca e a forma como ele se enxerga”⁴⁶⁸.

Originários de diferentes áreas africanas e por vezes com aspectos identitários iguais ou próximos, se atualmente a historiografia compreende sua formação a partir de múltiplas etnias, na época colonial o discurso oficial tendia a generalizá-los. No Maranhão, por exemplo, traficantes referiram a todos os negros da África com o sinônimo de “mina”, independentemente de sua região de origem. Da mesma forma, na Bahia, aplicava-se “nagô” para todos os cativos. Em Mato Grosso, esse mesmo fenômeno foi encontrado na documentação e que associava os cativos aos “mina”, mesmo se viessem de outras áreas sem ser da Costa de Mina e independentemente de entrarem ou não pela rota Sul (Rio de Janeiro) ou Norte (Belém e São Luís).

Os que entraram por São Luís foram destinados sobretudo a região de Vila Bela no século XVIII, predominando os africanos do noroeste da África, influenciando pelos portos de Salvador e Rio de Janeiro. Desde o final do século XVII a Bahia recebia escravos provenientes principalmente da África Ocidental, enquanto o Rio de Janeiro, desde o início do século XVIII, recebeu predominantemente da África Central, assim, a grande maioria dos escravos mina de Mato Grosso possivelmente entraram pelo Porto de Salvador⁴⁶⁹.

Como observado em Rolim de Moura, no capítulo 02, em Luís de Albuquerque, em João de Albuquerque e Sousa Coutinho atualmente, muitas vezes os próprios capitães-generais reconheciam a importância desses cativos para a economia regional. Algo que Antonil, no século XVIII, afirmava ser os “pés e mãos do senhor de engenho”, ou seja, propulsão das atividades agrícolas:

De nações diversas e uns mais boçais que outros e as forças muito diferente, se há de fazer a repartição com reparo e escolha, e não às cegas. Os que vem para o Brasil são ardas, minas, congos. De São Tomé, de Angola, Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vem nas naus da Índia. Os ardas e minas são robustos. Os de Cabo Verde e São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes nomeadas. Entre os congos já

⁴⁶⁸ MELO, Filipe Matheus Marinho de. Uma preta mestra, um altar e seus ídolos: o comércio com a Costa da Mina e a religiosidade da antiga Costa dos escravos em Pernambuco, séculos XVIII. **Revista da ABPN**, Goiânia, v. 12, ed. especial, p. 89-112, ago. 2020, p. 103.

⁴⁶⁹ SILVA, Gilian Evaristo França da. Mina. In: JESUS, Nauk Maria de. **Dicionário de História de Mato Grosso: Período Colonial**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011, p. 201-202.

também alguns bastantes industriosos e bom, não somente para o serviço de cana, mas para as oficinas e para o meneio das casas⁴⁷⁰.

Indiretamente, esse jesuíta italiano se referia às experiências vividas e praticadas pelos africanos. Em interação com a sociedade receptora, uniam-se em algo que ficou conhecido como *laboratório Atlântico* e que era uma inter-relação de comunidades ao redor do Oceano Atlântico que, por intercâmbios forçados ou não, conectavam-se às diferentes áreas do mundo:

O primeiro movimento escravista, predominante no século XVI, foi o chamado “ciclo da Guiné”. Ele foi constituído majoritariamente por escravos sudaneses localizados no noroeste do Atlântico. O segundo foi chamado de “ciclo do Congo e da Angola”, vigorante durante o século XVII e introduzindo no Brasil o macrogrupo linguístico conhecido genericamente como “bantu”, que ocupava boa parte do continente ao sul da Linha do Equador. O terceiro ficou conhecido como “ciclo da Costa da Mina”, predominantemente na primeira metade do Setecentos, e o “ciclo de Benin” destacando a partir da metade do mesmo século⁴⁷¹.

Como comprovado por nós, foi por meio das atividades agropastoris que a capitania de Mato Grosso se inseriu nesse *laboratório* e abriu suas portas às rotas negreiras abastecedoras do sertão Oeste a mais de três dezenas de etnias africanas que, de uma maneira ou de outra, partilharam suas experiências cotidianas, inclusive aliançando-se entre eles. Na viragem do século XVIII para o XIX, por exemplo, em Serra Acima, de todos os 479 casamentos ocorridos em mais de 30 anos, 290, ou seja, 60,5% apresentaram um dos cônjuges vivendo no cativo e 37,2% desses casamentos ocorreram com casais da mesma etnia benguelas e 24,5% da nação mina⁴⁷².

Tivemos acesso ao arranjo etário de africanos e africanas, livres e cativos(as), que viveram em Serra Acima, Vila do Cuiabá, Forte Príncipe da Beira e Vila Bela entre os anos de 1800 e 1802. São localidades inseridas nos projetos políticos dos capitães-generais de Mato Grosso e já estudadas por nós: Serra Acima, por ser o centro de beneficiamento da matéria-prima; Vila do Cuiabá, a mais populosa e maior economia mato-grossense; Forte Príncipe da Beira, que, entre os núcleos de urbanidades nas franjas da fronteira com a América espanhola, era o maior núcleo ao norte da região sertaneja; e Vila Bela, que por décadas foi a vila-sede de capitania e abrigou as principais instituições governativas daquele oeste.

⁴⁷⁰ ANTONIL *apud* SÁ JÚNIOR, Mário Teixeira de. Não é feitiçaria! É tecnologia! Africanos e descendentes na mineração de Mato Grosso Setecentista. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 10, n. 19, jan./jun. 2016, p. 84.

⁴⁷¹ SÁ JÚNIOR, Mário Teixeira de. Não é feitiçaria! É tecnologia! Africanos e descendentes na mineração de Mato Grosso Setecentista. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 10, n. 19, jan./jun. 2016, p. 85.

⁴⁷² CRIVELANTE, Maria Amélia Assis Alves. **Casamento de escravos africanos em Mato Grosso**: um estudo sobre a Chapada dos Guimarães (1798-1830). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001, p. 10.

Assim sendo, no distrito cuiabano (Vila do Cuiabá e Serra Acima), os matrimoniados africanos que viveram em Serra Acima adentraram o ano de 1800 com 46% dos homens e mulheres cativos estando na faixa de 30 até 40 anos, e 40% dos homens e mulheres libertos e casados nesse mesmo recorte decimal. Por outro lado, solteiros e solteiras africanos e que continuavam no cativeiro, a maior parte, 25,9%, contabilizou a mesma linha de 30 a 40 anos. Ao separarmos o gênero dentro da escravização, 29,5%, a maioria dos homens solteiros, entraram o ano com alguma idade entre essa terceira e quarta dezena, e 22,2%, também a maioria, dessas mulheres solteiras somavam 20 até 30 anos, um pouco mais jovens que os homens descompromissados maritalmente. Por seu turno, africanos e africanas alforriados e celibatários, a sua maior quantidade estivera ainda mais nova, com 21,4% desses homens solteiros ostentando de 10 até 20 anos e 43,7% das mulheres solteiras nessa faixa etária.

Tabela 9 – Divisão etária de africanos e africanas, libertos e escravizadas, em Serra Acima, 1800

Recorte etário	Africanos escravizados				Africanos livres			
	Celibatários			Casados	Celibatários			Casados
	Sexo				Sexo			
	H	M	T	H	M	T		
0-5	52	38	90	–	2	–	–	–
5-10	32	24	56	–	2	3	5	–
10-20	60	30	90	2	6	7	13	–
20-30	108	35	143	34	4	3	7	1
30-40	182	18	200	90	5	1	6	4
40-50	89	12	101	47	3	2	5	4
50-60	70	–	70	22	1	–	1	1
60-70	16	–	16	11	1	–	1	–
70-80	5	–	5	–	3	–	3	–
80-90	1	–	1	–	–	–	–	–
90-100	–	–	–	–	–	–	1	–
Total	615	157	772	206	28	16	44	10

Fonte: MAPA DE POPULAÇÃO da capitania de Mato Grosso no ano de 1800, assinado por Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Ref.: NDIHR/UFMT, microficha n. 512.

Vizinha de Serra Acima, Vila do Cuiabá, potente consumidora dos produtos serranos, os seus africanos matrimoniados adentraram o ano de 1800 com 29,4% dos homens e mulheres cativos estando na faixa de 30 até 40 anos, e 24,1% dos homens e mulheres libertos e casados nesse mesmo recorte decimal, sendo outros 24,1% um pouco mais velhos, com 40 até 50 anos. Por outro lado, solteiros e solteiras africanos e que continuavam no cativeiro, a maior parte, 21%, contabilizaram a linha de 20 a 30 anos, ou seja, mais novos que os matrimoniados. Ao separarmos o gênero dentro da escravização, 20,9%, a maioria dos homens solteiros, entraram o ano com alguma idade entre essa segunda e terceira dezena, e 24,4%, a maioria das mulheres solteiras, somavam 10 até 20 anos, um pouco mais jovens que os homens descompromissados

maritalmente. Por seu turno, africanos e africanas alforriados e celibatários, a sua maior quantidade também estava entre 10 e 20, sendo a maioria dos homens (16,7%) e a maioria das mulheres (16,1%).

Tabela 10 – Divisão etária de africanos e africanas, libertas e escravizadas, em Vila do Cuiabá, 1800

Recorte etário	Africanos escravizados				Africanos livres			
	Celibatários			Casados	Celibatários			Casados
	Sexo				Sexo			
	H	M	T	H	M	T		
0-5	188	191	379	–	104	102	206	–
5-10	180	150	330	–	119	118	237	–
10-20	411	268	679	34	129	129	258	6
20-30	597	234	831	152	118	128	245	29
30-40	545	123	668	163	96	105	201	27
40-50	442	65	505	116	98	111	209	50
50-60	262	35	297	62	27	49	76	36
60-70	142	21	163	21	26	28	54	35
70-80	51	7	58	3	20	13	33	16
80-90	17	4	21	1	13	7	20	5
90-100	10	–	10	1	21	11	32	3
Total	2.845	1.098	3.943	553	771	801	1.572	207

Fonte: MAPA DE POPULAÇÃO da capitania de Mato Grosso no ano de 1800, assinado por Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Ref.: NDIHR/UFMT, microficha n. 512.

Em ambas as localidades do distrito cuiabano, parte significativa dos casados escravizados, de forma geral, contava com 30 até 40 anos. Contudo, solteiros africanos no cativo e que viviam em Vila do Cuiabá eram, em sua maioria, mais jovem que os escravizados matrimoniados, 21% com 20 até 30 anos. A maior parte de mulheres celibatárias e amordaçadas era ainda mais jovem, com 16,1%, compreendendo 10 até 20 anos. E a maior parte de homens celibatários e amordaçados, 20,9%, com 20 até 30 anos. Nesse ínterim, solteiros africanos no cativo e que viviam em Serra Acima contaram com a mesma idade daqueles matrimoniados na área mesma serrana, sendo 25,9% com 30 até 40 anos (grupo de homens e mulheres solteiros mais velho que o de Cuiabá). O maior número de mulheres celibatárias e amordaçadas, 24,2%, compreendia desde o nascimento até os 5 anos de idade, enquanto para o homem celibatário e amordaçado, 29,5% contavam com 30 até 40 anos em 1800.

Em liberdade, os casados, de forma geral, contaram com 30 até 40 anos (40%) em Serra Acima, mesma faixa que Vila do Cuiabá (24,1%), e mais outros 24,1% em idade um pouco superior, de 40 até 50 anos. Já solteiros africanos e libertos que viviam em Vila do Cuiabá, sua maioria, 16,4%, tinha de 10 até 20 anos, sendo que maior parte das mulheres celibatárias e livres, 16,1%, também entre 10 e 20 anos (a mesma taxa das celibatárias cativas). O mesmo

recorte para 16,7% dos homens celibatários e livres. Nesse ínterim, solteiros africanos livres e que viviam em Serra Acima, contavam 21,4% com 10 até 20 anos, com a maior parte de mulheres celibatárias libertas, 47,3%, compreendia também com 10 até 20 anos, enquanto para o homem celibatário e com alforria, 21,4% contaram nessa mesma idade.

Seguindo essa linha de raciocínio, no distrito vilabelense (Vila Bela e Forte Príncipe da Beira), os matrimoniados africanos vivendo na fortificação adentraram o ano de 1801 com 26,3% dos homens e mulheres cativos na faixa de 30 até 40 anos e outros 26,3% um pouco mais jovens, matrimoniados com 20 até 30 anos; e 27,2% dos homens e mulheres libertos e casados em recortes decimais maiores, 50 a 60 anos. Por outro lado, solteiros e solteiras africanos e que continuavam no cativeiro, a maior parte, 24,1%, contabilizava o oposto, com idades de 0 até 5 anos. Ao separarmos o gênero dentro da escravização, 52,1%, a maioria dos homens solteiros, entraram o ano também com 0 até 5 anos de idade; e 28,1%, também a maioria dessas mulheres solteiras, somavam 5 até 10 anos, um pouco mais velhas que os homens descompromissados maritalmente (crianças), e outros 28,1% da população feminina escravizada e solteira com 10 a 20 anos. Por seu turno, africanos e africanas alforriados e celibatários, sua maioria também esteve entre 0 e 5 anos de idade, 24,7%, e 25,5% dos homens (crianças) solteiros e livres ostentavam de 0 até 5 anos e 23,9% das mulheres (crianças) solteiras também nessa faixa etária.

Tabela 11 – Divisão etária de africanos e africanas, libertas e escravizadas, em Forte Príncipe da Beira, 1801

Recorte etário	Africanos escravizados				Africanos livres			
	Celibatários			Casados	Celibatários			Casados
	Sexo				Sexo			
	H	M	T	H	M	T		
0-5	12	11	23*	–	12	11	23*	–
5-10	6	9	15*	–	6	9	15*	–
10-20	11	9	20	4	11	7	18	2
20-30	6	-	6	5	6	3	9	8
30-40	1	2	3	5	5	2	7	4
40-50	2	1	3	4	2	5	7	9
50-60	1	–	1	–	1	3	4	10
60-70	–	–	–	1	2	4	6	4
70-80	–	–	–	3	2	1	3	–
80-90	–	–	–	1	–	1	1	–
90-100	–	–	–	1	–	–	–	–
Total	39	32	71	24	47	46	93	37

* Os dados aparecem duplicados.

Fonte: MAPA de população de 1800, 1801 e 1802 incluso no ensaio: descrição geográfica de Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 20, 1857, p. 281.

Enquanto isso, os matrimoniados africanos vivendo na vila-sede adentraram o ano de 1802 com 29,4% dos homens e mulheres cativos na faixa de 30 até 40 anos; e 25,9% dos

homens e mulheres libertos e casados também entre 30 e 40 anos. Por outro lado, solteiros e solteiras africanos e que continuavam no cativeiro, a maior parte, 17,9%, contabilizou idades de 20 até 30 anos. Ao separarmos o gênero dentro da escravização, 22,7%, a maioria dos homens solteiros, entraram o ano também com 20 até 30 anos de idade; e 24,4%, também a maioria dessas mulheres solteiras, somavam 20 até 30 anos. Por seu turno, africanos e africanas alforriados e celibatários, sua maioria, 17,9%, esteve entre 10 e 20 anos de idade, também a faixa de 17,7% dos homens solteiros e livres e 18,2% das mulheres.

Tabela 12 – Divisão etária de africanos e africanas, libertas e escravizadas, em Vila Bela, 1801

Recorte etário	Africanos escravizados				Africanos livres			
	Celibatários			Casados	Celibatários			Casados
	Sexo				Sexo			
	H	M	T	H	M	T		
0-5	60	70	130	–	46	38	84	–
5-10	61	70	131	–	50	41	91	–
10-20	410	130	540	15	60	67	127	–
20-30	541	141	682	68	44	44	88	22
30-40	512	96	608	95	20	59	79	62
40-50	430	45	475	74	36	60	96	57
50-60	210	14	225	45	31	41	72	56
60-70	132	6	138	20	30	3	33	25
70-80	5	4	9	5	10	6	16	10
80-90	19	–	19	1	6	–	6	6
90-100	–	–	–	–	5	9	14	1
Total	2.380	576	2.956	232	338	368	706	239

Fonte: MAPA de população de 1800, 1801 e 1802 incluso no ensaio: descrição geográfica de Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 20, 1857, p. 281.

Ao considerarmos que a mão de obra compulsória foi um instrumento utilizado pelo poder econômico para aumentar seus investimentos e lucratividade, os dados apresentados correspondem à hipótese de Serra Acima ser o lugar a receber maiores cabedais de investimentos e o principal destino da política latifundiária, como analisado anteriormente nos requerimentos de sesmarias. Entre as quatro localidades, de todos os africanos que viveram na área serrana no ano de 1800, 94,7% estiveram presos ao cativeiro, a maior porcentagem desse quarteto; enquanto a população africana em Vila do Cuiabá estando 71,6% escravizada, no Forte Príncipe da Beira os cativos chegados da África foram 42,2% (a menor entre elas) e em Vila Bela o percentual foi de 77,1%.

Contudo, uma concentração de escravizados não significava maior taxa de matrimônio com outro cativo ou cativa. Se a fortificação da Beira tinha a menor taxa de africanos escravizados, apresentou, por outro lado, o maior percentual de cativos casados, 25,2% de todos do cativeiro, enquanto em Serra Acima contabilizou 21% de homens e mulheres africanos acorrentados e vivendo em matrimônio. Quanto aos africanos livres casados, mais uma vez o

Forte tomou a dianteira, com 28,4% de seus moradores da África e em liberdade compartilhando uma união conjugal, enquanto, em Serra Acima, 18,5% dos libertos estiveram vivendo em matrimônio.

Entre os africanos livres, Vila do Cuiabá apresentou a menor taxa matrimonial, apenas 11,6%, e o Forte, a maior taxa, com 28,4%. Isso talvez demonstre que, em liberdade, os companheiros matrimoniados em Vila do Cuiabá buscavam áreas mais afastadas para viver e construir família, uma mobilidade geográfica que os levava até as franjas da fronteira, no Forte Príncipe ou, quando não, até Vila Bela, que apresentou a segunda maior taxa de alforriados em união, com 25,02%. Se a migração era uma possibilidade na vida do africano livre, o mesmo não ocorria com o africano cativo, compreendido como peça de produção, principalmente se habitassem as áreas mais povoadas, ou seja, as duas principais vilas. Não em vão, as menores incidências matrimoniais entre escravizados ocorreram em Vila Bela e Vila do Cuiabá, a primeira com 7,27% de sua população africana e cativa enamorada e a segunda com 12,2%.

Cativos ou ex-escravizados nem sempre se matrimoniavam apenas com alguém que também tivesse ligação com a África. Durante as relações interpessoais, uma infinidade de rearranjos surgia e fazia com que diferentes perfis se conectassem, mesmo que pusessem em risco a possibilidade de ascensão e promoção social para algum branco ao se casar com um africano ou seu descendente. Em 1780, por exemplo, Luiz Ferreira Diniz foi eleito como vereador da câmara vilabelense, mas sua posse foi impugnada. Questionando essa decisão, o interdito interrogou os motivos de não poder efetivar a sua função na vereança⁴⁷³.

Em resposta, os conselheiros acionaram os limites de elevação hierárquica nos níveis das torres de São Geminiano. Ou seja, disseram que a refutação aconteceu pois Diniz estava casado com uma mulata: “em primeiro lugar, entre outros motivos, por se achar casado nessa vila com uma mulata”⁴⁷⁴. Matrimoniado com alguém que tinha ligação com o continente africano e com a escravização, o homem, ao tornar pública a sua relação, acabou sendo impugnado. Como no sertão mato-grossense nada é o que parece, outros motivos, talvez até mais fortes que a essa união marital, levaram-no a não assumir o cargo. Formado em advocacia, Luiz Ferreira Diniz já era conhecido entre os homens daquele conselho, pois ficava responsável por intermediar as reclamações dos habitantes e levá-las às mesas dos camarários e criando, assim, muitas inimizade com os homens do poder.

⁴⁷³ CARTA dos vereadores de Vila Bela... Vila Bela, 10 de junho de 1780. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVC-CA-0009-0133, f. 1.

⁴⁷⁴ *Ibid.*, f. 1.

Em uma dessas situações, entrou com uma ação contra Antônio Caetano Bragança e José Peres, dois indivíduos que já fizeram parte da vereança e que eram amigos dos vereadores daquele ano de 1781. Isso, possivelmente, veio a influenciar sua interdição à função eleita. A esse respeito, além de ligá-lo à justificativa de ser casado com alguém não branco, esses edis de Vila Bela escreveram que era um “homem de mau caráter” e muitas vezes aconselhava indevidamente as pessoas. Possivelmente, devido ao ódio nas palavras desses conselheiros, incentivando-as a exercerem o direito sobre a câmara e advogando, assim, contra o sistema patrimonialista e corporativista⁴⁷⁵.

Esse histórico de Diniz realmente o impossibilitou de assumir a função de vereador na câmara. Fortemente aliançada com os desejos dos homens de cabedais, a contraforça do advogado não foi suficiente para romper a proibição. No entanto, essa nulidade ocorrida em 1781 durou nove anos, ao passo que o rejeitado não havia se esquecido desse episódio. Conseguiu ingressar no conselho entre esse meio tempo e, em 1790, assinava como escrivão da câmara. Encontramos sua assinatura por acaso, ou, quem sabe, tenha gritada nas entrelinhas até nossos ouvidos escutá-lo enquanto vasculhávamos a vastidão arquivística e nos deparamos com a sua rubrica.

Em outra história diferentemente de Diniz, que, por ser homem, branco e advogado, fez com que os conselheiros gastassem tempo e tinta para respondê-lo. Trivializados na documentação, africanos e seus descendentes somente se tornam protagonistas do conteúdo arquivístico, em uma primeira leitura, se estivessem envolvidos em incidentes tratados pelas autoridades como “violento”. Foi o caso de Rosa Conga, que no dia 13 de janeiro de 1783 foi levada às autoridades vilabelenses pela acusação de ter violentado um escravizado. A sua história começou quando essa taberneira, dona de seu próprio estabelecimento, presenciou o início de uma briga entre um cativo seu e outro de Manuel Simões Prata. Ao que parece, o dono do cativo devia a quantia de $\frac{1}{2}$ oitava para a taverneira e, ao pedir para o cativo lembrar seu dono da dívida, o escravizado não gostou do tom de desaforo de Rosa e foi para cima da mulher. Nesse momento, seu cativo, que trabalhava na estalagem, ao ver a intenção do negro, partiu em defesa de sua dona e desferiu chutes e socos. Ao ver aquilo, a africana reagiu com uma porretada contra aquele que defendia o inadimplente, pegando “um pau e lhe deu uma cacetada na testa que abriu uma não pequena ferida”⁴⁷⁶.

⁴⁷⁵ CARTA dos vereadores de Vila Bela... Vila Bela, 10 de junho de 1780. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVC-CA-0009-0133, f. 2.

⁴⁷⁶ CARTA do juiz ordinário Francisco Aranha Godói acerca do comportamento de Rosa Conga... Vila Bela, 13 de janeiro de 1783. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-JO-CA-0511, f. 1.

O próprio corpo da mulher africana poderia ser interpretado por seus contemporâneos como cartão de acesso ao abuso sexual ou violento. Uma escravizada de Anna Pereira, por exemplo, era ambulante e vendia produtos comestíveis em seu tabuleiro. Por volta das quatro horas da tarde, quando o sol já não estava mais em seu ápice, apareceu ensanguente defronte ao juiz ordinário Francisco Aranha de Godói. Tremendo, mostrou a ele a ferida que havia em sua garganta, um “talho que precisou dar cinco pontos de largura de um dedo um do outro”. O golpe foi desferido por um escravizado do Padre João Roiz, que, ao ludibriar a mulher, mandou informá-la que estaria afastado da cidade e desejava adquirir os seus comes e bebes. Ao saber desse cliente, a negra foi encontrá-lo para oferecer os seus quitutes, porém, ao se aproximar, descobriu que, na realidade, ele não queria “comprar coisa alguma” e sim “usar dela”⁴⁷⁷.

Ser cativa não significava ser conivente com os abusos sofridos por seu corpo, ainda mais se o abusador fosse um outro escravizado. Não condicente, ao perceber a intenção, a negra quis sair correndo, e foi quando o escravizado, sem aceitar a negação, “lhe deu uma cutilada [golpe desferido com um cutelo]” e a feriu. Mesmo assim, a abusada conseguiu fugir e foi até as autoridades para relatar o ocorrido⁴⁷⁸.

Universo permeado por homens com anseio ao poder e controle dos corpos femininos, seja para abusá-los sexualmente e violentamente ou para deixá-los em situação de vulnerabilidade, como no caso de Francisca Thereza ao correr o risco de perder a sua terra, ou da alforriada Josefa Mendes, que chegou a perder o seu lote e precisou requisitar outro; o sertão mato-grossense fazia com que esses pequenos sujeitos, os elementos-problemas aos olhos das autoridades, resistissem em meio a esse cenário patrimonialista e corporativista.

Sabendo da possibilidade de a população resistir à legislação criada pelos conselheiros, os homens que até então disputavam entre si a dominação da hierarquia nas torrefações institucionais uniam-se para coibirem as práticas sociais de grupos convertidos, aos olhos do poder, como afastados da civilidade (terceiro capítulo). Parcela olvidada do centro do poder, conseguiu, astutamente, utilizar-se de parte dos projetos políticos metropolitanos e regionais para, de alguma forma, conquistarem vitórias sociais e poderem constituir sua liberdade, um novo lugar para plantar, um pequeno comércio ou a manutenção da sua unidade familiar no campo. Foi o que ocorreu com o caburé Ângelo, por exemplo, que em 22 de janeiro de 1777 esteve preso na cadeia de Vila do Cuiabá e sob acusação de “distúrbio” causado “com sua faca” em Bericoponé. A sua condenação foi ser enviado a oeste, acompanhando uma comitiva que

⁴⁷⁷ CARTA do juiz ordinário Francisco Aranha Godói acerca do comportamento de Rosa Conga... Vila Bela, 13 de janeiro de 1783. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-JO-CA-0511, f. 2.

⁴⁷⁸ *Ibid.*, f. 2.

estava indo se instalar em uma nova região às margens do Rio Mondego, um local que, em 1790, viria a ser o Forte de Coimbra⁴⁷⁹.

Talvez Ângelo não quisesse ir para o novo local e continuar, ou quem sabe ele tenha até se animado com a ideia. Isso porque, distante das autoridades cuiabanas e sendo um dos primeiros a pisar na nova terra, construiria, a seu modo, uma realidade que permitisse continuar brincando com sua faca sem ser coibido pelo poder municipal. Algo que nos faz recordar o mito do “eldorado” e que levava os migrantes ao desejo de sucesso, de vencer na vida ao se enriquecerem. Uma cobiça que encontrava sempre um limite, seja na promoção do homem de cabedal ou nas pequenas vitórias dos sujeitos à margem. Tanto para um quanto para outro, aos olhos de hoje e do historiador que vos escreve, eles eram iguais naquilo que responderia às forças que, insistentemente, os puxavam para baixo e que, em contrapartida, os faziam acionarem a contraforça e esgarçar o tecido social. Algo semelhante ao que Fabiano (Diadorim) encontrou defronte a si em uma de suas andanças pelas veredas sertanejas: uma vastidão à frente e um sonho em vencer na vida⁴⁸⁰. Uma aspiração que, para o caburé e muitas outras histórias contadas neste estudo, demonstra que, acima de tudo, as espertas, artimanhas e táticas dos sertanejos, mesmo afastados dos polos irradiadores do poder, souberam com maestria utilizar as possibilidades diante de si para continuarem resistindo aos diferentes tipos de coibição: a metropolitana, para os potentados; e a municipal, para os pequenos sujeitos.

⁴⁷⁹ CARTA de condenação... Vila do Cuiabá, 22 de janeiro de 1777. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: MTAPMT CVC-JF-CA-0431, f. 1.

⁴⁸⁰ RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 256.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realmente o sertão poderia ser o céu, o inferno ou até mesmo o purgatório na vida de uma pessoa. Subjetivo, o sentido celestial do oeste foi retratado como um bátraco na carreira do juiz ordinário Antônio de Azevedo Pinho, que enriqueceu e se apropriou de elementos sertanejos para sua ascensão. Mesmo sem estudo e sem origem nobiliárquica, conseguiu tocar as harpas dos serafins ao congregar sobre as suas mãos um poder aquisitivo e político. A mesma coisa, contudo, não ocorreu com Vaz Morillas, que comeu o pão que o diabo amassou em Mato Grosso. De passagem por aquelas terras, seu verdadeiro plano era chegar ao desembarco da Bahia. Para isso, precisaria cumprir um período na ouvidoria cuiabana. Contudo, não soube se envolver com o poder patrimonialista e corporativista dos mato-grossenses, e sua arbitragem passou a ser alvo de confabulações para destituí-lo do cargo, acusá-lo e condená-lo à prisão.

Mais sereno em suas ações, o juiz de fora Teotônio de Gusmão, nascido na América e formado no reino, fez sua carreira na colônia e contou com a influência do conde de Azambuja para ascender profissionalmente. Chegou a ser convidado para ocupar o cargo vacante do ouvidor-geral Morillas, mas, com planos próprios ou temendo se tornar uma vítima dos homens regionais e influentes de Vila do Cuiabá, declinou do convite e foi, anos depois, talvez também por influência do cenário patrimonialista e corporativista, embrenhar-se na floresta para fundar uma povoação mais ao Norte.

Sentido tridentino (céu, inferno e purgatório) do sertão, a apropriação de seus elementos também ocorreu com os pequenos sujeitos. Homens e mulheres que, a partir de uma leitura a contrapelo, mostraram-se alcançar o céu, quando conquistaram lotes para plantar e sustentar seus filhos; ou vendo o inferno se abrir diante de seus olhos ao aportarem no litoral da América portuguesa e entrarem em uma sociedade estruturada na exploração de seus corpos. Um meio-termo, o purgatório, foi vivido pelas pessoas ligadas à África, seja por seu nascimento ou sua descendência. Ao se apropriaram do projeto político colonial de expansão territorial e irem às áreas recém-ocupadas, ficariam distantes das coibições dos homens do donos e oportunizariam a sua própria versão celestial e um futuro distinto de seus antepassados escravizados e/ou de sua própria experiência quando cativo. Ao menos até a Coroa, faminta, lançar seus tentáculos às novas áreas e, assim como fez com as vilas da capitania, estruturarem suas instituições.

Para nós, tudo o que foi discutido aqui tem, em primeiro grau, as experiências pessoais de pessoas que, de uma forma ou de outra, entrelaçaram-se na documentação por serem contemporâneos entre si ou por comungarem de uma mesma vontade. Notamos, por fim, que a

administração metropolitana ao mesmo tempo que reservava ascensão nos níveis das torres de São Geminiano para a população colonial, prefixava um limite nessa “subida” de acordo com a origem geográfica do candidato, sua cor, seu estudo e sua situação financeira. Para superar essa barreira, como foi apontado insistentemente por nós, esgarçava-se os níveis das torrefações ao ponto de rasgá-los e, assim, ter uma promoção para além daquele oficialmente permitida.

Retomemos, rapidamente, Norbert Elias ao afirmar que a formação dos Estados Modernos foi um processo de monopolização da força física e da tributação ao fazer com o poder se concentrasse em um número cada vez menor de mãos e passasse a interagir e colidir com planos e ações individuais. Fenômeno que foi observado nesta tese ao demonstrarmos que a centralização do poder, seja em uma área colonial ou na formação de um Estado-nação, impulsiona uma reorganização social que busca impor controle e padrões de conduta, ao mesmo tempo em que gera tensões e resistências por parte de grupos subjugados ou marginalizados.

São disputas cotidianas que ocorreram em praticamente todos os níveis e em diversas configurações sociais mato-grossense, desde as pequenas localidades sem o estatuto de vila, com os soldados nas fortificações amedrontados pela resistência ameríndia - primeiro capítulo da tese; até os principais lugares de uma região, Vila Bela e Vila do Cuiabá, com as trajetórias individuais – segundo capítulo, e coibições dos elementos-problemas – terceiro capítulo. Independentemente do contexto pelo controle dos recursos (terra, cargos, cargos, dinheiro) e pela influência política-jurídica se mostraram mais brilhantes que as próprias pedras de diamantes de Morillas e foram, ao final de tudo, a foça motriz que impulsionou a moldagem do comportamento e dos sentimentos dos sertanejos.

Por fim e considerando que o estudo do passado tem a função de resolver problemas do tempo presente⁴⁸¹, as observações encontradas por nós estão interligadas ao que observamos atualmente na sociedade brasileira entre os agentes políticos e jurídicos: lealdade pessoal, lucro financeiro e interdições aos elementos-problemas. São traços, portanto, que permearam o tempo e de algum modo continuam pertinentes no Brasil atual e exigem de nós, pesquisador e cientista, recordar valores básicos que se perdem ao longo da história: a proibição de uso de dinheiro público para a promoção pessoal, vedação ao nepotismo em nomeações de cargos públicos e a ilicitude das “rachadinhas” em troca de influência. Uma sociedade que, à sombra do Estado desde as Ordenações Filipinas, emergiu uma burocracia crescente, com pouco poder de progresso e uma imensa força para emperrá-lo.

⁴⁸¹ Cf.: BLOCH, Marc. **Apologia da História**: o ofício do historiador. São Paulo: Zahar, 2002; KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTES

Fontes manuscritas

ATA da reunião dos vereadores da Câmara de Vila do Cuiabá, 3 de agosto de 1760. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVC-ATA-0012.

AUTO da junta do povo convocado... Vila do Cuiabá, 16 de abril de 1786. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPM-CVC-AJ-0136.

AUTO da junta que estiveram presentes nobreza, republicanos e povo... Vila do Cuiabá, 15 de agosto de 1794. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVC-ATA 0012.

AUTO da junta que fizeram os oficiais... Vila do Cuiabá, 6 de dezembro de 1756. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPM CVC-AJ-0009.

BANDO mandado publicar pelo governador Antônio Rolim de Moura... 8 de julho de 1751. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 3, doc. 356.

CARTA de condenação... Vila do Cuiabá, 22 de janeiro de 1777. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: MTAPMT CVC-JF-CA-0431.

CARTA do governador e capitão-general Caetano Montenegro... Vila Bela, 24 de outubro de 1799. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 37, doc. 1878.

CARTA do governador e capitão-general Luís Mascarenhas... Vila de Santo, 10 de junho de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 4, doc. 232.

CARTA do juiz ordinário Francisco Aranha Godói acerca do comportamento de Rosa Conga... Vila Bela, 13 de janeiro de 1783. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-JO-CA-0511.

CARTA do ouvidor de Cuiabá Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 10 de maio de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 8, doc. 511.

CARTA do ouvidor-geral Joaquim José de Moraes... Vila Bela, 29 de outubro de 1785. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT OU-CA-0127.

CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira... Vila do Cuiabá, 7 de outubro de 1736. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 1, doc. 89.

CARTA do sargento-mor e comandante Joaquim José Ferreira... Vila do Cuiabá, 10 de março de 1791. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-CA-0126.

CARTA do sargento-mor e comandante-mor Joaquim José Ferreira... Vila do Cuiabá, 30 de abril de 1792. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-CA-0151.

CARTA do sargento-mor Marcelino Roiz ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 9 de fevereiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0027.
CARTA do sargento-mor Marcelino ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 20 de julho de 1776. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0014.

CARTA do sargento-mor Marcelino ao governador Luís de Albuquerque... Vila Bela, 21 de abril de 1776. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0010.

CARTA do sargento-mor Marcelino ao capitão-general Luís de Albuquerque... Vila Bela, 22 de janeiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0025.

CARTA dos vereadores da Câmara de Vila Bela... Vila Bela, 21 de maio de 1755. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVB-0009-0003.

CARTA dos vereadores de Vila Bela... Vila Bela, 10 de junho de 1780. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT CVC-CA-0009-0133.

MAPA DE POPULAÇÃO da capitania de Mato Grosso no ano de 1800, assinado por Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Ref.: NDIHR/UFMT, microficha n. 512.

OFÍCIO de Antônio Rolim de Moura... Vila Bela, 3 de julho de 1761. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 11, doc. 642.

OFÍCIO de Luís Pinto de Sousa Coutinho... Vila Bela, 4 de fevereiro de 1770. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 14, doc. 876.

OFÍCIO de Luís Pinto de Sousa Coutinho... Vila Bela, 16 de julho de 1769. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 14, doc. 868.

OFÍCIO do governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres... Vila Bela, 30 de maio de 1786. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 25, doc. 1477.

OFÍCIO do ouvidor de Vila do Cuiabá, João Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 16 de junho de 1752. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 240.

ORDEM do sargento-mor Marcelino ao governador Luís de Albuquerque... Vila Bela, 31 de março de 1776. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0008.

POSTURA municipal aprovada pelos vereadores, nobreza e povo... Vila Bela, 15 de setembro de 1762. Ref.: BR MTAPMT CVB 001.

REPRESENTAÇÃO dos negociantes de Vila do Cuiabá... Vila do Cuiabá, 1º de setembro de 1740. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 3, doc. 137.

REQUERIMENTO de Antônio Porto... Vila Bela, 24 de agosto de 1790. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPM SES-RQ-0266.

REQUERIMENTO de Antônio Rolim de Moura... 1º de agosto de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino, Ref.: caixa 4, n. 241.

REQUERIMENTO de Antônio Rolim de Moura... Lisboa, 29 de julho de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 4, doc. 238.

REQUERIMENTO de Domingos Petro Nobre... Vila do Cuiabá, 20 de fevereiro de 1783. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0170.

REQUERIMENTO de Escolástica de Jesus... Vila Bela, 3 de junho de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0103.

REQUERIMENTO de Félix Gonçalves Neto e Pedro Gonçalves Neto... Vila do Cuiabá, 22 de agosto de 1763. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 12, doc. 702.

REQUERIMENTO de Francisca Thereza... Vila Bela, 12 de janeiro de 1797. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0399.

REQUERIMENTO de João Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 6 de julho de 1747. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 4, doc. 216.

REQUERIMENTO de João Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 17 de agosto de 1747. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 1, doc. 219.

REQUERIMENTO de João Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 27 de maio de 1747. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 3, doc. 211.

REQUERIMENTO de Josefa Mendes... Vila Bela, 15 de dezembro de 1799. Arquivo Público de Mato Grosso. BR MTAPM SES-RQ-0415.

REQUERIMENTO de José Pedro Gomes... Vila do Cuiabá, 5 de dezembro de 1787. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0228.

REQUERIMENTO de Manoel Colaço... São Pedro d'El Rey, 3 de agosto de 1792. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0326.

REQUERIMENTO de Maria da Cunha de Arruda... Vila Bela, 3 de dezembro de 1792. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0327.

REQUERIMENTO de Teodora Paes de Farias... Vila Bela, 16 de julho de 1791. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0305.

REQUERIMENTO do ajudante de ordens Victorino Lopes... Vila Bela, 5 de fevereiro de 1788. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0240.

REQUERIMENTO do capitão Antônio Pinho de Azevedo... Vila do Cuiabá, 10 de julho de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 5, doc. 321.

REQUERIMENTO do escrivão Domingos Jorge da Silva... Vila do Bela, 21 de junho de 1780. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 21, doc. 1281.

REQUERIMENTO do ex-ouvidor da Vila do Cuiabá Antônio Vaz Morillas... Vila do Cuiabá, 11 de setembro de 1766. Arquivo Histórico Ultramarino. Ref.: caixa 13, doc. 786.

REQUERIMENTO do padre Manoel de Albuquerque Fragoso... Vila do Cuiabá, 27 de dezembro de 1793. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0149.
 REQUERIMENTO do tenente Norberto Cardoso... Vila do Cuiabá, 14 de dezembro de 1793. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT SES-RQ-0353.

Fontes digitais

DOCUMENTOS interessantes. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1895. v. 16.

Fontes impressas

ANNAES do Senado da Câmara do Cuyabá, 1719-1830. Cuiabá: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

BLUTEAU, Raphael. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Raphael Bluteau**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. v. 2.

BODIN, Jean. **Os seis livros da República**: livro quinto. São Paulo: Ícone, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: o estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus maios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

COUTINHO, Francisco de Souza. Informação sobre o modo porque se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do Estado [1797]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 28, p. 38-69, 1865.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Montecristo, 2012.

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. **Diários de viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

MAPA de população de 1800, 1801 e 1802 incluso no ensaio: descrição geográfica de Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 20, 1857.

NÚCLEO de Documento Histórico. Capitania de Mato Grosso, ano 1773, doc. 1054, microfilme e rolo 15, caixa 17, anexo 2.

ORDENAÇÕES Filipinas. Rio de Janeiro: Tipographia do Instituto Philomático, 1870.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

SEQUEIRA, Joaquim da Costa. Compêndio histórico-chronológico das notícias do Cuyabá, repartição da capitania do Mato Grosso, desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico**, Rio de Janeiro, série 2, tomo 6, p. 5-124, 1850.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Navegação do rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, escrita em 1779, sendo governador Caetano Pinto

de Miranda Montenegro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 9, p. 1-16, 1869.

TAUNAY, Alfredo. **Inocência**. São Paulo: Record, 2017.

VIEIRA, Padre Antônio. **Sermão da Sexagésima**. Lisboa: [s. n.], 1655.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz Nacib *et al.* **A época colonial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Gustavo Balbuena de. **Os juizes-de-fora e a administração da justiça na capitania de Mato Grosso (1748-1813)**. 2019. 259 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder local na América portuguesa. **Saeculum**: Revista de História, João Pessoa, n. 26, p. 63-77, jan./jun. 2012.

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselly. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso (1771-1791). São Paulo: Versal Editores, 2014.

AMOROSO, Marta Rosa. **Catequese e evasão**: etnografia do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1845-1855). 1998. 282 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília, DF: UNB, 1967.

ASSIS, Edvaldo de. **Os mapas de habitantes de Mato Grosso (1768-1872)**: guia de pesquisa. 1994. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1994.

AUGUSTO, Bruno C. Bio. **Mulher colonial**: sesmaria, concessão de terras e o cotidiano feminino em Mato Grosso (1750-1822). Curitiba: Editorial Casa, 2022.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENTIVOGLIO, Júlio. A história no Brasil Imperial: a produção historiográfica na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). **Questões & Debates**, Curitiba, v. 63, n. 2, p. 287-315, 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: o ofício do historiador. São Paulo: Zahar, 2002.

BORGES, Maria Celma. Escravos, roceiros e povos originários em Sant'Ana de Paranaíba: terra e liberdade nos campos do sul de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 45-67, jul./dez. 2012.

BOTELHO, Tarcísio R. **Estimativa da população para o Brasil, séculos XVII e XIX**. Belo Horizonte: UFMG, [20--]. Disponível em: https://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/sexo_22_paper_botelho.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 1960.

BRASIL. **Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2016.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os lusíadas**. Londres: Colindale, 2019.

CAMPOS, Maria Elisa Fonseca Goduardo. **Da classificação ao diagnóstico: a psicopatia entre norma e a subjetividade**. 2014. 251 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: UFMT, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **A afroamérica: a escravidão no Novo Mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. O comércio de escravos no Rio setecentista. *In*: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII e XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalista. *In*: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (org.). **A questão agrária, Weber, Lenin, Kautsku, Chayanov, Stalin**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

COELHO, Mauro Cezar; SANTOS, Rafael Rogério Nascimento do. “Monstruoso systema [...] intrusa e abusiva jurisdição”: o Diretório dos Índios no discurso dos agentes administrativos coloniais (1777-1798). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 100-130, jan./jun. 2013.

CRISTOVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito (a divina comédia do sertão). **Revista USP**, São Paulo, n. 20, p. 43-53, 1994.

CRIVELENTE, Maria Amélia Assis Alves. **Casamento de escravos africanos em Mato Grosso: um estudo sobre a Chapada dos Guimarães (1798-1830)**. 2001. Dissertação

(Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2001.

DIÓRIO, Renata Romualdo. **As marcas da liberdade**: trajetórias sociais dos libertos em Mariana na segunda metade do século XVIII. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. São Paulo: Zahar, 1993.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronado político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos trópicos e na trama das redes. *In*: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Na trama das redes**: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 13-40.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: livraria Almedina, 1980.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio**: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 2006.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha; MENDES, Luís César Castrillon. Do restrito ao irrestrito: o diário de reconhecimento do Rio Paraguai por Ricardo de Almeida Serra na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). **Memória Americana**: Cuadernos de Ethnohistoria, Argentina, v. 25, n. 2, p. 135-147, 2017.

GOMES, Flavio dos Santos. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. **História, Ciência e Saúde**, Manguinhos, v. 19, p. 81-106, 2012.

GONÇALVES, Adolto. **Direito e justiça em terras d'El Rey na São Paulo colonial (1709-1822)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2015.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns viesamentos correntes. *In*: FRAGOSO, João; BICALHO, Mari Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 165-188.

JESUS, Nauk Maria de. A administração da justiça: ouvidores e regentes na fronteira oeste da América portuguesa. *In*: GUEDES, Roberto (org.). **Dinâmica imperial no Antigo Regime português**: escravidão, governos, fronteiras, poderes e legados: sec. XVII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

JESUS, Nauk Maria de. A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. **Território & Fronteiras**, Cuiabá, v. 5, n. 2, p. 93-113, jul./dez. 2012.

JESUS, Nauk Maria de. **O governo na fronteira oeste**: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII. Dourados: UFGD, 2011.

JESUS, Nauk Maria de. **Saúde e doença**: prática de cura no centro da América do Sul (1727-1808). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

KUHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII. 2006. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA, André Nicácio. **Caminhos da integração, fronteira da política**: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso. 2010. 365 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Artífices do Rio de Janeiro, 1790-1808**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Associativismo escravo e irmandades no Brasil**: Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Avanços, arbitrariedade e variabilidade da classificação como mestiços de escravos nascidos no Brasil (séculos XVIII e XIX). **Anais de História do Além-Mar**, Lisboa, n. 16, p. 339-365, 2015.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Escravos de peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850). **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 18, p. 131-152, 2002.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 585-599, 1995.

LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart. **América Latina en la Edad Moderna**. Madri: Akal, 1992.

LOMBARDI, John. **Venezeula**. Oxford: UP, 1982.

LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação – 1741-1751. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 118-132, 2009.

MARCHIORO, Márcio. **Sobre os índios de pedra escorregadia**: matrimônio e família na aldeia de Itapecerica em comparação com as demais aldeias paulistas (1732-1830). 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Desassossego das minas: a guerra e o sertão – A situação militar da capitania durante o governo de D. Antônio de Noronha, 1775-1779. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 31, p. 9-32, jul./dez. 2004.

MELO, Filipe Matheus Marinho de. Uma preta mestra, um altar e seus ídolos: o comércio com a Costa da Mina e a religiosidade da antiga Costa dos escravos em Pernambuco, séculos XVIII. **Revista da ABPN**, Goiânia, v. 12, ed. especial, p. 89-112, ago. 2020.

MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial: séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-132.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites e poder**: entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Lisboa: ICS, 2012.

MORAES, Benone da Silva Lopes. **Dilatar limites**: a “ideia geral” de Luís de Albuquerque (1772-1781). 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

NADALIN, Sérgio Odilon. A população do passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 222-275, jul./dez. 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários**: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850). 2003. 423 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia**: História e Sociedade, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

NEVES, Thais Cardoso das. **A fronteira oeste no governo de João de Albuquerque: a demarcação de limites e seus personagens (1789-1796)**. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciência, Saúde**, Manguinhos, v. 5, p. 195-215, 1998.

O SORRISO de Monalisa. Direção: Mike Newell. Roteiro: Lawrence Konner e Mark Rosenthal. Culver City: Columbia Picture, 2003.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; BORGES, Joacir Navarro. Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: relações de crédito no Brasil Colonial: Curitiba na primeira metade do século XVIII. **Revista de História**, Curitiba, v. 162, p. 105-109, 2010.

POMBO, José Francisco da Rocha. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1942. v. 2.

POMBO, Nívea. A cidade, a universidade e o império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII). **Intellèctus**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 2, 2010.

PRIORE, Mary del. O cotidiano da criança livre no Brasil, entre Colônia e o Império. *In*: PRIORE, Mary del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Uma esquina nos confins do Brasil: o sul de Mato Grosso colonial e suas vias de comunicação (projeto e realidades). **Revista Fronteiras**, Dourados, v. 11, n. 19, p. 197-227, jan./jun., 2009.

RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: FVG, 2015.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. **“Homens de ferro, mulheres de pedra”**: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.

RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Salvador: P55, 2013.

ROMERO, Silvo. **A América latina**. Hungerford: League Press, 2022.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 163-209, 2009.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **História do Atlântico português**. São Paulo: Unesp, 2021.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **The Portuguese Empire, 1415-1808: a World on the Move**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

SÁ JÚNIOR, Mário Teixeira de. Não é feitiçaria! É tecnologia! Africanos e descendentes na mineração de Mato Grosso Setecentista. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 10, n. 19, jan./jun. 2016.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII. *In*: BITHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da expansão portuguesa: o Brasil na balança do Império (1697-1808)**. Navarra: círculo de Leitores, 1998. v. 3.

SCHWARTZ, Stuart; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SENA, Divino Marcos de. **Livres e pobres no centro da América do Sul: estudo sobre os camaradas (1808-1850)**. Dourados: UFGD, 2013.

SILVA, Gilian Evaristo França da. Mina. *In*: JESUS, Nauk Maria de. **Dicionário de História de Mato Grosso: Período Colonial**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011. p. 201-202.

SILVA, Michele Helena Peixoto. Os registros de óbitos dos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá do Rio de Janeiro no século XVIII: suas especificidades e comparações. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: UnB, 2017. p. 1-10.

SILVA, Vanda. **Engenhos: produção e abastecimento no Termo de Cuiabá (1751-1834)**. 2015. 218 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

SILVA, Vanda. Sesmaria. *In*: JESUS, Nauk Maria de. **Dicionário de História de Mato Grosso: Período Colonial**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011. p. 259-262.

SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto: Estado e sociedade nas minas Setecentistas (1735-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SLENES, Robert. Africanos Central. *In*: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Débora Cazelato de. **Administração e poder local: a câmara de Mariana e seus juizes-de-fora (1730-1777)**. 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017.

SOUZA, Laura de Mello e. **O jardim das hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

STONE, Lawrence. Social Mobility in England, 1500 – 1700. **Past and Present Annual Conference**, n. 3, 1965.

SYMANSKI, Luiz Claudio Pereira. Africanos no Mato Grosso: cultura material, identidades e cosmologias. *In*: AGOSTINI, Camilla (org.). **Objetos da escravidão**: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.

SYMANSKI, Luiz Claudio Pereira. Mina. *In*: JESUS, Nauk Maria de. **Dicionário de História de Mato Grosso**: Período Colonial. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudança de atitudes em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudo sobre a cultura tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. **Paróquia e comunidade no Brasil**: perspectiva histórica. São Paulo: Paulus, 1993.

TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in American History**: the Original Classic. Los Angeles: Western Classic, 2023.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais no Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime Português (1788-1822)**. São Paulo: FGV, 2016.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: UnB, 2000. v. 1.

WEHLING, Arno; WEHLINF, Maria José. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

ZOLINGER, Iede Terezinha; SVISERO, Darcy Pedro; WESKA, Ricardo Kalikoeski. Morfologia cristalina de diamantes das regiões da Chapada dos Guimarães, Poxoréu, Parantininga e Alto Paraguai – Mato Grosso. **Revista do Instituto Geológico**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 23-33, 2002.